

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

BORIS FAUSTO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM INTERLOCUÇÃO COM AS
CIÊNCIAS SOCIAIS

FABIANE COSTA OLIVEIRA

BRASÍLIA
2016

FABIANE COSTA OLIVEIRA

BORIS FAUSTO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM INTERLOCUÇÃO COM AS
CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção
do Título de Doutor em História (Área de Concentração: História
Social).

Orientador(a): Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado

BRASÍLIA
2016

FABIANE COSTA OLIVEIRA

BORIS FAUSTO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM INTERLOCUÇÃO COM AS
CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de
Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado - UnB
Presidente da Banca

Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato - USP
Examinadora

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – UFG
Examinador

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz – UnB
Examinadora

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis – UnB
Examinador

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira - UnB
Suplente

Brasília, 24 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é, antes de tudo, um ato de rememoração de uma longa e árdua trajetória que compreende desde o instante da escolha do tema de pesquisa até o momento em que a escrita exige, em razão dos prazos institucionais, um ponto final. Ao longo dessa trajetória, muita coisa mudou, em especial, no que concerne às relações de amizade. Em razão das circunstâncias próprias da vida, alguns estimados amigos deixaram de fazer parte de meu cotidiano tanto quanto gostaria, ao mesmo tempo em que outros foram agregados a minha história e passaram a partilhar comigo suas experiências e expectativas. Deste modo, não posso negar que a escrita dos agradecimentos gera em mim enorme ansiedade. Sentimento provocado, primeiro, pelo receio de cometer o esquecimento de algum nome de pessoa que se fez importante para a concretização deste trabalho. E, depois, pelo temor de que minhas palavras não sejam capazes de traduzir fielmente a gratidão que nutro por cada pessoa que o nome será aqui registrado. Assim sendo, só me resta a esperança de que minhas possíveis faltas sejam perdoadas tanto pelos nomes porventura esquecidos quanto por aqueles que não se sentirem agradecidos à altura de seu empenho para a concretização deste trabalho.

À minha orientadora Lucilia de Almeida Neves Delgado, quero declarar a minha enorme admiração intelectual. Antes mesmo que nossos colóquios se fizessem realidade, eu já buscava em seus textos a interlocução necessária para desvendar a História do Brasil República. E, assim, por longo tempo, acalentei o desejo de ser sua orientanda até que então a vida me concedeu essa oportunidade. Estabelecida a relação de orientação, não apenas confirmei o meu apreço profissional, como descobri uma pessoa dotada de caráter e de sentimentos nobres. A ela reservo todo o meu carinho, respeito, lealdade, amizade e gratidão. Não há um só dia em que não me sinta grata por sua leitura atenta e criteriosa, por sua generosidade e paciência, pelo tempo partilhado, pela sensibilidade com que lidou com as minhas faltas.

Ao professor e amigo Noé Freire Sandes, quero registrar o meu apreço profissional e pessoal. Antes de nossas conversas, o meu interesse estava voltado para o debate da relação entre intelectuais e política, tendo por objeto o CEDEC. E, foram suas considerações e críticas que me desafiaram a tomar Boris Fausto como objeto de pesquisa. Por isso, a ele devo o meu encontro com Boris Fausto. Na condição de professor, agradeço-lhe a atenção dispensada à leitura de meus textos e as sugestões apresentadas quando do meu exame de qualificação. Na qualidade de amigo, sou-lhe grata pelo apoio incondicional e pelos anos de partilhas sinceras.

À professora Diva do Couto Gontijo Muniz, quero afirmar meu respeito e minha admiração profissional. O nosso primeiro encontro ocorreu no momento do processo seletivo para admissão no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Desde então, suas sugestões e críticas passaram a compor a construção deste trabalho. A ela agradeço a leitura atenta de meus textos e as sugestões apresentadas quando do meu exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, agradeço pelas contribuições apresentadas nas disciplinas que tive a oportunidade de cursar.

Em especial, agradeço aos professores Arthur Alfaix Assis e Henrique Modanez de Sant'Anna por se mostrarem sensíveis às minhas questões pessoais, oferecendo-me o apoio necessário para a concretização deste trabalho.

Aos amigos especiais que fiz desde 2011, quando me tornei professora do Instituto Federal de Goiás - IFG, agradeço a torcida, o modo com que trataram as minhas ausências nesses últimos anos e a generosidade com que se dispuseram a me ouvir falar sobre Boris Fausto. Sônia Aparecida Lobo, Rainer Gonçalves Sousa, Taíse Tatiana Quadros da Silva, Gizele Geralda Parreira, Walmir Barbosa, Rogério dos Santos Bueno Marques, Roni Krause, Maria Eliane Rosa de Souza, Maria Abadia Cardoso, Flávia Pereira Machado, Paulo Miguel Moreira da Fonseca, Ricardo Golovaty, Weder David de Freitas e Marcelo Lira mostraram-se, em várias ocasiões, parceiros incondicionais. Ao querido Rainer, faço um agradecimento especial. Sua disposição em conseguir a cópia da tese de doutorado de Boris Fausto e em pegar na USP a documentação que faltava para fechar as fontes de meu trabalho me comoveu e me encheu de gratidão. Agradeço-lhe, também, pelas vezes em que cobriu as minhas faltas na coordenação do PIBID. À querida Sônia, agradeço especialmente aos seus esforços no sentido de diminuir a minha carga horária nessa reta final da escrita da tese, ainda que isso tenha resultado na ampliação do número de suas disciplinas. Seu exemplo tornou-me uma profissional melhor.

Às amigas queridas e companheiras de traslado Goiânia-Brasília-Goiânia, Carolina Soares Sousa e Maria Vany de Oliveira, agradeço as horas, os risos e as histórias partilhadas. A presença de vocês nesses anos fez-me seguir adiante. À Carol, faço um agradecimento especial. Não foram raras às vezes em que se colocou prontamente a trazer as cópias das teses existentes na USP que precisava para a escrita da tese e não conseguia agenda para ir buscar. Além disso, em inúmeras ocasiões, ela carregou sobrepeso em seus ombros para entregar na biblioteca da UnB os livros que havia tomado de empréstimo. A ela agradeço a sua fiel amizade e o modo pelo qual tornou esses anos mais leves.

Aos amados e fiéis amigos, quero anotar o meu imenso carinho. Os momentos que partilhamos foram singulares e seguem protegidos do esquecimento. Martha Victor Vieira, Marlon Salomon, Raquel Machado Gonçalves Campos, Fabiana de Souza Fredrigo, Adriana Moraes, Aruanã Antônio dos Passos, Lia dos Santos, Mônica Ferreira, Patrícia Duarte, Aline Fernandes, Denise B. B. de Vasconcelos, Laudénice S. Paixão, Jorge Humberto Silva e Cristina Falaguasta fazem parte da minha história de vida. A vocês agradeço a cumplicidade, o carinho, a torcida e o apoio incondicional.

Aos meus familiares queridos, Sueli da Costa, Fabio Costa Oliveira, Augusto Antônio de Oliveira, Alete Maria de Oliveira, Eliane Ataíde, Charles Antônio Oliveira, Carla Ataíde, Salete Lopes, Valdete, Magali Antonia Arantes, agradeço a torcida diária e a presença enriquecedora em minha vida. À minha mãe, faço um agradecimento especial. A determinação com que suportou as suas dores em silêncio nos últimos meses deu-me provas de seu cuidado e respeito para com o meu projeto profissional. A ela agradeço a maneira como soube compreender as minhas ausências.

À querida Rejane Bonomi Schifino, agradeço a generosidade com que se dispôs a me ajudar com o *abstract*. O seu empenho em fazer parte dessa etapa da minha vida foi maior que a distância que nos tem separado nesses últimos anos.

Ao meu estimado colega de graduação Diogo da Silva Roiz, agradeço as dicas que me conduziram ao Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH. Apesar da distância e dos muitos anos sem contato, ele mostrou-se próximo e atencioso como nos tempos da graduação.

À minha querida amiga Karina Anhezini, agradeço o empenho em conseguir o material bibliográfico de que necessitava. As dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa valeram a pena em razão de nosso reencontro.

À querida Teresa Malatian, agradeço o tempo em que foi responsável pela minha formação acadêmica. Sua presença em minha vida foi fundamental para a minha construção como pesquisadora.

Aos meus alunos do IFG, principalmente aos meus orientandos do PIBID e do TCC, agradeço a tolerância e o respeito a mim dispensados ao longo da realização deste trabalho. É possível que, depois de minha orientadora, vocês tenham sido os que mais me ouviram falar de Boris Fausto.

Por fim, é preciso agradecer ao CAPH, especialmente à Profa. Dra. Márcia Regina Barros da Silva e à funcionária Maria Aparecida Araújo Ferreira, por ter tornado possível a consulta da documentação institucional da FFCL-FFLCH/USP mesmo diante do movimento de paralisação das universidades paulistas. Além desse centro de pesquisa, agradeço a seção de Serviço de Alunos de Graduação da FFLCH da USP, na figura do servidor Hilton José Soares. Sua disposição em contribuir para o andamento de minha pesquisa tornou possível não só o acesso à documentação relativa ao curso de História dos anos de 1960, como também o conhecimento do histórico escolar de Boris Fausto.

RESUMO

O presente trabalho situa-se no campo de estudos da historiografia brasileira e tem por objeto a produção histórica de Boris Fausto, empreendida entre fins dos anos de 1960 e primeira metade da década de 1970. Nesse sentido, interessam a este trabalho especialmente as teses de doutorado e livre-docência desse historiador. São elas, respectivamente: “1930: historiografia e história” (1969), publicada com o título “A Revolução de 1930: historiografia e história” (1970); e, “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” (1975), intitulada no momento de sua publicação como “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)” (1976). Ao perscrutar os escritos desse historiador, tem-se por objetivo compreendê-los, tal qual propõe Michel de Certeau (2006), como produtos da combinação de um lugar social, de uma prática científica e de uma escrita. A realização desse objetivo não só permitirá que se apresente uma reflexão em torno da escrita de Boris Fausto quando de sua imersão nos estudos históricos, como também que se debatam aspectos do campo de produção científica, particularmente do campo historiográfico, que, à época, projetava as instituições universitárias brasileiras como o lugar preferencial para a construção do saber histórico.

Palavras-chave: Boris Fausto; Historiografia Brasileira; História e Historiografia

ABSTRACT

The present work belongs to the Brazilian historiographical field, and its object is Boris Fausto's historical production between the last years of the 60's and the first half of the 70's - specially his doctorate and habilitation theses "1930: historiografia e história" (1969), published with the title "A Revolução de 1930: historiografia e história" (1970); and "O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)" (1975), published with the title "Trabalho urbano e conflito social" (1976). The goal of this Fausto's texts analysis is to understand them as the same way as proposed by Michel de Certeau (2006), like a combination products resulted from a social place, a scientific practice and a writing. Reach this objective allows a double reflection about Boris Fausto's writing and his immersion in the historical studies, debating, at the same time, particularly aspects of the historiographical field which was projecting, in that years, the Brazilian universities as the primordial places to the construction of historical knowledge.

Keywords: Boris Fausto; Brazilian historiography; History; Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO ESPAÇO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE BORIS FAUSTO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES.....	24
1.1. Boris Fausto: um advogado historiador ou um historiador advogado?.....	29
1.2. Boris Fausto, a FFCL e o curso de História: o fazer-se de um historiador.....	44
1.2.1. A <i>Universidade da Comunhão Paulista</i> : os processos de criação da USP e da FFCL.....	45
1.2.2. As transformações na estrutura curricular: o curso de História da FFCL da USP entre as décadas de 1930 a 1960.....	54
1.3. A pesquisa acadêmico-institucional na USP nos tempos das primeiras experiências de Boris Fausto na investigação histórica.....	69
1.3.1. A institucionalização da pós-graduação no Brasil e na USP.....	69
1.3.2. O estado da pesquisa histórica na FFCL da USP.....	78
CAPÍTULO II – O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM TERRA DE CIENTISTA SOCIAL: BORIS FAUSTO, FRANCISCO WEFFORT E O CONCEITO DE POPULISMO.....	94
2.1. A escrita da história da Primeira República: Boris Fausto, um estranho no ninho.....	107
2.2. O conceito de populismo em Francisco Weffort.....	140
2.2.1. A formulação do conceito de populismo pelos ibespianos.....	145
2.2.2. A reinvenção do conceito de populismo pela produção intelectual weffortiana.....	161
CAPÍTULO III – A ESCRITA FAUSTIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1930: HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA E O TRABALHADOR URBANO E O CONFLITO SOCIAL NA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1890-1920).....	171
3.1. Boris Fausto e a crítica à perspectiva dualista.....	184
3.2. A escrita faustiana e o pensamento weffortiano: a interlocução da História com as Ciências Sociais.....	203
3.3. A memória nas teses de doutoramento e livre-docência defendidas por Boris Fausto nos anos de 1960 e 1970.....	218
3.4. Boris Fausto e suas fontes.....	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
FONTES.....	246
REFERÊNCIAS.....	250

INTRODUÇÃO

A produção de Boris Fausto marcou – e ainda marca – o pensamento de inúmeros pesquisadores da História da República brasileira. Consagrado como historiador republicano, Fausto perscrutou temáticas diversas. Para além da Revolução de 1930, a produção faustiana tomou como objeto de suas análises o movimento operário, a história social do crime e da punição, a imigração, dentre outros. A trajetória de sua produção intelectual aponta, de imediato, para um perfil marcadamente suscetível à proposição de novas temáticas, novas abordagens, novos referenciais metodológicos.

Suas obras mais recentes são ilustrativas da plasticidade que define esse historiador, pois, vão desde o trato com a micro-história, do qual “O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30” (2009) tornou-se representativo de suas incursões nesse gênero historiográfico, à análise construída em torno de um personagem. Para esta última, cita-se o livro “Getúlio Vargas” (2006), escrito por Boris Fausto para compor a coleção Perfis Brasileiros, da editora Companhia das Letras.

Afora enveredar-se pela micro-história e pela biografia, esse historiador foi seduzido pela memória, publicando alguns títulos de teor marcadamente memorialístico, como: “Negócios e ócios: histórias da imigração” (1997), “Memórias de um historiador de domingo” (2010) e “O brilho do bronze [um diário]” (2014). Ainda dentro desse quadro da memória, Boris Fausto escreveu “Memória e História” (2005), obra que reuniu textos desse autor publicados no jornal Folha de São Paulo, com exceção de dois artigos: “O fim de uma era”, divulgado pela revista Exame, e “Viagem à Bolívia”, redigido para integrar exclusivamente o texto de abertura dessa obra. Interessante observar que, a despeito do título sugerir a composição de uma narrativa que trate da relação entre História e memória, a construção dessa relação fica a cargo do leitor, não tendo sido, portanto, problematizada pelo autor.

Ainda sobre a trajetória da produção intelectual faustiana, cabe observar que, se tomado como fio condutor para sua análise o modo pelo qual o diálogo entre

História e memória se deu na construção argumentativa de Boris Fausto, é possível dividi-la em três fases. Assim sendo, associado às suas pesquisas de doutorado e livre-docência, a primeira fase de sua produção histórica caracterizou-se por mobilizar, vez ou outra, a memória em sua construção argumentativa. Compõem essa fase os títulos “1930: historiografia e história” (1969) e “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” (1975). Contudo, essa mobilização ocorreu sem que isso implicasse no cuidado em distinguir a narrativa memorialística da narrativa histórica ou mesmo na problematização da relação entre História e memória. O que não se revela um problema em termos de descompasso historiográfico na medida em que essas questões ainda não estavam dadas para o campo de produção histórica brasileira, sobretudo, quando da escrita de sua tese de doutoramento.

A segunda fase, que encontra na obra “Negócios e ócios: histórias da imigração” (1997) o seu marco inaugural, define-se pela incorporação da memória, em especial da memória de seu autor, como fonte histórica na obra faustiana. Nas palavras de Boris Fausto (1997, p. 9), “a narrativa se apóia em minha memória e, em alguma medida, na de pessoas que me são próximas, quase todas pelo parentesco”. Todavia, percebe-se que a imersão de Boris Fausto nos caminhos da memória produz certa inquietação nesse historiador. Inquietação que o leva a anunciar na introdução de “Negócios e ócios” o seu afastamento da produção de narrativas ficcionais apesar de sua aproximação com o campo da memória: “a narrativa procura cingir-se ao modelo da história, pelo menos da história como eu a entendo, e isso significa evitar a ficção” (FAUSTO, 1997, p. 8).

Essa defesa da narrativa histórica em contraposição a ficcional construída por Boris Fausto aparece também em textos que se propõem a interpretar a produção faustiana. Escrito para compor a coletânea “Leituras críticas sobre Boris Fausto” (2008), o texto de Keila Grinberg, “Pelo prazer de uma boa história: *Negócios e ócios* na obra de Boris Fausto”, assume, tal qual Fausto, a contraposição entre História e ficção na obra “Negócios e ócios”:

Ao lidar com lembranças, com histórias que lhe foram contadas, com episódios dos quais se lembra mas não viveu, e com outros, que viveu mas não se lembra, Boris Fausto escreveu uma narrativa que, **longe de ser ficcional**, é baseada em fragmentos e sensações, ingredientes fundamentais para a composição de um bom retrato, que é justamente o que o leitor tem à sua frente quando se depara

com o livro. Pois foi esta história, de cunho ora familiar, ora pessoal, ora sociológico, a responsável por uma das abordagens mais interessantes da historiografia brasileira recente sobre imigração. (GRINBERG, 2008, p. 110, *grifos nossos*).

Cabe registrar que a aproximação do campo da História com o campo da memória foi realizada na obra “Negócios e ócios” por meio da imersão na abordagem da chamada micro-história. Imersão essa que apareceu suscitada pelo diálogo que teve com seu filho Carlos Fausto.

Meu filho antropólogo Carlos Fausto foi quem me incentivou e me sugeriu existir em minha história uma combinação de ingredientes exemplares e ao mesmo tempo específicos, merecedores de se tornarem públicos. Acabei me convencendo de sua argumentação, ao perceber a possibilidade de elaborar uma narrativa que, se bem sucedida, poderia ampliar um pouco o conhecimento da micro-história da imigração, da cidade de São Paulo da década de 20 até o início dos 50, do mundo dos negócios do café, da socialização escolar etc. (FAUSTO, 1997, p. 8).

Assim, embora o tema da imigração não seja novo na produção faustiana¹, “Negócios e ócios” apresentou como novidade o trato da sua história familiar. Com isso, essa obra não só foi concebida como um trabalho de micro-história, como também de ego-história² – o qual, segundo Boris Fausto, se justifica pelo fato da mesma combinar as esferas pública e privada. Para Fausto,

[...] a busca de uma audiência mais ampla para um escrito do gênero da “ego-história” se justifica quando ele combina as esferas pública e privada; ou seja, quando a narrativa se insere de algum modo em um universo coletivo, dizendo respeito a uma etnia, a uma nação, a uma classe social etc.; e também quando as relações internas entre os membros da família ajudam a iluminar um quadro cultural mais amplo, dizendo respeito ao modelo familiar de uma sociedade. (FAUSTO, 1997, p. 7).

¹ Antes de “Negócios e ócios”, Boris Fausto publicou sobre o tema imigração os seguintes textos: “Historiografia da imigração para o Estado de São Paulo” (1992); “Imigração e participação política na Primeira República: o caso de São Paulo” (1995).

² “Boris Fausto classifica seu trabalho como sendo uma ego-história, termo cunhado por Pierre Nora e que ficou famoso com a publicação de *Ensaio de ego-história*, com contribuições de historiadores como Georges Duby, Pierre Chaunu, Maurice Agulhon e Jacques Le Goff, entre outros. O gênero foi então definido como a relação entre o historiador, sua trajetória biográfica e a de sua geração, suas escolhas profissionais e a maneira como estas influenciaram a historiografia contemporânea. Em outras palavras, trata-se da conexão entre a história vivida, na qual o historiador é sujeito, e da análise historiográfica, na qual ele é o analista.” (GRINBERG, 2008, p. 111-112).

Iniciado em “Negócios e ócios”, o interesse de Boris Fausto pela micro-história seguiu pela publicação de “O crime do restaurante chinês” (2009). Embora essa obra não evidencie uma proposição de diálogo com a memória tal qual aquela primeira, interessante é observar que esse historiador, mesmo depois de mais de uma década da publicação de “Negócios e ócios”, persistiu no propósito de demarcar sua produção num campo oposto do da ficção. Fausto inclusive insistiu em afirmar logo na introdução da obra “O crime do restaurante chinês” que ela fora construída a partir de fontes históricas, demarcando-a, assim, no terreno da História. No entanto, é preciso que se diga que essa demarcação, ao contrário do que foi feito para “Negócios e ócios”, não esteve relacionada ao trabalho com a memória, mas sim à escolha pela micro-história. Fausto, ao situar sua obra no campo da micro-história, assim se pronuncia:

O livro se situa numa forma de fazer história que seus autores mais conhecidos denominaram de micro-história. A partir de historiadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi e do francês Le Roy Ladurie, desde meados da década de 1970, a micro-história tornou-se um gênero histórico muito prestigioso no mundo ocidental.

[...]

Com suas peculiaridades, *O crime do restaurante chinês* se enquadra na linha da micro-história, por seu enfoque e suas preocupações. A escala de observação é reduzida, como indica a escolha do tema. Muitos personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos “grandes personagens da nossa história”. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulo ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança. **O estilo preferencial é a narrativa, mas não a narrativa ficcional, pois a trama se apóia em fontes históricas**³. (FAUSTO, 2009, p. 9-10, *grifos nossos*).

Mas, toda e qualquer inquietação provocada em Boris Fausto em razão de sua imersão no campo da memória esvaiu-se no instante em que esse historiador

³ De acordo com Boris Fausto, essas peculiaridades da obra “O crime do restaurante chinês” atende ao que ele expõe como objetivos centrais da micro-história: “[...] a) reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem entretanto confundir-se – dado seu conteúdo e seu estilo – com as narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se no terreno da história, o que significa apoiar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, a obra ficcional”. (FAUSTO, 2009, p. 9).

resolveu escrever e publicar a sua primeira obra autobiográfica, intitulada “Memórias de um historiador de domingo” (2010). Com ela, tem-se o início da terceira fase da escrita faustiana em diálogo com a memória. Fase essa que se define pelo fato da memória tornar-se mais do que uma fonte na produção histórica realizada por Fausto, ou seja: ela passa a organizar a construção narrativa desse historiador.

Semelhante ao modelo narrativo proposto por Philippe Ariès, em sua obra “Un historien du dimanche” (1980)⁴, “Memórias de um historiador de domingo” buscou, seguindo a proposta presente em “Negócios e ócios” (1997), a construção de uma narrativa biográfica. Desse modo, se, em “Negócios e ócios”, Boris Fausto priorizou em sua construção narrativa o período de sua infância e adolescência, trazendo à discussão questões ligadas, preferencialmente, a história de sua família, que, por sua vez, foi também a história dos judeus sefardis; em “Memórias de um historiador de domingo”, esse historiador tomou por ponto de partida para sua narrativa o momento em que ingressou na Faculdade de Direito. Assim, nesse livro, o interessa o tempo em que se fez adulto e profissional do Direito e da História. Em texto introdutório dessa obra, Fausto afirma que:

Terminei o primeiro livro [“Negócios e ócios”] no momento em que entrei na Faculdade de Direito, aos dezenove anos, e na ocasião justifiquei esse corte prematuro com o fato de que a história, ao chegar àquele ponto, começava a se aproximar do presente. E o presente para um historiador – assim eu acreditava –, por mais que se diga o contrário, é sempre um terreno pantanoso. Nele resolvo entrar agora, transcorridos vários anos, esperando não me afogar em um lamaçal, mas recordar momentos de vida que possam ultrapassar o limite dos sentimentos pessoais, situados na esfera privada, e retratem algo que combine o universo privado e o público, como um fragmento significativo de “tempos idos e vividos”. (FAUSTO, 2010, p. 9-10).

E, ainda que a inquietação de Boris Fausto, provocada por sua imersão no campo da memória, tenha chegado ao fim com “Memórias de um historiador de domingo” (2010), foi com a publicação de seu diário, “O brilho do bronze [um diário]” (2014), escrito no momento imediatamente posterior a perda de sua esposa Cynira, que esse historiador se rendeu em absoluto à memória. Nele, Fausto expõe sua intimidade e seu luto sem a preocupação que se fazia comum em suas outras obras

⁴ Publicado no Brasil em 1994, esse livro teve o título traduzido para “Um historiador diletante”.

de teor memorialístico, qual seja: a de combinar em sua construção narrativa os universos privado e público.

Dito isto, destaca-se que, apesar das três fases ora apresentadas serem representativas de parte significativa da produção intelectual de Boris Fausto, elas não dão conta de reunir todos os textos escritos por esse historiador ao longo de quase cinco décadas. Afinal, nem todas as suas obras estabeleceram necessariamente algum nível de diálogo com o campo da memória. Esse é o caso, por exemplo, de “Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)”, publicada em 1984, pela editora Brasiliense.

Ao estudar a criminalidade e os crimes na cidade de São Paulo, Boris Fausto, para além do diálogo com a bibliografia selecionada, construiu sua argumentação apoiada no exame crítico de fontes, como: os processos penais, os jornais diários, a legislação, os anais legislativos, os recenseamentos, os relatórios policiais e os dados estatísticos criminais. A partir da combinação dessas fontes, esse historiador buscou interpretar o crime e a criminalidade como fenômenos associados à história da indústria, da cidade e da classe trabalhadora. Em “Crime e cotidiano”, Fausto mostrou-se particularmente interessado pela problematização das estatísticas criminais. De acordo com Sérgio Adorno,

O apelo às estatísticas é um dos modos pelos quais Fausto adentra o cotidiano das agências encarregadas da aplicação de lei e ordem. Ele o faz perseguindo os crimes observados, no fluxo do sistema de justiça criminal vigente àquela época, um percurso que segue do registro de uma ocorrência policial até a proclamação de uma sentença condenatória. [...] No emprego de estatísticas criminais, Fausto não apenas já destacava sua relatividade e duvidosa fidedignidade, mas também já se preocupava em evitar generalizações [...].

As estatísticas [...], mais do que indicar uma precisa incidência dos homicídios, dos furtos e roubos, dos crimes sexuais e das contravenções penais (como vadiagem), revela, antes de tudo, a maior ou menor intensidade com que a ação repressiva incide sobre esta ou aquela modalidade infracional. [...]

As estatísticas são, nessa medida, instrumentos de poder. Elas permitem descortinar os alvos privilegiados da ação repressiva. (ADORNO, 2008, p. 99-100).

Deste modo, as escolhas teórico-metodológicas realizadas por Boris Fausto na obra em questão o afastavam do diálogo com a memória. E isso não ficou restrito a “Crime e cotidiano”. Outros textos desse autor seguiram esse mesmo

distanciamento com o campo da memória por razões teórico-metodológicas e, dentre esses, citam-se: o já mencionado livro “O crime do restaurante chinês” (2009); os seus textos realizados em co-autoria com outros pesquisadores, como “Imigração e política em São Paulo”⁵ (1995) e “Brasil e Argentina”⁶ (2004); as suas obras de abordagem didática dos temas clássicos que compõem a História do Brasil do período da Colônia à República, como “História do Brasil” (1994) e “História concisa do Brasil” (2001); afora seus inúmeros artigos, capítulos de livros e brochuras, que não serão aqui nomeados a fim de se evitar que essa introdução fique demasiadamente enfadonha⁷.

Diante de uma produção intelectual como esta, chama a atenção o fato do pouco interesse dos historiadores em tomá-la como objeto de pesquisa. A consulta bibliográfica indicou apenas a publicação de uma obra que evidenciasse como tema central a produção faustiana. Refere-se aqui à obra organizada por Angela de Castro Gomes, intitulada “Leituras críticas sobre Boris Fausto” (2008). Também merece referência o artigo de Noé Freire Sandes, “1930: entre memória e história” (2003), que, ao se propor analisar a produção historiográfica sobre 1930, colocou em diálogo dois livros clássicos: “A Revolução de 1930”, de Boris Fausto, e “A verdade sobre a revolução de outubro”, de Barbosa Lima Sobrinho. O historiador em questão retoma essa discussão em “O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)” (2009) e em “O tempo revolucionário e outros tempos” (2012), especialmente no capítulo “Memória da Revolução”.

Contudo, a escolha por tomar como objeto de estudo parte da produção intelectual de Boris Fausto justifica-se não pela sua ainda parca investigação, mas por sua importância no que concerne à construção de uma versão sobre a História do Brasil República, especialmente da Primeira República, que consolidou interpretações, e, para alguns, sentido de verdade, desse período. Obras desse historiador, como “A Revolução de 1930”, são tidas como ponto de partida para muitas das reflexões empreendidas por historiadores que tomam como problemática o tempo republicano. Deste modo, seja para reafirmar, seja para criticar a validade de algumas de suas teses, a produção intelectual de Boris Fausto continua sendo

⁵ Essa obra foi escrita em co-autoria com Oswaldo Truzzi, Roberto Grün e Célia Sakurai.

⁶ Essa obra foi escrita em co-autoria com Fernando J. Devoto.

⁷ Uma relação dos textos escritos e publicados por Boris Fausto até o ano de 2006 encontra-se na obra “Leituras críticas sobre Boris Fausto” (2008), organizada por Angela de Castro Gomes.

referência obrigatória de pesquisadores de temáticas do período da República brasileira.

Sendo assim, o presente trabalho propõe-se a investigar a produção intelectual de Boris Fausto realizada ao longo do que foi aqui nomeado de primeira fase de sua produção, estando, por isso, circunscrito ao período entre fins dos anos de 1960 e primeira metade da década de 1970. Esse recorte justifica-se em razão dessa fase corresponder a imersão de Fausto no campo de produção histórica e, ao mesmo tempo, o seu fazer-se em historiador da República. Além disso, em termos de historiografia republicana, a produção histórica empreendida por Fausto entre 1960 e 1970 está associada à emergência, nos espaços institucionais das universidades brasileiras, de pesquisas voltadas para a História do Brasil República.

Se pensada a partir do processo de institucionalização dos programas de pós-graduação, a eleição da produção faustiana em sua primeira fase como objeto de estudo deste trabalho justifica-se também pelo fato da mesma ter sido realizada na conjuntura de transição pela qual passavam os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Afinal, a despeito do curto intervalo de tempo entre o fim do doutorado de Boris Fausto, 1969, e o início das pesquisas para a preparação de sua livre-docência, por volta de 1971, observa-se que essas teses faustianas foram escritas em conjunturas institucionais e acadêmicas distintas.

A transição ora mencionada esteve diretamente relacionada à criação do sistema nacional de pós-graduação, que passava a ser comandado pela agência Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgão do Ministério da Educação. Antes disso, não existiam formas eficientes de regulação, de fiscalização, nem mesmo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado em funcionamento nas universidades brasileiras. Dentro desse novo sistema, a Universidade de São Paulo – USP teve, em 1971, o primeiro Programa de Pós-Graduação em História com os seus cursos de mestrado e doutorado credenciados pela CAPES. Salvo a USP, no mesmo ano, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF teve credenciado o seu curso de mestrado.

A conjuntura de institucionalização dos programas de pós-graduação, particularmente os da área de História, interessa ao presente trabalho na medida em

que expõe os limites e as possibilidades do desenvolvimento de pesquisas no ambiente universitário, inclusive antes da criação do sistema nacional que passou a organizar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, os historiógrafos brasileiros identificam a organização do sistema nacional de pós-graduação como um dos responsáveis pela explosão da pesquisa no Brasil e, em especial, pelo fortalecimento da produção de obras de História. Daí associarem o período pós-1971 como sendo o da consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil, já que os anos entre 1930 e 1970 são avaliados como sendo o de nascimento dessa produção dentro das universidades (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999).

Por fim, a escolha do recorte para a análise da produção intelectual de Boris Fausto em sua primeira fase justifica-se ainda em virtude do caráter interdisciplinar das teses de doutorado e livre-docência desse historiador. Embora o trabalho interdisciplinar não fosse uma novidade para a produção histórica dos anos de 1960 e 1970, ele assumiu contornos peculiares na obra faustiana, notadamente, por dois aspectos. Primeiro, porque a adoção da interdisciplinaridade deu-se mais em razão de uma ausência do que por uma concepção prévia e bem delimitada da História associada às Ciências Sociais. Ou seja, quando Fausto iniciou suas pesquisas tendo por recorte temporal a Primeira República, imperava entre os historiadores brasileiros certo desinteresse em pesquisar esse período da História do Brasil. O mesmo não se dava entre os cientistas sociais na medida em que se destacavam por seu interesse em investigar a experiência republicana brasileira. Deste modo, ao pesquisar os temas da Revolução de 1930 e da formação da classe operária, Fausto não encontrou interlocutores na área da História e sim nas Ciências Sociais.

O segundo aspecto a ser destacado relaciona-se ao fato da interdisciplinaridade empreendida por Boris Fausto com o campo das Ciências Sociais ter conduzido suas reflexões a uma primeira leitura sobre o Brasil República associada à noção de populismo. Noção esta apreendida, notadamente, a partir dos escritos do cientista social Francisco Weffort. Cabe observar que a associação em questão teria ocorrido porque Fausto assumiu o desafio da investigação histórica quando da efervescência do debate sociológico fundado no fenômeno do populismo. Assim, ao buscar interlocução com o campo das Ciências Sociais, esse historiador não teria ficado alheio às proposições e aos resultados desse debate.

Justificada a escolha do recorte para o tratamento da produção intelectual de Boris Fausto, registra-se que o presente trabalho tem por objetivo perscrutar os escritos desse historiador, entre fins dos anos de 1960 e primeira metade da década de 1970, buscando compreendê-los, tal qual propõe Michel de Certeau (2006), como produtos da combinação de um lugar social, de uma prática científica e de uma escrita. Nesse sentido, a fim de delinear o espaço institucional em que Fausto se fez profissional da área de História e, depois, desenvolveu a escrita de suas teses de doutoramento e livre-docência, elegeram-se como fontes: a) leis e decretos federais que regulamentaram o sistema universitário no qual Fausto se inseriu quando cursou a graduação em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL⁸, da USP; b) decretos e portarias do Estado de São Paulo que dispuseram sobre a organização institucional da USP, bem como a regulamentação de seus cursos de graduação e de pós-graduação; c) guias e programas de cursos preparados pelo Departamento de História da FFCL/USP no período em que Fausto esteve vinculado ao curso de graduação em História dessa instituição; d) histórico escolar de Fausto; e) banco de dados de dissertações e teses da FFCL/FFLCH/USP.

Conhecer esse espaço institucional faz-se necessário na medida em que “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2006, p. 67). Diante do exposto, assume-se não ser possível propor um estudo de caráter historiográfico dissociado do delineamento do espaço institucional em que ocorre a produção histórica. Afinal, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual se organiza silenciosamente” (CERTEAU, 2006, p. 71).

Conforme mencionado, se a operação histórica é produto de um lugar, ela também é de uma prática e de uma escrita. Por essa razão, com o propósito de trazer ao debate os procedimentos de análise adotados por Boris Fausto, que, por sua vez, orientaram a sua interpretação, resultando na escrita sobre a primeira experiência republicana brasileira a partir da investigação dos temas da Revolução de 1930 e da formação da classe operária, foram selecionadas como fontes: a) a tese de doutorado de Fausto, em seus formatos original, intitulada “1930:

⁸ Hoje denominada de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH.

historiografia e história” (1969), e publicada, com o título “A Revolução de 1930: historiografia e história” (1970); b) a tese de livre-docência desse historiador, também em suas versões de texto original, “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” (1975), e de livro, “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)” (1976).

Para a análise crítica desses textos faustianos, levar-se-ão em consideração as circunstâncias do momento em que as obras foram escritas, uma vez que o interesse deste trabalho recai sobre o que permite e o que proíbe o campo historiográfico no tempo em que se deu a elaboração do conhecimento histórico. Isto significa dizer que as teses de doutorado e livre-docência de Boris Fausto serão tomadas em sua época de produção e não à luz das transformações analíticas que lhe foram posteriores. Assim sendo, será necessário levar em consideração que essas teses faustianas foram escritas em conjunturas acadêmicas marcadas pelo predomínio das análises de perspectivas estruturalistas (DELGADO, 2009). Razão pela qual esses dois primeiros trabalhos de Fausto expressam diálogos frequentes com essas análises estruturalistas, seja no sentido de refutá-las, seja no intuito de ratificá-las mesmo que parcialmente.

Ainda sobre esse aspecto, registra-se que, à época da escrita de suas teses de doutorado e livre-docência, Boris Fausto se declara crítico contundente das interpretações encaminhadas tanto pela esquerda representada no Partido Comunista quanto pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política/Instituto Superior de Estudos Brasileiros - IBESP/ISEB. Ressalta-se que o afastamento dessas interpretações aproximou esse historiador das proposições apresentadas pelos cientistas sociais de formação uspiana, muitos deles remanescentes do Seminário de Marx e, depois, reunidos no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. Dentre esses cientistas sociais, citam-se: Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octávio Ianni, Francisco Weffort, dentre outros. Todavia, defende-se que nenhum dos nomes ora referenciados se fez tão presente nas reflexões faustianas quanto Francisco Weffort e, por isso, dedicar-se-á, particularmente, maior atenção aos debates suscitados por esse cientista social em torno do populismo.

Ademais da correspondência interpretativa com esses cientistas sociais de formação uspiana, Boris Fausto buscou nas teses de inúmeros brasilianistas a

validação de muitos de seus argumentos. Até porque, enquanto os historiadores brasileiros demonstravam desinteresse pela pesquisa de temas circunscritos ao período republicano, os historiadores estrangeiros, especialmente os norte-americanos, ao tomarem o Brasil como objeto de suas pesquisas, encontravam na História da República o recorte temporal preferencial de suas propostas investigativas. Faz-se necessário também destacar que, na ocasião em que empreendeu pesquisa para a escrita da tese de livre-docência, Fausto aproximou-se das propostas de E. P. Thompson, que traziam “não só um novo conceito de classes sociais, mas toda uma ênfase nos aspectos culturais e subjetivos antes ignorados” (RAGO, 1999, p. 76). E, embora essa aproximação tenha suscitado novos problemas e novas abordagens para o tratamento da formação da classe operária no Brasil, Fausto optou por combinar algumas das propostas thompsonianas com as análises de perspectivas estruturalistas apresentadas pelos cientistas sociais de formação uspiana.

Delimitados os pressupostos teórico-metodológicos que balizaram o tratamento da produção faustiana a partir das proposições de Michel de Certeau (2006), é preciso por em evidência outro importante referencial para o desenvolvimento deste trabalho, qual seja: a perspectiva de campo de Pierre Bourdieu. De acordo com esse autor, o campo deve ser entendido, ao mesmo tempo,

[...] como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50).

A importância da noção de campo reside no fato do objeto deste trabalho estar circunscrito ao campo científico, mais especificamente ao campo de produção historiográfica. O início da participação de Boris Fausto nesse campo está associado ao momento em que ele se decide por empreender pesquisas na área de História. Uma vez parte do campo, esse historiador passa a ter que não só participar, como também investir no jogo que tanto define esse espaço quanto estabelece sua dinâmica de funcionamento e suas regras. Afinal, a aceitação do jogo próprio ao campo científico por parte de Fausto é condição *sine qua non* para que ele busque

reconhecimento de sua produção intelectual entre seus pares, os quais, assim como ele, são agentes do mesmo campo. Pois, conforme anunciado por Pierre Bourdieu,

[...] ninguém pode lucrar com o jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exactamente, do seu poder sobre os títulos objectivados do capital específico [...]. (BOURDIEU, 1989, p. 85).

Sendo assim, para os fins pretendidos neste trabalho, buscar-se-á entender as escolhas realizadas por Boris Fausto no ato de sua produção intelectual associadas ao seu interesse em ver a sua obra reconhecida e legitimada por seus pares no espaço do campo de produção historiográfica. Isto posto, passa-se a apresentação do modo pelo qual o presente trabalho está organizado.

Intitulado “Os desafios e as possibilidades do espaço acadêmico de formação e de produção de Boris Fausto: história, historiadores e historiografia”, o primeiro capítulo tem por objetivo discutir as implicações da condição de historiador advogado nas escolhas de pesquisas de Boris Fausto, bem como apresentar a instituição em que ele se fez historiador. A fim de realizar esses objetivos, propõe-se, inicialmente, uma reflexão em torno dos desafios da conciliação das carreiras de historiador e advogado na trajetória de Boris Fausto. Essa conciliação importa na medida em que explica o encontro tardio de Fausto com o exercício da docência. Em seguida, conquanto Fausto tenha se vinculado a graduação em 1963 e a pós-graduação em 1967, expõe-se o processo de constituição dos cursos de graduação e pós-graduação em História da FFCL/USP antes mesmo da década de 1960. O recuo em questão tem o propósito de por em evidência as constantes reformas institucionais vivenciadas pela então jovem universidade paulista, em especial o seu Departamento de História. O acompanhamento dessas reformas coloca no centro do debate as ações voltadas para a definição de um perfil profissional a ser formado para atuar no campo da História, seja como professor, seja como pesquisador. E, ao mesmo tempo, permite que se compreenda a instituição que Fausto se formou historiador como parte desse processo marcado por constantes reformas. Definida a instituição de formação de Fausto, sublinha-se que as opções realizadas por esse historiador durante a graduação e o doutorado em História serão tratadas tendo por referência o espaço acadêmico constituído no interior da FFCL/USP.

Nomeado “O fazer-se de um historiador da República em terra de cientista social: Boris Fausto, Francisco Weffort e o conceito de populismo”, o segundo capítulo pretende tanto demarcar as possibilidades de diálogo disponíveis a Boris Fausto no campo acadêmico à época de suas primeiras pesquisas quanto explicitar a formulação do conceito de populismo em Francisco Weffort. Deste modo, o capítulo divide-se em dois tópicos. No primeiro deles, procura-se apresentar as Ciências Sociais como área acadêmica que seguiu, até o final da década de 1960, como referência na escrita do período republicano, ao mesmo tempo em que os historiadores brasileiros resistiam a tomar por objeto de suas análises a História do Brasil República. Para tanto, coloca-se em discussão a produção acadêmica sobre a Primeira República, empreendida até o ano de 1970, com a finalidade de lançar luz sobre as motivações que levaram Boris Fausto, um pioneiro dos estudos republicanos no campo da História, a construir suas interlocuções com as Ciências Sociais. No último tópico, busca-se trazer o conceito de populismo em Francisco Weffort como alternativa à perspectiva ibespiana sobre esse fenômeno político de massas. O interesse em torno desse conceito weffortiano reside no fato de se assumir neste trabalho a hipótese de que ele funcionou como chave de leitura para os primeiros escritos de Fausto acerca da Primeira República.

Por fim, o terceiro capítulo tem por intuito discutir aspectos dos dois primeiros trabalhos de Boris Fausto que vão do mapeamento, em linhas gerais, da recepção de suas obras no meio acadêmico até o tratamento de algumas de suas opções teórico-metodológicas. Intitulado “A escrita faustiana da Primeira República: *1930: historiografia e história* e *O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)*”, esse último capítulo organiza-se em quatro tópicos. O primeiro tópico procura apresentar o modo pelo qual Boris Fausto se apropriou de um debate já consolidado nas Ciências Sociais em torno da crítica às teses dualistas. No que concerne ao segundo tópico, busca-se fazer as demarcações na obra faustiana da interlocução que este historiador estabelece com o pensamento weffortiano. Pois, a análise das obras de Fausto indicou, por um lado, que, em “1930: historiografia e história”, a reflexão de Francisco Weffort sobre o movimento revolucionário de 1930 foi corroborada por esse historiador. E, por outro, que, em “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, Fausto tomou de empréstimo os aspectos metodológicos empreendidos por Weffort em

"Sindicatos e política". Em seguida, no terceiro tópico, propõe-se refletir sobre o diálogo entre História e Memória realizado por Fausto em seus primeiros trabalhos de pesquisa acadêmica. E, finalmente, discute-se a forma com que as fontes históricas, em especial os jornais, foram mobilizadas por esse historiador no processo de construção interpretativa da Primeira República.

Em suma, ao investigar a produção histórica de Boris Fausto, empreendida entre fins dos anos de 1960 e primeira metade da década de 1970, este trabalho refletirá não só sobre a escrita desse historiador, como também a propósito do campo historiográfico brasileiro que passava a ver nas instituições universitárias o lugar preferencial para a construção do saber histórico. Instituições essas que, à época, se viam diante do desafio de projetar cursos na área de História que não apenas formassem professores para o ensino básico, como também, e sobretudo, que tivessem por prioridade a preparação de pesquisadores qualificados. Uma demanda apresentada pelos profissionais da área como meio de fortalecer os estudos históricos no Brasil.

CAPÍTULO I

OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO ESPAÇO ACADÊMICO DE FORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE BORIS FAUSTO: HISTÓRIA, HISTORIADORES E HISTORIOGRAFIA

O presente trabalho situa-se entre os estudos de historiografia brasileira que tomam como objeto de investigação a produção histórica de um único historiador. Para os fins pretendidos neste trabalho, elegeu-se o historiador Boris Fausto. Pertencente ao grupo de historiadores identificado por seus pares como sendo a primeira geração da escola uspiana de História⁹, Fausto iniciou suas pesquisas históricas na segunda metade da década de 1960. Interessante destacar que os estudos historiográficos caracterizam essa década como parte integrante do período do nascimento no Brasil da chamada moderna produção histórica.

A expressão “moderna produção histórica” aparece na obra “Historiografia luso-brasileira contemporânea” (1999), de José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha¹⁰, e busca nomear a vertente interpretativa do Brasil que passava a ser

⁹ De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini (1994), ao reconstituírem as linhagens historiográficas da escola uspiana de História, evidenciaram três momentos: o da formação dos historiadores uspianos, o da primeira geração orientada pelos formadores e o da segunda geração. Para essas autoras, os formadores corresponderiam aos “primeiros historiadores uspianos, alunos e professores das primeiras turmas da Faculdade e que representaram a conjunção das preocupações intelectuais correntes no Brasil na época com a orientação dos mestres da missão francesa” (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 351). Quanto à primeira geração, esta estaria representada pelo “conjunto de doutorados produzidos, *grosso modo*, entre 1951 e 1973, orientados pelos formadores e defendidos, ainda, no sistema do *antigo regime* da pós-graduação” (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 352, *grifos das autoras*). E, por fim, no concernente à segunda geração, esta seria resultante do “amplo conjunto de teses defendidas no sistema de pós-graduação, implantado na USP a partir de 1971, em dois Cursos: História Econômica e História Social” (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 355).

¹⁰ Ao proporem uma síntese geral da trajetória da historiografia brasileira, Arruda e Tengarrinha (1999) construíram uma periodização organizadora dos movimentos de produção histórica, tendo por referência a escrita da História realizada no interior dos espaços institucionais. Para eles, a historiografia brasileira expressa três fases: a primeira, datada de 1838 a 1930; a segunda, relacionada ao período compreendido entre os anos de 1930 e 1970; e, a terceira, iniciada em 1971, com a instituição na área da História do sistema nacional de pós-graduação. Assim sendo, segundo esses autores, a primeira fase, chamada de pré-história da produção histórica, associa-se ao IHGB e aos profissionais eruditos e autodidatas. Já a segunda, nomeada de período do nascimento da moderna produção histórica, caracteriza-se pelo convívio de historiadores autodidatas e de formação universitária. E, por fim, a terceira, intitulada de período da consolidação da moderna produção

gestada pela primeira vez no ambiente das universidades brasileiras, criadas a partir da década de 1930. Pautado pelas reflexões encaminhadas por Arruda e Tengarrinha (1999) sobre os passos iniciais da escrita da história empreendida por profissionais de formação na área, João Miguel Teixeira de Godoy (2009, p. 72-73) afirma que “o nascimento da historiografia acadêmica aparece como um desdobramento das grandes sínteses e propostas interpretativas de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, entre outros”. Pois, para esse historiador, esses autores e suas obras “teriam apontado veredas e aberto possibilidades que foram objeto de investigações de caráter monográfico, típicos da academia”.

Dito isso, ressalta-se que o estudo da produção histórica de Boris Fausto impõe desafios que vão além da delimitação do seu lugar de fala, metodologicamente construído a partir da delimitação do espaço acadêmico-institucional de sua atuação e da abordagem de suas redes de interlocução e de sociabilidade¹¹. A transformação do historiador e de sua obra em objeto da pesquisa histórica demanda também o perscrutamento de sua prática e de sua escrita. Com isso, compartilha-se das proposições anunciadas por Michel de Certeau, em especial quando afirmar que:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata e, que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2006, p. 66, *grifos do autor*).

historiográfica, articula-se, sobretudo, com o historiador de formação universitária.

¹¹ Segundo Jean François Sirinelli (2003, p. 248; p. 252-253), “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo ‘redes’ para definir tais estruturas. [...] As ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de um dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular.”

O fragmento em destaque coloca em evidência a concepção da operação historiográfica como atividade humana, como prática, que transforma “o dado natural em produto cultural sob a forma de escrita, mediante o uso de determinadas técnicas” (FERREIRA, 2008, p. 12). Ao assim conceber a operação histórica, Michel de Certeau (2006) traz para o centro do debate “os historiadores como sujeitos vinculados a lugares de produção e instituições socioeconômicas, políticas e culturais, que permitem ou interditam o que fabricar” (FERREIRA, 2008, p. 12-13).

Diante do exposto, uma questão se impõe: como definir o historiador? De acordo com Antoine Prost (2008), o pesquisador ligado à História integra um grupo de pessoas que se afirmam historiadores com o acordo de seus pares e do público interno e/ou externo ao ambiente acadêmico-científico. Ainda segundo esse autor,

Esse grupo, por sua vez, diversificado, compreendendo essencialmente professores e pesquisadores, está unido por uma formação comum, uma rede de associações e de revistas, assim como pela consciência nítida da importância da história. Além de compartilhar critérios de julgamento – sobre a produção de obras históricas, sobre o que é um bom ou ruim livro de história, sobre o que um historiador deve, ou não deve, fazer –, ele está unido por normas comuns, a despeito de previsíveis clivagens internas. (PROST, 2008, p. 33).

Pensar a figura do historiador, bem como as múltiplas relações em que está imbricado, torna-se fundamental a uma História que se reconhece subjetiva. A admissão da presença da subjetividade no processo de fazer História coloca no centro do debate, de um lado, as relações de poder e as intencionalidades, conscientes ou não, que caracterizam os vestígios humanos produzidos no passado, e, de outro, o trabalho do historiador, especialmente o tempo em que se dá sua escrita. No concernente a esse último, torna-se fundamental compreender como o lugar social do historiador e a escolha de uma prática (referenciais teórico-metodológicos, recortes temporal, espacial e documental, delimitação do problema histórico) orientam e definem uma escrita. Escrita esta mobilizada por questões históricas que foram formuladas no âmago não só dos fatores internos à profissão, mas também de demandas de uma sociedade, na qual o historiador é parte integrante (PROST, 2008). Nas palavras de Antoine Prost,

Qualquer questão histórica é, de fato, formulada *hic et nunc* por um homem situado em uma sociedade. Mesmo que pretenda voltar-lhe

as costas e atribuir à história uma função de puro conhecimento desinteressado, ele não consegue abstrair-se de seu tempo. Todas as questões são formuladas a partir de determinado lugar. Como foi mostrado por R. Koselleck, a consciência da historicidade dos pontos de vista do historiador, e da necessidade que lhe é inerente de reescrever periodicamente a história, é um dos traços característicos da própria constituição, no final do século XVIII, do pensamento histórico moderno. (PROST, 2008, p. 84-85).

Deste modo, o conhecimento histórico, que a escrita confere inteligibilidade, deve ser entendido como perspectivista, e, como tal, assim como o objeto de sua reflexão, ele é histórico. Destarte, torna-se fundamental considerar o lugar social ocupado pelo historiador. Afinal, esse lugar sofre alterações ao longo do tempo, provocando, com isso, transformações no fazer História e na função que ela – a História enquanto disciplina – assume para cada sociedade. Com vistas a fundamentar a argumentação em questão, cita-se Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2006, p. 66-67).

Sendo assim, defende-se não ser possível propor uma reflexão em torno da produção historiográfica sem levar em consideração o espaço institucional em que a mesma foi realizada. Para tanto, admiti-se que “o historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 61). E, em consonância com essa perspectiva, buscar-se-á, no presente capítulo, definir os lugares de formação e de produção do historiador Boris Fausto. Como esse historiador graduou-se e doutorou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL, da Universidade de São Paulo – USP, no decorrer dos anos de 1960, buscar-se-á concentrar o debate em torno dos caminhos percorridos por essa instituição quando das implementações dos projetos de institucionalização do curso de História e do seu sistema de pós-graduação. Para tanto, historicizar-se-ão os

processos de criação da USP, da FFCL e do curso de História, bem como o de institucionalização da pós-graduação no Brasil e, em particular, na USP.

A validade desse debate encontra-se no fato de que os vínculos de Boris Fausto com a FFCL – tanto no momento em que cursou a graduação em História quanto na ocasião em que esteve integrado ao curso de doutorado – ocorreram em conjunturas marcadas por reformas institucionais, promovidas, muitas vezes, para atender as regulações legislativas nacionais. Ademais, é preciso que se diga que, nos anos de 1960, quando Boris Fausto graduou-se e doutorou-se, a formação de profissionais para o ensino e a pesquisa em História nas universidades brasileiras ainda encontrava-se em processo de consolidação. E não havia como ser diferente uma vez que o primeiro curso de História em uma universidade brasileira foi criado apenas em 1934 – tendo na USP o seu lugar de origem – e a geração de historiadores formada por esse curso só veio a defender suas primeiras teses de doutorado em 1942 – também no interior da USP.

Diante do exposto, é preciso assinalar que, em razão dessa tardia oferta de cursos universitários na área de História, a produção historiográfica realizada nos espaços das universidades brasileiras demorou a sobrepor-se, particularmente em termos numéricos, aos estudos históricos empreendidos pelos então historiadores eruditos e autodidatas. E foi neste contexto acadêmico que Boris Fausto não só se fez um profissional da área da História, como também empreendeu sua primeira pesquisa na condição de historiador. Com isso, sua primeira produção histórica se viu imbricada nos desafios e nas possibilidades próprias ao processo de constituição do espaço universitário como lugar preferencial, quando não exclusivo, da produção historiográfica.

Assim sendo, entende-se que o delineamento dos espaços de formação e de produção de Boris Fausto contribuirá para a elucidação, de um lado, das suas escolhas temáticas, metodológicas, conceituais, e, de outro, do processo de eleição dos autores que o auxiliaram na construção de seus argumentos e teses históricas e historiográficas. Aspectos esses que serão debatidos nos próximos capítulos deste trabalho. Contudo, para o tratamento desses aspectos faz-se também imprescindível uma prévia discussão da opção de Fausto em conciliar duas carreiras: a de advogado e a de historiador. Pois, defende-se que essa conciliação provocou

implicações nas escolhas realizadas por esse historiador quando de sua escrita da História republicana.

Isto posto, o texto que se segue está organizado em três partes. Inicialmente, buscar-se-á refletir acerca dos desafios da conciliação das carreiras de historiador e advogado na trajetória de Boris Fausto. Em seguida, delinear-se-á o espaço de formação que Boris Fausto esteve imerso a partir da historicização do processo de formação e consolidação da FFCL da USP. Por fim, procurar-se-á trazer à discussão o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil e, sobretudo, na USP, bem como os caminhos percorridos pela produção historiográfica no espaço uspiano, particularmente, quando das primeiras incursões de Boris Fausto na investigação histórica.

1.1. Boris Fausto: um advogado historiador ou um historiador advogado?

Sabe-se que Boris Fausto teve sua vida profissional marcada pela conciliação do exercício de duas carreiras: a de advogado e a de historiador. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, desde 1953, exerceu a carreira de advogado até aposentar-se como procurador do Estado na Reitoria da USP. Seu encontro com a história só ocorreu em 1963, quando então entrou no curso de História da mesma universidade em que exercia a função de procurador. Encontro esse que resultou em anos de formação e de pesquisa na área.

O fato de Boris Fausto ter escolhido o Direito como área de profissionalização primeira pode dar a impressão que a História surgiu em decorrência de uma transferência de interesses. Todavia, em entrevista concedida a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, no ano de 2000, ele afirmou que o interesse pela História sempre o acompanhou, construindo, assim, a imagem do historiador por vocação:

Eu me formei na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e aos 23 anos já estava exercendo a advocacia. Mas sempre tive interesse pelas ciências humanas em geral e um gosto particular por História. Porém, na minha época, era ainda raro que alguém saísse do trio tradicional, Direito, Engenharia e Medicina. Engenharia e Medicina para mim estavam fora por exclusão, restava então o

Direito. Eu me formei e advoguei durante muito tempo; profissionalmente minha vida foi centrada na atividade jurídica. Isso me deu um ganho material, mas não me dava satisfação intelectual, então a idéia do curso de História permanecia presente. (FAUSTO, 2000, p. 95).

De modo a complementar essa afirmativa, cita-se ainda trecho de entrevista de 2006, concedida a Angela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, em que Boris Fausto destacou seu encanto pela História e, especialmente, pela História Contemporânea. Ao ser questionado sobre o instante em que descobriu seu interesse pela História, ele assim se pronunciou:

[...] Tenho a impressão de que tem um pouco a ver com o fato de começar cedo lendo jornais e a me interessar pelo mundo em que vivia. Estou pensando alto agora: meu avô me pedia para ler sobre a Guerra Espanhola e, mais do que isso, a tomar uma posição. [...] tenho a impressão que essa imersão no cotidiano da História começou também a levar meu interesse, da cena contemporânea, para a cena imediatamente passada [...]. Acho que tanto isso é verdade, que levei muito tempo para me interessar por períodos mais antigos. Sempre fui um encantado pela história contemporânea. [...] Isso ia na contracorrente dos professores e dos manuais. Mas é engraçado, pois o jornal me dava um contraponto. [...] Então, construí muito da minha educação e do meu interesse pela História por aí. (FAUSTO, 2006, p. 153-154).

É digno de nota o fato de Boris Fausto ter construído seu interesse pela História a partir da leitura de jornais¹² posto que o jornalista escreve para o esquecimento – o que vai na contramão da escrita do historiador que produz memória de um tempo que já não existe mais¹³. De acordo com Jean-Pierre Rioux, a

¹² Sobre os jornais, pode-se concluir que: “[...] o público leitor de jornais, quando adquire o exemplar do dia, nas bancas de revista, ou contrata uma assinatura, busca saciar a sua inesgotável necessidade por notícias [...] Em tese, os jornais parecem cobrir um amplo espectro de acontecimentos do cotidiano, abordando todos os assuntos importantes e de interesse geral. Mas, conforme salienta Pierre Bourdieu, os jornalistas partilham de determinadas estruturas invisíveis, ‘óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem’.” (MARCILIO, 2013, p. 48)

¹³ A relação entre história escrita e memória não deve ser avaliada senão sob seu aspecto conflituoso. De acordo com José Carlos Reis (2010, p. 40-42), “[...] A memória está implicada na escrita da história, mas a historiografia toma distância dela, duvida dela e, para opor-se a ela, recorre à exterioridade do vestígio arquivístico. A historiografia é um ‘trabalho de memória’, que busca a lembrança com a pretensão de verdade e fidelidade. Ela quer se lembrar do que de fato aconteceu. Ela receia que a memória esteja sendo sempre assombrada pela imaginação e sendo vítima de abusos diversos. Por isso, a escrita se autonomizou da memória viva e representa para ela um limite, uma referência material, real, exterior. A historiografia mantém relações complexas com a memória. Por um lado, a memória é a matriz da historiografia, a sua matéria primeira. A historiografia é só uma forma de transmissão da memória e representa para ela um enriquecimento, um aprofundamento. A

missão cotidiana do jornalista

[...] consiste em forçar a atenção do leitor ou do ouvinte para cada “papel”, em mergulhar sem enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a atualidade, em vencer a angústia da pequena morte diária – a página do jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas – redobrando de profissionalismo, só com o risco de acreditar que trabalha para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume seus trechos escolhidos. (RIOUX, 1999, p. 120).

Se, por um lado, “o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura mediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder tratá-las”; por outro lado, o historiador “escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido” (RIOUX, 1999, p. 121). Ainda a respeito desse último, destaca-se que:

Ele mantém uma discussão permanente com seus confrades em ciências sociais, constrói e erige a distância seu objeto de estudo e lhe dá assim um estatuto científico, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento” [...]. (RIOUX, 1999, p. 120).

Essa reflexão coloca no centro do debate algumas das inúmeras diferenças existentes entre historiador e jornalista, que acabam por definir o lugar de fala de cada uma dessas especialidades. No entanto, a despeito dessas diferenças, ambas as profissões “se alicerçam na construção de discursos, de uma narrativa selecionada e organizada por um sujeito pensante que está inserido dentro de um determinado contexto histórico e social”. Além disso, não se pode ignorar o fato de que “as duas profissões, cada qual ao seu modo, procuram dar sentido às ocorrências do mundo” (MARCILIO, 2013, p. 43). E, talvez seja no encontro dessas semelhanças que reside a razão de a leitura de jornais ter provocado o interesse pela História em Boris Fausto, assim como o encanto pela História Contemporânea.

historiografia conserva lembranças e comemorações revelando a memória a ela mesma, cada vez mais. [...] Por outro lado, a historiografia se opõe à memória [...]” Ainda segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010, p. 17), “História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades.”

Encanto esse que levou Boris Fausto a escolher o período republicano brasileiro como campo de pesquisa.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, embora Boris Fausto tenha optado intelectualmente pela História, suas experiências como professor foram contingenciais: antes de se aposentar, exerceu a docência por curto período de tempo, mais ou menos um ano, nos Departamentos de História da Unicamp¹⁴ e da USP; e, após aposentadoria, no Departamento de Ciência Política da USP, entre os anos de 1988 e 1997. Todavia, essas experiências como professor não o conquistaram terminantemente para a docência. Segundo o próprio historiador,

Pouco tempo depois de minha aposentadoria, Lúcio Kowarick veio me “tentar”, dizendo que havia três vagas para se contratar professores colaboradores no Departamento de Ciência Política e meu nome tinha possibilidades de ser indicado. **Considerei que me transformar em “velho, novo professor” seria uma experiência válida e na realidade foi, embora, insisto, não goste muito de dar aulas como rotina.** Prefiro a folha em branco que vai sendo preenchida com acertos e erros. (FAUSTO, 2000, p. 113, *grifos nossos*).

Acredita-se que Boris Fausto tenha receado, pelo menos por um tempo, à adoção da carreira docente, a despeito de seu interesse pela pesquisa histórica, não só por não gostar de dar aulas rotineiramente, mas por ter seus recursos financeiros garantidos por outra profissão: a de procurador do Estado. Ao ser entrevistado por Paulo Fontes e Ludmila Ribeiro, em 2010, ele afirmou: “o que poderia te dizer é que o meu gosto era muito mais pela história do que a história como profissão” (FAUSTO, 2010, p. 11) e “o direito era [...] uma via de sustento, uma via profissional” (FAUSTO, 2010, p. 2). Porém, admitiu ter nutrido a expectativa de seguir a carreira docente assim que ingressou no curso de História.

[...] a perspectiva de virar professor no curso de história e mudar inteiramente de rumo apareceu logo no começo do curso, porque eu era mais maduro e era diferenciado da maioria dos alunos. E, no primeiro ano, a Emília Viotti dava um curso de introdução aos estudos históricos e ela me disse: “Olha, faz logo esse curso porque

¹⁴ Em entrevista, ao relatar sua experiência na Unicamp, Boris Fausto conta que: “Tive [...] uma pequena experiência em Campinas, que foi muito penosa para mim. Eu não podia largar as funções de assessor jurídico da USP, então acumulei dois cargos. Mas todas as vezes que ia a Campinas era uma trapalhada e uma correria infernal. Experimentei por seis meses e resolvi largar.” (FAUSTO, 2000, p. 97).

eu quero te contratar. [...] Você tem que vir para cá”. Então, isso estava no horizonte. (FAUSTO, 2010, p. 10).

De acordo com o próprio Boris Fausto, essa expectativa foi frustrada pelas ações repressivas e censuradoras do regime de exceção que se instalou no Brasil em 1964. Em suas palavras,

Ensaiei uma ida para o Departamento de História e cheguei a dar aulas, mas não tinha remuneração. Isso foi no princípio de 1968. Sim, 1968, porque veio o AI-5 e a Emilia Viotti da Costa teve de sair do país, e era com ela que eu estava trabalhando mais de perto nessa altura. O Sérgio Buarque também resolveu se aposentar. Ele não tinha mais nenhum estímulo para ficar naquele departamento e resolveu se aposentar. Fiquei ameaçado pela situação e fiz o que era sensato, ficar no emprego na Reitoria. (FAUSTO, 2000, p. 97).

Frente a essas circunstâncias, Boris Fausto viu “barrada a possibilidade de [...] ser professor” e, com isto, “pass[ou] muitos anos não querendo ser professor” (FAUSTO, 2010, p. 11). Até que se aposentou – condição que o colocou diante da possibilidade de exercer a docência por opção e assim o fez durante uma década. A observação dessa trajetória profissional coloca em evidência o fato de que, dentre as experiências desse historiador – e também advogado – como professor, a mais longa não se efetivou na História e sim na Ciência Política.

Após aposentar-se, sua vinculação ao Departamento de Ciência Política da USP se deu, segundo o próprio Boris Fausto, “por razões de ordem pessoal, pois lá estavam vários de [seus] amigos”. Além disso, o fundamental, para ele, era o fato de que “a disciplina tem evidentes afinidades com a História” (FAUSTO, 2000, p. 113). Associada a essas justificativas, infere-se que sua experiência docente junto ao Departamento de Ciência Política encontra razões também relacionadas aos objetos por ele pesquisados e, sobretudo, pela proposta interdisciplinar com as Ciências Sociais. Esta última apresenta-se especialmente em suas investigações sobre a Revolução de 1930 e o movimento operário brasileiro, desenvolvidas, respectivamente, na segunda metade dos anos de 1960 e na primeira metade da década de 1970.¹⁵

¹⁵ A reflexão em torno da opção interdisciplinar de Boris Fausto para o tratamento de seus objetos, bem como outras questões relevantes para a compreensão de sua escrita e de seu lugar na historiografia brasileira, integrará os capítulos seguintes.

Interessante notar que esse tardio encontro de Boris Fausto com o exercício da docência não era uma regra entre os historiadores de sua geração, mas sim uma exceção.¹⁶ Afinal, mesmo depois de três décadas formando profissionais da História, o espaço institucional acadêmico carecia de especialistas na área¹⁷. Cabe ainda destacar que, no concernente a essa questão da docência, Boris Fausto também se percebeu como uma exceção em sua geração:

Olha, eu acho que, na minha geração, eu já fui uma exceção. As carreiras começaram a se profissionalizar, a pós-graduação foi instituída, as pessoas iam ser professores. Essa era a alternativa. **Eu me comparo um pouco com os que vieram antes: os historiadores do passado, raros deles eram professores**, até porque o sistema de ensino era muito mais restrito. (FAUSTO, 2010, p. 2-3, *grifos nossos*).

O trecho em destaque evidencia a comparação que Boris Fausto estabelece entre sua trajetória intelectual e aquelas vivenciadas por inúmeros historiadores do século XIX e início do XX. Sabe-se que muitos desses últimos fizeram do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB¹⁸ um lugar de referência tanto para a busca de interlocutores quanto para a construção e projeção de seus discursos históricos, como também memorialísticos. Até o surgimento das primeiras universidades brasileiras¹⁹, o IHGB fora responsável pela promoção da interação

¹⁶ De modo a ratificar o argumento aqui posto, citam-se dois exemplos emblemáticos de historiadores da geração de Boris Fausto que se iniciaram na docência imediatamente à conclusão de seus processos formativos. Um nome é o de Maria Odila Leite da Silva Dias. Ela se formou em História pela USP em 1961 e ingressou na carreira de professora na mesma instituição em 1962. O outro nome é o de Ciro Flamarion Cardoso. Formado em história em 1965 pela antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira docente em 1966 na mesma instituição. Para mais, consultar as entrevistas realizadas por José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, reunidas na obra “Conversas com historiadores brasileiros” (2002).

¹⁷ Ao final da década de 1960, o Brasil contava com sessenta e cinco cursos de História, espalhados pelas diferentes regiões do país (SILVA; FERREIRA, 2011). Esses cursos demandavam por profissionais especializados na área. Ademais do ensino superior, outro espaço educacional que demandava por especialistas na área de História era o do ensino básico.

¹⁸ O IHGB foi criado em 1838. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães (1988, p. 8), “a idéia de criação de um instituto histórico é veiculada no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827 com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiro. Da mesma forma que aquelas sociedades européias que, segundo a análise de Im Hof, devem ser vistas como parte do processo de centralização do Estado, e portanto com funções de poder muito específicas, também a SAIN e posteriormente o IHGB pensam em projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade ‘Brasil’.”

¹⁹ No Brasil, a primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, que passaria a ser chamada de Universidade do Brasil, em

entre os *hommes de lettres* por intermédio da publicação periódica de revista²⁰, da organização de congressos²¹, da criação de uma Faculdade de Filosofia e Letras²², dentre outras inumeráveis ações.

No século XIX, reunidos em torno do IHGB, os historiadores entregaram-se “à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação” (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Pois,

[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto

1937. Todavia, os cursos superiores de História seriam institucionalizados apenas nos anos de 1930 com o surgimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo, criada em 1934, e na Universidade do Distrito Federal, em 1935 (SILVA; FERREIRA, 2011).

²⁰ A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve sua primeira edição publicada em 1839 e mantém sua produção até os dias de hoje. Ao investigar o IHGB no século XIX, Manoel Luís Salgado Guimarães (1988, p. 20) afirma que a revista “além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos –, de artigos, biografias e resenhas de obras”. Nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que o perfil da revista não se altera de modo substancial em relação ao que foi mencionado pelo autor em questão.

²¹ O Primeiro Congresso de História Nacional ocorreu em 1914. “A jornada acadêmica compreendeu nove seções de trabalho, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos. *Grosso modo*, a divisão inspirava-se na tipologia definida por Langlois e Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*, obra que na época era considerada a ‘bíblia’ do método histórico. Cada seção contava com um relator e um comitê científico. Aos relatores, além de redigir a síntese dos trabalhos apresentados, cabia preparar os temas ou questões que deveriam ser objeto da reflexão dos congressistas. Os comitês científicos se encarregavam de emitir parecer sobre o mérito das comunicações propostas, podendo também se manifestar sobre o seu potencial cívico” (GUIMARÃES, 2006, p. 163). No total, estima-se que o IHGB organizou um total de setenta e oito edições do Congresso de História Nacional.

²² A Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB funcionou entre os anos de 1916 a 1921 e pode ser considerada uma experiência singular no campo do ensino superior no Brasil de até então. “A principal finalidade da *Faculdade* consistia em (...) *promover a realização de cursos científicos, artísticos e literários, de aperfeiçoamento ou de especialização para o magistério secundário, segundo necessidades reconhecidas e vantagens presumíveis para a cultura nacional*. Inspirada no modelo da Escola Superior de Paris, a *Faculdade* publicaria periodicamente os seus Anais, onde também seriam reproduzidos textos de aulas, pesquisas e trabalhos inéditos dos professores. Tratava-se de um projeto pedagógico bem formulado, cujo corpo docente reunia expressivos nomes do circuito acadêmico do Rio de Janeiro. [...] Instituíram-se os seguintes cursos permanentes: *Curso de Ciências Políticas e Sociais; Curso de Filosofia e Letras e o Curso Normal Superior, este último subdividido em seis habilitações: Línguas Clássicas (grego e latim); Línguas Modernas (português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano); Ciências Matemáticas; Ciências Históricas e Geográficas; Ciências Físicas e Naturais e Ciências da Educação*” (GUIMARÃES, 2007, p. 109, *grifos do autor*).

mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Se, por um lado, o discurso histórico produzido no Brasil esteve comprometido politicamente e ideologicamente com o processo de construção da identidade nacional nos termos do projeto defendido pelo Estado monárquico; por outro lado, esse mesmo discurso não se furtou às implicações metodológicas da nascente historiografia científica. Afinal, o século XIX é comumente apontado como o século da História em razão desta tornar-se disciplina autônoma, aparentemente desassociada da Literatura e da Filosofia (KARVART, 2005). Nesse processo de definição da matriz disciplinar e, por consequência, de profissionalização do campo de produção historiográfica, tornou-se fundamental para a História o estabelecimento de seus princípios de método – entendido como indispensável à afirmação de sua condição de ciência.

Assim, se [o] século XIX apresenta-se, ou é apresentado, como o século do enaltecimento da cientificidade, vê-se, ainda, neste mesmo século, acaloradas discussões em torno da temática do nacionalismo, percorrendo a cultura ocidental. Logo, a história agora instituída como forma de conhecimento, ou disciplina – apresenta-se atrelada ao debate em torno das questões nacionais, marcando-o e, principalmente, sendo marcada, em seus contornos disciplinares, por este mesmo debate. (KARVART, 2005, p. 52).

Dito isto, uma pergunta se impõe a respeito da produção historiográfica desenvolvida no Brasil oitocentista: quem eram os homens que se ocupavam da tarefa de escrever História? Comumente vinculados ao IHGB, tidos por eles como “única e legítima instância para escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988, p. 13-14), esses historiadores, em sua maioria, pertenciam, ao longo de quase todo século XIX, a uma elite política defensora da monarquia constitucional, aos moldes do projeto regressista (WEHLING, 1999). Em decorrência disso, de acordo com Arno Wehling:

Tanto o projeto político regressista, como as teses do chamado “liberalismo doutrinário” e os textos historiográficos, conforme se apresentam nos primeiros anos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na *Memória* de Martius e na obra principal de Varnhagen, defendiam os mesmos pontos fundamentais: a monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa;

afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local. (WEHLING, 1999, p. 34-35)

Como homens políticos que eram no Brasil oitocentista, esses escritores devotados à recuperação e preservação da memória nacional não foram recrutados necessariamente pelos seus méritos intelectuais. Ao contrário, estima-se que eles tenham sido recrutados para fazerem parte do IHGB em razão de suas relações pessoais (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999).

Não restam dúvidas de que as vinculações políticas dos historiadores brasileiros do século XIX tragam questões valiosas à elucidação de suas escolhas no ato da construção do discurso histórico. Todavia, para os fins pretendidos neste trabalho, faz-se pertinente traçar a atuação profissional dos membros do IHGB no período de definição e consolidação da chamada historiografia científica. Assim sendo, sabe-se que parte deles desempenhava funções no aparelho de Estado, alguns como juristas, outros, sem estudos universitários, como burocratas (GUIMARÃES, 1988). Portanto, ao se falar de historiadores brasileiros no século XIX, não se está diante de homens que tenham realizado pesquisa histórica como cumprimento de uma exigência profissional.

Importante observar que mesmo para os casos em que historiadores exerciam a profissão de professor secundário a pesquisa não se apresentava como uma exigência *sine qua non* de sua atividade profissional. Tão pouco a prática da pesquisa histórica condicionava o comprometimento com a docência. E esta observação também se aplica para se pensar a produção histórica até meados da década de 1930, quando então se inicia o processo de institucionalização do ensino superior em História. Arno Wehling, ao refletir acerca da trajetória da historiografia brasileira, afirma:

Foi-se o tempo em que a pesquisa era um esforço pessoal do habitante da “república das letras”, desligada ou paralela à sua atividade principal – fosse ele professor secundário, como Capistrano de Abreu, jornalista e professor como João Ribeiro, comerciante aposentado como João Lucio de Azevedo, diplomata como Varnhagen ou o Barão do Rio Branco, advogado como Cândido Mendes de Almeida, militar como Tasso Fragoso, administrador

como Afonso Taunay ou Calógeras, professor e gestor universitário como Pedro Calmon, político como Washington Luís, industrial como Roberto Simonsen.

Todas essas figuras que acrescentaram algo à compreensão da História do Brasil e de certa forma moldaram o *design* interpretativo vigente por muito tempo, mesmo quando tinham funções docentes, exerciam sua vocação para a pesquisa histórica independentemente do lastro profissional ou institucional a que se vinculavam. Em outras palavras: não era para eles uma obrigação funcional o exercício da investigação; ela era uma aventura do espírito. (WEHLING, 2007, p. 9).

Anterior à criação dos cursos superiores em História, os historiadores se caracterizaram por seu autodidatismo e por sua reconhecida erudição. A explicação para esse autodidatismo pode estar relacionada aos seguintes fatores: a) o reduzido número de faculdades brasileiras, combinado com a falta de interesse em formar profissionais especializados na área das humanidades; b) a construção de um discurso historiográfico distante do espaço da universidade – até porque não haveria como ser diferente em um país como o Brasil carente de cursos superiores; c) em consequência da inexistência de um ambiente acadêmico-universitário, os historiadores brasileiros demoraram a perder o seu caráter de *hommes de lettres* e, por essa razão, seu processo de constituição em pesquisadores foi mais tardio quando comparado à Europa.

Com a finalidade de encerrar a discussão em torno dos historiadores do período pré-institucionalização dos cursos superiores em História, compete registrar que as relações do IHGB com o poder não se resumiram ao período monárquico. Após a proclamação da República, o Instituto, que até então gozava dos favores do Império, amargou alguns anos de desfavor oficial, sobretudo, em decorrência de sua identificação com o regime deposto. “Na ótica dos recém-chegados ao poder, o Instituto Histórico representava uma herança típica do *ancien régime*. Tanto assim, que houve até quem cogitasse extingui-lo” (GUIMARÃES, 2007, p. 23). O corte progressivo dos subsídios por parte do governo republicano quase cerrou as portas do IHGB. Mas, de acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007), a fase do limbo oficial vivenciado pelo IHGB foi superada a partir da gestão de seu presidente Barão do Rio Branco (1907-1912), que trabalhou no sentido de uma progressiva vinculação do Instituto ao regime republicano. Nas palavras dessa autora,

A reabilitação do Instituto Histórico constituiu um longo processo, em que dois fatores se conjugaram: do ponto de vista externo, o fim da *República dos Marechais*²³ e a volta das oligarquias ao poder. No âmbito interno, a renovação do corpo de sócios²⁴. A combinação desses elementos favoreceu o sucesso da gestão do barão do Rio Branco, sem dúvida, o marco inicial de uma caminhada ascendente, que o Instituto percorreu nas décadas de 1910 e 1920.

[...]

Percebido como *Escola de patriotismo*, o Instituto Histórico voltaria a ficar cada vez mais próximo do poder. Converteu-se em árbitro do “tribunal da história” e legitimou o golpe de 1930. Passou a merecer as benesses do governo de Getúlio Vargas, que, além de prestigiá-lo, não dispensaria as recomendações e os conselhos do templo das tradições nacionais. (GUIMARÃES, 2007, p. 197-198).

Neste ponto da reflexão, retoma-se a proposição comparativa sugerida por Boris Fausto entre sua trajetória e a dos historiadores do século XIX e início do XX. Embora o historiador em questão tenha expressado o distanciamento da carreira docente como o elemento de diálogo com os historiadores do passado, entende-se como relevante trazer à discussão as razões de essa comparação se restringir apenas a esse aspecto. Assim sendo, diante das questões ora apontadas, fica evidente que o que aproxima o historiador objeto de estudo deste trabalho e os historiadores do período anterior a década de 1930 não é o autodidatismo. Afinal, Boris Fausto era – e é – parte de uma geração de pesquisadores que foi formada nos quadros universitários. Formação essa que, desde a criação das primeiras universidades, veio promovendo o distanciamento de pesquisadores do campo da História da fase dos historiadores eruditos e autodidatas. Nas palavras de Arruda e Tengarrinha,

A par dos autodidatas eruditos, ensaístas, uma nova vertente interpretativa do Brasil começava a se gestar nas Universidades recentemente criadas. Um amplo campo da produção científica e intelectual se descortinava, inaugurando a fase dos historiadores de profissão, incorporando os sociólogos, antropólogos, etnólogos, geógrafos e economistas. (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 48-49)

²³ Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007, p. 28), “a *República dos Marechais* relegou o Instituto Histórico a uma condição secundária. O reduto letrado aceitou o jogo e se retraiu”.

²⁴ Após eleito, o Barão do Rio Branco impôs como condição de seu mandato à presidência do IHGB a obrigatoriedade de ser consultado, previamente, sobre qualquer indicação de sócios correspondentes, sobretudo, quando se tratasse de estrangeiros (GUIMARÃES, 2007).

Se não foi a condição autodidata, tão pouco foi o lugar de “homem político”, assumido por um número significativo de membros do IHGB, que possibilitou a identificação de Boris Fausto com os historiadores do período pré-institucionalização dos cursos de História. Posto que não se observou em sua trajetória nem a aproximação com a política de Estado, nem a construção de um discurso histórico comprometido com o forjamento de uma identidade nacional. Frente a isso, uma última questão se impõe na tentativa de se compreender o que teria levado Boris Fausto a comparar experiências profissionais com a escrita da História tão distintas entre si, qual seja: a compreensão dos historiadores quanto à relação entre pesquisa histórica e exercício da docência.

Conforme já exposto, se para as gerações de historiadores anteriores ao processo de profissionalização da formação de professores de História o binômio ensino-pesquisa não se fazia como regra, o mesmo não se aplica para a geração de Boris Fausto. Pois, o afastamento da docência era – e é – avaliado pela mesma como exceção. Dessa forma, ratifica-se aqui a pertinência da comparação que Boris Fausto constrói entre sua trajetória e a dos historiadores brasileiros do passado pré-1930 na medida em que, em torno da questão do binômio ensino-pesquisa, ele se sentia muito mais identificado com esses *hommes de lettres* do que com seus contemporâneos. E isto se deu em decorrência de ele ter se constituído em um historiador advogado. Nesse sentido, a escolha desse historiador por conciliar a pesquisa histórica com a atuação jurídica conferiu particularidade à sua trajetória acadêmico-intelectual, colocando-o frente ao desafio de construir sua afirmação no campo historiográfico independentemente de sua atuação docente na universidade.

Boris Fausto encontrou nessa escolha pontos positivos e negativos que, em certa medida, o definiram como pesquisador. Dentre os aspectos positivos, ele destaca a “liberdade, do que fazer, do que escrever, do que optar”. E conclui sobre esse assunto dizendo que “embora [...] tenha feito doutoramento, livre-docência, [...] f[ez] tudo isso com muita liberdade, porque os [...] orientadores eram orientadores um pouco entre aspas, já que e[le] não tinha um comprometimento de carreira” (FAUSTO, 2010, p. 3).

Questiona-se essa dimensão de liberdade em suas escolhas uma vez que se assume neste trabalho que Boris Fausto nutria o desejo por se afirmar no campo

de produção historiográfica e, portanto, na carreira de historiador – o que, por si só, já fixa limites ao exercício pleno da liberdade. Corrobora para essa hipótese o fato de ele ter recortado para o seu doutorado um objeto até então não explorado pela História e que, por essa razão, o consagrava como inédito. E ele tinha clareza disso. Tanto que, ao ser inquirido em entrevista sobre sua escolha por pesquisar Brasil República em uma conjuntura de consolidação das pesquisas historiográficas dos períodos colonial e imperial, ele argumentou que tinha “a vantagem de estar num terreno que ninguém tinha plantado” (FAUSTO, 2000, p. 104).

No concernente aos pontos negativos, o historiador em questão colocou em evidência a dificuldade de se ausentar do trabalho na procuradoria do Estado sob a motivação de realizar pesquisa histórica. Nas palavras de Boris Fausto,

[...] como eu não era professor, a minha possibilidade de pesquisar por tempo longo fora de São Paulo era muito restrita. [...] eu tinha que explicar longamente por que eu queria, sendo advogado da Consultoria Jurídica, passar dois meses na Inglaterra, num centro de história. (FAUSTO, 2010, p. 3).

Essa dificuldade acabou por definir São Paulo como lugar preferencial de delimitação de vários de seus objetos de pesquisa.

Isso limitou muito o meu campo de atuação. Daí que essa seja uma das razões pelas quais eu me concentrei muito em estudos em torno de São Paulo, tendo por objeto São Paulo. Não todos, mas São Paulo vai aparecendo, de uma forma ou de outra, nos meus trabalhos. (FAUSTO, 2010, p. 3).

No entanto, a concentração de seu campo de pesquisa em São Paulo não foi o único limite imposto em razão de não poder viajar para a prática de pesquisa. Em algumas experiências de definição de objeto, esse limite se fez sentir no processo de seleção de fontes e, por consequência, na construção do problema histórico a ser investigado. Ao se interessar por objetos históricos de impactos sócio-político-econômicos nacionais, como é o caso do tema Revolução de 1930, Boris Fausto se viu obrigado a recortar suas fontes e seu problema de pesquisa de modo a poder dar continuidade ao processo investigativo sem ter que consultar os arquivos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Essa hipótese encontra sustentação na fala do próprio historiador, quando ele afirma que:

[...] eu pensei em escrever [...] uma história detalhada da Revolução de 1930, fazendo a narrativa e fazendo a interpretação. Daí apareceu o limite: eu não poderia fazer isso sem ir ao Rio Grande do Sul e ficar algum tempo no Rio Grande do Sul, sem ver os arquivos no Rio. Eu não tinha condições profissionais de fazer isso. Então eu bolei uma coisa em que a narrativa entrava um pouco, mas em que o peso era a discussão, “qual é o significado da revolução?”, porque isso eu podia fazer sentado aqui nessa mesa e com os recursos, naturalmente, que existiam na cidade. (FAUSTO, 2010, p. 10-11).

Diante do exposto, observa-se que a prática da pesquisa desatrelada da atuação docente não resultou em possibilidades infinitas ao processo de construção do conhecimento histórico. Ao contrário, a investigação histórica empreendida fora dos muros da universidade também impôs limites às escolhas de Boris Fausto, ao mesmo tempo em que não o isentou da busca de um “nós”, imprescindível ao reconhecimento do valor de sua obra. Interno ou externo ao espaço institucional da universidade, exercendo ou não a docência, todo e qualquer historiador – isso vale para os intelectuais de forma geral –, desejoso em ver sua obra legitimada por seus pares, acaba por obedecer às regras definidas pelo jogo interno ao campo científico.

De acordo com Pierre Bourdieu (1989; 1996), o campo é um lugar de relações de forças que são impostas a todos os agentes que nele entram. As lutas travadas nesse espaço têm por finalidade transformar ou conservar essas relações de forças que conferem a um campo a sua estrutura em dado momento. Para este autor, o que move um indivíduo à decisão de entrar ou não em um determinado campo são sua crença e seu desejo, conscientes ou inconscientes, de investir e participar do jogo que está posto neste espaço. A partir desta perspectiva, entende-se o campo como um espaço de jogo. Todo e qualquer jogo estabelecido em um dado campo possui regras próprias. Por essa razão, o campo, quando cria regras, congrega indivíduos que veem nos interesses nascidos e fundamentados pela lógica do jogo uma correspondência com seus anseios.

Definidas as regras que avaliam e balizam as possibilidades de perdas ou de ganhos à atuação dos agentes de um campo, o jogo impõe aos que estão envolvidos nesta atividade o exercício da elaboração de estratégias para atingir os alvos estimuladores de suas entradas no campo. A aceitação desta imposição permitirá ao agente de um determinado campo concorrer pelo reconhecimento de sua competência e indispensabilidade no grupo, pelo monopólio da hegemonia de

suas ideias entre seus pares, bem como pela posição de porta-voz autorizado do grupo. Posição que dá direito ao sujeito de agir e falar em nome de todos que representa. Assumida a condição de partícipe do jogo, ressalta Pierre Bourdieu, o indivíduo abdica à faculdade de agir segundo sua própria determinação. A única liberdade que o jogo lhe concede é a da saída por meio de sua renúncia.

Posto isso, assume-se aqui que Boris Fausto participa do jogo próprio ao campo científico desde a segunda metade da década de 1960, quando então decide fazer História. Destarte, mesmo não tendo na História a fonte exclusiva de seus recursos financeiros, Boris Fausto, um historiador advogado, deve ser observado enquanto partícipe do jogo definido pelo campo em questão. Em vista disso, integrante do campo científico, Fausto, do mesmo modo que todos os outros agentes desse campo, esteve – e está – cômico de que nenhuma obra existe por si mesma, isto é, fora das relações de interdependências que a vincula com outras obras e com outros agentes. Compreende-se ainda que a sua produção intelectual se realizou – e se realiza – em um campo imbricado pelas relações de poderes capazes de determinar os trabalhos que serão lidos ou desconhecidos do público, citados ou não referenciados, publicados ou recusados para publicação.

Nesse sentido, ser partícipe deste campo implica enfrentar o desafio da busca incessante por reconhecimento de sua produção intelectual e por estabelecimento de interlocução com seus pares. O reconhecimento e a interlocução são tidos no campo científico como indispensáveis à afirmação de relações de afinidades e reciprocidades acadêmico-intelectual, que, por sua vez, permitirão a construção de redes de sociabilidade. Redes estas vitais para a promoção da circularidade de ideias. Essa circularidade realiza-se, dentre outras formas, pelo simples ato de referenciar uma obra no corpo do texto. Isto em razão de o ato de escolher os trabalhos que serão citados implicar, necessariamente, na exclusão de outros tantos não eleitos para comporem a intriga argumentativa de um dado autor. Entende-se que essas seleções bibliográficas não são aleatórias e, por isto, revelam relações de poderes no interior do campo científico, bem como de laços de amizades e de aproximações teóricas e/ou metodológicas.

Assim sendo, destaca-se que, no período entre a segunda metade dos anos de 1960 e a primeira da década de 1970, Boris Fausto buscou como

interlocutores preferenciais para compor sua interpretação acerca do passado alguns cientistas sociais de formação uspiana, em especial Francisco Weffort²⁵. A presença das principais teses e reflexões, inclusive de perspectiva metodológica, elaboradas por este cientista social mostra-se inquestionável nos trabalhos de doutorado e de livre-docência defendidos por Boris Fausto. Por essa razão, as interlocuções que esse historiador estabeleceu com Weffort serão objetos de discussão ao longo do presente trabalho na medida em que elas apontam significativas pistas para elucidação do lugar ocupado por Boris Fausto na historiografia brasileira dos anos de 1960 e 1970.

1.2. Boris Fausto, a FFCL e o curso de História: o fazer-se de um historiador

Fixada a condição de historiador advogado que atribuiu especificidade à trajetória de Boris Fausto, uma questão ainda permanece em aberto: como definir o espaço de formação institucional encontrado por esse historiador quando do seu ingresso no curso de História? A fim de caracterizar esse espaço de formação, faz-se importante compreender, primeiro, o lugar ocupado pela USP, bem como pela FFCL, enquanto instituição de ensino superior projetada para a formação das elites dirigentes paulistas. Feito isso, passa-se à abordagem do processo de institucionalização do ensino universitário de História da FFCL da USP, entre os anos de 1934 a 1968, período no qual os cursos de graduação se encontravam organizados sob o regime de cátedras. Na tentativa de por em discussão o perfil do curso no qual Fausto foi formado, dar-se ênfase à grade curricular vigente para a turma de História de 1963. Turma essa de ingresso do historiador objeto deste trabalho.

²⁵ Francisco Weffort nasceu em 1937, na cidade de Quatá, interior de São Paulo. Formado em Ciências Sociais pela USP, doutorou-se na área de Ciência Política nessa mesma instituição sob a orientação de Paula Beiguelman - titular da cadeira de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e aposentada em decorrência do AI-5 em 1968. Hoje professor titular aposentado da USP, Weffort realizou pesquisa acerca dos temas: populismo; classes populares e desenvolvimento social e urbano; sindicalismo e Estado; democracia; dentre outros. Além de suas atividades acadêmico-intelectuais, participou da formação do Partido dos Trabalhadores – PT e foi Ministro da Cultura, entre 1995 e 2000.

1.2.1. A Universidade da Comunhão Paulista: os processos de criação da USP e da FFCL

Criada em 1934, a USP²⁶ foi, segundo Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982), parte do projeto de hegemonia cultural e política arquitetado pela Comunhão Paulista. A expressão Comunhão Paulista, que deu nome ao grupo político de paulistas organizado em torno do jornal *O Estado de São Paulo*²⁷, foi título de um documento de autoria de Júlio de Mesquita Filho, publicado em 1922²⁸. Neste documento, o seu autor apresentou São Paulo como o único estado em condições

²⁶ A USP foi criada a partir do Decreto nº 6283, de 25 de janeiro de 1934, dentro das possibilidades e limites impostos pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Implantado por Francisco Campos, ministro da educação do governo provisório de Getúlio Vargas, o Decreto de 1931 dispunha sobre o estatuto das universidades brasileiras, adotando o sistema universitário brasileiro como regra de organização de todo o ensino superior do período, legislando sobre o funcionamento das universidades mantidas pela União, pelos Estados ou por instituições particulares. Para se refletir acerca dos pontos em comuns e discordantes entre a reforma de Francisco Campos e o projeto de criação da USP, consultar Cardoso (1982).

²⁷ Conforme Carolina Soares Sousa (2012, p. 88-91), “*O Estado de S. Paulo* foi fundado em 1875 com o nome *A Província de S. Paulo*. Este surgiu como defensor das ideias republicanas e abolicionistas, afirmando-se, porém, defensor de uma postura que se declarava apartidária e, assim, manteve-a até o nascimento do Partido Constitucionalista, quando, então, torna explícita e pública a posição em prol de tal partido. Até então, com Julio de Mesquita na direção política d’*O Estado de S. Paulo*, em 1891, e como membro do “grupo do Estadão”, em 1926, embora tenha colaborado ativamente na fundação do Partido Democrático, aquele diretor não aceitou, porém, transformar o seu jornal em órgão de imprensa desse novo partido. A política editorial do jornal orientava-se justamente pela defesa da existência de oposições bem estruturadas que, no entender da direção, garantiriam a condição de democracia ao país. Não por acaso, no final da década de 1920, o jornal posicionou-se favoravelmente à proposta de uma alteração no quadro político vigente. Isso significou apoiar a derrubada das oligarquias dominantes que vedavam às oposições o direito de participação no poder. Esse posicionamento resultou no apoio dado pelo jornal a Revolução de 1930. [...] Findada a Revolução de 1930, *O Estado de S. Paulo*, ao perceber pontos em comum entre seu projeto político e as propostas do Governo Provisório, investiu na promoção da confiança dos paulistas no governo de Getúlio Vargas. Quando as opiniões contrárias radicalizavam, a ação do periódico era no sentido de buscar conciliação, tratando as divergências com calma e tranquilidade. Seu debate sobre o momento político logo após a Revolução de 1930 é comedido, no princípio, tal como foram as ações de Getúlio Vargas em relação a São Paulo. [...] Mas, quando as medidas de Vargas tomaram direção contrária às pretensões do grupo d’*O Estado de S. Paulo*, este rompeu com o chefe do Governo Provisório. [...] O periódico cobrava insistentemente a ascensão de paulistas do Partido Democrático ao poder e acusava como invasão a presença dos tenentes em São Paulo. [...] Com efeito, quando o chefe do governo provisório indica Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor, ressurgiu a aproximação entre o grupo do Estadão e Getúlio Vargas. Assim, quando Armando de Salles Oliveira ascende à interventoria de São Paulo e funda o Partido Constitucionalista, o periódico passa a apoiar inteiramente a atuação do interventor e se coloca como órgão de imprensa do partido.”

²⁸ De acordo com Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982), o documento em questão não contém uma definição explícita do que seja a Comunhão Paulista. Por essa razão, ela chegou a seguinte proposição: “a) a Comunhão é constituída por aqueles elementos que têm ‘visão política’, isto é, visão dos grandes problemas da nacionalidade (a política militante partidária seria destituída dessa visão); b) a Comunhão é paulista porque somente alguns Estados da Federação teriam capacidade política, dado o seu nível de desenvolvimento, dentre estes, São Paulo seria a chave; c) a Comunhão é paulista, ainda, porque de São Paulo deverá partir, *porque sempre partiu*, por uma ‘fatalidade histórica’, um projeto político para a nacionalidade: ‘é o mesmo ideal a absorver o mesmo paulista’, na realização de um ‘legado do passado’.” (CARDOSO, 1982, p. 40, *grifos do autor*).

de dar início ao movimento de regeneração política da sociedade brasileira, tido como imprescindível à solução da crise política que então assolava o Brasil.

Júlio de Mesquita Filho defendia que o Brasil estava imerso em uma crise política ocasionada por problemas relativos à adaptação da democracia no país. Na sua avaliação, a implantação do regime republicano, que levou ao poder as oligarquias, não teria sido capaz de promover a superação das mazelas sociopolíticas do período monárquico. Ao contrário, a política a partir de então se pautaria pela realização dos caprichos de um número limitado de indivíduos, colocando, assim, as demandas populares no esquecimento. Diante desse quadro de crise nacional, que também se apresentava como crise das oligarquias, a Comunhão Paulista assumia-se como o grupo capaz de levar a cabo a tão propalada regeneração política da nacionalidade. Regeneração essa possível mediante a combinação da resistência ao poder das oligarquias e da promoção de reformas e investimentos na educação pública. (CARDOSO, 1982).

Por essa forma, a educação, especialmente a universidade, emergia para a Comunhão Paulista como o elemento por excelência da então desejada regeneração política da nacionalidade. O destaque dado à instituição de ensino superior justificava-se pelo fato de esse grupo avaliar sua importância na formação da elite dirigente, tida como indispensável à efetivação da referida obra de regeneração. Para a Comunhão, o controle sobre a formação das elites dirigentes permitiria, em termos culturais e políticos, imprimir uma dada direção à formação dessas elites que melhor correspondesse aos seus interesses. (CARDOSO, 1982).

Embora a criação de uma universidade pública fosse a principal bandeira da Comunhão Paulista, essa não foi possível de ser concretizada ao longo dos anos de 1920, por um lado, em razão do distanciamento desse grupo político do aparelho de Estado. Por outro, em decorrência da ausência de condições políticas que lhe permitissem o controle de uma instituição educacional em conformidade com seu projeto de hegemonia cultural e política. Posto isso, cabe destacar que a concretização desse ideal só veio quando Armando de Salles Oliveira²⁹ tomou posse

²⁹ “Armando de Salles Oliveira nasceu na capital paulista, em 1887. Formou-se na Escola Politécnica e, entre os anos de 1923 e 1928, estudou na Sorbonne, em Paris, onde se especializou em eletrificação de estradas de ferro, tornando-se empresário no ramo de construção e direção de empreendimentos em serviços públicos. Casou-se com Raquel Mesquita, filha de Júlio Mesquita,

na condição de interventor do Estado de São Paulo, em 1933, por indicação de Getúlio Vargas. Pois, essa posse simbolizou a chegada ao poder da Comunhão Paulista, ou, se preferir, do grupo do jornal O Estado de São Paulo (CARDOSO, 1982). Destarte,

[...] a criação da USP é muito menos o produto de um “movimento educacional renovador”³⁰, ou o produto de uma sucessão de iniciativas educacionais, do que efetivamente o produto de um projeto político e ideológico, que tem a sua especificidade e que para ser implantado vai depender de uma possibilidade política e ideológica. (CARDOSO, 1982, p. 63).

De acordo com Cardoso (1982), deve-se compreender a concretização do projeto da Universidade da Comunhão não como parte do processo de regeneração política da nacionalidade, mas sim como resultado do movimento paulista pela reconstrução da nacionalidade. Este movimento teria sido iniciado em decorrência da frustração paulista diante das ações varguista colocadas em prática após a Revolução de 1930, entendidas como não favoráveis a São Paulo politicamente. Afinal, a Comunhão Paulista havia incorporado aquela revolução como parte do seu projeto, vendo nela a possibilidade da regeneração dos costumes políticos da nacionalidade e da superação da crise das oligarquias. Entretanto, o governo provisório, instalado após outubro de 1930, não sinalizou sequer com a possibilidade de um dos integrantes da Comunhão ocupar o cargo de interventor de seu estado. E, sob o argumento da traição dos ideais da revolução, iniciaram um movimento pela

presidente da Sociedade Anônima *O Estado de S. Paulo*, tornando-se responsável pela edição do jornal. Apoiou a Revolução de 1930 e participou ativamente da Revolução de 1932. Em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira foi indicado à interventoria de São Paulo, o que causou constrangimento tanto para o grupo paulista como para o governo Federal.” (SOUSA, 2012, p. 22).

³⁰ Sobre essa questão, Cardoso (1982) refere-se ao movimento educacional que ficou conhecido no Brasil de Escola Nova. Este movimento educacional tinha como representantes no Brasil Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, entre outros. Nas palavras de Carlos de Souza Pardim e de Luzia Aparecida de Souza (2012, p. 7-8), “[a] Escola Nova foi um movimento educacional que, por meio de propostas, procurou modernizar o ensino trazendo para a escola as novas descobertas, nos ramos das várias ciências, acerca do ensino e da aprendizagem. Segundo Lamego (1996), a Escola Nova propunha quatro pontos básicos: 1) A “revisão crítica” dos meios tradicionais do ensino, nos quais a individualidade não era fator de preocupação. 2) Inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional. 3) A utilização dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia para que o educador estabeleça os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de sua capacidade individual. 4) A transferência da responsabilidade da ação educadora da família e da Igreja para a Escola, como forma de amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diversos grupos e, juntamente com isso, a responsabilização do Estado pela educação do indivíduo.”

reconstitucionalização do país e pela recuperação da autonomia de São Paulo. A esse movimento deram o nome de reconstrução nacional.

Deste modo, tem-se que o projeto de Universidade da Comunhão, colocado em prática após a Revolução Constitucionalista de 1932³¹ através da criação da USP, esteve marcado pelo discurso da reconstrução nacional. Como o movimento de reconstrução nacional fundamentava-se nas críticas aos excessos de centralização e arbítrio por parte do governo provisório de Getúlio Vargas, a concretização da Universidade da Comunhão também foi relacionada à luta pela sua autonomia educacional e pela sua descentralização³². Contudo, tem-se,

³¹ Ao refletir acerca da Revolução Constitucionalista, Dulce Chaves Pandolfi (2003, p. 25-26) traça as seguintes considerações: “em julho [de 1932], eclodiu uma revolução em São Paulo que se transformou na pior guerra civil vivida pelo país. O comando geral da revolução estava com Isidoro Dias Lopes, um dos tenentes revoltosos da década de 1920 e revolucionário de 1930. São Paulo se sentia o grande perdedor da Revolução de 30. Insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o Estado de direito, os paulistas, em armas, exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo. Era de tal ordem a insatisfação no estado que a população, em massa, aderiu à revolução. Voluntariamente, milhares de pessoas se alistaram para participar da guerra. Através da campanha *Ouro para o Bem do Brasil* chegavam recursos financeiros para a revolução. Fábricas foram adaptadas para produzir material bélico e a população civil se organizou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento. Apesar dos esforços, São Paulo não recebeu apoio oficial de nenhum governo estadual, mas conseguiu adesões de expressivas lideranças, sobretudo gaúchas e mineiras. Os líderes Artur Bernardes em Minas e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, comprometidos com a causa paulista, fracassaram na tentativa de criar focos de resistência armada nos seus respectivos estados. Contudo, de vários pontos do país chegavam voluntários para lutar ao lado dos paulistas. A Revolução Constitucionalista, como se tornou conhecida, durou três meses. No dia 2 de outubro os paulistas, cercados por tropas federais, se renderam. Os principais líderes do movimento foram presos, tiveram os direitos políticos suspensos por três anos e muitos foram exilados. Mas, apesar da derrota militar, os paulistas tiveram ganhos políticos. Além do compromisso do Governo Provisório em levar avante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo, a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Sales de Oliveira.”

³² Conforme Cardoso (1982), o documento que expressou o modelo de educação defendido pela Comunhão Paulista foi o Manifesto dos Pioneiros de 32. No que tange à concepção do Estado em face da educação, o Manifesto defende as seguintes posições: educação como uma função essencialmente pública; escola única; laicidade; gratuidade; obrigatoriedade; educação comum. O documento defende ainda: unidade da função educacional; autonomia da função educacional; descentralização. A citação em destaque coloca em evidência esses dois últimos aspectos. No concernente a autonomia educacional, o Manifesto sustenta “a necessidade de uma ‘ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores, que têm a responsabilidade e devem ter, por isso, a direção e administração da função educacional, tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-las’. A justificativa para este ponto é feita em termos de que a educação pública está sempre sujeita a ‘interesses transitórios’, ‘caprichos pessoais’ ou ‘apetites de partidos’.” Já por descentralização, o documento afirma que “a ‘organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um *centralismo estéril e odioso*, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade’. Defende a ‘doutrina federativa e descentralizadora’; à ‘União, na capital, e aos Estados, nos seus respectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os graus’; ‘ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios

ironicamente, que a USP foi criada em pleno governo varguista autoritário e centralizador, dentro de uma possibilidade aberta pela situação de compromisso, que resultou a interventoria de Armando de Salles Oliveira, em São Paulo (CARDOSO, 1982). Assim, apesar de ter surgido na memória dos paulistas como consagração dos ideais da Revolução Constitucionalista, a USP não se projetou em seus tempos iniciais sob o discurso de oposição a Getúlio Vargas. Por essa razão, defende-se que a memória que concretizou a USP como espaço de oposição paulista à consolidação do governo varguista foi forjada após o golpe do Estado Novo, momento em que, mais uma vez, os paulistas se viram aliados do poder.

Outra memória construída sobre a USP, e que também foi incorporada pela historiografia, diz respeito à importância conferida à figura de Armando de Salles Oliveira para o sucesso do projeto de criação de uma universidade em São Paulo. De acordo com Diogo da Silva Roiz (2004), durante anos, sobretudo em momentos comemorativos relacionados à USP (como formaturas, aulas inaugurais, conferências, etc.), Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, sempre que convidados, emitiam discursos inflamados sobre a importante contribuição dada por seu grupo, em especial por Armando de Salles Oliveira, para a criação dessa universidade. Essa memória se constituiu em história. E, assim, a USP foi construída, tanto no campo da memória quanto no da história, como parte do projeto político do grupo armandista³³ para fazer de São Paulo uma vitrine dos anseios modernizadores para o Brasil, bem como uma amostra do que seria o país se governado pelos paulistas vinculados ao Partido Constitucionalista³⁴ (SOUSA, 2012).

(definidos na nova constituição) (...) socorrendo onde haja deficiência de meios, facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural dos Estados (...)’.” (CARDOSO, 1982, p. 112-113).

³³ De acordo com Carolina Soares Sousa (2012), o grupo armandista era composto pela elite política paulista reunida em torno da figura de Armando de Salles Oliveira. Esse grupo político manteve uma relação com Getúlio Vargas marcada por conflitos e acordos, o que levou a autora em questão a dividir a trajetória política de Armando de Salles Oliveira e de seu grupo em três momentos: 1) apoio a Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930; 2) oposição entre 1930 e 1932, sobretudo com a Revolução Constitucionalista; 3) novamente apoio ao governo de Vargas com a ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo. Nesse sentido, o que Sousa nomeia como “grupo armandista”, Cardoso (1982) denomina de “Comunhão Paulista”.

³⁴ Idealizado por Armando de Salles Oliveira e por seu grupo político, o Partido Constitucionalista foi fundado em 1934. Segundo Sousa (2012, 42-43), “a nova agremiação política foi gerida no interior da cisão ocorrida no Partido Democrático que se extinguiu ao incorporar-se ao novo partido. [...] O partido Democrático justificou sua dissolução deixando claro que o Brasil, naquele momento, não mais precisava de agremiações estaduais, mas de algo maior, que defendesse os interesses nacionais. Em discurso de oficialização do Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira

Assim como a USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL foi concebida pela historiografia como também herdeira do projeto da Comunhão Paulista e, como tal, teria sido projetada para o cumprimento da função política de formar e preparar as classes dirigentes. Nesse sentido, a FFCL deveria realizar sua função política paralela à sua função específica, qual seja: a de formação do professorado do ensino secundário e superior. Isso fica evidenciado no próprio nome dessa faculdade que apenas, em parte, segue a nomenclatura orientada pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931³⁵ (CARDOSO, 1982).

De acordo com o Decreto de 1931, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, para a constituição de uma universidade brasileira era necessário congregarem ao menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. No concernente a esse último instituto, quando da criação da USP, é possível perceber, através do Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, em seu artigo 3º, que esse não foi instaurado como tal, mas sim desmembrado em duas instituições, sendo elas: o Instituto de Educação e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme o decreto de criação da USP, tem-se:

Artigo 3º - A Universidade de São Paulo se constitui dos seguintes institutos oficiais:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Medicina;
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia;
- d) Escola Politécnica;
- e) Instituto de Educação;**
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;**
- g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais;
- h) Escola de Medicina Veterinária;
- i) Escola Superior de Agricultura;
- j) Escola de Belas Artes.³⁶ (SÃO PAULO, 1934, *grifos nossos*).

explicita sua posição acerca da necessidade de se formar um novo partido político que atendesse às demandas não apenas de São Paulo, mas também do Brasil. Com o novo partido falava-se não só em interesses estaduais, mas também de toda a nação brasileira.”

³⁵ De autoria de Francisco Campos, o Decreto 19.851, também denominado de “Estatuto das universidades brasileiras”, foi um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa da educação superior brasileira (ROTHEN, 2008).

³⁶ Se a USP, primeira universidade concebida no pós-Decreto de 1931 de Francisco Campos, foi criada a partir da reunião de dez institutos de ensino superior, a UDF, segunda universidade da conjuntura pós-Decreto de 1931, inaugurada em 1935, foi composta de seis unidades: Instituto de Educação; Escola de Ciências; Escola de Direito e Economia; Escola de Filosofia e Letras; Instituto de Artes; Instituto de Artes para Experimentação pedagógica. Tal qual a USP, essa universidade não congregou em um mesmo instituto as seções de Educação, de Ciências e de Letras, conforme previsto no Decreto nº 19. 851. Diferentemente da universidade paulista, cada uma dessas três

Segundo Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1982), a criação uspiana de uma FFCL, de um lado, e a de um Instituto de Educação, de outro, não seria mero acaso ou mesmo um simples cumprimento formal das exigências previstas pelo Decreto de 1931. Ao contrário, evidenciaria a importância que aquela primeira assumia para o projeto da Comunhão Paulista.

Neste projeto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não seria “antes de tudo e eminentemente um Instituto de Educação”, mesmo porque este existiria ao lado dela, cumprindo a sua função específica [ligada à formação docente]. (CARDOSO, 1982, p. 99).

A consulta do Decreto de 1934 confirma essa afirmativa. No capítulo em que trata da natureza do Instituto de Educação, indica-se a função primeira deste: a de formação pedagógica do professorado secundário. Esteve previsto nesse decreto que:

Artigo 5º - O Instituto de Educação [...] participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim de Infância, destinados à experimentação, demonstração e prática do ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores. (SÃO PAULO, 1934).

Se ao Instituto de Educação cabia a função de formar e preparar pedagogicamente o professorado secundário, à FFCL competia a tarefa de especializar seus discentes em uma das áreas de conhecimento ofertadas por essa instituição educacional. Deste modo, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelo Instituto ocorria mediante os resultados alcançados pela FFCL, relativos à preparação de especialistas nas áreas de Filosofia, Ciências e Letras. Esta afirmação encontra sustentação no Decreto de 1934, artigo 5º, parágrafo primeiro, que diz:

A licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que, tendo-se licenciado em qualquer das seções em que se especializou na Faculdade de

seções esteve representada em um instituto ou escola independente. Mas as diferenças entre essas duas universidades não se encerram por aqui. Ao contrário da USP que agregou o curso de História à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a UDF o vinculou à Escola de Direito e Economia. A incorporação do curso de História à seção de Ciências na universidade carioca, seguindo o modelo paulista, só ocorrerá quando da reestruturação da UDF em FNFi, em 1939. (FERREIRA, 2013).

Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação. (SÃO PAULO, 1394).

No ato de sua criação, a FFCL fora composta por três seções: Filosofia; Ciências; Letras. Os cursos superiores ofertados por essa faculdade estavam organizados a partir da vinculação com uma dessas seções. Enquanto a Filosofia e a Letras eram seções que agregavam cada qual em seu interior um curso de mesmo nome, a seção de Ciências foi constituída pelos seguintes cursos: Ciências Matemáticas; Ciências Físicas; Ciências Naturais; Ciências Sociais e Políticas; Geografia e História (SÃO PAULO, 1934)³⁷. Para os fins pretendidos neste trabalho, interessa especialmente esse último curso.

Antes de dar início ao tratamento das transformações na estrutura curricular do curso de História – inicialmente vinculado ao de Geografia –, ocorridas entre as décadas de 1930 a 1960, considera-se necessário dimensionar até que ponto a FFCL cumpriu a função política para a qual foi criada, qual seja: a de formar e preparar as classes dirigentes paulistas. Ao avaliar o perfil dos ingressos e formandos das primeiras turmas da FFCL, Fernando Limongi (1989) constatou que o primeiro ano letivo dessa instituição educacional contou com 182 matriculados, anunciando, assim, um início tanto quanto auspicioso. Ademais, de acordo com esse autor, “as salas de aula ficaram cheias, já que muitos cursos eram dados ao mesmo tempo para várias seções, além da presença de um sem número de ouvintes que acorriam às primeiras aulas”. O autor ainda destaca que “os depoimentos dos professores europeus contratados para formar o corpo docente da FFCL enfatizam a presença da ‘alta sociedade’ paulistana no início de seus cursos” (LIMONGI, 1989, p. 158).

Todavia, esse quadro inicial auspicioso logo sofreu profundas alterações ao ponto do primeiro ano letivo encerrar suas atividades com apenas 37 alunos matriculados. Para Fernando Limongi (1989), a explicação para tamanha evasão

³⁷ Com a colaboração de dezesseis professores e três assistentes, a FFCL iniciou suas atividades no dia 11 de março de 1934, sendo que as aulas nos cursos só iniciaram em meados daquele mesmo ano (SAWAYA, 1979). De acordo com Diogo da Silva Roiz (2012), naquele primeiro ano de atividade a FFCL recebeu 182 alunos, distribuídos entre os cursos de Filosofia (quarenta e seis alunos), Matemática (vinte e nove), Física (dez), Química (vinte e nove), História Natural (quinze), Geografia e História (dezesseis), Ciências Sociais (vinte e três), Letras Clássicas (cinco), Línguas Estrangeiras (nove).

encontrava-se no perfil da clientela ingressante em julho de 1934 que, em razão de já possuir diploma superior ou estar matriculada em outra instituição de ensino superior, estava menos inclinada a se submeter às exigências escolares. A fim de se ampliar o número de alunos, a FFCL abriu concurso vestibular exclusivo para professores primários. “Criava-se, nesta emergência, a figura do *comissionamento* destes professores, isto é, a sua dispensa das funções didáticas sem prejuízo de seus vencimentos para fazer os cursos na FFCL” (LIMONGI, 1989, p. 160, *grifos do autor*).

Para além do ingresso por intermédio do comissionamento, no terceiro ano de funcionamento da FFCL foi constituída nova ação visando à atração de mais candidatos: a concessão de bolsas de estudos. Interessante observar que, mesmo com esse novo estímulo, a FFCL seguiu registrando um número pouco significativo de matrículas, somente 84 ingressantes – um número bem abaixo do que se viu na ocasião da abertura da FFCL. Nesse sentido, os primeiros anos da FFCL caracterizaram-se, de um lado, por um número de matrículas inferior à sua capacidade de absorção e, de outro, pela dependência do ingresso de comissionados e de bolsistas nos cursos por ela ofertados. Frente a esse cenário, Fernando Limongi concluiu que:

Se a FFCL foi imaginada por seus mentores como destinando-se às elites de São Paulo, independentemente do objetivo confiado a seus formandos, os dados já apresentados, por preliminares que sejam, indicam que a face da faculdade criada foi rapidamente assumindo feições muito diferentes das imaginadas. [...] Se o objetivo da FFCL era se constituir em uma alternativa às escolas existentes para formar “elites”, se, portanto, pretendia “concorrer” com estas, os anos iniciais da vida da FFCL acumulam sinais do fracasso de suas pretensões. Os filhos da elite continuaram a se encaminhar para as mesmas faculdades que seus pais e estas faculdades continuaram a ser responsáveis pela formação das “elites”. (LIMONGI, 1989, p. 166).

Mas, os questionamentos em torno da FFCL não se restringem ao cumprimento ou não de sua função política. A consulta das entrevistas concedidas por Boris Fausto aponta para outro questionamento: o da qualidade dos cursos, em especial o de História, ofertados por essa instituição. De acordo com esse historiador, “o curso de História era extremamente desvalorizado. Na verdade, o curso, em si, merecia isso; a disciplina, certamente não” (FAUSTO, 2006, p. 177). Ao

ser arguido sobre as razões de quase ter desistido do curso de História, Fausto reafirma que não só achava o curso ruim como de fato ele assim o era. Além da qualidade duvidosa do curso, ele põe em destaque a ausência de um perfil acadêmico por parte dos alunos matriculados no curso. Segundo suas palavras,

Os colegas, com raras exceções, eram umas meninas que não sabiam nem o que estavam fazendo ali. Eu me lembro, já no segundo ano, que um grupo mais interessado, onde me incluía, tentou pressionar um professor de qualidade muito baixa. E a maioria silenciosa: “Deixa para lá. Ele aprova todo mundo. Não vamos criar caso”. Então era um pouco esse o ambiente em geral. (FAUSTO, 2006, p. 185-186).

Diante dessas impressões de Boris Fausto, ressalta-se que sua introdução ao curso de História da FFCL da USP ocorreu no ano de 1963, quando o curso ainda nem completara seus trinta anos de existência. Deste modo, seus limites, bem como suas potencialidades, devem ser entendidos dentro do processo de institucionalização do ensino universitário de História, marcado pela transição do autodidatismo para a profissionalização do trabalho intelectual de História. Para tanto, passa-se ao tratamento das transformações na estrutura curricular do curso de História da FFCL da USP que deu origem à grade curricular cursada por Boris Fausto.

1.2.2. As transformações na estrutura curricular: o curso de História da FFCL da USP entre as décadas de 1930 a 1960

Entre os anos de 1934 a 1968, os cursos ofertados pela USP estiveram organizados pelo regime de cátedras³⁸ e o curso de Geografia e História não figurou

³⁸ Previsto no Decreto de 1931, cátedra é definido por Diogo da Silva Roiz (2012, p. 44) da seguinte forma: “Literalmente quer dizer assento, ou mais precisamente cadeira. Socialmente significa o lugar de onde um indivíduo se representa perante os ‘pares’, e mais amplamente diante da sociedade. Foi inicialmente deliberada apenas para o corpo religioso, mas em função do desenvolvimento da monarquia absolutista passava também a fazer parte do corpo político. Portanto, foi em função de transformações sociais e culturais (decorrentes das revoluções econômicas e políticas no século XVIII), que se viabilizou a representação de cátedras (ou cadeira) como um instrumento de diferenciação de funções sociais e administrativas de um conjunto de indivíduos no interior de uma instituição de ensino e pesquisa.” No concernente ao regime de cátedra praticado na FFCL da USP, pode-se dizer que em seu aspecto legal “compreende[u] desde a incorporação de um corpo de regras que oper[avam] o desdobramento do processo que regi[a] a forma de seleção do profissional, até a caracterização de suas funções. A organização das cadeiras [...] efetuava a disposição curricular de cada curso e deliberava a maneira como os profissionais deveriam agir dentro de cada seção e

nesse espaço institucional como uma exceção. Quando de sua primeira oferta, em 1934, esse curso esteve organizado a partir de quatro cadeiras: Geografia Geral e Antropogeografia; História da Civilização; História da América; História da Civilização Brasileira³⁹ (SÃO PAULO, 1934). O nome atribuído ao curso em questão e as suas cadeiras revelam que a formação tanto em Geografia quanto em História não ocorria senão paralelamente – o que pode ser entendido como ausência de delimitação clara entre as fronteiras do que é ser historiador, de um lado, e geógrafo, de outro. Desta forma, para que se atingisse a formação em Geografia e em História em três anos, o curso esteve inicialmente estruturado a partir das seguintes disciplinas: primeiro ano – Geografia Geral, Geografia Econômica, História da Civilização (Antiga e Medieval); segundo ano – Antropogeografia, Geografia Econômica do Brasil, História da Civilização (Moderna e Contemporânea), História da América (inclusive Pré-História); terceiro ano – Antropogeografia (especialmente do Brasil), História da América, História da Civilização Brasileira⁴⁰ (SÃO PAULO, 1934).

Não obstante, o cotidiano de funcionamento dos cursos, combinado com a instauração de novos decretos que oficializavam a introdução de medidas para melhor especialização das áreas de conhecimento, frequentemente impunha à FFCL o desafio de empreender uma reestruturação curricular de seus cursos superiores, o que, por sua vez, em alguns casos, exigia a abertura de novas cadeiras (ROIZ, 2012). Assim sendo, desde 1934, a FFCL vivenciou constantes reformas e o seu primeiro Regulamento, aprovado através do Decreto nº 7.069, de seis de abril de

subseção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Por fim, os locais ou espaço de sociabilidade que se formavam no interior de cada curso caracterizavam os laços de amizade, as escolhas políticas e as predisposições teóricas e práticas de cada um dos professores.” (ROIZ, 2012, p. 45-46).

³⁹ O curso de História ofertado pela UDF a partir de 1935 era bastante diferente da proposta de curso da USP. Não só por ofertar o curso de História independente do de Geografia, mas também por privilegiar conteúdos voltados para a preparação de professores, com uma quantidade significativa de disciplinas de formação pedagógica. Essas diferenças se fizeram também presentes na proposição das cátedras. Para exemplificar, citam-se algumas cadeiras criadas em 1935: Psicologia Social; Sociologia Educacional; Antropologia Social. (SILVA; FERREIRA, 2011).

⁴⁰ Com duração também de três anos, o curso de História da UDF teve sua primeira grade curricular estruturada no ano de 1935 a partir de três eixos: cursos de conteúdo (História da Antiguidade, História da Idade Média, História dos Tempos Modernos, História da Idade Contemporânea, História da Civilização na América, História da Civilização no Brasil, Organização do Programa e Material Didático de Geografia e História, Inquéritos e Pesquisa); cursos de fundamento (Antropologia, Desenho, Geografia Humana, Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Inglês ou Alemão – os cursos de língua eram facultativos); cursos de integração profissional (Introdução ao Ensino, Filosofia da Educação, Psicologia do Adolescente, Medidas Educacionais, Organização e Programas do Ensino Secundário, Filosofia das Ciências, Prática de Ensino). (SILVA; FERREIRA, 2011; FERREIRA, 2013).

1935, as expressou quando apontou o surgimento de novas cadeiras em seus diversos cursos de formação superior. No caso específico do curso de Geografia e História, além da criação de uma quinta cadeira, a de Etnologia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, duas das outras cadeiras já criadas em 1934 passaram por mudanças de nomenclatura. Esse foi o caso da cadeira de Geografia Geral e Antropogeografia, que passou a ter a denominação de Geografia Física e Humana, e a de História da América, que, ao receber o termo de Civilização, passou a se chamar História da Civilização Americana (SAWAYA, 1979).

Ainda a respeito dos anos iniciais de formação, organização e consolidação da USP, cabe um parêntese no tocante à participação estrangeira no quadro docente dessa instituição de ensino superior. De acordo com Marcia Mansor D'Allesio, a USP

[...] foi formada com a colaboração de intelectuais europeus responsáveis, em grande parte, pelo formato espiritual e funcional adquirido pela escola. Os franceses tiveram papel destacado neste empreendimento, reforçando um contato dos alunos brasileiros com a França, que vinha desde a escola secundária, onde o estudo da língua francesa era obrigatório. (D'ALLESIO, 1994, p. 127-128)

Em estudo realizado sobre a participação de professores franceses no processo brasileiro de institucionalização do curso superior de História, Marieta de Moraes Ferreira (1999) constatou que o surgimento das primeiras universidades estimulou as já significativas relações culturais entre a França e o Brasil. A intensificação dessas relações culturais serviu aos interesses da diplomacia francesa de garantir sua influência nos estabelecimentos de ensino superior, recém criados no país. Segundo essa autora,

As relações culturais entre a França e o Brasil têm longa tradição. A presença francesa no universo cultural brasileiro manifestou-se de maneira consistente desde o início do século XIX, por intermédio das missões científicas e culturais, das escolas religiosas e da criação da Aliança Francesa, em 1896. Contudo, foi no começo do século XX que essas relações passaram a ser mais sistematizadas. Em 1908, a Universidade de Paris criou o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina. (FERREIRA, 1999, p. 6).

Nas palavras de Diogo da Silva Roiz,

A Universidade de São Paulo além de ter sido uma das pioneiras ao criar o curso de graduação em Geografia e História na década de 1930⁴¹ e, posteriormente, desenvolver seu programa de pós-graduação em História, também contou com a participação de professores vindos de outros países. [...]

Nas Ciências Biológicas e Exatas vieram professores da França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Nas Ciências Humanas também houve a participação de diversos professores provenientes de vários países, mas foi basicamente a missão de professores franceses (que aquela altura já constituía um intercâmbio cultural com raízes desde, pelo menos, a época do Império) a que melhor frutificou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁴². (ROIZ, 2012, p. 42).

Dentre os professores vindos da França, que deram sua contribuição à construção do curso de Geografia e História da USP, mencionam-se:

Emile Coornaert (em 1934 na cadeira de *História das Civilizações* e em 1949 como professor visitante), Fernand Paul Braudel (entre 1935 e 1937, na mesma cadeira, e em 1948 como professor visitante), Jean Gajé (de 1938 a 1946, substituindo Braudel na cadeira, onde também orientou teses de doutoramento), Emile G. Leonard (em 1948, substituindo Gajé, mas como professor visitante) e Jean Glénisson (entre 1957 e 1958, na recém criada cadeira de *Metodologia e teoria da história*). (ROIZ, 2012, p. 43).

Posto isto, encerra-se a discussão em torno da participação estrangeira no quadro docente da USP e retoma-se o debate a respeito das frequentes mudanças na estrutura curricular do curso de Geografia e História. Sobre essa última questão, destaca-se como momento ímpar da trajetória da institucionalização do curso superior de História o ano de 1956. Nesse ano, por meio do Decreto Estadual nº 25.701, de quatro de abril, foi regulamentado a aplicação da Lei Federal

⁴¹ Sabe-se que os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados ao longo da década de 1930. No que concerne à FFCL da USP, o curso de História foi criado integrado ao curso de Geografia. No entanto, o mesmo não ocorreu na Universidade do Distrito Federal (UDF), inaugurada em 1935 para substituir a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), fundada em 1920. A UDF mais tarde, em 1939, seria reestruturada na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cabe destacar que o curso de História ofertado inicialmente pela UDF foi concebido independente do curso de Geografia. Esse modelo deixaria de existir quando da reestruturação da UDF em FNFi em decorrência da integração dos cursos de História e Geografia aos moldes do curso oferecido pela FFCL da USP. Somente depois de 1955, com o decreto federal nº 2.594, de 8 de setembro, esses dois cursos se tornariam independentes em todas as universidades brasileiras (SILVA; FERREIRA, 2011).

⁴² Marieta de Moraes Ferreira (1999) defende que a USP não foi a única a contar com a colaboração de professores estrangeiros. A UDF e, depois, a FNFi também recebeu em seus primeiros anos de atividade vários professores de outros países, especialmente franceses. “Os professores de história e geografia que vieram para o Rio de Janeiro nos anos 1930 foram Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, para a UDF, e Victor Tapié e Antoine Bon, para a FNFi” (FERREIRA, 1999, p. 10).

nº 2.594, de oito de setembro de 1955, que tornava os cursos de Geografia e História independentes um do outro na FFCL da USP. Diogo da Silva Roiz defende que:

Essa mudança foi promovida dentro de um contexto social de mudanças na sociedade brasileira, em termos demográficos (aumento populacional, êxodo rural e crescimento das cidades), sociais (favorecimento da alfabetização escolar em outros estratos sociais), econômicos (diversificação do comércio e do mercado de trabalho) e culturais (seria o Brasil um país ‘novo’? Entrar-se-ia para o ‘primeiro mundo’?). Além disso, pensava-se que o país poderia se modernizar. Acreditava-se num avanço significativo para todos os níveis da aprendizagem escolar. (ROIZ, 2007, p. 89).

A separação dos cursos de Geografia e História acarretou uma reestruturação curricular no mesmo ano em que o Decreto nº 25.701 foi sancionado. Após a reforma curricular de 1956, o curso de História da FFCL⁴³, organizado em quatro anos, apresentou a seguinte distribuição de disciplinas: primeiro ano – Introdução aos Estudos Históricos, História da Civilização Antiga, História da Civilização Medieval, Antropologia, Geografia; segundo ano – História da Civilização Moderna; História da Civilização Brasileira, História da Civilização Americana, Etnografia Geral, História da Civilização Ibérica; terceiro ano – História da Civilização Contemporânea, História da Civilização Brasileira, História da Civilização Americana, Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani.

Além dessas disciplinas do quadro obrigatório, eram ofertadas no curso de História duas disciplinas optativas, uma no segundo e outra no terceiro ano. As disciplinas optativas oferecidas eram: História das Ideias Políticas; História da Filosofia; História Econômica; História da Educação; História da Literatura (inglesa ou espanhola, alemã, francesa, latina, grega, portuguesa e brasileira); História da Arte; Numismática; Paleografia. Quanto ao quarto ano, aos alunos cabia optar livremente por dois a três cursos dentre os ministrados pela FFCL para conquista do

⁴³ O curso de Geografia, após a reforma curricular de 1956, tal qual o curso de História, esteve organizado em quatro anos, sendo o último cursado conforme os objetivos dos alunos quanto a se tornarem bacharéis e/ou licenciados na área. As disciplinas ofertadas por ele foram: Geografia Física, Geografia Humana, Geografia do Brasil, Cartografia, Geologia, Antropologia, Geografia Regional, Botânica, Etnografia Geral, Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani, História da Civilização Moderna, História da Civilização Contemporânea, História da Civilização Brasileira. Com a separação dos cursos de Geografia e História, verifica-se com base na relação de disciplinas ofertadas pela Geografia que esse curso incorporou três disciplinas da área de História na sua grade curricular. (ROIZ, 2012).

diploma de Bacharel ou, além disso, cursar as cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial para a conquista do diploma de Licenciado.⁴⁴ Com a separação dos cursos de Geografia e História, verifica-se a partir da observação do quadro de disciplinas aqui exposto que esse último se limitou a incorporar apenas uma disciplina geral sobre o conhecimento geográfico.⁴⁵ (ROIZ, 2012).

As mudanças na estrutura curricular do curso de História da FFCL não se encerraram nos anos de 1950. Nos anos que se seguiram, as constantes exigências legais, institucionais e curriculares continuaram a impor o desafio de novos projetos de reestruturação tanto do funcionamento e estrutura das instituições universitárias quanto das concepções pedagógicas e formativas dos cursos superiores. No concernente a essa questão, interessa em particular a este trabalho a reestruturação ocorrida na FFCL, em especial no curso de História, no ano de 1962, em decorrência da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 20 de dezembro de 1961. Esse interesse justifica-se diante do fato de que Boris Fausto, ao ingressar no curso de História da FFCL da USP, em 1963, tomou contato com um currículo organizado sob o impacto dessa conjuntura.

O advento da Lei nº 4.024 de 1961 propiciou uma reforma nos Estatutos da USP⁴⁶ e, em conseqüência, deu nova estrutura à FFCL. Em busca de adaptar-se às novas exigências legais, a FFCL passou a ter uma estrutura do setor de ensino constituída de cursos ordinários e extraordinários. Eram concebidos como cursos ordinários os cursos de graduação, com duração mínima de quatro anos. Assim

⁴⁴ O funcionamento desse último ano letivo estava previsto no Regimento nº 9.092, de 26 de março de 1946.

⁴⁵ À semelhança da USP, a grade curricular do curso de História e Geografia da FNF i sofreu significativas alterações após a Lei Federal nº 2.594 de 1955, a começar pela estruturação dessas duas áreas em cursos independentes. Também organizado em quatro anos, como efeito dessa lei, a estrutura curricular do curso de História ficou definida a partir das seguintes disciplinas: Introdução Metodológica à História; História da Antiguidade; Geografia Humana; Etnologia; História da Idade Média; História Moderna; História do Brasil; Etnografia do Brasil; História Contemporânea; História da América; História das Ideias Políticas; Psicologia Educacional; Fundamentos Biológicos, Sociológicos e Filosóficos da Educação; Didática Geral e Específica; Administração Escolar (FERREIRA, 2013). Com base no exposto, pode-se afirmar que o curso de História ofertado na FNF i, após a separação da Geografia e História, guardadas as suas particularidades, não se distanciou demasiadamente do curso ofertado pela USP na mesma conjuntura. Ao contrário, guardou significativas semelhanças. Conforme já evidenciado anteriormente, o mesmo não se aplicou aos cursos oferecidos pela USP, em 1934, e pela URJ, em 1935.

⁴⁶ A aprovação desse Estatuto da USP foi realizado mediante Decreto nº 40.346, de sete de julho de 1962.

listam-se: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Estudos Orientais, Filosofia, Física, Geografia, Geologia, História, História Natural, Letras Anglo-Germânicas, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Química. Esses cursos levavam ao bacharelado. Caso houvesse o interesse por parte do aluno de se chegar à licenciatura, seria necessário que o interessado cursasse as disciplinas voltadas para a formação pedagógica. Compreendiam-se como cursos extraordinários aqueles que tivessem caráter avulso e livre e, ao mesmo tempo, abordassem assuntos de interesse geral e complementassem os cursos de graduação. Tanto os cursos ordinários como os extraordinários eram de responsabilidade dos departamentos integrantes da FFCL, os quais foram formados depois da LDB de 1961 a partir da reunião de uma ou mais cadeiras (SAWAYA, 1979).

No caso do Departamento de História, responsável por ofertar o curso de graduação de mesmo nome, sua constituição, logo após a LDB, se deu com base na reunião de duas cátedras – História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Brasileira –, e de quatro disciplinas autônomas – História da Arte, História Ibérica, Metodologia da História e Teoria da História⁴⁷. Até 1965, as cátedras de História da Civilização Americana e História da Civilização Moderna e Contemporânea eram consideradas autônomas dentro da FFCL e, por isso, não integradas ao Departamento de História. Situação que foi mudada quando da aprovação pela Congregação do novo Regulamento da FFCL (FACULDADE..., 1965). Segundo Sawaya (1979), isto ocorreu em razão de que essas cátedras, assim como outras, demoraram um pouco mais a se organizarem e adquirirem a estruturação necessária para comporem os departamentos.

Se, por um lado, a estrutura da FFCL dos anos de 1960 se diferenciou em vários aspectos quando comparada às décadas anteriores, por outro lado, ela tinha em comum com o período passado as cátedras⁴⁸. Os professores catedráticos eram definidos por concurso, que davam aos aprovados o direito ao exercício do cargo de modo vitalício. Assim, tem-se que os docentes, responsáveis pelas cadeiras do

⁴⁷ A partir de então, outras disciplinas autônomas foram criadas pelo Departamento de História, como: História das Ideias, Arqueologia, História das Religiões.

⁴⁸ Colocado em prática desde os anos de 1930, o sistema de cátedras só seria extinto com a Reforma Universitária de 1968.

curso em que Boris Fausto ingressou, eram quase todos os mesmos desde os tempos em que o curso de História era vinculado ao de Geografia (ver Quadro 1).

QUADRO 1: Cátedras do Departamento de História da FFCL da USP

CADEIRA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	ANO DO CONCURSO	TÍTULO DA TESE DEFENDIDA NO CONCURSO
História da Civilização Antiga e Medieval*	Eurípedes Simões de Paula	1946	Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade
História da Civilização Moderna e Contemporânea**	Eduardo d'Oliveira França	1951	Portugal na época da restauração
História da Civilização Brasileira*	Sérgio Buarque de Holanda	1958	Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil
História da Civilização Americana**	Astrogildo Rodrigues de Mello	1946	Meio século de bandeirismo

Fonte: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Guia*. Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Gráfica da USP, 1965.

* Cadeira vinculada ao Departamento de História desde a reestruturação da FFCL, em 1962.

** Cadeira vinculada ao Departamento de História só depois de 1965, quando a Congregação aprovou o regulamento da FFCL.

Com exceção de Sérgio Buarque de Holanda, os outros três professores catedráticos não só haviam ingressado no curso de História antes de sua separação do curso de Geografia, como também tinham se graduado em Geografia e História pela FFCL da USP, nos anos de 1930⁴⁹, e se doutorado pela mesma instituição, na primeira metade da década de 1940⁵⁰. Com base no exposto, pode-se afirmar que muitas das disciplinas ministradas no curso de História durante a década de 1960 acabaram sendo planejadas a partir de uma concepção de História muito próxima àquela que se fez presente no primeiro modelo desse curso em 1934. Essa aproximação pode ser sentida no que compete à resistência em admitir o século XX como objeto da História. Resistência evidenciada tanto na relação de disciplinas eleitas para compor a grade curricular (ver Quadro 2) quanto na proposição dos

⁴⁹ Eurípedes Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Mello graduaram-se no período de 1934 e 1936, enquanto que Eduardo d'Oliveira França frequentou a graduação entre os anos de 1935 e 1937 (ROIZ, 2012).

⁵⁰ Tal qual a graduação, Eurípedes Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Mello defenderam seus respectivos doutorados no mesmo ano, em 1942. Já Eduardo d'Oliveira França teve sua tese defendida em 1945 (ROIZ, 2012).

programas de ensino⁵¹, apresentados pelos catedráticos e pelos professores responsáveis pelas disciplinas autônomas.

QUADRO 2: Grade curricular vigente para a turma de 1963

Matérias	Departamentos, cadeiras ou disciplinas responsáveis	Duração
Disciplinas Obrigatórias – Bacharelado		
Metodologia da História	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
História do Brasil Colonial	Cadeira de História da Civilização Brasileira	1 ano
História do Brasil Independente	Cadeira de História da Civilização Brasileira	1 ano
História da América Colonial	Cadeira de História da Civilização Americana	1 ano
História da América Independente	Cadeira de História da Civilização Americana	1 ano
Geografia Humana Geral e do Brasil	Departamento de Geografia	1 ano
História Antiga	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História Medieval	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História Moderna	Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea	1 ano
História Contemporânea	Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea	1 ano
História Ibérica	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
Teoria da História	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
Matérias de Opção – Bacharelado		
História da Arte	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
Antropologia Cultural	Cadeira de Antropologia	1 ano
Economia	Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas	1 ano
Sociologia	Cadeiras de Sociologia I e II	1 ano
Toponímia	Cadeira de Línguas Ameríndias do Brasil	1 ano
Política	Cadeira de Política	1 ano
História das Ideias	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
Paleografia	Curso livre do Departamento de História	1 ano
Elementos de Estatística	Departamento de Estatística	1 ano
História das Doutrinas Econômicas	Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas	1 ano
Arqueologia	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano

⁵¹ Os programas de ensino consultados para esse trabalho estiveram restritos aos anos de 1963 a 1966, período em que Boris Fausto cursou as disciplinas necessárias para a conquista de título de bacharel em História. Os programas de todos os cursos da FFCL eram reunidos em publicação anual realizada pela mesma Faculdade, após aprovados pela Congregação.

História do Japão	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História Bizantina	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História da Palestina	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	2 anos
História da Armênia	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História da Rússia	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	2 anos
História do Islão	Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval	1 ano
História das Religiões	Disciplina autônoma do Departamento de História	1 ano
Matérias Pedagógicas - Licenciatura		
Psicologia da Educação	Cadeira de Psicologia Educacional	2 semestres
Didática Geral	Cadeira de Didática Geral e Especial	1 semestre
Prática de Ensino	Cadeira de Prática de Ensino	2 semestres
Administração Escolar	Cadeira de Administração escolar e Educação Comparada	1 semestre

Fonte: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Guia*. Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Gráfica da USP, 1965; 1966.

A consulta da grade curricular vigente em 1963 permite observar que as disciplinas relacionadas às áreas de História do Brasil e de História da América encerravam seus debates no século XIX. Todavia, uma exceção a essa regra foi encontrada e deve ser posta em destaque. Ao analisar os programas de ensino dessas disciplinas, constatou-se que, nos anos de 1965 e 1966, a cadeira de História da Civilização Americana propôs um curso monográfico sob o tema “Os Estados Unidos e as relações internacionais de 1914 a 1929”, ultrapassando, assim, o limite temporal imposto pela própria disciplina a que se destinava a proposta, qual seja: História da América Independente. Infere-se que essa proposição provavelmente tenha estado relacionada à contratação de algum novo professor que estivesse pesquisando sobre a temática apresentada para o curso. E, embora essa ação possa ser tida como sinalização de um desejo de mudança na trajetória do curso de História, ela se realizou em um ambiente ainda crítico à admissão do século XX como objeto histórico. Sobre essa questão, Boris Fausto relatou em entrevista que “havia professores que diziam que, após o Império, passávamos para o mundo de hoje, e o mundo de hoje não era aberto à História” (FAUSTO, 2008, p. 186).

Ainda sobre a grade curricular de 1963, julga-se imperativo por em discussão a disciplina de História Contemporânea por essa suscitar a possibilidade de se tratar temáticas históricas que vão para além do período oitocentista, podendo inclusive admitir como foco de interesse o século XX. No concernente a essa disciplina, a consulta e análise dos seus programas, apresentados entre os anos de 1963 e 1966, demonstrou que suas discussões históricas se concentraram nos séculos XVIII e XIX. Interessante apontar que, mesmo essa disciplina tendo por foco os períodos setecentista e oitocentista, não foram raras as ocasiões em que esteve sob a mira de críticas demasiadamente duras. Ao lembrar seus tempos de graduando, Boris Fausto (2008, p. 186) comentou que um professor seu de História Medieval frequentemente chamava os professores de História Contemporânea, na época Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota⁵², de “os ‘merdinhas’ da História Contemporânea”. Diante desse comentário, fica evidente que, mesmo diante de ações que visavam à incorporação de temáticas históricas mais contemporâneas, o curso de História que Boris Fausto se deparou ainda era formado por docentes resistentes à investigação de um passado avaliado como próximo ao tempo do historiador.

No sentido de ratificar a tese da resistência do corpo docente do curso de História da USP à admissão do século XX como objeto histórico, faz-se também necessário trazer à discussão as disciplinas optativas, previstas em sua matriz após a reestruturação curricular ocorrida em 1962. Em 1963, quando do ingresso de Boris Fausto no curso de História da FFCL da USP, este contava com 60 vagas. No ano de sua vinculação ao curso, 105 candidatos se inscreveram para concorrer a uma vaga, mas apenas 29 foram aprovados (FACULDADE..., 1966). Conforme apresentado no Quadro 2, os candidatos aprovados e matriculados encontraram uma grade curricular organizada em matérias obrigatórias e optativas para o cumprimento do bacharelado e em matérias pedagógicas para o aluno que se interessasse a dar sequência ao curso para obtenção da licenciatura.

Dentre as disciplinas optativas ofertadas pelo curso de História, citam-se: História da Arte, Antropologia Cultural, Economia, Sociologia, Toponímia, Política,

⁵² Ambos eram professores instrutores na cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. De acordo com o Estatuto da USP de 1962, os professores instrutores deveriam ser portadores de diploma de nível superior e suas designações, bem como suas exonerações, eram propostas pelos professores catedráticos.

História das Ideias, Paleografia, Elementos de Estatística, História das Doutrinas Econômicas, Arqueologia, História do Japão, História Bizantina, História da Palestina, História da Armênia, História da Rússia, História do Islão e História das Religiões. No tocante ao conteúdo abordado pelas disciplinas, dentre todas aqui mencionadas as que suscitavam expectativas quanto à proposição de temáticas contemporâneas eram, especialmente, a Sociologia e a Política. Expectativas essas que foram confirmadas quando em contato com os programas de ensino de ambas as disciplinas. E, apesar da importância que esse aspecto assume para a compreensão das possibilidades formativas do aluno do curso de História da USP no decorrer da década de 1960, essas disciplinas não podem ser tidas como demonstrações de rompimento com a concepção de História que criticava a investigação de um passado tido como recente. Pois, tanto a Sociologia quanto a Política eram disciplinas propostas por cadeiras autônomas ao Departamento de História.

Em relação às demais disciplinas optativas, observou-se que outras quatro propuseram discussões de abordagem contemporânea. Todavia, ao contrário das disciplinas de Sociologia e Política, elas apenas destinaram um a dois itens de seus respectivos programas à reflexão de temas relativos ao século XX. Garantindo, desta forma, que seus conteúdos se concentrassem em períodos anteriores ao do novecentista. As disciplinas que demonstraram esse perfil foram: História das Ideias, História do Islão, História da Palestina e História da Rússia. Todas vinculadas ao próprio departamento do curso. E, embora as disciplinas em questão tenham realizado incursões pontuais por um passado mais próximo ao tempo do historiador, as suas propostas de ensino não devem ser entendidas como expressão de uma virada historiográfica. Ao contrário, devem ser lidas como parte do processo de transformação pelo qual o Departamento de História da FFCL da USP vinha passando. Afinal, o departamento se tornava cada vez mais heterogêneo na medida em que novas contratações de professores associados, de disciplinas, assistentes e instrutores iam sendo realizadas. Heterogeneidade essa que se deu em torno de perspectivas historiográficas distintas das filiações de muitos de seus professores catedráticos.

Diante disso, não restam dúvidas de que Boris Fausto não encontrou no Departamento de História da FFCL da USP grandes entusiastas da investigação de temáticas relacionadas à História da República brasileira. Ao contrário, conforme apresentado, ele formou-se em um ambiente acadêmico-universitário de afirmação do século XIX como o limite temporal para o trabalho histórico. Por essa razão, infere-se que o interesse desse historiador pelo período em questão não se construiu a partir de exaustivos debates encampados por seus professores acerca da República, mas, muito provavelmente, foi provocado pelo seu silêncio. Silêncio que despertou o menino das memórias de Boris Fausto, que lia jornais para seu avô e, com isso, passava a se interessar pelo mundo em que vivia, a tornar objeto da História temas até então entendidos pelos docentes do curso de História da USP como próprios ao campo da pesquisa política e sociológica.

Para por fim ao debate em torno do espaço de formação de Boris Fausto no curso de História da FFCL da USP, cabe ainda refletir acerca de algumas de suas escolhas realizadas no decorrer de sua trajetória institucional na graduação. Escolhas que se fizeram conhecidas mediante consulta ao seu histórico escolar (ver Quadro 3). Para identificar essas escolhas, foi fundamental compreender o modo pelo qual se dava a organização curricular de seu curso. Embora a organização do currículo ficasse a critério do aluno, existiam algumas regras a serem seguidas, como: 1) o limite máximo de disciplinas por ano letivo era de quatro; 2) a disciplina Metodologia da História deveria obrigatoriamente ser cursada no primeiro ano do curso, salvo a hipótese de reprovação; 3) a conquista de 14 certificados de conclusão em matérias do curso, sendo 12 em disciplinas obrigatórias e dois em optativas à escolha do aluno, para a obtenção do diploma de bacharel; 4) o grau de licenciado só poderia ser almejado após a conclusão do bacharelado e a aprovação nas matérias pedagógicas. Além das regras, o Departamento de História apresentava aos alunos ingressantes no curso algumas orientações. A primeira delas era de que, no ato da matrícula em disciplinas, o aluno procurasse respeitar a ordem cronológica da História. E a segunda era para que o bacharel em História deixasse para cursar as disciplinas obrigatórias da cadeira de História da Civilização Brasileira ao final do curso (FACULDADE..., 1966).

QUADRO 3: Disciplinas cursadas por Boris Fausto no curso de História da FFCL da USP

DISCIPLINAS CURSADAS
Bacharelado
1963
Metodologia da História
História Antiga
Geografia Humana, Geral e do Brasil
1964
História Ibérica
História Medieval
História do Brasil Colonial
1965
História Contemporânea
História do Brasil Independente
História da América Independente
Paleografia (optativa)
1966
História Moderna
História da América Colonial
Teoria da História
Sociologia I (optativa)
Licenciatura
1967
Psicologia da Educação
1968
Didática
Prática de Ensino
Administração Escolar

Fonte: Resumo de disciplinas cursadas por Boris Fausto, organizado pelo Serviço de Alunos de Graduação, da FFLCH da USP.

Assim, com base no exposto, chegou-se a algumas conclusões sobre as escolhas realizadas por Boris Fausto para a organização de seu currículo. Como conclusão primeira, indica-se que Boris Fausto não seguiu as orientações do departamento posto que não houve por parte dele a preocupação nem de cursar as disciplinas respeitando a ordem cronológica da História, nem de concentrar os estudos sobre Brasil no final de seu curso. Outra constatação possível diz respeito às disciplinas optativas por ele cursadas. Foram elas: a Paleografia e a Sociologia I, cursadas respectivamente em seu terceiro e quarto anos. Conquanto a disciplina de Sociologia I guardasse proximidade de interesse com as pesquisas futuras de Boris Fausto, a Paleografia pouco ou nada dialogaria com suas escolhas investigativas. Dito isso, infere-se que as escolhas de Boris Fausto que orientaram a organização de seu currículo estiveram menos relacionadas a uma atitude pessoal de

confrontação com a concepção de História própria ao Departamento e mais com a necessidade de conciliar os seus horários de estudos na graduação com os de seu trabalho na Procuradoria da USP.

A consulta do histórico escolar de Boris Fausto colocou em evidência uma curiosidade quanto à sua trajetória acadêmica: a obtenção do título de Licenciado em História, que o habilitava ao exercício do magistério de nível médio. Essa formação se tornou uma curiosidade, especialmente por dois motivos. Primeiro, em razão de ele não mencionar em nenhuma de suas entrevistas o interesse, ainda que remoto, pela carreira do professorado de ensino secundário. Ao contrário, às vezes em que admitiu a prática da docência, a fez relacionada ao ensino superior. Segundo, pelo fato de Boris Fausto já exercer outra profissão, na qual se encontrava profissionalmente estável em decorrência de seu cargo na Procuradoria do Estado.

A reflexão em torno da trajetória percorrida por Boris Fausto no campo da investigação histórica demonstrou que ele não seguiu os caminhos de sua geração. Como anteriormente anunciado, no lugar de se tornar um professor-pesquisador, optou por ser um historiador advogado. Deste modo, as escolhas profissionais que fez não colocaram para ele a exigência da graduação em História. Até porque ele poderia se dedicar ao fazer História sem formação especializada para tal, assim como outros fizeram. Todavia, ele escolheu não só ser bacharel, como também licenciado em História. Formação que levou exatos seis anos para ser concluída – um tempo longo de dedicação para alguém que já trabalhava em outra área. Além disso, defendeu teses de doutorado e livre-docência na área – opções que não estiveram postas para a sua outra profissão. Isto posto, infere-se que toda essa dedicação de Boris Fausto em especializar-se na área de História esteve diretamente relacionada ao seu empenho em adentrar e se legitimar no interior do campo de produção historiográfica. Afinal, desde o início do processo de institucionalização do curso de História, crescia nesse campo a valorização do trabalho histórico realizado por sujeitos especializados na área.

1.3. A pesquisa acadêmico-institucional na USP nos tempos das primeiras experiências de Boris Fausto na investigação histórica

Definido o espaço de formação institucional vivenciado por Boris Fausto durante o período em que cursou o bacharelado e a licenciatura em História na FFCL, cabe aqui problematizar os limites e as possibilidades da pesquisa acadêmico-institucional quando de suas primeiras incursões na investigação histórica. Sabe-se que Boris Fausto não apenas graduou-se (como bacharel em 1966 e como licenciado em 1968), como também se doutorou (1969) e defendeu sua tese de livre-docência (1975) na USP.

Deste modo, seguindo o que foi feito no tópico anterior, concentrar-se-á o debate em torno da pesquisa acadêmico-institucional tendo por referência a produção historiográfica desenvolvida no interior do ambiente uspiano. Com isso, almeja-se situar o lugar ocupado na historiografia brasileira pela pesquisa desenvolvida por Boris Fausto, especialmente, em seu doutorado. Para tanto, inicialmente, historicizar-se-á o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil e na USP. Findada essa discussão, procurar-se-á demarcar o estado da pesquisa histórica realizada no interior da USP até o momento em que Fausto defende sua tese de doutorado.

1.3.1. A institucionalização da pós-graduação no Brasil e na USP

No intuito de se compreender o processo de institucionalização da pós-graduação no interior da USP, julga-se necessário pensar os caminhos percorridos por esse mesmo processo em âmbito nacional. Assim, ressalta-se que, embora a constituição do sistema nacional de pós-graduação tenha sido iniciado apenas nos anos de 1960, a concepção da investigação científica como uma das tarefas fundamentais do ensino universitário foi prevista décadas antes pela instância legislativa, mais precisamente em 1931, com a promulgação do Decreto nº 19.851, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde. De acordo com o artigo primeiro do referido decreto, tem-se que:

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931).

Importa destacar que, apesar dessa primeira ação regulatória legislativa do ensino superior brasileiro considerar a validade da pesquisa para a consolidação das universidades no país, a pós-graduação ainda não figurava entre os cursos a serem ofertados por essas instituições educacionais. Conforme o decreto de Francisco Campos:

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normaes, nos quaes será executado, pelo professor cathedratico, o programma official da disciplina;
- b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de accôrdo com o programma approved pelo conselho technico-administrativo de cada instituto, e que terão os effeitos legaes dos cursos anteriores;
- c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados dominios da mesma;
- d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e systematizado, os conhecimentos necessarios a finalidades profissionaes ou scientificas;
- e) cursos livres, que obedecerão a programma préviamente approved pelo conselho technico-administrativo do instituto onde devam ser realizados, e que versarão assumptos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;
- f) cursos de extensão universitaria, destinados a prolongar, em benefício colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios. (BRASIL, 1931).

A despeito da pós-graduação não figurar como curso previsto em lei, o Decreto nº 19.851 mencionava a possibilidade de expedição por parte das universidades de diplomas de doutor. Somente poderiam se inscrever ao doutoramento os candidatos concluintes de cursos normais, técnicos ou científicos. Para a conquista do diploma de doutor, o decreto considerava obrigatório tanto o atendimento das exigências regulamentadas pela instituição de vinculação do candidato, quanto a defesa de tese de sua autoria. Segundo o texto da lei:

Art. 90. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e parágrafos anteriores, **os institutos universitários** de que trata o art. 5º, item I, **expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria.** (BRASIL, 1931, *grifos nossos*).

Após três décadas da promulgação do decreto de Francisco Campos, observou-se uma importante mudança na esfera legislativa no concernente à pós-graduação. Essa mudança foi expressa pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que conferiu à pós-graduação o estatuto de curso a ser ofertado nas universidades brasileiras. De acordo com a lei que fixou as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;**
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961, *grifos nossos*).

A promulgação dessa lei deve ser entendida como resultante de uma série de ações direcionadas ao fortalecimento da pesquisa no Brasil. Dentre essas ações, citam-se: 1) a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 1948, que tanto protagonizou o movimento em prol de transformações urgentes na estrutura e funcionamento das universidades quanto defendeu a institucionalização da pesquisa e do ensino de pós-graduação no âmbito dessa mesma universidade reformada; 2) a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, atual Fundação Capes, com a finalidade de fomentarem, de um lado, a pesquisa e, de outro, a formação e o aperfeiçoamento dos docentes pesquisadores ligados às universidades e institutos de pesquisa; 3) a inauguração da Universidade de Brasília - UnB, em 15 de dezembro de 1961, que instituiu, antes mesmo da LDB assim

determinar, a pós-graduação como sua tarefa normal e permanente. (CURY, 2005; FALCON, 2012).

Conquanto a LDB de 1961 tenha estabelecido a oferta de pós-graduação nos estabelecimentos de ensino superior, ela não deliberou nem sobre a sua natureza e nem sobre os seus objetivos. Para tanto, foi necessário criar fórum de debate específico para a definição da pós-graduação, bem como de seus níveis e suas finalidades. Assim sendo, o então ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, delegou ao Conselho Federal de Educação – CFE a tarefa de discutir e desenvolver um modelo único de pós-graduação, cuja institucionalização e regulamentação poriam fim a imprecisão que reinava até aquele momento sobre a natureza da oferta de seus cursos. O cumprimento dessa tarefa resultou no Parecer do CFE nº 977, de 1965, que foi homologado pelo Ministro da Educação em janeiro de 1966. Tendo como relator e conselheiro Newton Sucupira, esse parecer foi o primeiro documento a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil. (CURY, 2005).

Ao discutir o significado do Parecer do CFE nº 977/65 para o processo de institucionalização da pós-graduação, Carlos Roberto Jamil Cury concluiu que esse foi um “texto fundador da pós-graduação sistemática no Brasil e, após ele, parece não haver nenhum outro texto que articule doutrina e normatização sobre o assunto com tanto impacto sobre esse nível da educação superior no [país]” (CURY, 2005, p. 18). Afinal, esse texto não apenas definiu os objetivos da pós-graduação, como também conceituou os seus cursos e deliberou a propósito de suas respectivas características.

No concernente aos objetivos da pós-graduação, o Parecer nº 977/65 elegeu: 1) a formação tanto de um corpo docente preparado e competente quanto a de pesquisadores de alto nível; 2) a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. Já a conceituação da pós-graduação concentrou-se inicialmente na distinção entre *lato sensu* e *stricto sensu*. Quanto a este último, ele foi escalonado em dois níveis: mestrado, com duração mínima de um ano, e doutorado, com duração mínima de dois anos. As semelhanças com o sistema norte-americano não param por aqui. Dentro desses dois níveis, houve a preocupação em diferenciar tanto o mestrado quanto o

doutorado em termos profissionais e de pesquisa. O parecer também reteve do modelo norte americano:

[...] as áreas de concentração (*major*) e de domínio conexo (*minor*), a sistemática de cursos/créditos com grande flexibilidade, duração variável, exames de qualificação, domínio de língua estrangeira, acompanhamento dos estudos e pesquisas por um orientador e a exigência da dissertação para o mestrado e da tese para o doutorado. (CURY, 2005, p. 13).

O parecer é categórico quanto ao fato da pós-graduação ter lugar na universidade, e só excepcionalmente, mediante autorização do CFE, poderia haver essa modalidade de curso em institutos isolados. O texto desse documento definia como responsabilidade do CFE a avaliação e a aprovação dos cursos de pós-graduação no país. Contudo, a normativa fixando os critérios de aprovação e credenciamento desses cursos só veio com o Parecer do CFE nº 77 de 1969, também de autoria de Newton Sucupira. Portanto, depois da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que resultou dos debates em torno da reforma universitária.

Cabe registrar que o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRF afirmou a urgência de se promover a consolidação dos cursos de pós-graduação com a finalidade de o país poder qualificar seus próprios professores, cientistas e técnicos. Faz-se ainda pertinente destacar que tanto o Parecer do CFE nº 977/65 quanto as sugestões encaminhadas pelo GTRF foram referendadas pela Lei nº 5.540, imposta por um governo de exceção. Cury ainda destaca que:

A consolidação da pós-graduação acelerou quando a CAPES, o CNPq e outros órgãos públicos ficaram incumbidos pelo decreto-lei nº 464, de 11/2/1969, art. 36, de promover a “formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior” e compor para tanto uma política nacional e regional definida pelo CFE e promovida por uma comissão executiva. (CURY, 2005, p. 16)

As ações normatizadoras dos cursos de pós-graduação adentraram a década de 1970. Afinal, as normas e os critérios se faziam imprescindíveis a criação de um modelo centralizado e único de pós-graduação no Brasil. Para efeitos de exemplificação, citam-se: 1) a resolução do CFE nº 40/75 que fixou a visita institucional *in loco* de especialistas nos programas de pós-graduação para efeito de

avaliação e credenciamento de seus cursos; 2) a resolução do CFE nº 51/76 que estabeleceu normas para a renovação periódica do credenciamento dos cursos de mestrado e doutorado aprovados pelo CFE a fim de manter a sua qualidade. (CURY, 2005).

Assim, no que concerne ao processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil, tem-se que os anos de 1960 e 1970 concorreram para a fixação de legislação específica para essa modalidade de curso, bem como se constituíram em cenário para o planejamento e apresentação do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979). Deste modo, “[f]oi no regime militar que a pós-graduação se desenvolveu como patrimônio institucional da qualificação de docentes e como elemento fundamental da criação de um sistema nacional de ciência e tecnologia” (CURY, 2005, p. 15). Para Francisco José Calazans Falcon (2013), esse protagonismo exercido pelas forças autoritárias no processo de institucionalização da pós-graduação teria acarretado o atrofiamento das possibilidades no campo da pesquisa, o que, por sua vez, gerou o mito das origens da pós-graduação como algo uniforme, consensual e historicamente necessário. Segundo suas palavras,

A adoção, ou antes, a imposição de um modelo único de pós-graduação para todas as universidades brasileiras e institutos de pesquisa constituiu na prática o ápice de um processo de ocultamento em relação às reais possibilidades então existentes de implantação de experiências diversificadas e concorrentes entre si. Tal ocultamento veio a contaminar a própria memória dessa questão, levando ao aparecimento de uma história fortemente marcada pelo viés *iluminista* dominante à época da institucionalização. Desse apagamento das possibilidades da diferença surgiu o mito que sobrevive até hoje de uma pós-graduação uniforme como alguma coisa consensual e historicamente necessária. O controle político-ideológico sobre professores e alunos foi talvez somente a parte mais ostensiva e violenta dessa imposição de um controle burocrático autoritário sobre todas as atividades acadêmicas, inclusive a produção intelectual. (FALCON, 2013, p. 21).

Isto posto, passa-se a reflexão do modo pelo qual se deu o processo de institucionalização da pós-graduação na USP. A análise dos estatutos, dos regulamentos e dos regimentos, criados para normatizar essa instituição de ensino desde sua criação até meados dos anos de 1970, evidenciou correspondência com a legislação nacional. De forma a expor essa correspondência, citam-se aqui os

decretos nº 6.283, que criou a USP, e nº 6.533, que aprovou os estatutos dessa mesma universidade. Seguindo as determinações expressas no Decreto de Francisco Campos, ambos os decretos estaduais expuseram como exigências para a diplomação em nível de doutoramento, de um lado, a participação em curso e estágio no período de dois anos e, por outro, a defesa de trabalho original. O texto da norma é o que se segue:

Para o doutoramento em cada uma das seções ou subseções, o licenciado é obrigado, a um curso e estágio de dois anos, em seminários ou laboratórios, findos os quais lhe será conferido o grau de doutor se aprovado na defesa de trabalho original, de pesquisa ou de alta cultura. (SÃO PAULO, art. 12, Decreto nº 6.283; art. 21, Decreto nº 6.533, 1934).

Destaca-se ainda que houve, por parte de algumas unidades universitárias que compunham a USP, a preocupação em regulamentar uma sistemática única para o processo de doutoramento. Esse foi o caso da FFCL que, ao criar seu regulamento interno, dedicou um capítulo, intitulado “Da defesa de these”, composto de dez artigos, para dispor sobre as normas de apresentação, entrega e depósito do trabalho realizado pelo candidato ao doutoramento, bem como o funcionamento da banca de defesa e de seu sistema de avaliação e aprovação (SÃO PAULO, 1935). Conforme evidenciado pelos decretos estaduais de 1934 relativos à USP, o tempo mínimo de permanência na instituição de um candidato ao doutoramento consistia em dois anos. Na busca de melhor caracterizar as obrigações desse candidato ao longo do período em questão, a FFCL, em seu segundo regulamento, datado de 1941, dispôs que:

Será conferido o diploma de doutor ao bacharel que defender tese de notável valor, depois de dois anos, pelo menos, de estudos, sob a orientação do professor catedrático da disciplina sobre que versar os seus trabalhos, e fôr aprovado no exame de duas disciplinas subsidiárias da mesma secção ou de secção afim àquela em que fôr defendida a tese. (SÃO PAULO, art. 60, parágrafo primeiro, 1941).

Em 1952, a FFCL decidiu-se por criar o seu próprio regimento de doutoramento com a finalidade de melhor normatizar esse processo em sua unidade de ensino. Este regimento foi apresentado na forma do Decreto nº 21.780, o qual foi composto por 20 artigos. Em termos gerais, esses artigos contemplaram as normas já dispostas pelos decretos nº 6.283, nº 6.533, nº 7.069 e nº 12.038. A novidade

trazida pelo regimento de doutoramento da FFCL esteve relacionada à normatização de questões como: a) candidatos que não fossem bacharéis por faculdades de Filosofia; b) candidatos estrangeiros; c) aproveitamento de disciplinas cursadas em cursos de especialização; d) procedimentos quanto à substituição de orientação; e) cancelamento de inscrição no doutorado.

Cabe registrar que o regulamento de doutoramento comum a toda Universidade só foi criado em 1961, através do Decreto nº 39.558, de 26 de dezembro. Este já nasceu defasado por não contemplar as disposições expressas na Lei nº 4.024, promulgada no mesmo ano. Somente em 1962, por intermédio do Decreto nº 40.346, que aprovou o estatuto da USP em conformidade com as determinações da LDB/61, a pós-graduação foi concebida como curso nessa instituição e, em razão disso, toda normatização a partir de então passou a contemplar dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado.

Com efeito, em 14 de setembro de 1965, por meio da Portaria GR nº 189, foi aprovado o novo Regulamento dos cursos de Pós-Graduação da FFCL. Este documento definiu dois anos de duração para os cursos de pós-graduação, não havendo, portanto, diferenciação entre o tempo para conclusão do mestrado e do doutorado. Outro aspecto importante expresso nesse documento esteve relacionado ao objetivo dos cursos de pós-graduação. Segundo o texto dessa portaria: “[o]s cursos de Pós-Graduação têm por objetivo aperfeiçoar a formação científica do graduado e deverão ser orientados de maneira a favorecer a entrosagem entre o ensino e a pesquisa” (FACULDADE..., art. 1º, 1966). A importância desse objetivo reside no fato de ser a primeira vez em que a norma trazia a vinculação entre ensino e pesquisa nesse tipo de formação, demonstrando, assim, sintonia com os debates nacionais em prol da preparação na universidade de um profissional mais qualificado.

Em decorrência da Reforma Universitária de 1968, foi necessário fazer uma reformulação no estatuto da universidade. Com isso, foi promulgado o Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969. Além de atender às determinações da Lei nº 5.540/68, como a extinção das cátedras e a constituição da estrutura orgânica com base em departamentos, o novo estatuto da USP apresentou preocupação com a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão ao criar o Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. Afinal, de acordo com o seu estatuto, passavam a ser finalidades dessa universidade:

Artigo 2º. São fins da Universidade de São Paulo:

I. o desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino e da pesquisa;

II. a formação de pessoas aptas ao exercício da investigação filosófica, científica, artística, literária e desportiva, bem como ao do magistério e de atividades profissionais;

III. a prestação de serviços à comunidade. (SÃO PAULO, 1969).

Concebido como órgão consultivo e deliberativo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade era composto de quatro Câmaras, sendo elas: a de Graduação, a de Pós-Graduação, a de Pesquisa e a de Extensão de Serviço à Comunidade. Em relação a esta composição, destaca-se o fato da pesquisa ser objeto de discussão e de planejamento de ações de duas das quatro Câmaras. Nesse sentido, a criação das Câmaras de Pós-Graduação e de Pesquisa demonstrou, assim, o interesse da USP em contribuir tanto para o processo de construção de uma universidade moderna no Brasil quanto para a conquista de uma autonomia nacional ao menos em termos de produções de conhecimento, de tecnologia e de ciência.

Ainda neste decreto, a pós-graduação mereceu capítulo a parte – Capítulo VI. Composto de 11 artigos, o capítulo dedicado a pós-graduação tratou de questões diversas, como: a) finalidade e aspectos gerais de funcionamento dos cursos de pós-graduação; b) critérios para efetivação de matrícula; c) prazos para conclusão dos cursos de mestrado e doutorado. Quando comparado à Portaria GR nº 189, o Decreto nº 52.326 demonstrou ser mais categórico ao distinguir os cursos de mestrado dos de doutorado, inclusive sobre os prazos para suas conclusões. De acordo com o artigo 72, do Capítulo VI, “[o]s programas de mestrado e de doutorado ter[iam], respectivamente, a duração mínima de um e dois anos” (SÃO PAULO, 1969).

Se, por um lado, o Decreto nº 52.326 define alguns aspectos a respeito dos cursos de pós-graduação que vão de encontro à Portaria GR nº 189, ele, por outro, reafirma o que fora disposto na Portaria GR nº 885, de 25 de agosto de 1969. Esta portaria deliberou sobre o regimento da pós-graduação da USP e foi criada de modo a atender as determinações previstas no Parecer nº 977/65 e na Lei 5.540/68.

Por se tratar de um regimento, a Portaria GR nº 885 trouxe normatizações que não figuraram como matéria no estatuto da universidade. Assim sendo, a portaria tratou de diferentes aspectos do funcionamento dos cursos de pós-graduação, dentre eles citam-se: a) a carga horária mínima a ser alcançada nos cursos de mestrado (1.440h) e doutorado (2.280h) em atividades programadas (aulas, seminários, trabalhos de laboratório ou de campo, pesquisa, estudo, preparo de dissertação ou de tese); b) criação de uma Coordenação Central de Pós-Graduação – CCP, esfera tida como deliberativa e gerenciadora dos assuntos ligados aos cursos de pós-graduação da USP; c) criação de Comissões de Pós-Graduação nas diferentes unidades universitárias; d) instituição de prova de proficiência em língua estrangeira nos processos seletivos dos cursos de pós-graduação, sendo uma língua no mestrado e duas no doutorado; e) verificação de aptidão para efeito de matrícula nos cursos de pós-graduação através do exame do currículo escolar do candidato, combinado com a prática de entrevista ou de prova de capacidade; f) obrigatoriedade da realização de exame de qualificação antes da defesa final das dissertações ou teses.

Embora essa portaria trouxesse importantes mudanças para o sistema de pós-graduação da USP, cabe informar que ela só foi aplicada a partir de 1970. Por conseguinte, essas mudanças ainda não estavam dadas no momento em que Boris Fausto se inscreveu no doutorado de História da FFCL dessa instituição – o que aconteceu em meados de 1967. Com efeito, isso significou que, apesar de sua tese só ter sido defendida em 1969, o processo de doutoramento desse historiador ocorreu sob o regime de pós-graduação anterior à reforma universitária de 1968. Ou seja, à época de sua vinculação ao curso de doutorado em História estava em vigor a Portaria GR nº 189/65.

1.3.2. O estado da pesquisa histórica na FFCL da USP

Ao historiar o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil e na USP, constatou-se que a inscrição de Boris Fausto no curso de doutorado em História da FFCL da USP ocorreu em uma conjuntura marcada por ações que visavam à consolidação dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Assim

sendo, defende-se que a inserção desse historiador na investigação histórica se deu concomitante à emergência do movimento de fortalecimento da pesquisa acadêmica no espaço das universidades brasileiras. Todavia, ressalta-se que esse movimento contrastava com os inúmeros desafios enfrentados pelos historiadores no Brasil para a realização de suas pesquisas acadêmicas. Afinal, na década de 1960, a profissionalização do trabalho intelectual de História ainda encontrava-se em fase de gestação e, apesar das instituições universitárias sinalizarem para a vinculação do ensino e da pesquisa, a primeira dimensão do processo formativo revelava-se prioridade.

Dito isto, toma-se para o debate o perfil da pesquisa histórica, desenvolvida na FFCL até 1969, posto que, como já mencionado, foi o ano em que Boris Fausto defendeu sua tese de doutorado. Com isso, objetiva-se tanto trazer à reflexão os limites e as possibilidades da pesquisa acadêmico-institucional em História na FFCL quanto dimensionar se houve ou não ineditismo na proposta de investigação do historiador objeto deste trabalho. Em busca da realização do primeiro objetivo, inicia-se a discussão a partir do tratamento das críticas a pesquisa histórica expostas pelos historiadores coetâneos de Boris Fausto, por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”⁵³, organizada pela Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH como atividade integrante da XXIII Reunião Anual da SBPC. Os debates promovidos neste evento interessam na medida em que expõem o caráter incipiente da investigação histórica empreendida nas universidades do Brasil, bem como os desafios enfrentados pelos historiadores brasileiros – inclusive por Boris Fausto – quando do processo de profissionalização do trabalho intelectual de História. Aspectos esses tidos como fundamentais para a delimitação do lugar de produção em que esteve imerso o historiador objeto deste trabalho.

⁵³ Estiveram presentes nesse evento 67 profissionais da área de História, representantes de diferentes instituições de ensino superior, como: Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual de Londrina, dentre outras. A mesa redonda “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, que fez parte da XXIII Reunião Anual da SBPC e foi promovida pelo Núcleo Regional do Paraná da ANPUH, ocorreu em Curitiba, no dia cinco de julho de 1971. A ata desse evento foi publicada na forma de artigo na Revista de História da USP, com o título “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. Mesa redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH)”, de autoria de Cecília Maria Westphalen e Jair Mequelusse.

Realizada no ano de 1971, em Curitiba, essa mesa redonda marcou o aniversário dos dez anos de fundação da ANPUH. Pode-se afirmar que a criação dessa associação foi fruto do anseio de profissionais da História em fortalecer a área em todos os seus aspectos, especialmente no que competia a ampliação da qualidade dos estudos historiográficos, em um contexto de idealização da universidade como espaço preferencial do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. Passada uma década, essa finalidade seguiu mobilizando as ações desses profissionais, o que, em parte, explica a transformação do evento celebrativo do aniversário da ANPUH em momento oportuno para a realização de um balanço do estado em que se encontrava a pesquisa histórica produzida nas universidades brasileiras. Acredita-se que a necessidade desse balanço também foi suscitada em decorrência do sistema de pós-graduação vivenciar nessa mesma época uma realidade de intensas mudanças. Pois, data de 1971 o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História regulamentados em conformidade com o Parecer nº 77/69. Foram eles: os cursos de mestrado e de doutorado pela USP e o de mestrado pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Os resultados desse balanço foram divulgados no evento ora citado na forma de relatórios. Para os fins pretendidos neste trabalho, citam-se aqueles que tiveram por redatores Kátia M. Abud e Raquel Glezer, de um lado, e Francisco Iglésias, de outro. O interesse em relação a esses relatórios reside no fato de eles terem se proposto a análises de âmbito geral acerca das pesquisas em História desenvolvidas no e/ou sobre o Brasil até meados de 1971. O primeiro relatório comunicado na mesa redonda “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, de autoria de Katia M. Abud e Raquel Glezer⁵⁴, concentrou-se nos dados obtidos através do levantamento de teses e trabalhos sobre temáticas circunscritas ao campo espacial História do Brasil⁵⁵. A sistematização desses dados gerou as seguintes críticas à pesquisa histórica no Brasil: 1) a maior parte dos pesquisadores de História do Brasil era composta de estrangeiros, especialmente norte-americanos

⁵⁴ À época do evento organizado pela ANPUH, Katia M. Abud e Raquel Glezer eram alunas matriculadas na pós-graduação da FFCL da USP, sob orientação do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, com trabalhos inscritos na área de Metodologia e Teoria da História.

⁵⁵ Katia M. Abud e Raquel Glezer promoveram o levantamento de dados segundo a consulta do Mesário do Arquivo Nacional, dos Relatórios de Atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, dos Relatórios Anuais do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, de revistas especializadas como *Latin American Research Review*, *Latin American Studies in the Universities of the United Kingdom*, dentre outras.

e ingleses, quando esse espaço deveria ser dominado por brasileiros; 2) a maioria das instituições brasileiras de ensino superior não se dedicava a pesquisas, mas sim à docência; 3) uma parte significativa dos pesquisadores nacionais não possuía formação científica ou orientação segura de pesquisa; 4) poucos recursos destinados à pesquisa histórica; 5) existência de um número reduzido de núcleos da área de História voltados à pesquisa; 6) ausência de um órgão centralizador dos núcleos de pesquisa histórica a fim de ampliar a circulação de informações entre os historiadores, evitar duplicações de trabalho, assim como racionalizar as pesquisas e a distribuição de seus recursos financeiros. (ABUD; GLEZER, 1971).

Faz-se importante destacar que as críticas à pesquisa histórica empreendida no Brasil não ficaram restritas a esse relatório. Outras ganharam expressividade no relatório de Francisco Iglésias. Esse historiador iniciou sua comunicação afirmando ter ela um “caráter eminentemente crítico” na medida em que “denuncia[va] a situação de inferioridade em que se encontra[va] os estudos de História no Brasil” (IGLÉSIAS, 1971, p. 373). Para além de incorporar as críticas apontadas no primeiro relatório como parte explicativa das razões que levaram à inferioridade dos estudos históricos brasileiros, Francisco Iglésias também pontuou dentre essas razões: 1) a precariedade da historiografia brasileira em decorrência da priorização de uma história política feita com atenção aos grandes vultos e episódios, sem considerar as instituições e o cotidiano; 2) apesar dos cursos universitários de História, a maior parte do que se publicava na área não havia sido capaz de superar os vícios de outrora, como a falta de pesquisa e a falta de interpretação; 3) os arquivos brasileiros careciam de organização e investimento.

Com base no exposto, evidencia-se que ambos os relatórios compartilham a tese de que as pesquisas históricas, desenvolvidas nas universidades brasileiras, ainda estavam marcadas por certa imaturidade científica. Ao ler a ata que registrou os debates ocorridos durante a realização da mesa redonda “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, observou-se que essa tese foi compartilhada pelos demais participantes do evento. No entanto, esse não foi o único consenso identificado na ata que integrou os professores e pesquisadores em História neste evento. Outro posicionamento que gerou consenso entre os seus participantes foi o destaque dado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas - FFLCH⁵⁶ (antiga FFCL) da USP por Francisco Iglésias como uma exceção dentre as instituições promovedoras de estudos historiográficos avaliados como medíocres. Nas palavras deste historiador,

Há no Brasil dezenas de Faculdades de Filosofia: o que se tem feito de mais digno de nota, quantitativa e qualitativa, provém de uma delas – a Faculdade de Filosofia de São Paulo [...]. É importante também consignar que não consta só a edição de livros, mas o esforço pela formação de pesquisadores. Ainda aí a de São Paulo se destaca das demais. Ela é que tem concedido bolsas para pesquisadores em Arquivos paulistas ou de outros pontos, tendo adiantado um serviço de arranjo e microfilmagem de documentos de arquivos de várias partes do Brasil. Ela é que mais enviou gente para o exterior, a fim de obter formação mais aprimorada. Ou atraiu professôres estrangeiros, que deram cursos ou realizaram investigações importantes. Traçou plano de levantamento de fontes primárias que tem rendido bastante, como se vê em alguns já publicados. Edita há longos anos a *Revista de História*, com produção em média bastante boa. É o centro da Associação dos Professôres Universitários de História, que realiza seus Congressos [...]. (IGLÉSIAS, 1971, p. 385).

Não se quer aqui colocar em debate o quanto de mitificação há nessas avaliações de Francisco Iglésias acerca das contribuições dadas pela FFCL/FFLCH à pesquisa histórica. Não em razão de se negar a existência de excessos valorativos em relação às ações empreendidas por essa instituição de ensino no campo da pesquisa. Ao contrário, considera-se pertinente a hipótese em torno da existência de tais excessos valorativos em decorrência do significado que a criação da USP assumiu para o Brasil – um país marcado até os anos de 1930 pela ausência de uma tradição tanto universitária quanto de pesquisa científica reconhecida nacionalmente. Feita essa ressalva, cabe elucidar que o registro das avaliações elogiosas de Iglésias à FFCL/FFLCH/USP, bem como de sua concordância por parte dos profissionais de História presentes na mesa redonda organizada pela ANPUH na XXIII Reunião Anual da SBPC, tem como propósito entender o convite feito a Eurípedes Simões de Paula para expor as ações e contribuições da FFCL/FFLCH/USP à historiografia brasileira.

⁵⁶ A FFCL da USP foi transformada em FFLCH no ano de 1969 após reestruturação ocorrida na Universidade a fim de atender as determinações impostas pela Reforma Universitária. A FFCLH esteve prevista no Estatuto da USP de 1969, aprovado pelo Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro do mesmo ano.

O destaque dado à FFCL/FFLCH/USP no evento comemorativo dos dez anos da ANPUH deve ser entendido, primeiro, em razão de ações pioneiras empreendidas pelo Departamento de História dessa instituição. Dentre essas ações, citam-se: 1) a publicação da Revista de História desde 1950; 2) a criação, em 1942, da Sociedade de Estudos Históricos, que se tornou a seção responsável pela realização de inúmeros cursos de extensão; 3) a organização de uma biblioteca departamental, que, à época do evento, já contava com cerca de 25 mil exemplares de obras especializadas na área de História; 4) a fundação do Centro de Documentação no ano de 1966, responsável não só pela salvaguarda, preservação e arquivamento de acervo documental de interesse histórico, como também pelo auxílio à pesquisa, inclusive na forma de concessão de bolsas; 5) a orientação de trabalhos de mestrado e de doutorado. (PAULA, 1971).

Embora se reconheça a validade dessas ações para o avanço qualitativo dos estudos históricos no Brasil, entende-se que a evidência dada à FFCL/FFLCH/USP, em especial ao seu Departamento de História, pela ANPUH, bem como as considerações elogiosas de Francisco Iglésias a essa instituição e a partilha desse posicionamento entre os participantes da mesa redonda “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, esteja, sobretudo, relacionada a outro aspecto, qual seja: o fato de essa instituição ter se tornado, desde a década de 1930, um importante centro de formação de profissionais que passaram a integrar na condição de docentes os cursos superiores de História, dentro e fora da USP. Afinal, apesar de não se ter dados que permitam uma possível comparação entre o número de teses produzidas na USP e nas demais universidades brasileiras⁵⁷, ao longo dos anos de 1930 e 1970, acredita-se que nenhuma outra Faculdade de Filosofia se destacou mais do que a FFCL/FFLCH/USP na defesa de doutorados em História.

Essa hipótese encontra sustentação no episódio de credenciamento dos cursos de pós-graduação em conformidade com o Parecer nº 77/69. Naquela ocasião, como anteriormente informado, apenas duas instituições tiveram seus

⁵⁷ Com exceção da USP, não foram encontrados nem artigos científicos e nem banco de dados que trouxessem informações a respeito de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras de ensino superior, durante os anos de 1930 e 1970. Acredita-se que o desinteresse em tratar essa memória institucional esteja relacionado à sua parca, quando não inexistente, produção de teses de doutoramento em História no período anterior a consolidação do processo de institucionalização do sistema de pós-graduação.

cursos de pós-graduação em História reconhecidos: a USP e a UFF. No entanto, o credenciamento do curso de doutorado nessa área ficou restrito a primeira universidade muito provavelmente em razão da combinação de quatro fatores: estrutura institucional, nível de qualificação de seus docentes, razoável produção acadêmica e tradição em defesa de teses de doutorado.

Não há como negar que a produção de teses em História na USP até 1971 demonstrou certa expressividade mesmo quando comparada às defesas de doutorado nas suas áreas afins: foram quarenta e sete doutorados em História contra vinte e três em Sociologia e quatro em Ciência Política⁵⁸. A fim de promover a visualização quantitativa da produção de pesquisa histórica na USP, expõe-se um quadro comparativo do número de teses defendidas nas áreas de História, Sociologia e Ciência Política da FFCL/FFLCH até o ano de 1971:

QUADRO 4: Comparativo do número de teses defendidas nas áreas de História, Sociologia, Ciência Política e Antropologia da FFCL/FFLCH/USP até o ano de 1971

Ano de Defesa do trabalho	História	Sociologia	Ciência Política	Antropologia
1942	3	—	1	—
1943	1	—	—	—
1944	1	—	—	—
1945	2	2	—	2
1946	—	—	—	—
1947	—	—	—	—
1948	—	—	—	—
1949	—	—	—	—
1950	—	1	—	—
1951	1	1	—	—
1952	—	—	—	—
1953	—	—	—	—
1954	—	1	—	—
1955	1	—	—	—
1956	—	—	—	—
1957	1	—	—	—
1958	—	—	—	—
1959	—	—	—	1
1960	—	—	—	—
1961	2	3	1	—
1962	1	—	—	—
1963	—	—	—	—

⁵⁸ Conforme levantamento feito no banco de dados de dissertações e teses da FFCL/FFLCH da USP, no concernente aos mestrados apresentados nessa instituição no período de 1963 a 1971, foram defendidos os seguintes números de dissertações por área: vinte e dois na História, trinta e nove na Sociologia e dois na Ciência Política.

1964	1	3	—	—
1965	—	—	—	—
1966	1	2	1	2
1967	6	2	—	—
1968	4	2	1	—
1969	4	—	—	—
Total	29	17	4	5
1970	8	4	—	2
1971	10	2	—	—
Total	47	23	4	7

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP.

Passados quarenta anos da promulgação do Decreto de Francisco Campos que admitiu ensino e pesquisa como finalidades da universidade, ainda se faziam numerosos os desafios impostos à afirmação e aos avanços da pesquisa científica no interior do sistema universitário brasileiro. Nesse cenário, não se pode ignorar que a USP foi sendo identificada pelos historiadores, bem como por profissionais de diferentes áreas, como a instituição de ensino superior mais sólida do país. Julga-se necessário registrar que essa aparente solidez não foi suficiente para eliminar os limites próprios de uma recém produção historiográfica acadêmico-institucional, em que os seus primeiros esforços de pesquisa, frutos da institucionalização do curso superior de História, datam dos anos de 1940. Por outro lado, entende-se que ela contribuiu de modo singular para deixar em evidência as possibilidades desse campo de investigação no espaço da FFCL/FFLCH/USP.

Posto isso, passa-se a abordagem dos trabalhos em História realizados e defendidos na FFCL até o ano de 1969. Para o levantamento desses trabalhos foram consultados os textos de Eurípedes Simões de Paula (1971), de Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974), de José Roberto do Amaral Lapa (1976) e de Laima Mesgravis (1983). A consulta desses textos se fez obrigatória na medida em que esses historiadores expuseram dados referentes às defesas de dissertações e de teses em História na FFCL/FFLCH da USP. Em razão de algumas informações expostas por esses autores não encontrarem correspondência entre si, considerou-se imprescindível a coleta de dados junto ao banco de dissertações e teses da FFLCH⁵⁹. Com efeito, o cruzamento dos dados expressos nos artigos ora

⁵⁹ O banco de dados de dissertações e teses encontra-se disponível através do acesso ao link <<http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas>>.

referidos com o banco de dissertações e teses resultou na seguinte relação de teses de doutoramento defendidas na FFCL:

QUADRO 5: Teses de doutorado defendidas na FFCL da USP até o ano de 1969

Ano de Defesa	Nome	Título do Trabalho	Cadeira/Disciplina Autônoma
1942	Eurípedes Simões de Paula	O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev	História da Civilização Antiga e Medieval
1942	Alice Piffer Canabrava	O comércio no Rio do Prata de 1580 a 1640	História da Civilização Americana
1942	Astrogildo Rodrigues de Mello	A política colonial de Espanha através das “encomiendas”	História da Civilização Americana
1943	José Quirino Ribeiro	Ensaio sobre a significação e importância da memória sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo, escrita em 1813 por Martim Francisco Ribeiro d’Andrada Machado	História da Civilização Brasileira
1944	Olga Pantaleão	A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1873	História da Civilização Moderna e Contemporânea
1945	Pedro Moacyr Campos	Alguns aspectos da Alemanha Antiga através dos autores clássicos	História da Civilização Antiga e Medieval
1945	Eduardo d’Oliveira França	A realeza em Portugal na Idade média e as origens do absolutismo	História da Civilização Antiga e Medieval
1951	Mafalda Zemella	O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII	História da Civilização Brasileira
1955	Myriam Ellis	O monopólio do sal no Estado do Brasil	História da Civilização Brasileira
1957	Manuel Nunes Dias	O capitalismo monárquico português (1415-1549): subsídios para o estudo das origens do capitalismo moderno	História da Civilização Moderna e Contemporânea

1961	José Ferreira Carrato	Minas Gerais e o Caraça	História da Civilização Brasileira
1961	Frank Perry Goldman	A migração norte-americana para o Brasil após a Guerra Civil	História da Civilização Brasileira
1962	Luiz Lisanti Filho	Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itú e Pôrto Feliz (1798-1828/9))	História da Civilização Moderna e Contemporânea
1964	Maria Thereza Schorer Petrone	A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)	História da Civilização Brasileira
1966	Aldo Janotti	Condicionalismo sócio-cultural das origens do movimento universitário europeu: a singularidade do caso português	História da Civilização Antiga e Medieval
1967	José Maria Corrêa	A Igreja e a escravidão no Código Justiniano	História da Civilização Antiga e Medieval
1967	Herbert Cahn	Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)	História da Civilização Brasileira
1967	José Gonçalves Salvador	Aos cristãos novos nas Capitanias do Sul (1530-1680) – aspectos religiosos	História da Civilização Brasileira
1967	José Gabriel de La Rocque Romeiro	Dinastia Davídica (alguns aspectos)	História da Civilização Antiga e Medieval
1967	Rosalvo Florentino Souza	Política ultramarina portuguesa para o Brasil no século XVIII	História da Civilização Brasileira
1967	Frei Gilberto da Silva Gorgulho	Sentido de niflaôt na Bíblia Hebraica – contribuição para o sentido da historiografia da Palestina	História da Civilização Antiga e Medieval
1968	Jaime Pinsky	O Egito helenístico: os judeus em Alexandria	História da Civilização Antiga e Medieval
1968	Sônia Aparecida Siqueira	O momento da Inquisição	História da Civilização Moderna e Contemporânea
1968	Jeanne Berrance de Castro	O povo em armas – A Guarda Nacional (1831-1850)	História da Civilização Brasileira
1968	Emmanuel Soares da Veiga Garcia	Buenos Aires e Cadiz (contribuição ao estudo do comércio livre)	História da Civilização Americana

1969	Julia Maria Leonor Scarano	Devoção e escravidão – a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantino do século XVIII	História da Civilização Brasileira
1969	Célia Freire d’Aquino Fonseca	Colonização do Brasil: Duarte Coelho e a experiência das capitanias hereditárias	História da Civilização Brasileira
1969	Manoel Lelo Bellotto	A instituição do correio marítimo das Índias: a carreira de Buenos Aires (1767-1779)	História da Civilização Americana
1969	Boris Fausto	1930 – Historiografia e História	Metodologia e Teoria da História

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP; Eurípedes Simões de Paula (1971); Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974); José Roberto do Amaral Lapa (1976); Laima Mesgravis (1983).

Conforme se pode apreender do Quadro 5, os primeiros trabalhos de doutoramento, frutos do processo de institucionalização do curso superior de História na USP, foram defendidos no ano de 1942, pelos pesquisadores Eurípedes Simões de Paula, Alice Piffer Canabrava e Astrogildo Rodrigues de Mello. Todos eles desempenharam funções como docentes no curso de História da FFCL antes mesmo da defesa de suas teses de doutorado e, em ocasião oportuna, se tornaram professores catedráticos da USP. Conquanto que Alice Piffer Canabrava foi a única que, por não encontrar ambiente propício na FFCL à incorporação de profissionais mulheres em seu quadro de catedráticos⁶⁰, acabou por participar e ser aprovada em concurso de cátedra na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da mesma universidade, no ano de 1951. Outro aspecto importante a ser apontado diz respeito ao número de teses defendidas ao longo de trinta e cinco anos de funcionamento do curso de História da USP: um total de vinte e nove trabalhos de doutoramento. Deste montante de vinte e nove teses, quinze tratavam de temáticas relacionadas à História do Brasil (ver Quadro 6).

⁶⁰ Para saber mais sobre o ambiente de predomínio masculino próprio à FFCL, veja o trabalho de Diogo da Silva Roiz (2012).

QUADRO 6: Comparativo anual entre número de teses defendidas e teses com temáticas em História do Brasil

Ano de Defesa do trabalho	Número de teses defendidas no Departamento de História	Número de Teses em História do Brasil
1942	3	—
1943	1	1
1944	1	—
1945	2	—
1946	—	—
1947	—	—
1948	—	—
1949	—	—
1950	—	—
1951	1	1
1952	—	—
1953	—	—
1954	—	—
1955	1	1
1956	—	—
1957	1	—
1958	—	—
1959	—	—
1960	—	—
1961	2	2
1962	1	1
1963	—	—
1964	1	1
1965	—	—
1966	1	—
1967	6	3
1968	4	2
1969	4	3
Total	29	15

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP; Eurípedes Simões de Paula (1971); Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974); José Roberto do Amaral Lapa (1976); Laima Mesgravis (1983).

O predomínio de temáticas recortadas no campo espacial Brasil também se fez sentir nos trabalhos de mestrado em História da FFCL (ver Quadro 7). Desde a primeira dissertação defendida, em 1965, até o ano de 1969, das quatorze pesquisas históricas desenvolvidas, nove estavam localizadas em História do Brasil. Com base nesses dados, conclui-se que a produção historiográfica realizada nessa instituição, no período aqui analisado, teve por prioridade a investigação em Brasil. Isso foi tão caracterizador da pesquisa histórica na FFCL da USP que se identificaram teses e dissertações em História do Brasil vinculadas a outras cadeiras e disciplinas autônomas não relacionadas à cátedra de História da Civilização Brasileira. Essa observação é válida na medida em que, durante a vigência do

sistema de cátedras, a inscrição de trabalhos, fossem eles ao grau de mestre ou de doutor, deveria ser feita atrelada a uma cadeira ou disciplina autônoma do departamento de área de conhecimento que se almejava buscar a titularidade. Entre os casos emblemáticos dessa ocorrência, cita-se a tese de Boris Fausto que, apesar de abordar a História do Brasil a partir do tema Revolução de 1930, foi apresentada à disciplina autônoma Metodologia e Teoria da História.

QUADRO 7: Dissertações de mestrado defendidas na FFCL da USP até o ano de 1969

Ano da Defesa	Nome	Título do Trabalho	Cadeira/Disciplina Autônoma
1965	Maria Odila Dias Curly	O Brasil na historiografia romântica inglesa	História da Civilização Brasileira
1966	Suely Robles Reis de Queiroz	Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial	História da Civilização Brasileira
1966	Beatriz Westin Cerqueira Leite	A região bragantina: estudo econômico social (1653-1836)	História Ibérica
1967	Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota	Idéia de revolução no Brasil no final do século XVIII	História da Civilização Brasileira
1967	Ana Maria Martinez Corrêa	História social de Araraquara	História da Civilização Brasileira
1967	Uacury Ribeiro de Assis Basto	Os jesuítas e seus sucessores (moxos e chiquitos: 1767-1830)	História da Civilização Americana
1969	José Roberto de Almeida Filho	A visão crítica do governo nas canções políticas inglesas do século XIII	História da Civilização Antiga e Medieval
1969	Maria Lúcia Perrone de Faro passos	O herói na crônica de D. João I, de Fernão Lopes	História Ibérica
1969	José Sebastião Witter	Um estabelecimento agrícola dos meados do século XIX na Província de São Paulo	História da Civilização Brasileira
1969	José Ribeiro Junior	Política Econômica para o Brasil: a legislação pombalina	História da Civilização Brasileira
1969	Victor Valla	Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição (1904-1928)	História da Civilização Brasileira
1969	José Augusto Vas Valente	A carta de Caminha: um estudo crítico, paleográfico-diplomático	História da Civilização Brasileira
1969	Daisy Peccinini da Silva	Catálogo gráfico da obra de Victor Brecheret	História da Arte
1969	Nacgman Falbel	As heresias do século XII e XIII	História da Civilização Antiga e Medieval

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP; Eurípedes Simões de Paula (1971); Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974); José Roberto do Amaral Lapa (1976); Laima Mesgravis (1983).

Ao analisar os recortes temporais dos trabalhos de doutorado em História do Brasil defendidas no Departamento de História da FFCL até 1969, constatou-se que os pesquisadores priorizaram o período colonial posto que, das quinze teses apresentadas, dez estavam localizadas nesse recorte temporal (ver Quadro 8). Essa preferência pela história do período colonial, seguida do interesse pelo Brasil Império, acompanhou a tendência já constatada nas disciplinas ofertadas pelo curso de graduação em História desse departamento, ao longo dos anos de 1963 a 1966, qual seja: a resistência à tomada do século XX como objeto da História. Na contramão dessa preferência historiográfica uspiana, estava o período republicano com apenas um trabalho. Faz-se importante registrar que esse único trabalho de República brasileira foi defendido em 1969 e teve como autor Boris Fausto.

QUADRO 8: Teses de Doutorado em História do Brasil por recorte temporal

Período	1943	1951	1955	1961	1962	1964	1967	1968	1969	Total
Colônia	1	1	1	1			3	1	2	10
Império				1				1		2
República									1	1
Colônia/Império					1	1				2
Total	1	1	1	2	1	1	3	2	3	15

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP; Eurípedes Simões de Paula (1971); Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974); José Roberto do Amaral Lapa (1976); Laima Mesgravis (1983).

Na ausência de dados relativos à produção historiográfica empreendida em outras universidades brasileiras que não a USP, traça-se um contraponto com a pesquisa realizada por historiadores estrangeiros. Sendo assim, registra-se que essa priorização dos estudos coloniais em detrimento da História do Brasil republicano não se apresentou entre os brasilianistas⁶¹ contemporâneos a Boris Fausto. De acordo com o levantamento realizado por Dulce Helena Alvares Pessoa Ramos (1972), que buscou identificar nas instituições universitárias americanas teses sobre o Brasil, o interesse dos historiadores norte-americanos, entre as décadas de 1960 e 1970, esteve direcionado ao período do Brasil República (ver Quadro 9).

⁶¹ O termo brasilianista “refere-se ao especialista estrangeiro em assuntos brasileiros. Trata-se de uma noção cunhada no Brasil, usada pela primeira vez em 1969 por Francisco de Assis Barbosa em apresentação ao livro de T. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, ainda que alguns atribuam sua origem à imprensa dos anos 70”. (MASSI, 1990, p. 29).

Das quarenta e cinco teses de doutoramento em História do Brasil, defendidas no intervalo de dez anos (1960-1969) nas vinte e seis universidades dos Estados Unidos consultadas pela pesquisadora ora referida, vinte e cinco evidenciaram como recorte temporal a República. Apesar de Ramos (1972) não oferecer uma explicação acerca da razão geradora do interesse desses historiadores pela História do Brasil Contemporâneo, infere-se que ela esteve relacionada à lacuna deixada pelas pesquisas históricas realizadas no Brasil. Afinal, acredita-se que a concentração dos estudos históricos nos períodos do Brasil Colônia e Império não tenha sido uma exclusividade dos historiadores uspianos, podendo, inclusive, estender essa constatação a uma considerável parcela dos pesquisadores em História do Brasil no país. Com efeito, a História do Brasil República apresentou-se, ao menos até a década de 1970, como campo a ser explorado e assim o foi pela historiografia brasilianista.

QUADRO 9: Teses Americanas em História do Brasil – Distribuição em função das épocas estudadas

Período	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	Total
Colônia		1						3	3	3	10
Império	1		1		1	2		1	3	1	10
República	1		1		3	4	4	5	2	5	25
Total	2	1	2		4	6	4	9	8	9	45

Fonte: Dulce Helena Alvares Pessoa Ramos (1972).

Intitulada “1930: historiografia e história”⁶², a tese de doutorado de Boris Fausto assumiu o desafio imposto pela originalidade da escolha do recorte temporal, qual seja: a proposição de uma temática ainda não enfrentada pela historiografia brasileira e muito menos abordada pelos docentes do curso de graduação em História da FFCL/USP: a Revolução de 1930. Contudo, ela não só foi pioneira nos estudos republicanos, como também foi a primeira a ser defendida no espaço de uma disciplina como a de Metodologia e Teoria da História. O que não significa dizer que foi a primeira a trazer para o debate as reflexões em torno da historiografia. Antes de Boris Fausto, foram defendidos dois trabalhos que versaram sobre aspectos historiográficos. O primeiro foi defendido em 1965, na forma de dissertação

⁶² Em conformidade com a Portaria nº 189, de 14 de setembro de 1965, a orientação do trabalho de pós-graduação era do docente responsável pela cadeira ou disciplina autônoma de inscrição do candidato. À época de vinculação de Boris Fausto ao doutorado do Departamento de História da FFCL da USP, o professor responsável pela disciplina autônoma Metodologia e Teoria da História era Yves Bernard Bruand que, por consequência, se tornou seu orientador.

de mestrado, por Maria Odila Dias Curly, com o título “O Brasil na historiografia romântica inglesa”, vinculado à cadeira de História da Civilização Brasileira. Já o segundo foi apresentado por Frei Gilberto da Silva Gorgulho, em 1967. Essa tese de doutorado foi intitulada “Sentido de niflaôt na Bíblia Hebraica – contribuição para o sentido da historiografia da Palestina” e esteve vinculada à cátedra História da Civilização Antiga e Medieval. Em vista disso, embora o trabalho de Boris Fausto não seja o primeiro a registrar em seu título a expressão historiografia, ele segue sendo o precursor da proposta de realização de uma análise historiográfica acerca da Revolução de 1930 no espaço da pesquisa acadêmico-institucional.

Por fim, sublinha-se que as novidades tanto em termos de recorte temporal quanto em escolha temática, bem como o esforço em localizar o seu trabalho em um campo de especialidade pouco explorado pela historiografia nacional, fizeram com que Boris Fausto não encontrasse muitas possibilidades de diálogo na História quando da realização de sua pesquisa para doutoramento. Em razão disso, a sua tese, assim como a sua livre-docência, esteve marcada pela busca de interlocução com as Ciências Sociais uma vez que o período contemporâneo era, ao menos até meados da década de 1970, recorte temporal preferencial de investigação desse campo e não da História. Mas isso será tema a ser tratado em outros capítulos do presente trabalho.

CAPÍTULO II

O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM TERRA DE CIENTISTA SOCIAL: BORIS FAUSTO, FRANCISCO WEFFORT E O CONCEITO DE POPULISMO

No capítulo anterior, constatou-se que, no interior da USP, Boris Fausto foi precursor de estudos acadêmicos, na área de História, relativos ao período republicano brasileiro. Seu interesse pelo recorte temporal em questão se tornou notório, a partir do ano de 1968⁶³, quando seus primeiros escritos acadêmicos foram publicados. Começava aí uma trajetória intelectual que faria de Fausto um historiador da República, conhecido dentro e fora dos meios acadêmicos.

A investigação em torno da formação e produção acadêmica de Boris Fausto evidenciou que o interesse desse historiador pela República se deu em meio a um processo histórico político conturbado de nossa trajetória republicana, qual seja: a instalação e consolidação de mais um regime de exceção, inaugurado por meio de um golpe civil e militar em 1964⁶⁴, que persistiu no Brasil por quase vinte e um anos sob a direção política das Forças Armadas. Esse acontecimento ímpar de nossa história nacional levou a comunidade acadêmica, especialmente historiadores, cientistas sociais e políticos, a se interrogar sobre a trajetória de

⁶³ A pesquisa realizada em torno da produção de Boris Fausto indicou como seu primeiro texto acadêmico publicado o capítulo de livro intitulado “A Revolução de 1930”, que compôs a coletânea “Brasil em perspectiva”, organizada por Carlos Guilherme Mota, em 1968. Além do próprio organizador da coletânea, outros autores que compõem o núcleo dessa obra também foram professores de Fausto à época da graduação em História na FFCL da USP, como, por exemplo, Manuel Nunes Dias, Fernando A. Novais e Emília Viotti da Costa. Observa-se ainda que essa primeira publicação ocorreu antes da defesa de sua tese de doutoramento. Com base no exposto, conclui-se que essa publicação, ademais de sua maturidade intelectual, coloca em evidência sua capacidade em construir uma rede de conexões intelectual-acadêmicas no intervalo de mais ou menos cinco anos de sua entrada no curso de História da FFCL.

⁶⁴ De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (2009), embora os responsáveis pela deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964, tenham sido os militares, esses estiveram respaldados tanto pelo apoio internacional quanto pela parceria com partidos políticos e com segmentos e organizações da sociedade civil brasileira, que se opunham abertamente à opção política do então presidente. Daí a caracterização do golpe de estado, ocorrido em 1964, como sendo “civil e militar”. Cabe destacar que essa noção de golpe civil e militar, bem como a sua caracterização como preventivo, é partilhada por outros autores, como, por exemplo, Caio Navarro de Toledo. Este afirma que “paralelamente às versões alarmistas, forjadas pelos setores conservadores, alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista – pelo radicalismo verbal de que se revestiram – tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar. [Posto que, depois do comício pelas reformas no dia 13 de março de 1964,] a batalha ideológica se ampliou; no noticiário dos jornais, se intensificaram os boatos de que Goulart – com o apoio do PCB, do CGT e das forças políticas nacionalistas – preparava um golpe de Estado.” (TOLEDO, 2004, p. 23).

construção e consolidação de nossa República, bem como sobre os limites e as possibilidades de nosso regime político democrático nessa forma de governo.

Ainda na conjuntura do golpe civil e militar de 1964, a comunidade uspiana comemorava trinta anos da fundação da USP – instituição em que Boris Fausto realizou a sua formação em História e trabalhou na condição de procurador até a sua aposentadoria. A criação dessa Universidade, bem como da sua FFCL, conforme debatido no capítulo anterior, deu-se sob o impacto dos resultados políticos gerados no movimento de oposição paulista ao governo de Getúlio Vargas, conhecido como Revolução Constitucionalista. A despeito de sua derrota militar, os paulistas tiveram uma vitória política no concernente à reconstitucionalização do Brasil. Esse processo de reconstitucionalização, iniciado em 1933 após a ocorrência da Revolução Constitucionalista de 1932, impulsionou a participação popular e a organização partidária – vários partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos estados brasileiros com o objetivo de concorrerem às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Contudo, essa conjuntura política de otimismo em torno da elaboração da nova Carta Constitucional e de mobilização da sociedade civil coexistiu com a adoção de medidas centralizadoras e intervencionistas, implementadas pelo governo de Getúlio Vargas desde sua ascensão ao poder em 1930. Citam-se como representativas dessas medidas: a manutenção da ocupação dos cargos do Executivo por interventores, por um lado; e a constituição da estrutura sindical corporativa, subordinada à tutela do Estado, por outro. Assim sendo, assume-se aqui que, apesar da vitória política que envolveu o processo da instauração da Constituinte, o período que se seguiu imediatamente ao processo revolucionário de 1932 não pôs fim aos projetos políticos autoritários de Vargas. Essa afirmação encontra sustentação na implementação do Estado Novo⁶⁵, em 1937, por intermédio

⁶⁵ De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (2003), tanto os discursos de Vargas quanto os dos homens que ajudaram a construir o Estado Novo trazem a Revolução de 1930 e o golpe de 1937 como fases de um mesmo processo. “Ou seja, o Estado Novo, segundo essa visão, seria o resultado natural de um movimento que teve o ponto de partida em 1930” (PANDOLFI, 2003, p. 15). Para a autora, ao contrário dos discursos dos vitoriosos de 1937, “entre a revolução e o golpe ocorreram disputas importantes e, se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também ruptura” (PANDOLFI, 2003, p. 15). Em sua avaliação, “o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930” (PANDOLFI, 2003, p. 35).

de um golpe conduzido por esse mesmo estadista.

Dito isso, cabe ainda por em destaque que, na ocasião das comemorações das três décadas de criação da primeira universidade brasileira, os impasses do binômio democracia/autoritarismo estiveram novamente colocados em razão do golpe de Estado que resultou na deposição do presidente João Goulart. Afinal, os primeiros anos da década de 1960 vivenciavam uma crescente participação popular, expressa pela mobilização de inúmeras organizações sociais, sindicais e partidárias das esquerdas em defesa das reformas de base⁶⁶, que abrangiam os setores agrário, tributário, eleitoral e educacional.

Contudo, na medida em que os ânimos políticos dessas organizações se intensificavam, na contramão desse processo, acirravam-se os espíritos conservadores dos segmentos de direita, que passaram a demandar a intervenção militar como meio de conter as forças reformistas. Protagonistas do processo que depôs Jango e inaugurou um regime de exceção, esses segmentos de direita estiveram representados pelos setores anticomunistas das forças armadas, por parte do empresariado nacional, pelos latifundiários e demais proprietários rurais, pelos segmentos conservadores da igreja católica, pelo capital internacional que tinha interesse no Brasil, e por partidos políticos, principalmente a União Democrática Nacional (UDN). Assim sendo, tem-se que, a partir de 31 de março de 1964, as expectativas em torno da consolidação de um Estado democrático se viram

⁶⁶ Ao analisar a atuação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), fundada em 1956, Lucília de Almeida Neves Delgado (1995, p. 69) destaca que a mesma “incorporou em suas manifestações oficiais o conjunto das demandas e reivindicações que a sociedade civil organizada apresentava a público. O crescimento do movimento pelas reformas de base teve real impacto na atuação da FPN. Se os principais documentos da organização centravam-se em temas quase exclusivamente nacionalistas, marcados por forte influência do IBESP e depois do ISEB, os últimos passaram a combinar manifestação nacionalista-antiimperialista com propostas de reformas sociais e econômicas mais influenciados pelas reivindicações da sociedade civil. Assim sendo, em 1956 quando o programa da FPN foi apresentado oficialmente, seu conteúdo principal centrava-se em itens que defendiam essencialmente a adoção de medidas nacionalistas protecionistas pelo governo, tanto em relação a questões econômicas como em relação à política cultural. Nessa ocasião uma questão como a reforma agrária não recebeu o destaque que posteriormente veio a adquirir nas manifestações oficiais da FPN na década de 60. O desenrolar dos acontecimentos levou a FPN a encampar a proposta de reformas de base, essencialmente a da reforma agrária. Em 1961, por exemplo, o deputado Adão Pereira Nunes leu documento oficial da FPN que se centrou basicamente em questões relativas à reforma agrária. O mesmo ocorreu em janeiro de 1964, quando o deputado sociólogo Roland Corbesier subiu à tribuna da Câmara Federal para defender o decreto-lei presidencial que permitia à Superintendência da Política Agrária (SUPRA) desapropriar as glebas acima de 100 hectares que não estivessem sendo exploradas. O objetivo do Governo Federal era o de dar início à reforma agrária no território nacional.”

subjugadas pela experiência autoritária. Ressalta-se que, neste trabalho, corrobora-se a tese de Lucilia de Almeida Neves Delgado de que

[...] o período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira. Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara dos dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores e formação de coligações conjunturais. Foi uma fase de ampliação das práticas democráticas e de crescimento da inserção da sociedade civil no mundo da política institucional. Foi também uma fase de polarização de interesses, proliferação de organizações políticas e sociais e de profundas transformações históricas. (DELGADO, 2008, p. 151-152).

Com base no exposto, evidencia-se que a trajetória da USP entre os anos de 1934 e 1964 pode ser observada, ao menos no que diz respeito à ocasião de sua criação e ao momento da comemoração de seus trinta anos de existência, a partir de dois acontecimentos marcantes de nossa história nacional: o processo de reconstitucionalização do Brasil, empreendido entre os anos de 1933 e 1934, e o golpe civil e militar, ocorrido em 1964. A reflexão em torno desses dois acontecimentos evidencia uma dinâmica histórica comum: manifestações de expectativas democráticas em meio à adoção de medidas autoritárias (fosse por parte do governo instaurado, fosse por parte de suas forças políticas de oposição), que, por sua vez, freavam a realização dessas expectativas democráticas enquanto experiências políticas de longo prazo. Com isso, os anos de 1960 experimentaram impasses comuns àqueles vivenciados na década de 1930.

Imersos a essa conjuntura política de incertezas e restrições, inúmeros intelectuais acadêmicos – notadamente os de formação uspiana – contemporâneos à crise do regime democrático, inaugurado em 1945⁶⁷, se sentiram impelidos a

⁶⁷ Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado (2011, p. 31), “o ano de 1945 apresenta um significado especial na história política brasileira, pois se tornou um marco relevante no processo de desmantelamento do Estado Novo. Foi um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do regime político. Mas foi também um marco de continuidade na transformação. A destituição do Estado Novo, entendida como um processo basicamente de modificação política, comportou dois níveis de realidade que deram uma conotação especial àquela conjuntura de transição. Por um lado, esboçaram-se as características do rompimento e da oposição que, sem dúvida alguma, foram carros-chefes do desencadeamento do processo de desestabilização do Estado Novo. De outro lado, articularam-se de uma forma que à primeira vista pode parecer paradoxal, pois elementos de continuidade mantiveram-se ativos no interior do próprio processo de

buscar explicações sobre as razões impeditivas da consolidação de uma democracia republicana no Brasil. Afinal, a trajetória da República brasileira, desde sua instauração até o período aqui analisado, informava aos estudiosos da área das humanidades que, entre pactos e rupturas políticas⁶⁸, muitas das expectativas democráticas até então manifestadas iam sendo frustradas ao mesmo tempo em que o autoritarismo emergia como alternativa política para os setores sociais mais conservadores.

Sob o impacto dessa constatação, nos anos que se seguiram ao golpe de 1964, não foi raro encontrar acadêmicos, primeiro no campo das Ciências Sociais, e, em seguida, no da História, que elaboraram reflexões que buscavam compreender as experiências de seu tempo a partir da retomada investigativa dos anos de 1930. Boris Fausto estava entre eles. O encontro de 1964 com a década de 1930 produzido por essas reflexões fez-se possível a partir da centralidade dada a um conceito: o populismo.

O conceito em questão passava então a nomear o processo histórico que tivera seu ponto de partida nos anos que se seguiram ao processo revolucionário de 1930 e o seu esgotamento quando da deposição de Jango da Presidência da República, em 1964. Ainda sobre a periodização desse fenômeno político de crescente participação popular, o seu principal teórico brasileiro, Francisco Weffort, que identificava essa participação como sendo de massa⁶⁹, elucida que o ano de 1945 marcaria o processo de consolidação do populismo no Brasil em pleno estabelecimento da República política democrática.

transformação. A transição comportou, portanto, elementos de manutenção e de ruptura da ordem. A formação do pluripartidarismo, ocorrida naquele mesmo ano, espelhou, com clareza, a duplicidade do processo. Entre os vários partidos políticos que se organizaram, o PSD e o PTB, profundamente ligados a Vargas, foram bastante representativos da dualidade de situações que conformou o processo como um todo.”

⁶⁸ Para mais, consultar Ferreira e Sarmiento (2002).

⁶⁹ Conforme será debatido mais adiante neste capítulo, segundo Francisco Weffort, o conceito de massas deve ser compreendido na relação com outro conceito, o de classe. Pois, para esse cientista social, apesar das manifestações políticas de massa comumente negarem suas posições de classe, observa-se que “esta ‘situação de massas’ e suas formas políticas não são, de modo algum, independentes de posições determinantes de classe” (WEFFORT, 1966, p. 153). Sublinha-se ainda que essa posição acerca do conceito de massas ia de encontro com a concepção dos ibespianos. Para os ibespianos, as massas eram tidas como um “conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica” (IBESP, 1954, p. 142).

É fato que Francisco Weffort não foi o único acadêmico uspiano⁷⁰ a propor, já na década de 1960, um debate acerca da experiência republicana brasileira a partir do conceito de populismo. Mas, ele foi certamente um dos pioneiros nessa discussão, inclusive no âmbito da pesquisa institucional quando propôs esse tema como investigação para sua tese de doutoramento. Ao pesquisar as dissertações e teses, defendidas desde a fundação da FFCL/USP até o ano de 1971, nas áreas de Sociologia e Ciência Política, observou-se que o primeiro trabalho defendido sob o tema populismo foi o de Weffort. Defendida no ano de 1968, na Ciência Política, sob orientação de Paula Beiguelman, a tese desse cientista social apresentou o seguinte título: “Classes populares e política: contribuição ao estudo do ‘populismo’”. Para melhor apreciação desse dado, segue a sistematização do levantamento de dissertações e teses, realizado na área da Ciência Política (ver Quadro 10).

QUADRO 10: Dissertações e teses em Ciência Política defendidas na FFCL da USP entre 1942 e 1971

Ano de Defesa	Autor(a)	Título do Trabalho	Dissertação/Tese
1942	Lourival Gomes Machado	Alguns aspectos atuais do problema do método: objetivo e divisões da Ciência Política	Tese
1961	Paula Beiguelman	Teoria e ação no pensamento abolicionista	Tese
1966	Oliveiros da Silva Ferreira	Nossa América, Indoamérica: a ordem e a revolução na ação e no pensamento de Haya de La Torre	Tese
1968	Francisco Corrêa Weffort	Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo	Tese
1970	Noracy Ruiz de Souza	Ideologia como um aspecto do processo de socialização dos EEUU: a influência da família sobre o sistema de crença e opiniões dos filhos no que se refere aos conceitos de liberal e conservador	Dissertação
	Luiz Alfredo Kiehl Galvão	Estudo crítico das idéias políticas na Revolução Alemã de 1848	Dissertação

Fonte: Banco de dissertações e teses da FFLCH/USP

⁷⁰ Como forma representativa de outros nomes importantes do debate sobre o populismo na década de 1960, cita-se Octávio Ianni. Dentro desse debate, sua obra “O Colapso do populismo no Brasil”, publicada pela primeira vez em 1968, tornou-se uma importante referência ainda lida e citada pelos estudiosos do tema.

Os trabalhos de Francisco Weffort a respeito do populismo são numerosos, sendo que o primeiro texto desse autor sobre essa temática, de que se tem notícia, foi escrito em 1963, mas só publicado em 1965, na coletânea “Política e revolução social no Brasil”, organizada por Octávio Ianni, com o título “Política de massas”. A data da redação da primeira versão de “Política de massas” chama atenção na medida em que se evidencia que o interesse de Francisco Weffort pela temática do populismo se deu antes mesmo do acontecimento que passaria a ser tido pela produção acadêmica, sobretudo uspiana, no imediato pós-golpe de 1964, como sepultador desse fenômeno político de massas na experiência republicana brasileira. Conforme declaração do próprio autor, “‘Política de massas’ é de setembro de 1963, quando o populismo brasileiro era o poder vigente ou, pelo menos, apresentava sê-lo” (WEFFORT, 2003, p. 9).

Diante do exposto, observa-se que Francisco Weffort escreveu suas primeiras reflexões sobre o populismo em meio ao avanço dos movimentos em defesa das reformas de base, a agrária em particular. Na ocasião, as mobilizações pró-reforma agrária resultaram na apresentação, por parte do governo, de uma proposta de emenda constitucional no Congresso que alteraria o artigo 146 da Constituição – que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras –, como também a regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social. Afinal, para que a reforma agrária alcançasse sucesso era preciso suprimir o dispositivo que previa a indenização prévia em dinheiro aos proprietários das terras que porventura fossem desapropriadas. Assim sendo, a proposta governamental defendia que a indenização ao proprietário de terra seria com títulos da dívida pública e não com dinheiro. Essa defesa figurou na história como sendo a primeira vez que um presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do Brasil. (FERREIRA, 2003).

E se, por um lado, o avanço desses movimentos agitava os vários segmentos sociais à participação política – o que poderia ser avaliado como benéfico à construção democrática; por outro lado, a crescente mobilização nas ruas não inibiu a oposição de segmentos da sociedade civil anti-trabalhistas e dos parlamentares conservadores às reformas de base, em especial a agrária. Tanto

que a proposta de emenda constitucional ora referida não foi aceita pelos grupos conservadores por considerá-la uma ameaça ao direito de propriedade. Dessa forma, enquanto escrevia “Política de massas”, Weffort assistia não só as agitações populares, como também o desgaste político do governo João Goulart frente à impossibilidade de afirmar ou mesmo de manter as velhas alianças e de conciliar demandas sócio-político-econômicas tão divergentes.

Exatamente em setembro de 1963, quando o texto “Política de massas” era escrito, João Goulart vivia uma nova crise política, agora de repercussão extremamente negativa na área militar. Esta avaliada como uma das mais delicadas de seu governo. De acordo com Jorge Ferreira,

[...] em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. Todos os que assumiram cargos eleitos, como Garcia Filho, teriam os seus mandatos suspensos. O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem formas de protesto. O resultado da assembléia não foi apenas realizar um “protesto armado” mas sim desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão. [...] As forças legalistas invadiram Brasília e, em poucas horas, a insurreição foi sufocada com o saldo de dois mortos: um fuzileiro naval rebelde e um incauto funcionário do DNER que nada tinha a ver com o movimento. [...] Embora as esquerdas defendessem os rebeldes, as conseqüências políticas da insurreição em Brasília foram as piores. Disseminou-se, nos quartéis, a desconfiança da oficialidade contra eles. Para uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável, verdadeiramente insuportável. [...] O movimento dos sargentos, que se fortalecia e ganhava a simpatia popular e apoio em suas demandas, enfraqueceu-se consideravelmente. (FERREIRA, 2008, p. 370).

A tomada razoavelmente fácil da capital da República pelo grupo – tido como mal articulado – de sargentos, cabos e soldados deu força e credibilidade aos argumentos dos conspiradores no meio militar. E, assim, esse movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente. (FERREIRA, 2008).

Em razão da impossibilidade de se ter acesso a versão original de “Políticas de massa”, escrita no ano de 1963 – pois essa não foi publicada –, não se faz possível um comparativo entre a análise weffortiana produzida antes do golpe de

1964 e a sua revisão realizada, em 1965, sob o impacto desse acontecimento político. Deste modo, não há como precisar se houve ou não mudanças em suas interpretações acerca do populismo após o seu ocaso. O que restringe a reflexão em torno da produção weffortiana aos seus escritos pós-1964. Deste modo, pensar o projeto de escrita de Weffort sobre o populismo significa admitir compreendê-lo no interior da perspectiva da adoção de uma periodização que localizou o início e o fim desse fenômeno por ele definido como de massa na política brasileira. O que não é um problema na medida em que aqueles que adotaram as teses de Weffort a fizeram com base em seus escritos publicados no pós-1964 – como é o caso do historiador Boris Fausto, objeto deste trabalho.

No período pós-golpe civil e militar, defende-se que as análises que traziam o populismo para o centro da discussão da experiência republicana forneciam à comunidade acadêmica respostas sobre as razões da ascensão de um regime de exceção nos anos de 1960, o qual fez retroagir toda e qualquer mobilização social de caráter reformista, pondo fim à experiência democrática. Ao propor essa defesa, o presente trabalho vai ao encontro das reflexões realizadas por Angela de Castro Gomes, em artigo intitulado “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Conforme essa historiadora, no momento pós-golpe de 1964,

[...] o fenômeno do populismo passa então a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitariam raízes no esgotamento da experiência populista [...]. (GOMES, 2001, p. 27).

Nesse sentido, não foi incomum a adoção dessa categoria explicativa por parte de muitos estudiosos da República, principalmente por aqueles que se propunham a investigar o período entre 1945 a 1964. Com isso, os trabalhos de Francisco Weffort foram se constituindo em leitura obrigatória para esses especialistas.

Boris Fausto adentra o curso de graduação em História em 1963, no mesmo ano em que “Política de massas” é escrita. Deste modo, o seu encontro com a História ocorreu no momento em que Francisco Weffort dava os seus passos

iniciais rumo à conquista de notoriedade no meio acadêmico. Assim, quando Fausto se decide por pesquisar o período republicano, Weffort já se constituía em uma referência bibliográfica desse recorte temporal. Nesse capítulo, portanto, busca-se analisar como o fazer-se de Boris Fausto em historiador da República se deu em um universo de hegemonia de cientistas sociais, em que Weffort exercia, à época, uma liderança nuclear e, por isso, era um nome frequentemente citado entre seus pares⁷¹. E Fausto não se esquivou do reconhecimento da importância que o pensamento deste cientista social teve para os pesquisadores da História do Brasil República de sua geração.

Afinal, ao tratar dos temas revolução de 1930 e classe operária, Boris Fausto encontrou em Francisco Weffort um importante interlocutor para o encaminhamento de suas reflexões. A leitura dos trabalhos “1930: historiografia e história”⁷² e “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”⁷³, do historiador Boris Fausto, não deixa dúvida sobre a incorporação de alguns conceitos e teses do cientista social Francisco Weffort – o que permite afirmar que, durante os anos de 1960 e 1970, a história escrita por Fausto se fez com as tintas do pensamento weffortiano.

Com base nessa afirmação, uma das hipóteses desse trabalho é a de que a leitura de Boris Fausto sobre o Brasil República, em razão de seu encontro com o pensamento weffortiano, foi realizada, no período de produção intelectual aqui destacado, dentro da chave de reflexões de Weffort sobre o populismo. Nesse sentido, concorda-se com o argumento de Marcelo Santos de Abreu (2012, p. 45)⁷⁴ ao afirmar que “Boris Fausto construiu uma interpretação que se filiava ao debate sobre o populismo realizado pelos cientistas sociais, especialmente a hipótese de Weffort acerca do ‘Estado de compromisso’ como forma política que caracterizaria o pacto populista”.

⁷¹ O tratamento das implicações do diálogo, que Boris Fausto estabeleceu com as teses e os conceitos presentes nas obras de Francisco Weffort, ficará para o próximo capítulo.

⁷² A versão publicada em 1970, pela editora Brasiliense, assumiu o título: “A Revolução de 1930: historiografia e história”.

⁷³ A versão publicada em 1976, pela editora Difel, assumiu o título: “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)”.

⁷⁴ Embora o autor afirme que Boris Fausto construiu sua interpretação em “A Revolução de 1930: historiografia e história” filiado ao debate sobre o populismo, ele não apresenta o modo pelo qual isso se deu. A proposta deste trabalho é sanar essa lacuna.

Embora os trabalhos do doutorado e da livre docência de Boris Fausto estejam mais concentrados na discussão do período denominado pela historiografia de Primeira República – inclusive o que tomou como objeto a Revolução de 1930 –, a hipótese continua válida. Pois, entende-se que o olhar sobre a experiência histórica dos anos de 1930 a 1964 a partir da perspectiva de emergência e consolidação do fenômeno de massas – o populismo – redimensionou o olhar sobre o passado republicano anterior ao movimento que depôs Washington Luís. As análises em torno do populismo, produzidas pelos intelectuais da chamada “primeira geração”⁷⁵, e nessa se inclui Francisco Weffort, estiveram influenciadas pela teoria da modernização, em que Gino Germani e Torcuato di Tella⁷⁶ são tidos como seus principais teóricos na América Latina.

João Marcelo Ehlert Maia destaca que o caráter abrupto da modernização latino-americana, tão presente na composição das reflexões de Germani e di Tella, assume a função de sustentar a tese de que “as massas teriam se integrado politicamente antes que economicamente, ou seja, teriam tido acesso aos direitos políticos antes que pudessem se inserir de forma autônoma e livre no sistema econômico” (MAIA, 2001, p. 52). Assim sendo, ambos os autores buscaram compreender como se deu na América Latina o processo de transição de uma economia tradicional para uma economia de mercado, essa última avaliada como moderna.

Segundo considerações de Germani e di Tella, tal transição esteve marcada por uma explosão demográfica, gerada pelo deslocamento das populações do campo para a cidade. Esse acelerado processo de urbanização e industrialização foi acompanhado por crescentes aspirações participativas das massas populares – o que resultava em pressões constantes por alterações no sistema político e por sua integração sócio-econômica. Aspirações essas que acabaram por conduzir as

⁷⁵ De acordo com a historiografia, fazem parte dessa “primeira geração” os intelectuais ligados ao IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, que já na década de 1950 inauguraram o debate em torno do conceito de populismo e como o mesmo se manifestava na experiência republicana brasileira, e os acadêmicos uspianos, que na década de 1960 retomaram a discussão sobre o populismo, revisando em muitos aspectos os apontamentos dos ibespianos acerca desse conceito. Para mais, consultar: GOMES (1996; 2001); FERREIRA (2001); MAIA (2001).

⁷⁶ Para esse debate, a historiografia toma por referência as seguintes obras desses autores: “Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas” (1973), escrita por Gino Germani entre os anos de 1956 e 1962; “Para uma política latino-americana” (1969), produzida por Torcuato di Tella – sobre essa última obra, não foi possível encontrar informações precisas a respeito do momento em que foi escrita.

massas ao estabelecimento de alianças com as camadas médias no intuito de realizarem suas demandas sócio-político-econômicas. Na avaliação de Germani e di Tella, “diante de um quadro em que as classes fundamentais não deram respostas adequadas exigidas pelo ‘momento histórico’ – as dominantes, por sua inoperância, a operária, por sua inexpressividade –, surgiram líderes oriundos das classes médias prontos para manipularem as ‘massas’” (FERREIRA, 2001, p. 64-65). Nascia, assim, o populismo “como uma forma de participação política típica de massas recém-mobilizadas (um termo recorrente na obra de Germani) e recém libertas das formas tradicionais de dominação” (MAIA, 2001, p. 52).

Dito isso, atenta-se para o fato de a teoria da modernização, tal qual proposta por Germani e di Tella, apresentar a sociedade capitalista “moderna” como modelo a ser seguido pelas sociedades “tradicionais”, sendo que “a divisão entre as duas partes indica[va] o lugar onde se localiza[va] o modelo ou caminho a ser seguido pela história na sua evolução por etapas”. A tardia realização desse modelo por parte dos países latino-americanos abria espaço para a emergência do populismo, posto que “o populismo era caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (implicando um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial)” (CAPELATO, 2010, p. 186).⁷⁷ E se o populismo passava a ser compreendido como uma etapa de transição, então, o período que lhe antecedia passava a ser concebido como o espaço de organização da sociedade tradicional, que se desejava ver superada.

Por conseguinte, os efeitos da adoção dessa perspectiva na produção acadêmica brasileira, de maneira especial nos anos de 1960 e 1970, podem ser

⁷⁷ Maria Helena Rolim Capelato (2010) chama atenção para o fato dessa perspectiva progressista e etapista ter sido posta em xeque pelos autores que se propuseram a rever as análises sobre o período. Posto que, “além da dissociação entre o moderno e o tradicional, as interpretações em causa [que encontravam na teoria da modernização de Germani e di Tella seu ponto de sustentação] acenavam para um futuro de desenvolvimento econômico e consolidação democrática nos países que viveram a experiência transitória do populismo. Os golpes militares dos anos 60 e 70 desencadeados na América Latina abalaram a credibilidade desse enfoque” (CAPELATO, 2010, p. 186). Jorge Ferreira (2001, p. 66-67) destaca que “mesmo décadas depois, quando as críticas tornaram as idéias de Germani e di Tella desacreditadas, as imagens de ‘atraso’, ‘desvio’ e ‘manipulação’ perdurariam. As representações imaginárias, sabemos, são capazes de resistir a críticas, mesmo aquelas formais, eruditas e com base na investigação empírica. Assim, perdurou, ao longo do tempo, a idéia de que, com o processo de urbanização, os indivíduos recém-chegados do mundo rural teriam contaminado os antigos operários com suas idéias tradicionais e individualistas. Sociedade atrasada, camponeses que vieram para as cidades, igualmente um atraso, e, logo, uma política novamente atrasada, eis o ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas”.

sentidos não apenas nas leituras acerca do período entre 1930 e 1964, como também nas reflexões que tomavam a conjuntura anterior ao movimento revolucionário, que colocou Getúlio Vargas na direção do país. Isto porque, sob o impacto da teoria da modernização, a Primeira República passava a ser construída pelas interpretações de inúmeros cientistas sociais, como também por historiadores, como exclusivamente o lugar de expressão da sociedade tradicional, tendo em vista, dentre outros aspectos, a marcante presença de práticas políticas tidas como herdeiras de nossa formação agrário-exportadora. Apenas para citar algumas referências emblemáticas, são práticas assim identificadas: o coronelismo; o clientelismo; o patrimonialismo – entrelaçamento entre o poder público e o poder privado; o chamado “voto de cabresto”.

Nas obras de Boris Fausto, escritas para o seu doutoramento e para a defesa de sua livre-docência, a construção da Primeira República não se contrapôs à imagem de sociedade tradicional aqui apresentada. A análise de sua tese “1930: historiografia e história” tornou evidente que a República brasileira no período pré-1930 fora representada por esse historiador como o espaço de domínio político e econômico da burguesia cafeeira e, à vista disso, de inibição da participação política e da inclusão sócio-econômica dos demais segmentos da sociedade. Ainda segundo Fausto, o caminho para a maioria política só começara a ser trilhado no pós-movimento de outubro de 1930.

Ao investigar as origens do movimento operário brasileiro, esse olhar sobre a experiência republicana, no intervalo dos anos de 1889 a 1930, resultou em uma reflexão faustiana marcada pela tendência em julgá-lo negativamente. Pois, Boris Fausto, em “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” (1975), argumentava que a classe operária no Brasil se caracterizava por sua fraqueza organizatória e por sua tardia presença como agente político. E, assim, o populismo, enquanto fenômeno político das massas, que teve seu ponto de partida na Revolução de 1930, foi “inventando” a Primeira República como o seu avesso, ao menos no que dizia respeito à participação popular.

Apresentada em linhas gerais a relação entre a produção faustiana dos anos de 1960 e 1970 e o conceito de populismo, registra-se que o presente capítulo tem por objetivo, de um lado, analisar as possibilidades de diálogo disponíveis a

Boris Fausto no campo acadêmico à época de suas primeiras pesquisas. E, de outro, explicitar a formulação do conceito de populismo em Francisco Weffort, que se constituiu em chave de leitura para a escrita de Fausto acerca da Primeira República.

Pautando-se por esses objetivos, o texto está dividido em duas partes. Primeiro, procurar-se-á apresentar as Ciências Sociais como área acadêmica que seguiu, até o final da década de 1960, como referência na escrita do período republicano – condição esta que levou Boris Fausto, um pioneiro dos estudos republicanos no campo da História, a buscar nessa área a construção de suas redes de interlocução e sociabilidade. Em sequência, apresentar-se-á o conceito de populismo em Francisco Weffort como alternativa à perspectiva ibespiana⁷⁸ sobre esse fenômeno político de massas, elaborada nos anos de 1950. Nesse sentido, o entendimento que orienta a argumentação desta tese é o de que a concepção weffortiana de populismo, ao conquistar a sua hegemonia no meio acadêmico nos anos de 1960, contribuiu para o silenciamento da proposta conceitual dos ibespianos. Quanto a esse último tópico, parte-se do pressuposto de que, ao ser concebida sob o impacto da hegemonia do conceito de Weffort sobre o populismo, a escrita de Fausto, realizada no campo da História, acabou também concorrendo para o silenciamento ora referido.

2.1. A escrita da história da Primeira República: Boris Fausto, um estranho no ninho

No momento da defesa da tese de doutoramento de Boris Fausto, a produção histórica acadêmica no interior da FFCL/USP, se contada a partir de 1942, quando ocorreram as suas primeiras defesas de doutorado⁷⁹, não completara ainda

⁷⁸ O IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política foi criado em 1953 a partir do empenho dos intelectuais reunidos no Grupo de Itatiaia. Em menos de dois anos depois, o IBESP foi transformado em ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955. Apesar de Francisco Weffort iniciar sua discussão sobre o populismo quando o IBESP já havia se tornado ISEB, utilizar-se-á aqui a referência aos intelectuais ibespianos e não isebianos. Essa escolha justifica-se em razão de terem sido aqueles primeiros os responsáveis por conceberem o texto “Que é o ademarismo?”, no qual Weffort buscou se contrapor na ocasião da formulação de seu conceito de populismo.

⁷⁹ Conforme já discutido no primeiro capítulo, as primeiras defesas de doutoramento ocorridas na FFCL/USP foram dos seguintes pesquisadores: Eurípedes Simões de Paula, Alice Piffer Canabrava e

os seus trinta anos. Esta observação permite por em destaque o seu caráter um tanto quanto embrionário, tendo em vista que a produção histórica no Brasil, realizada a partir de vinculações institucionais, data da criação do IHGB, em 1838.

Nesse interregno entre o início de 1942 e o final de 1969, quarenta e três trabalhos na área da História, dentre dissertações (quatorze defesas) e teses (vinte e nove defesas), foram defendidos nessa instituição. E, embora não pareça ser um número surpreendente para se ostentar no cômputo de vinte e sete anos, esse era o mais expressivo entre os departamentos de História das universidades brasileiras, inclusive quando tomada aquelas fundadas na década de 1930⁸⁰, assim como entre os demais departamentos das áreas de humanidades da USP, como, por exemplo, a Sociologia⁸¹, a Antropologia⁸² e a Ciência Política⁸³ (ver Quadro 4⁸⁴ – comparativo das teses – e Quadro 11 – comparativo das dissertações).

QUADRO 11: Relação de dissertações de mestrado defendidas nas áreas de História, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, entre os anos de 1957 a 1971, na FFCL/FFLCH/USP

Ano	História	Sociologia	Ciência Política	Antropologia
1957	—	1	—	—
1959	—	1	—	—
1960	—	1	—	—
1963	—	1	—	—
1964	—	5	—	1

Astrogildo Rodrigues de Mello.

⁸⁰ Ao longo da década de 1930, além da USP, foram criadas: a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935 – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1938. Conforme destacado no capítulo anterior, excetuando-se o caso da USP, a literatura especializada não traz informações sobre defesas de teses ou mesmo de dissertações nas instituições de ensino superior brasileiras no período que antecede a institucionalização dos programas de pós-graduação em História. Além disso, fora os registros das teses inscritas para os concursos de cátedra nas diversas universidades no Brasil – as quais resultaram, em diversos casos, na conferência de título de doutor aos candidatos aprovados que ainda não o obtinham –, não foi possível encontrar dados que permitissem traçar um comparativo com os registros da produção acadêmica empreendida na USP antes de 1971 – data da institucionalização dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em História dessa universidade, regulamentados em conformidade com o Parecer nº 77/69.

⁸¹ Até o final de 1969, identificou-se o total de trinta e seis trabalhos – dezenove defesas de dissertações de mestrado e dezessete de teses de doutorado –, sendo que as duas primeiras teses defendidas na Sociologia datam de 1945.

⁸² Até o final de 1969, identificou-se o total de oito trabalhos – três defesas de dissertações de mestrado e cinco de teses de doutorado –, sendo que as primeiras duas teses defendidas na Antropologia datam, assim como na Sociologia, de 1945.

⁸³ A consulta da base de dados referente às teses e dissertações defendidas na USP desde o momento de sua criação não indicou a defesa de mestrado até o ano de 1969. Sendo assim, nessa área só foram encontrados quatro teses de doutoramento defendidas antes do início de 1970, tendo sido realizada sua primeira defesa em 1942.

⁸⁴ Apresentado no primeiro capítulo.

1965	1	1	—	—
1966	2	2	—	1
1967	3	1	—	1
1968	—	—	—	—
1969	8	6	—	—
TOTAL	14	19	—	3
1970	5	10	2	3
1971	3	13	—	1
TOTAL	22	42	2	7

Fonte: Banco de dissertações e teses da FFLCH/USP

Desenvolvidos no interior do espaço institucional da universidade, esses trabalhos assumiam um caráter monográfico, necessário à adequação a um perfil acadêmico que se pautava pela fixação de prazos para exposição dos resultados da pesquisa junto à comunidade científica. Assim, na ocasião do processo de doutoramento de Boris Fausto, essa embrionária produção acadêmico-científica se fazia singular quando comparada com os já consagrados trabalhos de sínteses interpretativas acerca do Brasil, posto que abandonava a tarefa das sínteses, um tanto quanto ambiciosa, de criar representações globais do Brasil.

Essas sínteses compuseram o centro de produção intelectual inaugurado a partir dos anos de 1930 – no tocante à produção histórica, esta década tornou-se o marco temporal do nascimento da chamada moderna produção historiográfica brasileira⁸⁵. E, como tal, foram produzidas fora dos vínculos institucionais próprios aos processos de qualificação e, comumente, sob a preocupação com as dimensões formativas do Brasil nas diversas esferas de sua existência como povo, como nação e como Estado (NOVAIS; ARRUDA, 2005). De acordo com Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (2009), a expressão “moderna produção historiográfica”, que se consolidou na historiografia brasileira ao ser usada não apenas por Arruda e Tengarrinha (1999), mas também por muitos outros historiadores e historiógrafos, deve ser entendida no interior do processo de elaboração e sedimentação de uma memória

⁸⁵ Como apresentado no primeiro capítulo, a expressão “moderna produção historiográfica” é utilizada pelos autores José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha, na obra “Historiografia luso-brasileira contemporânea”, para nomear uma fase da produção histórica iniciada no Brasil a partir dos anos de 1930, a qual esteve marcada pela emergência da chamada geração de 30, composta pela tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Para esses autores, a tríade em questão “respond[ia] por um surto renovador, originando obras de grande densidade interpretativa que representam, até hoje, leituras indispensáveis para quem quiser perceber o Brasil” (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 42).

historiográfica no Brasil. Memória essa que, entre lembranças e esquecimentos, acabou por canonizar alguns autores e obras.

Um caso emblemático dessa construção da memória historiográfica brasileira está relacionado às apropriações, em geral acríicas, que, ao longo do tempo, foram feitas do prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza, escrito para uma das edições de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, em 1967. Apropriações essas que tenderam a se apegar mais ao destaque dado ao trio de autores (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior) e obras (“Casa grande e senzala”, “Raízes do Brasil” e “Formação do Brasil contemporâneo”), como demonstram as conhecidas e incontáveis citações e alusões feitas desde então a essa dupla tríade, inicialmente construída por Antônio Candido. Assim sendo, conforme Franzini e Gontijo,

[...] o que em [Candido] era memória se cristalizou em “história”, do que decorreu uma canonização, ainda que informal, daqueles livros que supostamente haviam marcado a sua geração, ou, ao menos, do grupo do qual o autor fazia parte. Em termos propriamente historiográficos, isto significou, já a partir da década de 1970, a construção de um novo referencial, agora não mais marcado pela “novidade”, como se dera até então, mas sim pela ideia de *moderno*. Daí por diante, os autores que voltam sua atenção à história da historiografia no Brasil vão, via de regra, tomar Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado como os inauguradores de nossa moderna historiografia, “moderna” tanto no sentido de responder às demandas do presente – que não eram outras senão as da modernização do próprio país – quanto no de se afinar com as mudanças teórico-metodológicas no campo dos estudos históricos – as quais respondiam ao esgotamento do modelo oitocentista de se pensar e escrever sobre o passado. (FRANZINI; GONTIJO 2009, p. 157)

Os historiógrafos brasileiros⁸⁶ admitem que a importância desses trabalhos de síntese interpretativa sobre os processos de formações social, cultural, política e econômica do Brasil reside no fato de que, com eles, “um amplo campo da produção científica e intelectual se descortinava, inaugurando a fase dos historiadores de profissão, incorporando os sociólogos, antropólogos, etnólogos, geógrafos e economistas” (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 48-49). Interessante observar que, apesar de serem distintas da perspectiva monográfica assumida pelos

⁸⁶ Dentre eles, citam-se os trabalhos de Arruda e Tengarrinha (1999) e de Iglésias (2000) – os quais se propuseram a realização de estudos abrangentes a respeito da história da produção histórica brasileira.

trabalhos acadêmicos, sobretudo no concernente à dimensão do objeto de análise, essas sínteses forneceram às teses e dissertações, empreendidas no espaço institucional das universidades, os rigores conceituais, metodológicos e teóricos que passavam a ser essenciais à consolidação do modelo de investigação acadêmico-científica.

Além disso, embora, em alguns casos, fossem de difícil classificação dentro dos moldes convencionais que definiam uma área específica do conhecimento, faz-se digno de nota o fato das obras resultantes dessas sínteses interpretativas terem ganhado notoriedade no campo acadêmico ao mesmo tempo em que emergia a demanda pela delimitação das especialidades. Notoriedade que encontra explicação não só no fato dessas sínteses serem resultantes de inovações teórico-metodológicas, como também por se proporem a responder às inquietações de seu tempo a partir da atribuição de sentido a um mundo histórico determinado em uma época determinada. Quanto ao processo de definição das especialidades, cabe o registro de que ele se tornou fundamental à concepção de cursos superiores na área das humanidades em uma recém inaugurada conjuntura de criação de universidades no Brasil, na qual permitiu a institucionalização de práticas de pesquisa, antes avaliadas como uma quase distração própria aos eruditos, em uma profissão – como a do ofício de historiador.

Assim, em meio à realização de sínteses interpretativas e de estudos monográficos, a história da Primeira República foi sendo escrita. Em razão disso, quando o trabalho de Boris Fausto sobre o movimento revolucionário de 1930 se apresentou como sendo o primeiro de uma produção universitária, na área de História, urdida na ambiência da USP, o campo acadêmico já contava com inúmeras referências bibliográficas que tinham por objeto de estudo o período da primeira fase de nossa experiência republicana. Dentre essas referências sobressaem-se no âmbito acadêmico as obras dos cientistas sociais, pelo menos durante significativo período em que a História resistiu a tomar por objeto de suas análises a República brasileira.

Dessa forma, no intuito de apresentar as Ciências Sociais como área de foro quase que exclusivo do debate sobre a Primeira República até o final da década de 1960, será apresentado um balanço, ainda que em linhas gerais, dessa produção

acadêmica. Este balanço embasa-se, fundamentalmente, no texto “Primeira República: um balanço historiográfico” (1989), das autoras Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira. Antes de dar início a essa tarefa, cabe esclarecer que, ao propor este tipo de balanço, não se tem a pretensão de dar conta de por em evidência toda produção acadêmica – ou ainda aquela desenvolvida fora dos muros das universidades – acerca da Primeira República, realizada até o momento em que Boris Fausto fez a incursão em suas primeiras pesquisas. Ao contrário, assume-se que toda proposta que implica na prática de inventariar obras e/ou autores corre o risco de cometer esquecimentos e, ao mesmo tempo, de produzir canonizações. Dito isto, passa-se a apresentação do balanço bibliográfico tal qual proposto.

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) esclarecem que construíram o balanço historiográfico sobre a Primeira República a partir do exame dos trabalhos considerados de fácil acesso ao público em geral, ou seja, restringiram o levantamento às obras até então publicadas. Entre essas obras publicadas, destaca-se a exclusão dos chamados textos de época,

[...] produzidos no momento da Proclamação e contemporâneos à Primeira República, entre os quais se destacam aqueles datados da década de 20, quando um balanço do experimento republicano se impôs pela comemoração de um outro centenário: o da Independência, em 1922. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 244-245).

Definido o modo pelo qual se daria o levantamento bibliográfico, passou-se então a outro aspecto metodológico: a definição da organização do texto, realizada por temas. Deste modo, seis temáticas foram identificadas: oligarquias; agricultura e industrialização; militares e política; classe trabalhadora e sindicatos; Igreja Católica; intelectuais. Feita essa divisão, as historiadoras passaram ao inventário de autores e obras correspondentes a cada uma das temáticas selecionadas.

Consideradas essas temáticas e tendo por objetivo inventariar os autores e suas obras até o momento da publicação da tese de doutoramento de Boris Fausto, faz-se evidenciar o fato de que as três primeiras temáticas compuseram, em maior ou em menor grau, o exercício de reflexão faustiana quando da investigação sobre o processo revolucionário de 1930. Daí as temáticas oligarquias, industrialização e militares ocuparem aqui um espaço de destaque em detrimento

das demais. Outro aspecto relevante a ser destacado é que a temática “classe trabalhadora e sindicatos” esteve contemplada por Boris Fausto na medida em que o tema central de sua livre-docência foi a formação das classes operárias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Cabe ainda enfatizar que os trabalhos de Fausto referentes à Revolução de 1930 e à classe operária devem ser observados não apenas do lugar daqueles que realizaram o diálogo com as temáticas ora citadas, mas também como referências bibliográficas dessas mesmas temáticas.

Posto isso, em face do objetivo de por em evidência as possibilidades de diálogo que estavam abertas a Boris Fausto quando de sua inserção na pesquisa sobre Primeira República, ainda que o texto de Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) traga referências que datam da década de 1980, o mote da presente tese definiu-se pela análise das obras publicadas até o ano de 1970. Deste modo, e seguindo a ordem disposta no artigo dessas historiadoras, inicia-se o inventário de autores, e de suas obras, sobre a Primeira República a partir dos estudos que tomaram as oligarquias como objeto central de suas análises. No concernente a esse tema, as primeiras referências colocadas em pauta por Gomes e Ferreira são aquelas identificadas no meio acadêmico como clássicas. São elas: Vitor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto”; José Maria Bello, “História da República”; Afonso Arinos de Melo Franco, “Um estadista da República, Afrânio de Mello Franco e seu tempo”; Leôncio Basbaum, “História sincera da República, de 1889 a 1930”; Nelson Werneck Sodré, “Formação histórica do Brasil”; Celso Furtado, “Formação econômica do Brasil”.

É interessante observar que quase todos esses autores tiveram uma formação profissional comum – o Direito. As exceções são Basbaum, que havia se formado em Medicina, e Werneck Sodré, um militar de carreira. Por isso, todos eles devem ser observados como pesquisadores autodidatas. Escritas entre os anos de 1940 e início de 1960, suas obras foram comumente identificadas como pertencentes às Ciências Sociais, e, em alguns casos – e “Formação histórica do Brasil” é um deles –, como da área de História. Fora o texto de José Maria Bello, todos os demais compuseram a bibliografia da obra “A Revolução de 1930: história e historiografia”, de Boris Fausto. Contudo, a consulta à tese de doutorado de Fausto demonstrou que, para além de Bello, outros dois clássicos não compuseram as

reflexões faustianas antes da publicação dos resultados de sua pesquisa. Foram eles: Celso Furtado e Vitor Nunes Leal. Sobre essas incompatibilidades evidenciadas entre a bibliografia do texto original da tese e daquela exposta quando de sua publicação, infere-se que elas foram decorrentes da incorporação por parte de Boris Fausto das contribuições dadas pelos membros de sua banca de defesa da tese de doutoramento⁸⁷.

Ainda no que compete a questão dos clássicos, Gomes e Ferreira (1989) põem em evidência o autor Werneck Sodré em razão do mesmo compor uma linha interpretativa sobre o sistema político oligárquico brasileiro que enfatiza, em uma perspectiva dualista, a contradi o entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais.

Segundo este modelo de análise, [...] a Primeira República   pensada em termos de um sistema de domina o do latifúndio, cuja dinâmica se configura em três fases: a da implanta o, em que haveria um predomínio do poder da classe média através da atua o dos militares; a da consolida o, em que o controle exclusivo estaria nas mãos das oligarquias latifundiárias; e a do declínio, marcada pela expansão da burguesia industrial e da classe média, e pela disputa desses setores pelo controle do poder. Assim, a Revolu o de 30 representou um conflito entre o setor industrial e agrário ou, na expressão de [Werneck Sodré], uma luta entre a burguesia e o latifundiário. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 246).

A apresenta o de Werneck Sodré pelas autoras como representante da perspectiva dualista   feita associada a outro nome das Ciências Sociais, Helio Jaguaribe – que, como aquele primeiro, fez parte do ISEB⁸⁸. No que compete ao trabalho de doutoramento de Boris Fausto, cabe registrar que esse historiador

⁸⁷ Conforme Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974), compuseram a banca de defesa de tese de doutoramento de Boris Fausto: Sérgio Buarque de Holanda (presidente), Yves Bernard Bruand, Joaquim Barradas de Carvalho, Eduardo d'Oliveira França e Antônio Cândido de Mello e Souza.

⁸⁸ Fruto da a o dos ibespianos, o "Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955, no governo de Café Filho, por intelectuais e técnicos especializados da burocracia pública. Funcionando com verbas do Ministério da Educa o e Cultura, o ISEB, conforme seus estatutos, se definia como sendo um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário (tendo) por finalidade o estudo, o ensino e a divulga o das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia, da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências   análise e   compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elabora o de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promo o do desenvolvimento nacional. Embora a expressão não apareça aqui explicitamente, tratava-se de criar e difundir uma 'ideologia do desenvolvimento nacional' que contribuísse para o Brasil se constituir plenamente como Na o desenvolvida, por intermédio da consolida o da industrializa o e de reformas sociais e políticas" (TOLEDO, 2004, p. 94-95).

integrou às suas referências os textos desse ibespiano/isebiano⁸⁹, posto que os identificava, tal qual as análises de Gomes e Ferreira, sob a mesma perspectiva dos trabalhos de Werneck Sodré que faziam a defesa da existência de dois setores sócio econômicos antag nicos: o moderno, representado pela burguesia industrial e as classes médias urbanas, e o atrasado, composto pelo segmentos oriundos do campo/latifúndio.

Seguindo Gomes e Ferreira (1989), somaram-se às obras ora citadas os artigos das cientistas sociais Paula Beiguelman, “A propósito de uma interpreta o da história da República”, e Maria do Carmo Campello de Souza, “O processo político-partidário na Primeira República”. Publicados respectivamente em 1966 e em 1968, ambos os textos traziam na constru o de suas argumenta es críticas contundentes às teses dominantes nos anos 1950 e início de 1960. Assim, enquanto Beiguelman analisava criticamente as teses de Werneck Sodré, “defendendo a ausência de contradi es fundamentais entre setor agrário e setor urbano-industrial no Brasil” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 246) – o que resultou na argumenta o de que a Revolu o de 1930 não representou uma luta entre burguesia e latifúndio; Souza “conduz[ia] seu argumento no sentido de demonstrar que o desenvolvimento industrial não criou um antagonismo com o antigo setor exportador e que havia uma complementaridade de interesses das duas esferas econômicas” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 247). Ainda sobre o trabalho desenvolvido por Maria do Carmo Campello de Souza, importa destacar que:

Partindo dessa perspectiva, a autora [...] retom[ou] a análise das conjunturas classicamente consideradas como de expansão dos setores urbanos (governos Deodoro, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e a década de 20) para demonstrar que esses períodos não representaram perda para os interesses das oligarquias. Seu trabalho aborda ainda a caracteriza o da ênfase   montagem do pacto oligárquico e da política dos governadores. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 247).

Dentro dessa mesma linha de interpreta o de Souza e Beiguelman, Gomes e Ferreira (1989) mencionam os artigos do cientista político Eduardo Kugelmas, “A Primeira República no período de 1891 a 1909” de 1967, e do

⁸⁹ Registra-se que, para além de Helio Jaguaribe e Werneck Sodré, compuseram as referências bibliográficas da tese de doutoramento de Boris Fausto os também isebianos Wanderley Guilherme dos Santos e Alberto Guerreiro Ramos.

historiador Boris Fausto, “A Revolução de 30” de 1968 – o qual foi publicado na mesma coletânea que integrou o texto de Maria do Carmo Campello de Souza, intitulada “Brasil em perspectiva”, organizada por Carlos Guilherme Mota. Diante do exposto, evidencia-se que as historiadoras Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira localizaram o texto inicial de Fausto, bem como o de sua tese de doutorado de 1969, como parte da literatura que, a partir da segunda metade dos anos de 1960, se propôs a revisar as interpretações sobre a Primeira República realizadas sob a influência das teses dualistas.

À vista disso, ao tomar contato com as referências bibliográficas que compuseram a reflexão de “A Revolução de 1930”, observou-se que, dentre os nomes ora citados como críticos das teses dualistas, Boris Fausto apenas menciona o artigo de Paula Beiguelman. E, nem mesmo o seu texto em “Brasil em perspectiva” é citado ainda que sua reflexão tenha sido incorporada a este trabalho. Interessante é que, quando consultada as referências que compuseram a sua tese de doutorado, nem mesmo Beiguelman é referida. Nesse sentido, com base nessa falta, infere-se que a reflexão inicial de Fausto, marcada pela crítica às teses dualistas, não foi elaborada com base nas teses de Paula Beiguelman, mas sim a partir da leitura dos trabalhos de Francisco Weffort, em especial “Classes populares e políticas”, defendido em 1968, como tese de doutoramento. No que concerne ao texto de Weffort, este foi elaborado sob orientação de Beiguelman e, como tal, não fugiu ao debate, inicialmente proposto por sua orientadora, de revisão das teses dualistas de Werneck Sodré.

A despeito de não estarem diretamente incluídos entre os autores críticos das teses dualistas, outros nomes figuraram no material bibliográfico levantado na pesquisa de Gomes e Ferreira (1989). Foram eles: Raimundo Faoro, Edgar Carone e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Escrito por um advogado de formação, “Os donos do poder” “trata da formação do patronato brasileiro, vista como um processo que se inicia com a fundação do Estado português e se encerra com o governo Vargas”. A tese central de Faoro nesta obra é que “o Estado foi sempre onipotente no Brasil, e ao estamento burocrático coube a direção dos negócios públicos. Como o Estado é o centro de tudo, quem o personifica é a classe dirigente” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 251). Embora essa obra já fosse conhecida no meio acadêmico antes da

defesa da tese de doutoramento de Boris Fausto, ela não foi referenciada por esse historiador quando da elaboração de seus primeiros textos sobre República. A ausência desse autor, bem como a de Vitor Nunes Leal, na bibliografia que compôs a tese de Fausto se explica pelo fato de não ter por objetivo caracterizar as oligarquias e suas práticas, mas sim pensar qual fora o papel desempenhado por elas quando do processo revolucionário de 1930.

Quanto a Edgar Carone, salienta-se o fato de ter produzido uma série de ensaios que buscavam apresentar, em linhas gerais, aspectos tidos por ele como relevantes para se pensar a história de nossa experiência republicana. E, ainda que as historiadoras Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira ponham em evidência vários ensaios desse autor, conforme o recorte temporal instituído aqui para a construção do inventário dos estudos sobre Primeira República, cita-se apenas a obra “A primeira república (1889-1930)”, publicada em 1969. Título esse que compõe a bibliografia do livro “A Revolução de 1930”, de Fausto, mas não o seu texto original na forma de tese.

Outro aspecto a ser levantado é que Carone se fez conhecer como historiador por meio de suas obras sobre o período republicano antes mesmo de dar seus primeiros passos no processo de qualificação profissional. A defesa da tese de doutoramento de Edgar Carone pela USP data de 1971 e teve por título “União e Estados na vida política da Primeira República”. Ao menos até a consolidação do processo de institucionalização dos programas de pós-graduação em História, iniciado em 1971, historiadores com a trajetória profissional de Carone não se constituíam em exceções. Afinal, não se pode desconsiderar o quão recente ainda era a produção histórica realizada por historiadores de profissão, o que abria espaço para essa nova geração de historiadores ganhar notoriedade antes mesmo da conclusão de seu processo de qualificação profissional. Somado a isso, destaca-se que, à época de Carone, o número de profissionais da História, que buscavam se qualificar mediante a realização de mestrados e doutorados, não se fazia suficiente para atender as demandas apresentadas pelo campo acadêmico, tanto no sentido da docência quanto das expectativas de pesquisa.

Por fim, em relação à Maria Isaura Pereira de Queiroz, Gomes e Ferreira (1989) chamam atenção para a oposição que o texto “O mandonismo local na vida

política brasileira” faz à tese de Vitor Nunes Leal, em “Coronelismo, enxada e voto”. De acordo com essas autoras,

Vitor Nunes localizou o coronelismo como um fenômeno específico da Primeira República e o definiu como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Assim, o coronelismo não era uma mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico da história colonial e imperial brasileiras, mas sim um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente os donos de terra. Trata-se, portanto, de uma rede complexa de relações em que os remanescentes do poder privado são alimentados pelo poder público, em função de suas necessidades eleitorais de controlar o voto do interior. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 250).

Assim, enquanto Vitor Nunes Leal defendia a tese de que o coronelismo não deveria ser confundido com algumas de suas características secundárias, como mandonismo e clientelismo, Maria Isaura Pereira de Queiroz identificou o coronelismo como mandonismo, resultando em uma dilatação do conceito. Essa dilatação, por sua vez, fez com que o conceito de coronelismo perdesse sua precisão histórica e, por essa feita, pudesse ser aplicado a qualquer conjuntura. Além disso, essa cientista social ampliou “a caracterização do coronelismo para incorporar manifestações urbanas, em que podem ser definidos como coronéis comerciantes, médico, empresários, muitas vezes desvinculados da propriedade da terra” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 250). Pois bem, conquanto a obra de Vitor Nunes Leal faça parte da bibliografia de “A Revolução de 1930”, publicada em 1970, o texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz não é citado nem na tese de Fausto em seu formato original, nem na sua forma impressa. Infere-se que essa ausência se explica pelos mesmos motivos já anunciados para a não incorporação por parte de Fausto da obra de Vitor Nunes Leal – quando da escrita do texto original da tese – e de “Os donos do poder”, de Raimundo Faoro.

Finalizado o inventário dos autores, e de suas obras, que tomaram por objeto de análise as oligarquias, passa-se ao tratamento da temática “agricultura e industrialização”. Para os fins pretendidos neste trabalho, concentrar-se-á apenas nos estudos que tratam da industrialização, não sendo, portanto, matéria de discussão a bibliografia apontada pelas autoras Gomes e Ferreira (1989) para o

tema agricultura⁹⁰. Ao apresentar o tema industrialização, Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989, p. 252) apontam para o fato de que “os estudos acerca da industrialização no Brasil, generalizados a partir da década de 1950 e produzidos em sua grande maioria por economistas, desenvolveram-se dentro dos marcos do pensamento cepalino⁹¹”.

Como representante dessa perspectiva, cita-se o livro “Formação econômica do Brasil”, de Celso Furtado, que localiza o desenvolvimento das indústrias brasileiras fundamentalmente nos anos posteriores a 1930. De acordo com Furtado, o processo de industrialização no Brasil teria sido resultado da crise de 1929, que, “ao provocar a queda acentuada dos preços do café, colocou em xeque o funcionamento do modelo exportador” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 253). Como anteriormente anotado, essa obra apenas foi referenciada por Boris Fausto no texto da tese publicada, e não em seu original, e foi acompanhada da citação de outro texto de Furtado, publicado em 1967 na revista “Les temps modernes”, organizada por Sartre, intitulado “De l’oligarchie à l’état militaire”. Nesse ensaio, escrito sob o impacto da tomada do poder pelos militares, ele “apreende como a ideologia dos militares vitoriosos havia feito a passagem, no quadro doutrinário da Guerra Fria,

⁹⁰ Sobre a temática agricultura, as historiadoras Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) chamam a atenção para o número limitado de trabalhos que a tomam como objeto central da análise. Destacam ainda que “a agricultura vem sendo [até os anos de 1980 pelo menos] examinada em seus aspectos parciais, em trabalhos que oscilam entre uma excessiva preocupação com detalhes e um exagero de generalizações” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 251). Registram que a produção disponível até o ano de 1970 sobre agricultura na Primeira República consiste, notadamente, de alguns capítulos inseridos em obras de caráter geral, são elas: “História da agricultura brasileira”, de Luís Amaral; “História econômica do Brasil”, de Caio Prado Jr; “Formação econômica do Brasil”, de Celso Furtado. Além dessas referências, as autoras apontam outras mais publicadas após o ano de 1970, como a obra de José de Sousa Martins, que teve sua primeira edição lançada em 1979.

⁹¹ De acordo com Caio Navarro de Toledo (2004, p. 89-90), “a *Comissão Econômica para a América Latina*, CEPAL, foi criada como um órgão permanente da ONU em 1951. Reunindo inúmeras figuras do pensamento latino-americano, [a] CEPAL esteve, inicialmente, sob a liderança intelectual do economista argentino Raul Prebisch – cujos primeiros trabalhos forneceram as linhas mestras ao pensamento cepalino. Entre os brasileiros, destaca-se a presença de Celso Furtado – notável pensador, ainda hoje reconhecido por seu talento intelectual e sua integridade moral. A preocupação central da CEPAL consistiu em explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos do capitalismo ocidental; e buscar fórmulas capazes de superar o nosso subdesenvolvimento. Nesse sentido, a análise buscou, de um lado, identificar as peculiaridades do tipo de sistema socioeconômico dos países da periferia, ressaltando os entraves estruturais que aqui se colocavam ao desenvolvimento econômico, em contraste com o dinamismo das estruturas econômicas e sociais dos centros avançados da Europa e EUA. [...] Por outro lado, a análise cepalina centrou-se no exame das transações comerciais entre centro-periferia do sistema capitalista – relações comerciais estas que, contrariamente àquilo que afirmava o princípio clássico do comércio internacional (teoria do Ricardo), em nada contribuíam para a superação do atraso econômico, pois agiam exatamente no sentido de reforçar as disparidades entre países ricos e pobres, entre centro e periferia.”

para uma ideologia de Poder Nacional, que colocaria em segundo plano o desenvolvimento em detrimento da estabilidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 27).

Em contraposição às análises cepalinas propugnadas por Celso Furtado, Gomes e Ferreira (1989) põem em destaque as obras dos pesquisadores norte-americanos Stanley Stein, “The Brazilian Cotton Manufacture: textile enterprise in na underdeveloped area, 1850 - 1950”, e Warren Dean, “The industrialization of São Paulo, 1800-1945”. Publicados respectivamente nos anos de 1957 e 1969, ambos os trabalhos, contrariando o que fora defendido em “Formação econômica do Brasil”, trazem à discussão a importância da expansão industrial brasileira anterior a 1930. Assim, enquanto Stein destaca nesse processo de expansão industrial o papel dinamizador das atividades comerciais, Dean avalia que essa expansão foi uma decorrência do crescimento das exportações de café e que a Primeira Guerra representou não um elemento de incentivo, mas sim um obstáculo à industrialização.

Quando observada a bibliografia que compõe a tese de doutorado de Boris Fausto e, depois, o seu exemplar publicado, constatou-se, de um lado, que esses autores e suas obras estiveram contemplados em ambos os formatos. E, de outro, que Fausto tomou contato com o historiador Warren Dean a partir do texto original de sua tese – esta intitulada “The Beginings of industrialization em São Paulo”. A adoção de alguns dos argumentos apresentados por Stein e Dean por parte de Fausto indica sua aproximação com esses estudos sobre industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia seu distanciamento das teses cepalinas presentes em Celso Furtado.

Por fim, as historiadoras Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) mencionam a obra de Nícia Vilela Luz, intitulada “A luta pela industrialização no Brasil”, que teve sua primeira publicação em 1960. Este trabalho tomou por objeto central de análise as reivindicações nacionalistas em prol da industrialização, tendo por objetivos, por um lado, precisar as origens e os argumentos desse movimento e, por outro, compreender o modo pelo qual se processou a luta contra as diversas forças que se opunham à industrialização no Brasil. Gomes e Ferreira localizam essa obra de Luz entre os trabalhos que

[...] tiveram um papel fundamental ao reforçar as interpretações sobre o sistema político brasileiro na Primeira República, que questionam a existência de uma contradição fundamental entre o

setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais, demonstrando que a expansão industrial não criou um antagonismo com o setor exportador e que havia uma complementariedade de interesses das duas esferas econômicas. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 255-256)

E, embora essa perspectiva viesse ao encontro da reflexão faustiana quando da pesquisa sobre a Revolução de 1930, a obra de Nícia Vívela Luz não foi incorporada ao material bibliográfico selecionado por Boris Fausto, posto que o foco principal de abordagem desse trabalho diz respeito aos movimentos em prol da industrialização e não ao processo de industrialização no Brasil. Este último objeto de interesse da discussão faustiana. Dito isto, inicia-se o inventário dos autores, e de suas obras, referenciados no artigo de Gomes e Ferreira (1989), que tomaram por tema os militares. Este é o último dos temas indicados por essas historiadoras que dialoga diretamente com o debate histórico desenvolvido por Fausto em sua tese de doutorado.

No concernente aos estudos dos militares na Primeira República, Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) iniciam o inventário de autores especialistas nesse campo a partir do nome de um pioneiro no debate: Virgínio Santa Rosa, com o seu livro clássico “O sentido do tenentismo”, publicado em 1933. Sua análise acerca do movimento tenentista sustenta-se na defesa de que a Primeira República se definia pelo choque existente entre as oligarquias e as classes médias urbanas, tendo essas últimas como sua vanguarda política os militares. “Na visão de Santa Rosa, os militares puderam desempenhar este papel de vanguarda política do ‘povo brasileiro’ devido suas origens e articulações sociais” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 256). Com isso, estruturou-se uma linha de interpretação classista sobre o movimento tenentista, que, por sua vez, resultou na constituição do tenentismo e da revolução de 1930 como dois temas de análise imbricados para se pensar o esgotamento do modelo político da Primeira República.

Seguindo a perspectiva interpretativa de Santa Rosa sobre o tenentismo, tem-se Nelson Werneck Sodré, em “História militar do Brasil”. De acordo com as historiadoras Gomes e Ferreira (1989), este autor não apenas corroborou as teses de Santa Rosa, como também as revigorou. Cabe o registro que tanto a obra de Santa Rosa, publicada nos anos de 1930, quanto o livro de Werneck Sodré,

impresso em 1965, estiveram contemplados na bibliografia de Boris Fausto quando do tratamento do tema Revolução de 1930. A incorporação desses textos na reflexão faustiana se deu em razão desse historiador se colocar como crítico desse modelo de interpretação, que dominou as análises sobre os militares até a segunda metade da década de 1960. Condição de crítico esta que aparece demarcada no artigo de Gomes e Ferreira no momento em que elas inventariam o material bibliográfico correspondente à temática dos militares. Ainda sobre os críticos das teses herdeiras das interpretações de Santa Rosa, as autoras mencionam o artigo já citado de Maria do Carmo Campello de Sousa. Deste modo, Fausto e Sousa emergem dentro do debate bibliográfico em torno do tenentismo como autores que contestaram “a tese de que os militares representavam politicamente os interesses das classes médias urbanas, destacando igualmente a ausência de um projeto mais modernizador e industrializante” (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 256). Isso dito, reforça-se o dado de que, apesar de ser anterior a escrita da tese de doutoramento de Fausto, o artigo de Sousa não fez parte da bibliografia selecionada por esse historiador.

Com o encerramento da abordagem da temática dos militares, finda-se o inventário das referências bibliográficas postas em destaque no texto de Gomes e Ferreira (1989) que poderiam suscitar diálogo com o objeto Revolução de 1930, investigado por Boris Fausto entre os anos de 1967 e 1969. No intuito de finalizar a análise bibliográfica que envolve o artigo “Primeira República: um balanço historiográfico”, passa-se agora ao inventário dos autores, e de suas obras, que compuseram as temáticas classe trabalhadora e sindicatos, Igreja Católica e intelectuais. Dentre essas três apenas a primeira temática esteve contemplada no trabalho de livre-docência de Fausto.

Seguindo a sequência proposta no artigo de Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989), põe-se em discussão a temática da classe trabalhadora e sindicatos. Os estudos sobre classe trabalhadora e os movimentos sociais urbanos, desenvolvidos dentro do recorte temporal definido para este tópico, foram conduzidos notadamente por cientistas sociais. Dentre esses, Gomes e Ferreira citam como texto pioneiro a obra intitulada “O problema do sindicato único no Brasil”, de Evaristo Moraes Filho. Publicado em 1952, este trabalho é

considerado como o primeiro a recuperar a história do movimento operário na Primeira República e se destaca por trazer à discussão as experiências de legislação social no pré-Revolução de 1930. Outros textos mencionados por essas autoras, com publicação até o ano de 1970, são os de: Azis Simão, “Sindicato e Estado”; José Albertino Rodrigues, “Sindicato e desenvolvimento no Brasil”; Leôncio Martins Rodrigues, “Conflito industrial e sindicato no Brasil”; Michael Hall, “The origins of mass immigration in Brasil, 1871-1914”.

Embora não seja objeto de análise desse tópico, em razão dessa temática dialogar diretamente com a tese de livre-docência de Boris Fausto, cabe registrar que todos os autores aqui mencionados compuseram as referências bibliográficas de seu texto, tanto no formato original de tese quanto no seu formato impresso. E, apesar de avaliada pela historiografia como obra pioneira, “O problema do sindicato único no Brasil”, de Evaristo Moraes Filho, não foi citado por Boris Fausto. Desse autor, apenas configura entre as suas referências o livro intitulado “Apontamentos de Direito operário”.

O levantamento bibliográfico em torno do tema relativo aos movimentos sociais urbanos levou as autoras Gomes e Ferreira (1989) ao enfrentamento de outra matéria circunscrita às experiências partilhadas por algumas populações do campo: os movimentos messiânicos. Como representantes dessa temática, as autoras referenciaram os estudos dos cientistas sociais Rui Facó (“Cangaceiros e fanáticos”), Maria Isaura Pereira de Queiroz (“O messianismo no Brasil e no mundo”) e Maurício Vinhas de Queiroz (“Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, 1912-1916”). Além desses cientistas sociais, elas destacaram a obra do historiador norte-americano Ralph Della Cava, “Milagre em Juazeiro”.

No que compete aos estudos sobre a Igreja Católica na Primeira República, Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989) observam que eles tiveram um significativo crescimento a partir dos anos de 1970, não havendo, portanto, registro de referências bibliográficas sobre essa temática no campo acadêmico em período anterior. Na contramão dessa ausência, as autoras em questão citam alguns títulos, com publicação até 1970, que marcaram a produção acadêmica sobre os intelectuais na Primeira República. Foram eles: “A ilustração brasileira e a idéia de universidade”, do filósofo Roque Spencer Maciel de

Barros; “O caráter nacional brasileiro”, de Dante Moreira Leite; “O positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil”, de João Cruz Costa; “Literatura e sociedade”, de Antônio Cândido.

Isto posto, a partir do inventário de autores, e de suas obras, aqui apresentado em diálogo com Gomes e Ferreira (1989) com o objetivo de por em evidência os estudos desenvolvidos sobre a Primeira República até o ano de 1970, concluí-se que nele estiveram representados pesquisadores de diferentes áreas, sendo elas: as Ciências Sociais, a História, a Economia, a Filosofia e a Psicologia Social. Chama-se também a atenção para o fato de que entre esses pesquisadores não estiveram apenas representados os que obtiveram formação universitária para tanto. Alguns dos nomes destacados no inventário podem ser considerados cientistas sociais e/ou mesmo historiadores autodidatas. Integram a lista dos autodidatas os nomes de Nelson Werneck Sodré, Raimundo Faoro, Rui Facó, José Maria Bello, Leôncio Bausban, Afonso Arinos de Mello Franco, Virgínio Santa Rosa, Helio Jaguaribe, Celso Furtado.

Outra conclusão que esse inventário permite apontar é o de que a Primeira República já despertava interesse dos historiadores – pode-se dizer que desde a década de 1950 – antes mesmo de Boris Fausto iniciar seus estudos sobre esse período da história brasileira. Diante dessa afirmação, uma avaliação desavisada da mesma pode gerar dúvidas quanto à validade de uma das hipóteses deste trabalho, qual seja: a de que Boris Fausto, enquanto um pesquisador do campo da História, fora um “estranho no ninho” ao propor, no final da década de 1960, a investigação do processo histórico que resultou na Revolução de 1930. Isto porque a República brasileira, quando da eleição por Fausto da Primeira República como recorte temporal, se fazia ainda objeto preferencial dos cientistas sociais e não dos historiadores.

Assume-se, neste trabalho, que a existência de pesquisas, realizadas por historiadores, acerca do primeiro momento de nossa experiência republicana antes da eleição deste período por Boris Fausto não invalida a hipótese ora anunciada. Isto porque ela foi construída tendo por referência as produções históricas resultantes das pesquisas desenvolvidas em instituições brasileiras como parte do processo de qualificação. Além disso, quando se observa a formação dos

historiadores que antecederam a Fausto, constata-se que eles ou eram autodidatas ou eram pesquisadores norte-americanos, também chamados de brasilianistas. Portanto, a realização de suas pesquisas não esteve condicionada a vínculos com as universidades brasileiras. São exceções a esses perfis os historiadores Nícia Vilela Luz e Edgar Carone na medida em que apresentaram trajetórias de formação semelhantes à de Fausto.

Todavia, a existência desses dois nomes não enfraquece a hipótese em questão em razão de ambos os pesquisadores terem se dedicado ao estudo da Primeira República antes mesmo de porem em prática seus projetos acadêmicos vinculados ao processo de qualificação profissional. Assim sendo, sabe-se que Nícia Vilela Luz, apesar de ter dado seus primeiros passos na produção histórica a partir da investigação do período que ia do Império à Primeira República, quando buscou titular-se, optou pela Monarquia para a escrita de sua tese de livre-docência, defendida em 1964, na FFCL da USP. Suas pesquisas iniciais não resultaram em uma tese de doutoramento. Quanto a Edgar Carone, ele só se doutorou com um trabalho que investigava esse período de nossa experiência republicana depois de Fausto e após ter se tornado uma referência historiográfica da História da República.

Ainda que se saia um pouco do universo das obras publicadas e se adentre no território dos trabalhos acadêmicos não impressos, o cenário não destoará em demasia do que foi até aqui apresentado. A apreciação do conjunto das dissertações e teses em História defendidas na USP até o ano de 1969⁹² demonstrou que, para além do trabalho de Boris Fausto, outros dois em nível de mestrado elegeram como recorte temporal de suas análises o período republicano anterior a 1930. Foram eles: “Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição (1904-1928)” (1969), de Victor Valla⁹³; “Catálogo gráfico da obra de Victor Brecheret” (1969), de Daisy Peccinini da Silva⁹⁴. Essas dissertações, somadas à tese de Fausto, representaram 12,5% do total de trabalhos defendidos em História do Brasil na FFCL da USP, entre os anos de 1942

⁹² Ver Quadro 5 e Quadro 7, apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

⁹³ Os resultados de sua dissertação foram divulgados na forma de artigos, através da Revista de História da USP. Para tanto, o texto original foi dividido em quatro partes, apresentados com o mesmo título da dissertação. Para mais, consultar os seguintes números da revista: 85 e 87, publicados em 1971; 89 e 91, datados de 1972.

⁹⁴ Os primeiros resultados de sua pesquisa, após defesa da dissertação, foram apresentados à comunidade científica por meio de comunicação oral na XXII Reunião Anual da SBPC, em 1970.

a 1969. Logo, um número pouco expressivo quando comparado aos estudos circunscritos ao período colonial, os quais totalizaram 58,3% do montante desses trabalhos (ver Quadro 8⁹⁵ – comparativo das teses – e Quadro 12 – comparativo das dissertações).

QUADRO 12: Dissertações de Mestrado em História do Brasil por recorte temporal

Período	1965	1966	1967	1968	1969	Total
Colônia	—	1	1	—	2	4
Colônia/Império	—	1	—	—	—	1
Império	—	—	—	—	1	1
Império/República	—	—	1	—	—	1
República	—	—	—	—	2	2
Total	—	2	2	—	5	9

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP; Eurípedes Simões de Paula (1971); Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974); Laima Mesgravis (1983).

Cabe ainda registrar que, embora esses dois trabalhos de mestrado tenham contemplado o período republicano pré-1930, apenas o de Victor Valla propôs, à semelhança de Boris Fausto, uma discussão efetiva acerca da Primeira República, no caso em específico, a partir do tratamento de um dos seus aspectos econômicos – a influência estrangeira na economia. Pois o trabalho de Daisy Peccinini da Silva, inserido na História da Arte, estruturou seu objeto – as obras de Victor Brecheret – de modo a não ser necessário trazer à discussão os aspectos históricos balizadores da experiência republicana. Além disso, salienta-se que a tese de doutorado de Boris Fausto foi a primeira dos três trabalhos a ser defendida junto ao Departamento de História da FFCL da USP – Fausto defendeu em 23 de junho de 1969, seguido das defesas de Valla e de Silva, respectivamente, em 28 e 29 de dezembro do mesmo ano⁹⁶. Mesmo diante do fato de Fausto não ter sido o único vinculado ao Departamento de História da FFCL a tratar de um objeto histórico inserido na Primeira República antes de 1970, segue-se, com base nos aspectos até aqui apontados, afirmando que ele, ao propor investigar o movimento revolucionário de 1930, trilhou um caminho até então não privilegiado pela produção historiográfica realizada no espaço universitário.

⁹⁵ Apresentado no primeiro capítulo.

⁹⁶ As datas das defesas foram retiradas do texto de Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões Paula (1974).

De forma a reforçar a validade da hipótese que consiste em afirmar que Boris Fausto fora um “estranho no ninho” ao propor pesquisar no campo da História um tema ligado à República, agrega-se ao debate os resultados levantados por meio da consulta da Revista de História da USP. Um dos primeiros periódicos acadêmicos da área de História a ser lançada no Brasil, a Revista de História da USP⁹⁷, fundada em 1950, pelo professor Eurípedes Simões de Paula, até o ano de 1969 havia lançado oitenta números. O levantamento dos artigos publicados nesses números evidenciou que o período da Primeira República foi contemplado em apenas sete do montante de 379 artigos. O que corrobora mais uma vez à defesa do pioneirismo de Fausto nesse campo. Foram eles: “O positivismo na República (notas sobre a história do positivismo no Brasil)”⁹⁸ e “Esboço duma História das idéias no Brasil na primeira metade do século XX” (publicado em duas partes)⁹⁹, ambos de autoria de João Cruz Costa; “A cidade de São Paulo no século XX”¹⁰⁰, de Pasquale Petrone; “Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro. Os esforços em prol da industrialização” (publicado em cinco partes)¹⁰¹, “O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil, 1880-1920”¹⁰² e “O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano”¹⁰³, todos de Nícia Vilela Luz; “O café e a industrialização da cidade de São Paulo”¹⁰⁴, de Fernando Henrique Cardoso. Dentre os autores desses artigos apenas Nícia Vilela Luz teve formação em História. Os demais obtiveram suas formações ou em Sociologia (caso de Fernando Henrique Cardoso) ou em Filosofia (João Cruz Costa) ou em Geografia (Pasquale Petrone).

Se, de um lado, não se observa no período aqui analisado um grande número de historiadores se aventurando em pesquisas circunscritas à Primeira

⁹⁷ A revista esteve organizada a partir das seguintes seções: texto de apresentação; conferência; artigos; fatos e notas; bibliotecas; arquivos; crítica bibliográfica; documentário; questões pedagógicas; resenhas bibliográficas; noticiário. Essas seções não estiveram contempladas em todos os números ao mesmo tempo, estando sua contemplação condicionada ao recebimento de material para tal fim. Dentre todas essas seções, a que demonstrou regularidade foi a de artigos. Todavia, na edição de número 52 não foi publicada nenhum artigo. No período aqui analisado – de 1950 a 1969 –, cada número da revista contabilizou uma edição, exceção feita aos números 21 e 22 que compuseram uma mesma edição.

⁹⁸ Publicado na edição de número 16, de 1953.

⁹⁹ Publicados nas edições de números 19 e 20, de 1954.

¹⁰⁰ Publicado na edição de números 21/22, de 1955.

¹⁰¹ Este artigo teve suas partes publicadas nas seguintes edições: nº 32/1957; nº 33/1958; nº 34/1958; nº 35/1958; nº 37/1959.

¹⁰² Publicado na edição de número 56, de 1963.

¹⁰³ Publicado na edição de número 57, de 1964.

¹⁰⁴ Publicado na edição de número 42, de 1960.

República; por outro, verificou-se que esse recorte temporal, bem como toda a experiência republicana, suscitou particular interesse entre os cientistas sociais. O inventário de autores, e de suas obras, aqui construído com base no texto de Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1989), colocou em evidência esse interesse na medida em que relacionou vários nomes tidos como referências nessa área. Citam-se: Virgínio Santa Rosa; Afonso Arinos de Melo Franco; Antônio Cândido; Maurício Vinhas de Queiroz; Paula Beiguelman; Maria do Carmo Campello e Souza; Eduardo Kugelmas; Vitor Nunes Leal; Evaristo de Moraes Filho; Maria Isaura de Queiroz; Azis Simão; José Albertino Rodrigues; Leôncio Martins Rodrigues. Dentre esses nomes, destaca-se que os trabalhos dos seis últimos, com títulos referenciados no texto de Gomes e Ferreira, foram frutos de pesquisas ligadas ao mestrado ou ao doutorado ou a livre-docência. O que de imediato contrasta com o que se evidenciou para o campo da História uma vez que apenas o livro de Boris Fausto, “A Revolução de 1930”, fora fruto de investigação acadêmica realizada para obtenção de título.

Por fim, coloca-se em discussão a bibliografia que norteou o debate faustiano em torno da Revolução de 1930 por entender que a sua análise corrobora a hipótese de que Boris Fausto se colocou no campo historiográfico do final da década de 1960 como um “estranho no ninho” ao propor investigar a Primeira República. Deste modo, ao consultar o texto original da tese de doutorado desse historiador constatou-se que a sua bibliografia foi composta por sessenta e três títulos. Desses apenas vinte e cinco títulos podem ser tidos como textos de perspectiva acadêmica, estando os demais localizados como sendo textos de época ou de teor memorialístico e biográfico¹⁰⁵. Ao analisar os vinte e cinco títulos consagrados pelo campo científico como sendo importantes referências acadêmicas, constatou-se que apenas oito deles pertenciam ao campo da História, estando suas autorias sob responsabilidade de historiadores autodidatas (Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum e Hélio Silva) ou de historiadores norte-americanos (Warren Dean e Stanley Stein). Os outros dezessete títulos foram identificados como sendo do campo das Ciências Sociais (treze títulos), da Economia (três títulos) e da Filosofia (um título).

¹⁰⁵ O diálogo que Boris Fausto estabeleceu com os textos de época, bem como os de teor memorialístico, será matéria de debate no terceiro capítulo.

Quando se volta para a análise da bibliografia apresentada no texto da tese publicada, apesar dos números mudarem, as Ciências Sociais permanecem sendo a área que Boris Fausto mais buscou interlocução. Assim, dos setenta e dois títulos referenciados por Fausto, trinta e dois são textos que atendem aos métodos de pesquisa balizados pelo meio acadêmico, enquanto os demais integram o grupo dos textos de época ou de teor memorialístico e biográfico. Em razão da incorporação dos títulos de perspectiva acadêmica de autoria de Paula Beiguelman, Vitor Nunes Leal, Celso Furtado, Caio Prado Junior e Edgar Carone, a relação entre as áreas assumiu o seguinte formato: quinze títulos nas Ciências Sociais; dez na História; seis na Economia; um na Filosofia. No concerne à área de História, a incorporação da obra de Edgar Carone apresentou para Boris Fausto a possibilidade de diálogo com um historiador de formação como ele – o que não estava dado quando da escrita do texto original de sua tese muito provavelmente em razão de Fausto não ter tido como acessar o livro de Carone antes da defesa uma vez que este foi publicado no mesmo ano.

Com base no exposto, infere-se que se, de um lado, a interlocução que Boris Fausto realizou em seu trabalho sobre a Revolução de 1930 com as áreas das Ciências Sociais, Economia e Filosofia colocou em evidência a sua opção por um trabalho interdisciplinar; por outro, essa interlocução interdisciplinar acabou por encobrir as lacunas de um período ainda pouco investigado pelos historiadores brasileiros – o que mais uma vez reforça a ideia aqui defendida de um “estranho no ninho”. Assim sendo, a interlocução interdisciplinar não é avaliada neste trabalho apenas como uma opção, mas também como uma necessidade imposta pelo campo historiográfico no tempo da escrita do trabalho de Fausto.

Isto posto, ressalta-se que a importância aqui conferida, especialmente, aos estudos na área das Ciências Sociais quando da construção do inventário de autores, e de suas obras, e da análise da bibliografia da obra de Boris Fausto, “A Revolução de 1930”, não devem resultar na ideia errônea de que essa área tenha se dedicado exclusivamente aos estudos do período da experiência republicana anterior a 1930. Ao contrário, mais do que a Primeira República, o período da História Contemporânea como um todo se mostrou como sendo o espaço temporal de interesse para aqueles que desenvolveram pesquisas na área das Ciências

Sociais no interior das universidades. O levantamento das dissertações e teses em Sociologia defendidas na FFCL/FFLCH/USP, entre 1945 e 1970, evidencia tal afirmativa uma vez que esse foi o campo das ciências sociais com maior número de trabalhos defendidos (ver Quadro 13).

Quadro 13: Dissertações e Teses de Sociologia defendidas na FFCL/FFLCH/USP até 1970

Ano de defesa	Autor(a)	Título do trabalho	Dissertação/tese
1945	Lucila Hermann	Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos	Tese
	Annita de Castilho e Marcondes Cabral	Observações sobre o conflito dos resultados dos experimentos sobre a memória de forma	Tese
1950	Gilda Rocha de Mello e Souza	A moda no século XIX	Tese
1951	Florestan Fernandes	A função social da guerra na sociedade Tupinambá	Tese
1954	Antonio Cândido de Mello e Souza	Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista	Tese
1957	Octávio Ianni	Raça e mobilidade social em Florianópolis	Dissertação
1959	Marialice Mencarini Foracchi	Educação e planejamento: (aspectos da contribuição de Kark Manheim para a análise sociológica da educação)	Dissertação
1960	Luiz Pereira	A escola numa área metropolitana: monografia sociológica sobre o funcionamento interno e as relações da escola primária com o meio social local	Dissertação
1961	Octávio Ianni	O negro na sociedade de castas	Tese
	Luiz Pereira	O magistério primário na sociedade de classes: contribuição ao estudo sociológico de uma ocupação na cidade de São Paulo	Tese
	Fernando Henrique Cardoso	Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul	Tese
1963	Douglas Teixeira Monteiro	O norte da Paraná: elementos para sua interpretação	Dissertação
1964	Leôncio Martins Rodrigues Netto	Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo	Dissertação
	Lourdes Solla	Racionalização na indústria paulista	Dissertação
	José Carlos Pereira	Estrutura e expansão da indústria em São Paulo	Dissertação
	Cláudio José Torres Vouga	Direção das empresas industriais de São Paulo	Dissertação
	Celso de Rui Beisiegel	Ação política e expansão na rede escolar	Dissertação

CAPÍTULO II – O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM TERRA DE CIENTISTA SOCIAL: BORIS FAUSTO, FRANCISCO WEFFORT E O CONCEITO DE POPULISMO

	Marialice Mencarini Foracchi	O estudante e a transformação da sociedade brasileira	Tese
	Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira	Homens livres na velha civilização do café	Tese
	Juarez Rubens Brandão Lopes	Relações industriais na sociedade tradicional brasileira: estudo de duas comunidades mineiras	Tese
1965	Gabriel Bolaffi	A racionalização da empresa privada ou a racionalização do sistema econômico: o falso dilema em que se debate a civilização industrial no Brasil	Dissertação
1966	José de Souza Martins	Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo	Dissertação
	José César Aprilanti Gnaccarini	Formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural	Dissertação
	Roberto Cardoso de Oliveira	Urbanização e tribalismo: a integração dos Terena numa sociedade de classe	Tese
	Paul Israel Singer	Desenvolvimento econômico sob o prisma da evolução urbana	Tese
1967	Gabriel Cohn	A política do petróleo no Brasil (1930-1954): monografia sobre a ação do Estado no desenvolvimento	Dissertação
	Leôncio Martins Rodrigues Netto	Atitudes operárias na empresa automobilística: estudo de um grupo de trabalhadores	Tese
	Francisca Isabel Siqueira Schurig Vieira	Absorção do japonês em Marília	Tese
1968	Heinrich Rattner	Localização da indústria e concentração econômica em São Paulo	Tese
	Amilcar Alves Tupiassu	Sociologia do Planejamento	Tese
1969	Wladimir Pereira	Evolução industrial paulista e suas consequências	Dissertação
	Raul Ximenes Galvão	O planejamento econômico e social no Brasil e o desenvolvimento industrial	Dissertação
	Marjan Fromer	Custos da educação no ensino secundário na cidade de São Paulo	Dissertação
	Maria Suzana Eliezer de Barros	Benjamin Constant: o romântico e o político	Dissertação
	Fernando Augusto Albuquerque Mourão	A sociedade angolana através da literatura: a Luanda na obra de Castro Soromenho	Dissertação
	Eva Alterman Blay	Mulher, escola, profissão: estudo sociológico do ginásio industrial na cidade de São Paulo	Dissertação
1970	Vicente de Paula Oliveira	Os mercados crédito e de capitais na política econômica do governo brasileiro	Dissertação

CAPÍTULO II – O FAZER-SE DE UM HISTORIADOR DA REPÚBLICA EM TERRA DE CIENTISTA SOCIAL: BORIS FAUSTO, FRANCISCO WEFFORT E O CONCEITO DE POPULISMO

	Ruth Corrêa Leite Cardoso	O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses	Dissertação
	Pedro Augusto Barotti de Carvalho	Desenvolvimento regional da Grande São Paulo: aspectos do setor terciário	Dissertação
	Paulette Berger Goldenberg	Desenvolvimento e saúde: a mortalidade infantil no Município de São Paulo	Dissertação
	Antonio Norival Brito Rabelo	Estudo de viabilidade de uma fundação educacional: estimativa da despesa/aluno de nível superior na capital (São Paulo)	Dissertação
	Benedicta Marques Pinho	Petróleo: fator do desenvolvimento econômico brasileiro	Dissertação
	Fábio João Zóccchio de Luca	Técnicas de planejamento econômico-educacional	Dissertação
	Gilval Mosca Froelich	Os hábitos de consumo alimentar na comunidade de Vila Piloto	Dissertação
	Luiz Augusto de Queiroz Ablas	Relações básicas homem-terra no Estado de São Paulo	Dissertação
	José Antonio Ungaro	Elementos para a criação de um órgão de assessoramento para a pequena e média empresa no Estado de São Paulo	Dissertação
	Walnice Nogueira Galvão	As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas	Tese
	Sol Biderman	Messianismo e escatologia na literatura de cordel	Tese
	José de Souza Martins	Comunidade na sociedade de classes: estudo sociológico sobre imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano)	Tese
	José Carlos Pereira	Empresa industrial e desenvolvimento econômico no Brasil do pós-guerra	Tese

Fonte: Banco de dissertações e teses da FFLCH/USP

Finalizado o debate que validou a hipótese de que Boris Fausto fora um “estranho no ninho” quando de suas primeiras incursões na pesquisa histórica no final da década de 1960, uma questão ainda se impõe, qual seja: de 1970 a 1975, portanto, no intervalo entre a defesa da tese de doutoramento e da tese de livre-docência de Fausto, o campo da História no interior da USP se abriu mais à pesquisa do período da Primeira República brasileira quando comparada à produção histórica dos anos anteriores? Para responder a esta indagação foi realizado um levantamento das teses e dissertações em História defendidas no período em questão. Com base nos dados obtidos através desse levantamento, no que concerne às teses de doutoramento, pode-se afirmar que, das setenta e uma teses defendidas, trinta e sete eram de História do Brasil. Dessas trinta e sete apenas

cinco tinham por recorte temporal a República e todas elas abordaram a experiência republicana anterior a 1930 (ver Quadro 14).

Quadro 14: Relação de teses em História do Brasil por período pesquisado, defendidas na FFLCH da USP, entre 1970 a 1975

ANO	Colônia	Colônia/Império	Império	Império/República	República	Total
1970	2	1	—	—	—	3
1971	1	—	2	—	3	6
1972	5	—	3	1	2	11
1973	5	2	7	2	—	16
1974	—	—	—	—	—	—
1975	—	—	1	—	—	1
Total	13	3	13	3	5	37

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP

Esse número alto de defesas de teses de doutoramento em tão pouco tempo – seis anos – se deve a elevada procura por parte de candidatos à qualificação profissional junto ao Departamento de História, da FFCL da USP, antes da adequação institucional à Lei 5.540/68. Eurípedes Simões de Paula (1971, p. 435) esclarece que “até dezembro de 1969 foram permitidas inscrições ao doutoramento pelo antigo sistema. De janeiro de 1970 em diante, as inscrições só ser[iam] aceitas através do Curso de Pós-Graduação, estatuído pela Portaria GR nº 855, de 25-8-1969”.

Conforme debatido no primeiro capítulo desta tese, a Portaria GR nº 855 passou a regular os cursos de pós-graduação desde o aumento das cargas horárias até a instauração de processos seletivos para entrada nos mesmos. Movidos pelo interesse em evitar a entrada no doutorado sob essa nova regulação, inúmeros candidatos inscreveram suas propostas de trabalho junto ao Departamento de História da FFCL ainda em 1969¹⁰⁶. De acordo com Eurípedes Simões de Paula, foram 122 inscritos. Todavia, a pesquisa dos dados apresentados por Paula (1971) permitiu a confirmação de 119, posto que três dos nomes citados por esse historiador – José Gabriel La Roque Romeiro, Frei Gilberto da Silva Gorgulho O. P. e Rosalvo Florentino Souza – já haviam defendido seus trabalhos em 1967.

¹⁰⁶ Para a consulta dos nomes dos proponentes e dos títulos de suas propostas de pesquisa, ver Paula (1971).

Dessas 119 propostas de pesquisa, setenta e duas foram inscritas na cadeira de História do Brasil – área de conhecimento com maior número de inscritos, seguidas da História Medieval (treze inscritos), História Antiga (dez), História da América (seis), Metodologia e Teoria da História (seis), História da Arte (três), História Ibéria (dois), História das Religiões (dois), História da Ciência (dois), História das Ideias (um), História Moderna (um) e Arqueologia (um). Interessante ainda anotar que, dos 119 trabalhos inscritos para doutoramento, apenas cinquenta foram submetidos à banca de defesa e outros dois foram transformados em dissertações de mestrado. No caso da História do Brasil, foram concluídas vinte e sete teses de doutoramento e um trabalho transformado em dissertação de mestrado. Esse montante de cinquenta teses tiveram suas bancas realizadas entre 1971 e 1973. Para melhor acompanhamento dessas defesas, observar o quadro a seguir (ver Quadro 15).

Quadro 15: Defesas de dissertações de mestrado e teses de doutoramento em História, na FFLCH da USP, entre 1970 e 1975

ANO	DISSERTAÇÕES	TESES
1970	5	8
1971	3	10
1972	10	15
1973	3	32
1974	7	—
1975	18	6
Total	46	71

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP.

Quanto à defesa das dissertações, tem-se que, dos quarenta e seis trabalhos¹⁰⁷ submetidos a bancas, vinte e sete tomavam por análise a História do Brasil, sendo que, dentre esses, nove abordavam o período republicano. Desses nove, sete elegeram a Primeira República como recorte temporal (ver Quadro 16).

¹⁰⁷ Não foram encontrados dados quanto aos trabalhos de mestrado inscritos junto ao Departamento de História da FFCH da USP no ano de 1969, portanto, antes da vigência da Portaria GR nº 855/69. Em razão disso, o único dado que se apresenta é o relativo ao número de dissertações defendidas ano a ano, conforme exposto no Quadro 15.

Quadro 16: Relação de dissertações em História do Brasil por período pesquisado, defendidas na FFLCH da USP, entre 1970 a 1975

ANO	Colônia	Colônia/Império	Império	Império/República	República	Total
1970	1	—	—	—	1	2
1971	—	—	1	—	—	1
1972	2	—	2	1	1	6
1973	1	—	1	—	—	2
1974	—	—	1	—	4	5
1975	2	—	3	3	3	11
Total	6	—	8	4	9	27

Fonte: Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH/USP

Baseados nos dados ora descritos, tem-se que, dos doze trabalhos, entre dissertações e teses, em História da República, defendidos nos anos de 1970 a 1975, dez concentraram-se na abordagem da Primeira República. Assim sendo, em relação ao momento anterior em que apenas três trabalhos foram defendidos tendo por recorte temporal a Primeira República, houve um crescimento considerável do interesse de historiadores por esse período da história brasileira¹⁰⁸. Todavia, é preciso ter em conta que se, de um lado, esses cinco anos evidenciaram um crescimento significativo do interesse por parte dos historiadores uspianos pela História da República; por outro, não haviam ainda sido suficientes para fazer do período republicano o recorte de maior expressão entre as propostas de estudos

¹⁰⁸ Faz-se importante destacar que o crescente interesse dos historiadores vinculados a USP pela Primeira República não acarretou de imediato a ampliação na Revista de História da USP do número de artigos de abordagem desse período. A consulta das edições de nº 81 até a de nº 104, publicadas entre os anos de 1970 e 1975, indicou a existência de apenas dois textos sobre a Primeira República: “Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição (1904 – 1928)”, de Victor Valla, publicado em quatro partes nas edições de nº 85 e 87 de 1971, e de nº 89 e 91 de 1972; “O Partido Republicano Federal e o processo político partidário brasileiro”, de J. S. Witer, publicado na edição de nº 103 de 1975. Esse número nada expressivo de publicações de historiadores sobre o período republicano anterior a 1930 também se fez notar no inventário que Gomes e Ferreira (1989) apresentaram sobre as obras publicadas em torno dos temas oligarquia, agricultura e industrialização, militares, classe trabalhadora e sindicato, Igreja Católica e intelectuais. Entre as indicações bibliográficas apresentadas por essas autoras para os anos de 1971 a 1975, observa-se, mais uma vez, o predomínio dos cientistas sociais, seguidos pelos economistas. E, embora os historiadores se façam presentes nos estudos sobre os temas analisados por Gomes e Ferreira, não se evidencia grandes mudanças em relação aos nomes já citados para o período de publicação anterior a 1971, posto que as autoras referenciaram Boris Fausto e Edgar Carone. Para além desses historiadores brasileiros, Gomes e Ferreira destacaram os trabalhos dos brasilianistas que, à época, eram pesquisadores que exerciam certa hegemonia nos estudos sobre a História do Brasil República. Por fim, chama a atenção para o fato de que Gomes e Ferreira referenciaram o historiador Boris Fausto como representante em três temáticas por elas selecionadas: a oligarquia, com o texto “Pequenos ensaios de História da República, 1889-1945”; a agricultura, com o artigo “Expansão do café e política cafeeira”; a classe trabalhadora, com o artigo “Conflito social na República oligárquica: a greve de 1917” e a tese de livre-docência que se tornou livro com o título “Trabalho urbano e conflito industrial (1890-1920)”.

apresentadas na FFLCH da USP em detrimento dos trabalhos circunscritos aos períodos colonial e imperial – isto só ocorrerá nos anos subsequentes¹⁰⁹. Os dados demonstram que o Império, com vinte e um trabalhos entre dissertações e teses, e a Colônia, com dezenove, lideravam as pesquisas de História do Brasil dentro da FFLCH da USP pelo menos até 1975, quando se encerra a análise aqui proposta.

Apesar desse interesse crescente dos historiadores vinculados a USP pela Primeira República, verificado a partir de 1970, Boris Fausto, quando do desenvolvimento de sua pesquisa para a tese de livre-docência sobre esse mesmo período da história brasileira, migrou para as Ciências Sociais. Tem-se, assim, um historiador em terra de cientista social, mas agora não somente pela via da interlocução intelectual-acadêmica, como também pela opção da integração institucional. E, a fim de se compreender as razões desse historiador ter defendido sua tese de livre-docência na Sociologia mesmo diante de um terreno favorável na História para tal, inicia-se o debate pelo tema escolhido por Fausto para essa nova etapa de sua vida profissional.

Como tema para a sua tese de livre-docência, Boris Fausto elegeu a classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro, no primeiro período de sua formação. De acordo com Cláudio H. M. Batalha (2010), até os anos de 1960, quando as Ciências Sociais tornaram a história operária sindical um tema de análise acadêmica, a produção militante, realizada em sua maioria por comunistas, reinava absoluta mesmo diante da publicação, em 1952, de um importante trabalho de perspectiva acadêmica sobre o sindicato, intitulado “O problema do sindicato único no Brasil”, de Evaristo de Moraes Filho. O trabalho de Evaristo de Moraes Filho seguiria sendo um caso isolado no meio acadêmico até que Juarez Brandão Lopes desse início, no ano de 1960, a uma tradição de estudos sociológicos acadêmicos sobre o movimento operário¹¹⁰ que faria das Ciências Sociais um domínio hegemônico de tratamento nesse assunto até que os historiadores, ao longo da década de 1970, comesçassem a reivindicar esse tema como objeto também da pesquisa histórica. Segundo Batalha (2010), o texto brasileiro pioneiro na área da

¹⁰⁹ Para acompanhar esse debate dos anos subsequentes a 1975, consultar os textos escritos em parceria por Carlos Fico e Ronald Polito (1994; 1996).

¹¹⁰ Conforme Batalha (2010), os textos de Juarez Brandão Lopes, que deram início à tradição em questão, foram: “Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação” (1960) e “Relações industriais em duas comunidades brasileiras” (1961).

História sobre movimento operário é o artigo de Maria Cecília Baeta Neves, com o título “Greve dos sapateiros de 1906”, publicado em 1973, seguido do trabalho de Boris Fausto, “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)” – este último provavelmente, nas palavras de Batalha, o mais conhecido dos trabalhos brasileiros nesse campo de estudos desenvolvido na primeira metade de 1970.

Diante disso, defende-se que, na ocasião da realização de sua pesquisa para tese de livre-docência, Boris Fausto, embora tenha deixado de ser um “estranho no ninho”, seguiu optando por temáticas ainda pouco visitadas pelo campo da História – o que o colocava, mais uma vez, em diálogo profícuo com os cientistas sociais. Diálogo este que, para além de reafirmar o caráter interdisciplinar assumido pela pesquisa de Fausto desde a investigação do tema da Revolução de 1930, acabou por colocar este historiador em contato com novas possibilidades de objetos de pesquisa ainda não exploradas pela produção histórica realizada no Brasil até então. Assim, em razão do espaço aberto no interior do Departamento de História da FFLCH para o empreendimento de pesquisas ligadas ao período republicano, infere-se que a migração de área praticada por Fausto quando da livre-docência esteve relacionada às redes de interlocução e de sociabilidade construídas por ele com o campo das Ciências Sociais à época em que empreendeu suas primeiras pesquisas acadêmicas.

Se, de um lado, essas redes começaram a ser construídas ao longo do processo de incursão de Boris Fausto no campo da investigação científica, por outro lado, elas se consolidaram quando de sua entrada no CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Esse centro de pesquisas foi fundado em três de maio de 1969 e teve como idealizadores os intelectuais uspianos, muitos dos quais compuseram o “Seminário de Marx”¹¹¹ na virada da década de 1950 para 1960,

¹¹¹ “O grupo de estudos interdisciplinar, formado por professores assistentes e alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), entre os anos de 1958 e 1964, teve como principal característica a leitura meticulosa da *magnus opus* de Karl Marx, O Capital, para, a partir dela, redirecionar os estudos de caráter marxista na Universidade de São Paulo como, também, em certo sentido, o pensamento de esquerda da época” (MARTINS, 2008, p. 81). De acordo com Sorj (2001, p. 19-20), “este grupo de estudos que se reuniu intermitentemente por quase uma década, além de O Capital e outros textos de Marx, estudou as obras dos maiores expoentes do marxismo como Hilferding e Rosa Luxemburgo, mas, apesar de que vários membros do grupo exercessem uma certa militância política, a obra de Lenin não foi considerada. [...] A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem. Quando o Cebrap foi criado, o seminário de Marx serviu como

afastados compulsoriamente da universidade após a instauração do Ato Institucional nº 5¹¹². O *staff* desse centro foi inicialmente composto por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Elza Berquó, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Este último assumiu a Presidência do CEBRAP logo que o centro foi criado e nela permaneceu até o ano de 1979. Entre 1970 e 1971, integraram o quadro de pesquisadores permanentes do CEBRAP nomes como: Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Lúcio Kowarick, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins, Francisco Weffort e o historiador objeto de análise deste trabalho, Boris Fausto (MONTERO; MOURA, 2009).

Logo após sua entrada no CEBRAP, Boris Fausto juntou-se ao grupo formado por Francisco Weffort para estudar a classe trabalhadora. Esta temática mobilizou para o grupo outros nomes dentro do centro, como: Leôncio Martins Rodrigues, Fábio Antônio Munhoz, Regis Castro Andrade. E assim, na medida em que as pesquisas de Fausto sobre a classe operária iam avançando em seus resultados, ele afirmava seus vínculos junto às Ciências Sociais. Tanto que apresentou seus resultados na forma de tese de livre-docência no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP e não no Departamento de História como havia feito no momento de sua tese de doutoramento. Outro dado que corrobora a hipótese que Fausto consolidou suas redes de interlocução e de sociabilidade com as Ciências Sociais junto ao CEBRAP é que sua banca de defesa da tese de livre-docência foi composta em sua maioria por cebrapianos. Compuseram sua banca: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Francisco Weffort, Leôncio Martins

mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial”.

¹¹² Sorj (2001, p. 30) afirma que “a idéia de organizar um centro de pesquisa e debate que permitisse superar uma série de constrangimentos ligados ao clima acadêmico que se vivia na USP tinha surgido bem antes das cassações produzidas pelo Ato Institucional n.5, até certo ponto antecipando a eventualidade de expurgos nas universidades. Em 1966-67, ainda no Chile, Fernando Henrique Cardoso havia discutido com Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria, que ali se encontravam trabalhando na Flacso e no ILPES, a possibilidade de formar um centro de pesquisas, fosse reativando o antigo CECID no interior da USP, fosse criando um novo centro. Em 1968, já no Brasil, realizaram-se várias reuniões na Faculdade de Higiene em São Paulo, visando a criação de um núcleo de pesquisa que servisse de base para a organização do centro, o que explica inclusive por que o Cebrap seria integrado por professores não cassados, como J.B. Lopes e Cândido Procópio Ferreira Camargo, ligados à idéia original de criação de um centro de pesquisa. Em dezembro de 68 viria o AI-5. As cassações que se sucederam em abril de 69 não só acelerariam o processo de constituição de um instituto de pesquisas — pois caso contrário, sair do país era a única alternativa profissional —, como também serviriam para ampliar o grupo original de maneira a integrar os intelectuais afetados pelas medidas do governo. Imediatamente predominou entre os participantes das reuniões preliminares o princípio de que o centro a ser criado deveria acolher a todos os que tivessem sido atingidos pela repressão”.

Rodrigues, Michel Debrun e Vicente Marotta Rangel. Sendo que os três primeiros nomes, na ocasião da defesa, eram colaboradores do CEBRAP e, com exceção de Camargo, os outros dois haviam participado do mesmo grupo de estudo sobre classe operária, formado no interior desse centro de pesquisas. Além disso, ressalta-se que a relação de Fausto com Weffort é anterior ao CEBRAP e data dos tempos de suas primeiras investigações históricas.

A consolidação dessas redes construídas por Boris Fausto junto às Ciências Sociais pode ser ainda observada no momento posterior à defesa de sua tese de livre-docência. E, embora fuja ao recorte temporal definido para este tópico, entende-se ser válido mencionar que Boris Fausto seguiu reafirmando sua escolha pela interlocução com as Ciências Sociais e, especialmente, com os cebrapianos à época da organização dos quatro volumes que compuseram a abordagem do período republicano em História Geral da Civilização Brasileira. Publicados entre 1975 e 1984, os volumes dessa coleção sobre a República brasileira contaram com a presença marcante de textos produzidos por cientistas sociais mais do que por historiadores, posto que, dos quarenta e oito colaboradores, apenas doze, contando com o próprio organizador que também escreveu dois artigos, eram historiadores brasileiros e norte-americanos. Cabe ainda registrar que, dentre os cientistas sociais, fizeram-se presente importantes nomes ligados ao CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Leôncio Martins Rodrigues, Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, Beatriz Muniz de Souza, Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Dentro da perspectiva adotada neste trabalho, esses nomes não só põem em evidência a escolha interdisciplinar de Fausto, como também acabam por expor as redes arquitetadas por esse historiador quando de sua participação nesse centro de pesquisas.

Posto isso, assume-se neste trabalho que a interlocução realizada por Boris Fausto com as Ciências Sociais o teria encaminhado até o CEBRAP, que, por sua vez, redefiniria o seu objeto de pesquisa em uma conjuntura pós-doutorado, sem, é claro, redimensionar o seu interesse pela Primeira República. Além disso, defende-se que o diálogo com as Ciências Sociais, iniciado em razão da escassa produção histórica sobre Primeira República, o colocou diante dos trabalhos daquele que seria o seu principal interlocutor, tanto no estudo sobre a Revolução de 1930,

quanto na pesquisa acerca da classe operária: Francisco Weffort. Facilitada pelo contato pessoal existente entre Fausto e Weffort, essa interlocução resultou na adoção de conceitos, teses e abordagens metodológicas concebidas por esse cientista social por parte daquele historiador. Em razão disso, caberá ao próximo tópico trazer à discussão um importante conceito na obra weffortiana que orientou a reflexão faustiana já no momento da escrita de “1930: historiografia e história”, qual seja: o populismo.

2.2. O conceito de populismo em Francisco Weffort¹¹³

No Brasil, a partir dos anos de 1950, o fenômeno populismo tornou-se matéria de reflexão nas Ciências Sociais. Como categoria explicativa, este fenômeno ora assumiu a forma de estilo de governo, ora de política de massa¹¹⁴, ora de regime político. Seja como for, um elemento mostrou-se presente em todas essas formulações: a capacidade inquestionável do carisma de importantes lideranças de promoverem a mobilização de trabalhadores. “Herdeiro do ‘clientelismo’ da Primeira República, o ‘populismo’, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual

¹¹³ A discussão proposta neste tópico foi construída a partir de textos - alguns deles inclusive já publicados – produzidos pela autora do presente trabalho. Para mais, consultar: Oliveira (2004; 2011; 2014).

¹¹⁴ O termo massa será aqui utilizado em razão do mesmo compor as reflexões sobre o populismo, empreendidas pelos ibespianos, ao longo das décadas de 1950, e por Francisco Weffort, nos anos de 1960. A despeito da particularidade que esse termo assumiu nas proposições dos ibespianos e de Weffort, um aspecto não se altera: o fato de ambas as proposições atribuírem um caráter negativo as massas em razão de elas serem facilmente manipuláveis. Ao propor uma análise acerca do significado assumido pela expressão “massas” na construção historiográfica, Ismael Saz (2003, p. 71-72) afirma que “o termo *massas* assume, desde muito cedo – e assim se mantém –, uma forte conotação negativa, quando não catastrófica ou diretamente aterrorizante. [...] E que não se pense que esse enfoque negativo e pejorativo venha unicamente das fileiras do liberalismo conservador ou democrático ou, em outros casos, da direita radical. *Em última instância*, também setores fundamentais da esquerda, marxista ou não, mostraram, ao longo do século XX, o mesmo desprezo pelas massas.” Ainda sobre o sentido assumido pelo termo *massas*, Aggio (2003, p. 139) ressalta que “a palavra ‘massas’ assumiu, no decorrer do século XX, um sentido particular na sociedade latino-americana: em vez de localizar historicamente no epicentro da luta de classe e, com isso, nas dimensões afirmativas da moderna cidadania, marcantes na história européia, o significado da expressão ‘massas’ derivou, na sociedade latino-americana, muito mais da identificação da ação ou da simples existência daqueles setores sociais que se encontravam alijados dos sistemas políticos nacionais, isto é, deslocados integralmente do campo de possibilidades de obtenção dos direitos. Foi dessa maneira que a noção contida no termo ‘massas’ foi trabalhada no discurso e na ação política das elites dirigentes latino-americanas.”

entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora” (FERREIRA, 2001, p. 61).

Apesar da crescente insatisfação com o uso do conceito de populismo na produção historiográfica brasileira, observada a partir da virada dos anos de 1970 para 1980¹¹⁵, o fenômeno em questão tornou-se, não raro, uma noção explicativa da política desse país de 1930 a 1964. Nas palavras de Jorge Ferreira (2001, p. 7), “1930 seria o início do ‘populismo na política brasileira’; 1945 marcaria rearranjos institucionais que teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática; 1964, finalmente, significaria o seu colapso.”¹¹⁶

Todavia, o interesse pelo populismo não se limitou ao meio acadêmico. O mesmo fez-se presente na imprensa, nos pronunciamentos dos chamados políticos profissionais, na fala cotidiana da população. Pode-se, com isto, afirmar que muitos, dentro e fora da universidade, arrogaram-se o direito de atribuir sentido a expressão populismo. Esse sentido assumiu de imediato uma imagem desmerecedora e negativa de um tipo particular de conduta política, associada a personagens políticos mentirosos e enganadores, que, em período eleitoral, prometeriam tudo e nada cumpririam.

Em decorrência desta imagem, não é raro, ainda hoje, deparar-se, no campo político, com discursos que visam produzir associações entre o adversário político e a prática populista como mecanismo de deslegitimação da força política de seu oponente. Contudo, o uso dessas associações não se restringe ao espaço da política ordinária. A imprensa também (ab)usa desta associação com o objetivo de promover a desqualificação da conduta política do personagem – um caso

¹¹⁵ Jorge Ferreira explica que “na virada dos anos 70 para a década de 80, a primeira versão do populismo começou a dar mostra de esgotamento em suas hipóteses centrais. A teoria da modernização, o papel do Estado como elemento que organizaria as classes, o comportamento político da classe trabalhadora ora determinado por estruturas sócio-econômicas – como sua origem rural ou devido às peculiaridades da industrialização brasileira –, entre outros fatores, não mais satisfaziam os estudiosos. Os grandes ensaios sobre o ‘populismo na América Latina’ tornaram-se cada vez mais raros. Sociólogos e cientistas políticos, pioneiros nos estudos, passaram a debater com historiadores, os quais, com seus métodos de pesquisa, enfrentaram a questão” (FERREIRA, 2001, p. 82). Dentro desse quadro, faz-se referência aos estudos que passaram a construir suas fundamentações a partir do debate acerca do trabalhismo, afastando-se, assim, da tradição que concebeu o conceito de populismo. Em especial, cita-se a tese de doutoramento de Angela de Castro Gomes, intitulada *A invenção do trabalhismo*, defendida na IUPERJ sob orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1987, e publicada, em 1988, com o mesmo título.

¹¹⁶ Como anteriormente demarcado, essa é uma periodização consagrada pelas análises das ciências sociais vinculadas à escola paulista, que teve em Francisco Weffort um dos principais teóricos do populismo.

contemporâneo emblemático disso foi o modo pelo qual alguns setores dos *mass media* procuraram associar a figura de Lula como sendo um neopopulista. Diante do exposto, quer-se por em destaque o fato de que, mesmo com as mudanças de caráter teórico relacionadas ao populismo, este fenômeno, ao longo do tempo, acabou por assumir, em nossa cultura política, a caracterização do mal.

Ao propor uma análise acerca da emergência de massas na política latino-americana e sua relação com a teoria do populismo, Alberto Aggio (2003) avalia, de um lado, as interpretações tidas como clássicas para esse debate na América Latina, selecionando, para tanto, os nomes de Paul Drake, Gino Germani e Torcuato Di Tella. E, de outro, traz ao debate aquelas empreendidas por nomes representantes da produção acadêmica brasileira, como Francisco Weffort e Octávio Ianni. Para Aggio, o conceito de populismo nestes autores assumiu a condição de teoria explicativa das mudanças sociais e políticas que se operaram na América Latina no século XX. Assim, apoiado nas considerações que traça sobre as reflexões propostas por cada um desses autores, Aggio conclui que

[...] nessa “teoria explicativa” atribui-se um sentido inteiramente negativo ao populismo, uma vez que os fundamentos da modernização empreendida pelo nacional-desenvolvimentismo estiveram centrados essencialmente na ação estatal, o que acabaria por produzir como resultado tão-somente a reciclagem do domínio das elites tradicionais. (AGGIO, 2003, p. 160).

E ressalta que

[...] no fundamental, “o que existiu como realidade efetiva foi o antipopulismo e não o populismo” e, nessa medida, foi “a cultura do antipopulismo [que] deu sentido ao conceito de populismo”. [...] No essencial, pode-se dizer que o conceito de populismo acabou por viver um duplo destino: o de ser banalizado – especialmente nos *media* – como um termo que expressa estilos políticos de caráter depreciável e, de outro lado, se consubstanciar como uma “teoria explicativa” que busca insistentemente afirmar o desastre que foi o percurso histórico latino-americano rumo à modernidade, no qual a presença do Estado na vida social e econômica se fixa como seu elemento mais negativo e que necessita ser superado ou destruído. (AGGIO, 2003, p. 162-163).

Posto isto, interessa trazer à discussão a formulação do conceito de populismo elaborada por Francisco Weffort, cientista social que teve sua formação

acadêmica vinculada a USP - na qual também se tornou docente¹¹⁷. Para tanto, foram selecionados textos produzidos por esse cientista social ao longo da década de 1960. Como anteriormente anunciado, a escolha de Francisco Weffort justifica-se em razão de Boris Fausto ter incorporado à sua reflexão muitas das teses e proposições deste cientista social quando da elaboração de seus trabalhos de doutorado e livre docência.

Entre essas teses e proposições uma que merece por ora destaque é a análise que Weffort propôs sobre a Revolução de 1930. Esta análise é corroborada por Boris Fausto na medida em que este historiador encerra sua interpretação sobre o movimento revolucionário de 1930 a partir da noção de Estado de compromisso. Noção esta tida como central na perspectiva weffortiana para se entender a emergência do fenômeno populismo na política brasileira uma vez que para Weffort esse fenômeno seria resultado de um “vazio de poder” próprio ao Estado que se organizou no contexto pós-1930.

As análises dos textos de Francisco Weffort, produzidos e publicados ao longo dos anos de 1960, indicaram uma crítica um tanto quanto ácida às reflexões encaminhadas pelos ibespianos sobre o conceito de populismo¹¹⁸. Tidos pela historiografia como os primeiros cientistas sociais brasileiros a apresentarem no

¹¹⁷ De acordo com Anna Paula Moreira de Araújo (2012), Francisco Weffort, em 1961, aos 24 anos de idade, já dava aula de Ciência Política para os alunos de graduação do curso de Ciências Políticas da FFCL/USP. Portanto, quando da entrada de Boris Fausto no curso de graduação em História, aquele que iria se tornar seu principal interlocutor e amigo já contava quase três anos de docência na USP. Ainda segundo Araújo (2012, p. 12-13), “a experiência universitária de Weffort na USP teve importância categórica em sua trajetória intelectual. Um dos primeiros temas analisados por Weffort, [...] nos anos de 1960, foi o populismo. Posteriormente, na década de 1970, o autor passou a estudar classes operárias e seu desenvolvimento urbano, o que o levou a realizar sua tese de livre-docência sobre a relação entre sindicatos e política. Em grande parte devido ao contexto histórico de fins dos anos de 1970, Weffort encaminhou suas análises para o tema da transição de regimes autoritários para regimes democráticos. [...] O autor alcançou grande reconhecimento intelectual, o que possibilitou que nos anos de 1980 ele progressivamente compatibilizasse suas atividades acadêmicas com atividades político-partidárias.”

¹¹⁸ Conforme Rafael Marchesan Tauil (2014, p. 5), “as primeiras análises de Weffort atravessaram um momento – 1960 e 1970 – marcado por teorias predominantemente matizadas pelo marxismo, por teorias estruturalistas e por investigações fundadas em bases teóricas predominantemente ‘economicistas’ e ‘socializantes’, que tinham na teoria marxista da dependência uma de suas mais importantes representações, e em instituições como o ISEB, o PCB e a CEPAL seus principais meios de interlocução”. Seguindo Lahuerta (1999), Tauil ainda afirma que “o germe das interpretações sobre o populismo e o sindicalismo corporativista presente nas obras iniciais de Weffort pode ser identificado de certo modo como parte da influência proveniente do grupo do Capital, fixada nas bases do marxismo acadêmico e que tinha como principal preocupação não ser contagiado pela visão da esquerda nacionalista presente em boa parte nas interpretações formuladas no seio da intelectualidade isebiana e do Partido Comunista Brasileiro” (TAUIL, 2014, p. 6).

meio acadêmico um conceito em torno do fenômeno populismo, os ibespianos levaram a público suas interpretações a partir do texto “Que é o ademarismo?”, publicado em 1954 pela revista *Cadernos de Nosso Tempo*. Embora o espaço temporal entre as primeiras análises ibespianas e weffortianas sobre o conceito de populismo seja em torno de dez anos, há que se ter em conta que o contexto de produção de cada uma dessas perspectivas foi único e decisivo para as suas respectivas sistematizações de resultados.

Enquanto os ibespianos encaminharam suas reflexões sob o impacto do segundo governo Vargas, o qual, diferentemente do período de 1930 a 1945, havia sido instituído pela via democrática, o cientista social Francisco Weffort escrevia atormentado por um questionamento: quais teriam sido as razões que tornaram possível o golpe de 1964 que pôs fim a democracia política até então vigente? Pois bem, as experiências históricas de produção interessam a essa análise na medida em que se entende que as mesmas encaminham acepções distintas para a fabricação do conceito de populismo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a proposta desta análise vai ao encontro das preocupações expostas pela teoria da História dos Conceitos de Koselleck (2006), que encontra no campo da experiência o elemento fundamental para demarcar o significado dos conceitos. Afinal, “o significado de um conceito não pode ser alcançado independentemente do seu uso na sociedade e, por isso, deve-se considerar o contexto em que é utilizado e o universo temporal no qual se insere.” (KIRSCHNER, 2007, p. 51).

Neste trabalho, assume-se que a elaboração do conceito de populismo realizada por Francisco Weffort nos anos de 1960 se deu a partir de uma revisão da proposição desse mesmo conceito encaminhada pelos ibespianos nos anos de 1950. Sustenta-se ainda que essa revisão teria sido acompanhada da consolidação hegemônica no campo científico do conceito de populismo formulado pela perspectiva weffortiana¹¹⁹, que, por sua vez, contribuiu para o silenciamento das teses ibespianas acerca do conceito em questão. Posto isso, buscar-se-á neste tópico, primeiro, deslindar o processo de formulação do conceito de populismo por parte dos ibespianos. Entende-se que essa discussão se faz necessária para a

¹¹⁹ Cabe destacar que essa hegemonia foi quebrada no campo científico na virada dos anos de 1970 e 1980, quando então surgiram as primeiras críticas a capacidade explicativa do conceito de populismo gestado na década de 1960.

compreensão da extensão da revisão que Francisco Weffort encaminhou em relação ao conceito ibespiano de populismo quando de sua formulação. Assim sendo, o tratamento da perspectiva weffortiana sobre o conceito de populismo será realizada em seguida ao debate conceitual ibespiano.

2.2.1. A formulação do conceito de populismo pelos ibespianos

Neste subtópico, caberá a tarefa de trazer ao debate uma das primeiras formulações em torno do conceito de populismo, realizado pelos integrantes do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política)¹²⁰, através da revista *Cadernos de Nosso Tempo*¹²¹. O interesse em torno dessa formulação reside na construção de uma imagem negativa do fenômeno populismo, expressa por intermédio do que os ibespianos chamaram de ademarismo. Este termo fora concebido a partir da crítica ibespiana à prática política do paulista Ademar de Barros, tida como uma expressão brasileira do populismo. O conceito, assim, emerge como construção teórica, elaborada por intelectuais preocupados em compreender fenômenos da realidade social de um determinado momento.

Para o tratamento do objeto em questão, serão considerados dois momentos. Primeiro, buscar-se-á trazer ao debate a formulação ibespiana em torno do conceito de populismo, apresentada no artigo “Que é o ademarismo?” como manifestação política de massas. Parte-se da hipótese de que as críticas ao populismo encaminhadas por esses intelectuais visavam deslegitimar a ação ademarista, ao mesmo tempo em que defendiam o nacionalismo como alternativa desenvolvimentista a este fenômeno. Por último, tratar-se-á do lugar destinado pelos ibespianos à política varguista no interior da reflexão do fenômeno populismo.

¹²⁰ Conforme Bariani (2005, p. 255), “o IBESP procurou congrega intelectuais e constituir-se também como uma *intelligentsia*, mas acentuando a posição mannheimiana da intersticialidade, da flutuação social dessa camada socialmente “desvinculada” – embora não ausente das relações de classe (Cf. Mannheim, 1972, 1974) –, funcionando menos como um ator político de posição determinada e mais como ator “ilustrado”, de posições caleidoscópicas num amplo leque de análise, procurando elaborar sínteses e, concomitantemente, identificar várias facetas da mesma questão e relacionar os interesses das classes aos projetos possíveis. Em suma, o IBESP não se notabilizou como “partido” político dos intelectuais, e sim como pretensa “consciência social” teórica dos dilemas do país”.

¹²¹ Foram colaboradores nos *Cadernos de Nosso Tempo*: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro Lira, Jorge Abelardo Ramos, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes (SCHWARTZMAN, s/d).

A pertinência desta discussão reside na frequente caracterização do populismo latino-americano tanto como fenômeno político que se notabilizaria pelo “carisma” de certas lideranças políticas do continente quanto como ideologia ou movimento social específico, promotor da mobilização dos trabalhadores de forma difusa e instrumental (AGGIO, 2003). É inegável o fato de Getúlio Vargas enquadrar-se nesta caracterização. Afinal, a força de seu carisma possibilitava fazer dele a um só tempo “povo e patriciado”. Com isto, a figura política de Vargas conseguia integrar elites e massas numa comunicação “direta e afetiva”, sem intermediários (GOMES, 1998, p. 527). Para o debate em torno dessa questão, parte-se do pressuposto que a construção ibespiana de Vargas como defensor do nacional-desenvolvimentismo exigiu um esforço, por parte desses intelectuais, no sentido de negar a vinculação da prática política dessa liderança com o fenômeno populismo. Dito isto, passa-se à discussão do primeiro momento traçado para esse subtópico.

Os primeiros passos de alguns dos intelectuais que organizaram o IBESP foram dados no agrupamento que ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. Esse grupo foi idealizado por Helio Jaguaribe, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho, Roland Corbisier e Oscar Lorenzo Fernandes. Eles se aproximaram, por volta de 1949, com o propósito de debaterem temas relativos à cultura brasileira. As sínteses de suas reflexões eram divulgadas pelo suplemento cultural Quinta Página, do Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), de responsabilidade editorial de Helio Jaguaribe. Durante os encontros promovidos para a formulação dos textos a serem publicados na imprensa jornalística, esse grupo acabou por reivindicar para si uma atuação mais expressiva na sociedade.

Dizendo-se inconformados com a realidade brasileira, esses cientistas sociais decidiram-se por incitar alguns conhecidos e amigos a formar um grupo de estudos com objetivo de discutir os problemas políticos, econômicos e sociais de sua época. A discussão dos eventuais problemas nacionais tinha por desígnio a formulação de propostas públicas tidas como adequadas à ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento em que consideravam estar o Brasil. Assim, em agosto de 1952, surgiu o Grupo de Itatiaia, constituído por intelectuais cariocas e paulistas.¹²² Eles passaram a se reunir todo último final de semana de cada mês no

¹²² Cândido Mendes de Almeida (2000), anos depois de sua participação no Grupo de Itatiaia, atribuiu

Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, valendo-se de auditório e acomodações cedidos pelo Ministério da Agricultura.¹²³

Após alguns encontros, os integrantes do Grupo de Itatiaia começaram a vislumbrar o caminho da institucionalização, deixando de lado a informalidade com que seus trabalhos eram executados. O plano da institucionalização foi posto em execução a partir do empenho quase que exclusivo dos intelectuais cariocas. Pois, divergências internas a esse grupo, provocadas em decorrência de visões de mundo díspares, resultaram na saída da maioria dos paulistas, permanecendo apenas Roland Corbisier. Apontada como pivô da diluição do Grupo de Itatiaia, a heterogeneidade de opiniões e de visões de mundo característica desse grupo se deu pela junção de indivíduos de trajetórias política e intelectual de bases muito diversas.

Edison Bariani (2005) ressalta que o Grupo de Itatiaia reuniu intelectuais católicos, antigos integralistas, conservadores e outros de posições mais à esquerda – o que fazia desse grupo bastante heterogêneo. Assim, o que unia esses indivíduos era o objetivo comum de se associarem ao Estado na direção dos negócios públicos. Na concepção desses intelectuais, a posição por eles reivindicada de intérpretes da estrutura do poder os preparava para intervir na realidade sócio-político-econômica de seu país.

Assim, como fruto direto dessa heterogeneidade nasceu o IBESP. O ano de 1953 marcou o empenho dos remanescentes do Grupo de Itatiaia, sobretudo de Helio Jaguaribe, em transformar o então grupo de estudos em um grupo de intelectuais pautado pela definição de um projeto político próprio.¹²⁴ Essa proposta

a esse grupo de estudos a condição de aglutinador dos descontentes naquela ocasião com o saber universitário formal, de São Paulo como do Rio de Janeiro, com destaque para a USP (Universidade de São Paulo). A mesma proposta de intervenção intelectual que conquistou dois uspianos, Roland Corbisier e Almeida Salles, para o núcleo de discussão do Grupo de Itatiaia, gerou a reprovação de um número significativo de intelectuais pertencentes à mesma instituição de ensino superior. Reprovação que se repetiu tanto para o IBESP quanto para o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – instituições criadas a partir do grupo de estudos.

123 Ademais de seus idealizadores, o Grupo de Itatiaia contou com as participações dos cariocas Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Inácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Ottomy Strauch, Moacyr Felix de Oliveira, Ewaldo Correia Lima, e dos paulistas Miguel Reale, Almeida Salles, Paulo Edmar de Souza Queiroz.

124 A condição institucional não acarretou, logo de imediato, mudanças substanciais quanto à procedência dos financiamentos de seus trabalhos, os quais eram postos em execução graças à verba pessoal dos membros do Instituto. Por essa razão, intelectuais ligados ao IBESP se viram obrigados a buscar outras alternativas de financiamento, tidas como imprescindíveis à ampliação e à

conquistou novas adesões para o IBESP¹²⁵, entre as quais cita-se a entrada de Nelson Werneck Sodré nesse instituto em 1955. De acordo com Simon Schwartzman (s/d), esses intelectuais de formação e trajetórias tão diferenciadas estiveram unidos em torno da defesa de valores comuns, dos quais nomeou: 1) preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro; 2) busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”; 3) nacionalismo em relação aos recursos naturais do país; 4) racionalidade maior da gestão pública; 5) maior participação de setores populares na vida política. A defesa desses valores, como o autor assim preferiu chamar, tornou evidente a disposição desses intelectuais em participar de forma efetiva nos negócios do Estado.

A formação do IBESP foi marcada pela organização da revista *Cadernos de Nosso Tempo*, principal meio de divulgação das reflexões e dos projetos políticos ibespianos. Criada no mesmo ano de fundação do IBESP, o título a ela conferido havia sido, poucos anos antes, mais precisamente em 1951, adotado para dar nome a um livro de ensaios organizado por Helio Jaguaribe e Jorge Serpa. Depois de publicar cinco números, a revista *Cadernos de Nosso Tempo* finalizou suas atividades no ano de 1956.

A data de sua interrupção chama atenção pelo fato de dar indicativos de que essa revista foi, ainda que por um curto período, espaço referencial de divulgação de artigos de um grupo de intelectuais que na ocasião se encontravam vinculados a outro instituto, o ISEB. Esse instituto foi o resultado da mudança da condição do IBESP de instituição privada para instituição pública, em 1955. A partir desta constatação, concluiu-se que os então isebianos, antigos ibespianos, enxergaram na manutenção da tiragem de *Cadernos de Nosso Tempo* o modo pelo qual continuariam circulando suas ideias e projetos, sem, com isto, colocar em risco o lugar por eles conquistado no meio intelectual, até a afirmação do grupo no recém criado instituto.

realização de seus projetos. Assim, laços pessoais existentes entre membros desse instituto e Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES, favoreceram a consolidação de um convênio entre essas duas instituições, em 1954. A partir desse convênio o IBESP passou a receber subvenções da CAPES.

125 Destacam-se: Carlos Luis Andrade, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hermes Lima, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos e Juvenal Osório Gomes.

Ao analisar a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, Edison Bariani observa que:

Os trabalhos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo* geralmente não contêm citações e (ou) preocupações acadêmicas, são textos de construção e combate que denotam a preocupação essencial dos autores: influir decisivamente na realidade brasileira. Entre os temas abordados estão: o Estado, o pensamento social no Brasil, a economia, posição na geopolítica, a condição do negro (Ramos, 1979) etc. Em textos concebidos individual ou coletivamente, os autores abordam os problemas latentes da sociedade brasileira – naquela década de 50 – e, mais que diagnosticar, por vezes, apontam formas de equacionar esses problemas. (BARIANI, 2005, p. 250).

Ainda sobre essa questão da autoria nos textos de *Cadernos*, Cristina Buarque de Holanda (2012, p. 611) afirma que “embora seja razoável supor que a ascendência intelectual de Jaguaribe sobre o grupo tenha influenciado o tom da afinidade de temas e argumentos, a adesão a um sentido comum da política foi a peça-chave desta agregação”. Para ela, “a forte identidade intelectual em torno da questão nacional produz[iu] importante harmonização do dissenso e dissipação dos protagonismos individuais” (HOLLANDA, 2012, p. 611).

Os textos publicados por essa revista foram pensados com base no princípio dual do diagnóstico e da indicação de tratamento¹²⁶. A aplicação desse princípio consistia, em primeiro lugar, na identificação das causas relacionadas ao entrave do desenvolvimento nacional. Concluída a etapa de formulação de um diagnóstico da sociedade brasileira e de suas crises, o próximo passo era o da elaboração de um tratamento considerado adequado aos problemas nomeados pelo pesquisador.

¹²⁶ Esse princípio dual próprio as análises presentes em *Cadernos* também está demarcado no artigo de Cristina Buarque de Holanda (2012). Para tanto, ela se utiliza do binômio diagnóstico e prognóstico e afirma que nesta revista “a busca de entendimento sobre o estado da arte da sociedade e da política tem estreita imbricação com a imaginação dos meios e dos fins da sua transformação. A reflexão sobre *o que foi, o que é, o que deve ser e como deve passar a ser* a política constitui uma teia argumentativa indissociável. Isto é, o entendimento sobre cada um desses níveis não pode prescindir da consideração dos demais. Além da imaginação de futuro condicionada ao diagnóstico do tempo passado e presente, condizente com um princípio lógico-temporal linear, a retórica de *Cadernos* também opera com a sequência invertida, isto é, *o que foi e o que é* também podem ser mais elucidativos em vista do horizonte normativo (dos meios e fins) que se tem em vista” (HOLLANDA, 2012, p. 611-12).

Esse tipo de análise foi observado em vários artigos dessa revista, dentre os quais mencionam-se: “Três etapas do comunismo brasileiro”; “Que é o ademarismo?”; “Significação do nacionalismo”; “Para uma política nacional de desenvolvimento”. Neles, os ibespianos, nas condições de partícipes e analistas da sociedade brasileira, se dedicaram, no início dos anos 1950, tanto a buscar esclarecer as razões da crise nacional, quanto a indicar as condições necessárias a sua superação.¹²⁷

Outro aspecto da análise ibespiana a ser destacado diz respeito ao fato desses intelectuais terem elaborado uma periodização da história econômico-social do Brasil. Para tanto, adotaram uma perspectiva *faseológica do processo histórico-social* do Brasil. De acordo com os ibespianos, a instrumentalização dessa concepção faseológica consistia, em primeiro lugar, “no reconhecimento de que, a despeito de suas condições específicas, as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo”. Em segundo lugar, “na constatação de que, apesar da maior ou menor heterogeneidade interna de cada comunidade, as diversas fases pelas quais ela passa constituem uma estrutura-tipo de relações, segundo a qual se ordena toda a vida da comunidade” (IBESP, 1956 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 172).

Posto isto, as bases da periodização proposta por eles estiveram assentadas nos conceitos de *época*, *fase* e *estrutura-tipo*. Os ibespianos construíram uma relação de equivalência entre os conceitos de época e de fase. Para eles, a fase representava, no campo da Sociologia e com relação às comunidades, uma categoria equivalente a que o conceito de época assumia no campo da História e com relação às culturas. Sendo assim, definiram época como sendo uma etapa do processo histórico-social de uma cultura ou civilização; e fase como sendo uma etapa do processo histórico-social de uma comunidade. A fase se caracterizava por uma determinada estrutura-tipo, isto é, um modelo no qual se identificava o estágio de desenvolvimento em que uma comunidade se encontrava no tocante às relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

¹²⁷ Além do tratamento dispensado aos temas nacionais, de acordo com Alberto Venâncio Filho (2000), essa coleção também trouxe à discussão, em menor grau, assuntos internacionais, dentre os quais: o orçamento dos Estados Unidos e sua política exterior; o panorama político da União Soviética em torno da sucessão de Stalin; bem como as deliberações tiradas nas sessões da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

Considerados esses aspectos, a História do Brasil, dentro da perspectiva ibespiana, apresentou três fases distintas. A primeira delas recebeu a denominação de *fase colonial*. Temporalmente situada entre o descobrimento e o ano de 1850, o que caracterizou essa fase foi o predomínio de uma economia organizada com base na dependência em relação ao intercâmbio exterior (heteronomia) e no acúmulo de renda destinado a metrópole em detrimento da colônia (exogenia). Dito de outro modo: exportava-se tudo o que se produzia, no caso produtos primários, e importava-se tudo o mais que fosse preciso.

A segunda, nomeada *fase semicolonial*, teve sua vigência fixada entre os anos de 1850 a 1930. O que a marcou foi, de um lado, a persistência da heteronomia e, de outro, o gradual desaparecimento da exogenia. Este último fora favorecido pelo aparecimento do trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo, o qual, por sua vez, desencadeou o processo de formação de um mercado interno consumidor com potencial suficiente para desviar investimentos antes aplicados, prioritariamente, no setor exportador para o setor interno.

A terceira e última fase, intitulada *fase de transição*, iniciou-se, em 1930, em decorrência da crise da economia cafeeira. Ainda em conformação no momento em que os ibespianos se propuseram a formular e divulgar essas reflexões, essa fase caracterizou-se pela diferenciação da economia brasileira, mediante o aparecimento de possibilidades de investimentos substitutivos da cafeicultura. Na avaliação desses intelectuais, foi nessa fase que o Brasil deixou de ser um país essencialmente agrícola para encontrar na indústria uma atividade alternativa de crescente importância.

A leitura de textos publicados na revista *Cadernos de Nosso Tempo* indicou o subdesenvolvimento como problemática norteadora de toda reflexão ibespiana. O conceito em questão ainda se encontrava em processo de elaboração quando o grupo de intelectuais do IBESP tomou-o como referência explicativa para o atraso econômico brasileiro. Até o início dos anos de 1930, predominaram, no Brasil, interpretações de sua situação socioeconômica e de sua história fundamentadas em fatores psicológicos, étnicos ou climatológicos. Julgadas inapropriadas pelos ibespianos para se elucidar os problemas relacionados ao atraso econômico de países como o Brasil, essas explicações perderam espaço para a ideia de

subdesenvolvimento. As teses que davam sustentação teórica e empírica a essa ideia de subdesenvolvimento eram, de um lado, a quantidade e o acesso aos recursos naturais de um dado território e, de outro, o tempo de existência desse país. No intuito de corrigir essas teses, Helio Jaguaribe apresentou o subdesenvolvimento como

[..] um efeito de múltiplas causas, entre as quais a disponibilidade e acessibilidade das riquezas naturais exercem uma importante influência. Mais do que tudo, no entanto, o subdesenvolvimento é um fenômeno econômico-social de caráter global, cuja explicação se tem de encontrar na análise histórico-sistemática do processo econômico-social de cada país. (IBESP, 1956 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 173).

Elaborada a problemática, aos ibespianos, caberia, então, investigar as bases do processo que teria resultado na insuficiência de acumulação de capital. Etapa esta vista como imprescindível à formulação de propostas capazes de provocar a superação do subdesenvolvimento brasileiro. Diante do desafio de indicar caminhos para essa superação, o grupo de intelectuais que se configurou em torno do IBESP buscou construir seu discurso pela negativa das forças políticas tidas tanto como de cunho socialista quanto populista. Os projetos de sociedade propugnados por essas forças políticas foram apontados como entraves à ultrapassagem do Brasil de sua condição de país subdesenvolvido. Assim, como alternativa às propostas do Partido Comunista do Brasil (PCB) e à prática política definida como populista - esta relacionada à figura de Ademar de Barros - esses intelectuais apresentaram o nacionalismo. Mas, a que este nacionalismo se apresentava como alternativa?

Servindo-se da revista *Cadernos de Nosso Tempo* como veículo disseminador de seus pensamentos, os ibespianos, em texto intitulado “Três etapas do comunismo brasileiro” (IBESP, 1954), trouxeram uma avaliação pessimista das influências que o PCB exercia na vida política do Brasil¹²⁸. A formulação dessa avaliação esteve fundamentada na defesa do capitalismo como única via capaz de processar o desenvolvimento nacional. Assim, a incompatibilidade entre o apelo

¹²⁸ Como dito anteriormente, Nelson Werneck Sodré, um militante do PCB, foi membro do IBESP e do ISEB. Ressalta-se que, quando os ibespianos avaliaram as influências do PCB na vida política brasileira de forma pessimista, Werneck Sodré ainda não fazia parte do IBESP. Sua entrada nesse instituto se deu no ano de 1955, já no limiar de sua transformação em ISEB, e a discussão encaminhada no artigo “Três etapas do comunismo brasileiro” foi realizada em 1954.

ibespiano ao capitalismo e a identificação do PCB com o socialismo fez com que este surgisse aos olhos daquele como força retardatária do crescimento de seu país. Segundo julgamento dos ibespianos:

[...] a menos que suas deficiências e seus erros anteriores sejam rapidamente sanados – o que a esta altura parece bem difícil -, a sua influência será progressivamente *negativa* pelos ônus crescentes que acarretarão às forças que lutam de maneira autônoma pelo desenvolvimento nacional – desenvolvimento, acentue-se de passagem, que deverá processar-se ainda dentro dos limites estruturais e institucionais do capitalismo, embora que de um capitalismo cada vez mais “socializado”, vale dizer, propriamente, de um regime capitalista cada vez mais coletivizado, ou seja, de um regime dotado dos meios materiais e institucionais destinados a produzir uma aceleração funcional e adequada aos processos de acumulação, concentração e centralização de capitais, que constitui a missão histórica a ser realizada pelo capitalismo no Brasil. (IBESP, 1954, p. 138).

Contudo, os ibespianos não dispensaram críticas apenas aos que consideraram contrários à afirmação do capitalismo. Impressionados com a eficácia com que a prática política fundada no apelo pessoal ampliava o raio de ação de políticos brasileiros, eles elegeram a figura de Ademar de Barros com o propósito de divisarem as causas desse fenômeno. No artigo intitulado “Que é o ademarismo?” (1954), buscaram explicar esse fenômeno a partir da problematização das razões pelas quais Ademar de Barros teria se tornado um candidato em potencial à sucessão presidencial de 1955, mesmo após ser derrotado na disputa pela Prefeitura de São Paulo nas eleições de 1953. A essa força política em marcha deram o nome de ademarismo, avaliada pelos ibespianos como reacionária na medida em que buscava, internamente, o fortalecimento da burguesia mercantil e, externamente, o estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano.

Tido pelos ibespianos como um “fenômeno político recente e muito pouco estudado” (IBESP, 1954, p. 139), o populismo foi por eles definido como uma manifestação política de massas. Dentro da concepção ibespiana, a massa não era uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, muito menos um conjunto de classes. Para eles, as massas eram um fenômeno de objetivação social, no qual seus membros não lograram atingir a consciência e o sentimento de classe. Diante do exposto, fica evidente que as massas assumiam para os ibespianos uma forma

negativa. Afinal, a incapacidade de atingirem a consciência e o sentimento de classe tornava-as suscetíveis à manipulação empreendida pela ação política de lideranças carismáticas. Nesse sentido, os ibespianos, sob a influência de Ortega y Gasset, avaliaram as massas como perigosas por si mesmas. E essa condição atribuída às massas, combinada com o apelo pessoal do político profissional, conferiram ao populismo um princípio inibidor dos mecanismos de superação do subdesenvolvimento.

Concebido como fenômeno político característico das massas, o ademarismo/populismo, de acordo com afirmativas dos integrantes do IBESP, apenas insurgiria, por isto, da conjugação de três condições essenciais. Em primeiro lugar, os ibespianos julgavam imprescindível a ocorrência, em uma dada sociedade, do processo de massificação decorrente da proletarização dos trabalhadores. Em segundo lugar, viram como obrigatório que a *classe dirigente* (classe detentora do poder político) perdesse sua representatividade, ou seja, sua capacidade de dirigir o processo social de maneira a atender e a satisfazer a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a *classe dirigente*, convertida em *classe dominante* (classe detentora do poder econômico), perderia, igualmente, seu poder criador e sua exemplaridade, deixando, assim, de criar os valores e os estilos de vida orientadores da conduta média da sociedade.

Satisfeitas essas duas condições mais amplas, os ibespianos apontaram um terceiro elemento para completar o ciclo: o aparecimento de um líder populista. Esse líder estaria carregado de um especial apelo às massas, apto, portanto, a mobilizá-las politicamente de modo a conquistar o poder. Para esses intelectuais, o potencial do apelo exercido por um líder populista sobre as massas era proporcional ao seu apelo carismático. Nas palavras dos ibespianos:

[...] Esse carisma de massas, que cabe denominar de “populidade”, consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa – quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação superestruturária – para fins político-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-institivas dos homens-massa, constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psicossocial dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem

nele o seu mesmo tipo psicossocial do homem-massa. (IBESP, 1954, p. 144).

Na prática, qual seria então a estratégia comumente adotada por um homem da política com vista a preservar-se junto às massas na condição, sem maiores exageros, de sua única liderança? Os ibespianos resolveram esta questão por meio da diferenciação entre as formas de fazer política de Ademar de Barros – principal nome do PSP (Partido Social Progressista)¹²⁹ – e dos políticos do PSD (Partido Social Democrático)¹³⁰ – maior agremiação do sistema partidário brasileiro do início dos anos de 1950. Essa diferenciação se deu nos seguintes termos: a estratégia política de Ademar de Barros distinguia-se daquela seguida pelos pessedistas na medida em que incorporava à sua prática o apelo emocional. Ou seja, enquanto os pessedistas pautavam-se pela estratégia de articular os chefes políticos estaduais, que, por sua vez, articulavam os chefes locais, por caber a estes o contato direto com os eleitores, Ademar de Barros buscava pessoalmente exercer influência sobre seu eleitorado. Apesar de pessoal, a influência de chefes políticos populistas, quando exercida, ocorria por via remota, ou seja, por meio da popularidade de sua pessoa.

Os ibespianos concluíram, então, que no populismo, e em particular no ademarismo, o político que se colocava como liderança de massas assumia a responsabilidade direta de conquistar o eleitorado. Ao partido do líder populista, caberia a tarefa de organizar esse eleitorado, proporcionando-lhe facilidades, ou mesmo proteção, a fim de que permanecesse fiel ao chefe político e pudesse, oportunamente, votar de acordo com suas instruções. Diante do exposto, os ibespianos apresentaram a seguinte conclusão:

[...] enquanto os chefes pessedistas dependem do jogo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral,

129 Criado em 1946, o PSP nasceu da fusão de três micro-agregações: PRP (Partido Republicano Paulista), de Ademar de Barros; PPS (Partido Popular Sindicalista), de Miguel Reale; e PAN (Partido Agrário Nacional), de Rolim Teles. Ao contrário das três grandes agregações (PTB, PSD e UDN), o PSP foi um partido com uma base eleitoral muito concentrada regionalmente. No estado de São Paulo, o PSP era o partido politicamente dominante (SCHMITT, 2000).

¹³⁰ “O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior do Brasil ao longo de toda a Terceira República, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional em todos os pleitos que disputou. A origem do partido esteve ligada à máquina administrativa do Estado Novo, especialmente aos interventores então nomeados por Vargas nos estados. O PSD foi o único partido que conseguiu se organizar em todas as unidades da federação para a disputa eleitoral de 1945, o que já demonstrava a sua nítida vocação governista.” (SCHMITT, 2000, p. 14).

o Sr. Ademar de Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político – salvo, talvez, o Sr. Getúlio Vargas – está em condições de exercer. (IBESP, 1954, p. 141).

Conforme comentários de Jorge Ferreira (2001) e de Angela de Castro Gomes (1996; 2001), os ibespianos foram os precursores do debate intelectual a respeito do populismo na política brasileira. A análise crítica desse fenômeno político de massas se efetivou como parte do interesse desses intelectuais em traçar um projeto de dimensões sócio-político-econômico, tido como capaz de provocar o desenvolvimento nacional. Assim, à valorização do suposto novo (nacionalismo) seguiu a crítica ao considerado velho (populismo). Amparados pelo discurso da insígnia do novo, os ibespianos apresentaram um projeto político fundado na prática política nacionalista.

Dentro da concepção desenvolvimentista dos ibespianos, uma vez defendidas e mantidas as bases da economia capitalista, caberia ao nacionalismo – tido por eles como única política capaz de conduzir países de economia dependente como o Brasil à emancipação – a realização de duas tarefas. A primeira delas era a de possibilitar as massas condições favoráveis para que estas não mais optassem por soluções demagógico-assistencialistas. A segunda, a de apontar meios adequados para completar a “maioridade econômica” (LIMA, 1955 in SCHWARTZMAN, s/d), alcançada, unicamente, via industrialização crescente do país.

De acordo com os ibespianos, o sucesso da aplicação da política nacionalista dependia, por um lado, do grau de comprometimento dos brasileiros na condução da economia nacional e, por outro, da eficácia da ação interventora do Estado na economia. Quanto a esse último aspecto, julgavam ser de responsabilidade do Estado as tarefas de instalar indústria de base, de explorar fontes de energia e combustível, bem como de tornar progressista a estrutura agrária. Para esses cientistas sociais,

[...] a interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais do desenvolvimento. Não se trata de

socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro. (LIMA, 1955 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 80).

De modo algum, a valorização do que se apresentava como nacional se traduziu em repúdio ao capital e técnica estrangeiras. Para esses intelectuais, a incorporação de recursos provenientes de outros países se colocava como uma possibilidade, desde que o uso destes não representasse ameaça a superação do atraso econômico brasileiro.

O empenho com que os filiados ao IBESP se entregaram à formulação de uma política nacional de desenvolvimento e a forma obstinada como criticaram as propostas encaminhadas por forças políticas partidárias permitiram chegar a seguinte inferência: os ibespianos, por meio de seu projeto de base nacionalista, propuseram sua entrada na esfera do poder como uma força que lutaria de maneira autônoma pelo desenvolvimento brasileiro. Autonomia esta que seria conquistada desde que não se vinculassem a partidos, pois, a afirmação de um compromisso nesses termos os inseririam no jogo próprio da disputa partidária, que, por sua vez, significaria, enquanto lá permanecessem, abdicar à faculdade de agir segundo suas próprias determinações. Assim, no lugar de se colocarem na política como políticos profissionais, decidiram-se por atuar junto ao poder na posição, que supunham conservar, de intelectuais, posição assegurada, segundo suas interpretações, pela vinculação a um instituto de estudos.

Nem defensores cegos da eficácia das idéias; nem militantes políticos. De acordo com Simon Schwartzman, os intelectuais ibespianos se propuseram a assessorar o governo nas questões de Estado, elaborando, para tanto, um projeto político para a sociedade brasileira.

O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança na política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras –, que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liberá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP,

eram os intelectuais, mais do que suas idéias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos. (SCHWARTZMAN, s/d, p. 4).

Daniel Pécaut (1990, p. 109) concluiu a respeito dos ibespianos que: “Pode-se duvidar de que tenha sido a primeira vez, mas é incontestável que esse grupo proclamou, com particular clareza, sua disposição para se associar à direção dos negócios públicos [...]”.

O encerramento deste subtópico exige o tratamento de uma última questão: o lugar destinado pelos ibespianos a Getúlio Vargas no interior do debate sobre o fenômeno populismo. O texto “Que é o ademarismo?” foi escrito antes do suicídio de Vargas e, portanto, em meio à crise política de seu governo, agravada pela oposição implacável da UDN (União Democrática Nacional)¹³¹. Ao longo da leitura, ficou evidente que, apesar de Ademar de Barros ter sido um dos interventores de Vargas em São Paulo, durante o Estado Novo, os ibespianos esforçaram-se para diferenciá-los quanto à prática política. E, para tal, promoveram um silenciamento no tocante a essa vinculação.

Os ibespianos apenas fazem referência à carreira política de Ademar de Barros após os anos de 1950, especialmente a partir de 1953, ano em que ele concorreu à Prefeitura de São Paulo. Nota-se, portanto, um silenciamento proposital das ações políticas desse personagem no período anterior a 1953. Fica evidente, com isto, a construção de uma memória sobre a conduta política de Ademar de Barros desvinculada de Getúlio Vargas, primeiro, durante o Estado Novo e, depois, quando da afirmação do acordo eleitoral em 1950. Ao tratar desse acordo eleitoral, Lucilia de Almeida Neves Delgado afirma que

Os primeiros contatos Ademar-Vargas foram feitos em janeiro de 1948 e se desdobrariam durante os anos seguintes. Os petebistas, durante todo esse processo, tinham clareza de que pretendiam ser o lado hegemônico dessa aliança. Assim, em fevereiro de 1950, João Neves de Fontoura escrevia a Vargas: “Ademar é ainda a esperança dos teus adversários. O que eles temem é a união de vocês... importante no âmbito desse acordo é que Ademar não seja candidato por este indicado”. As conversações em seus desdobramentos

¹³¹ De acordo com Schmitt (2000, p. 16), “a gênese da UDN remonta o famoso Manifesto dos Mineiros (de outubro de 1943), que reivindicava a democratização das instituições políticas nacionais. A UDN foi o único dos três maiores partidos brasileiros da Terceira República que não possuía vínculo com as estruturas remanescentes do Estado Novo, adotando uma plataforma liberal.”

alcançaram os objetivos buscados pelos petebistas. Em março, o acordo com Ademar foi firmado. Em abril, Getúlio, lançado como candidato à Presidência da República por João Goulart, responde que “estava disposto a se sacrificar pelos trabalhadores”. (DELGADO, 2011, p. 87).

Embora Ademar de Barros tivesse participado da Revolução Constitucionalista de 1932 e sido eleito deputado estadual pelo PRP (Partido Republicano Paulista)¹³² em 1934, foi com Getúlio Vargas que ele ganhou projeção política estadual e nacional quando da ocupação do cargo de interventor do Estado de São Paulo, entre os anos de 1938 a 1941. A indicação de Ademar de Barros ao cargo de interventor estadual pode ser entendida como parte da estratégia de Vargas de não se opor às oligarquias estaduais, em especial as de São Paulo, porém, optando por nomes sem expressão no interior das elites. Segundo os autores Aggio, Barbosa e Coelho,

[...] Ademar correspondia à perspectiva do regime estadonovista de bloquear a ação das lideranças tradicionais de São Paulo. Em outras palavras, Vargas esperava que nomeando um desconhecido para a direção dessa unidade da federação, pudesse neutralizar a força política da poderosa elite paulista, consolidando sua ascendência pessoal no Estado. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 124).

Todavia, a estratégia utilizada por Vargas teve efeito inesperado. Ademar de Barros conseguiu obstar a influência dos chefes políticos tradicionais, e, com isto, estabeleceu-se como a maior liderança política estadual. Para tanto, demitiu todos os prefeitos, optando por nomear políticos desprovidos de vinculações com os setores tradicionais paulistas. De acordo com Regina Sampaio,

[...] Adhemar tendeu a substituir as velhas lideranças designando elementos jovens que, embora tendo ligações com o PRP e dispendo de algum prestígio na cidade, não eram diretamente subordinados às lideranças tradicionais – tratava-se ao que parece, de uma réplica, em microcosmo, da estratégia getulista. (SAMPAIO, 1982, p. 42).

Esta tática gerou um ganho inquestionável à política ademarista: ele obteve a subordinação direta dos novos dirigentes municipais à sua pessoa (AGGIO;

¹³² O Partido Republicano Paulista foi fundado em 3 de julho de 1873 e extinto por decreto de dezembro de 1937 junto com os demais partidos do país, logo após a instalação do Estado Novo. Como principal partido da Primeira República, o PRP respondeu pela política paulista entre 1889 e 1926 (SOUSA, 2012).

BARBOSA; COELHO, 2002). Note que Ademar de Barros utilizou-se de métodos bem parecidos como os praticados por Vargas quando da nomeação de seus interventores. Mas as aproximações entre essas duas figuras políticas não param por aí. Nas palavras de Aggio, Barbosa e Coelho,

A imagem de líder popular construída por Adhemar de Barros se aproximou, em muitos aspectos, daquela criada em torno de Getúlio Vargas. Embora possuidores de estilos diferentes, ambos personificaram a figura do homem dinâmico, atento aos reclamos de modernização dos novos tempos, mas também comprometido com o amparo às classes subalternas, a quem o Estado deveria dedicar-se como um “pai”. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 123).

Em meio há tantas semelhanças, duas diferenças se sobressaem. Em primeiro lugar, ficou evidente que enquanto a liderança de Vargas assumiu contornos nacionais, a de Ademar de Barros consagrou-se por seu regionalismo. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à relação exercida por cada um desses políticos em suas respectivas agremiações partidárias. No concernente ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)¹³³, embora este partido tenha se servido da imagem de Vargas para conquistar projeção no sistema partidário, o mesmo foi originalmente organizado pela máquina estadonovista, principalmente a partir da estrutura sindical corporativa montada nos anos de 1930. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado,

O PTB se propunha a absorver em seus quadros o mesmo segmento social que o PCB dizia representar, os trabalhadores urbano-industriais. O Partido Trabalhista Brasileiro teve suas origens ligadas a uma conjuntura na qual os comunistas ensaiaram uma tentativa de aproximação a Vargas. O PTB foi uma segunda via na vertente do continuísmo na transformação. A primeira, representada pelo PSD, englobou, prioritariamente, segmentos das oligarquias agrárias estaduais. E a segunda, de cunho mais popular, representada pelo PTB, procurou compor-se com os quadros de trabalhadores vinculados aos sindicatos e ao programa trabalhista de Vargas, consolidado como prática no período do Estado Novo. (DELGADO, 2011, p. 35).

Já o PSP foi criado para ser o partido de Ademar de Barros.

No PSP, a figura de Ademar adquiriu uma conotação de poder inatingível e inabalável, a ponto de a legenda ter ficado conhecida como o “partido de um homem só”. A implacável eficiência organizativa do PSP foi alinhavada, também, por uma dinâmica

¹³³ Para mais sobre PTB, consultar: Delgado (2011) e Benevides (1989).

partidária indubitavelmente monolítica: livre de conflitos internos, tendo em vista a submissão do partido às vontades de seu “chefe supremo”, Ademar de Barros sempre se impôs sem maiores contestações. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 125).

Conforme tratado neste tópico, esse segundo elemento de diferença fez-se presente no texto “Que é o ademarismo?” e foi usado pelos ibespianos para identificar o fenômeno ademarista como populista. Diante disto, fica então uma questão em suspenso: e as semelhanças? Salvo o aspecto da autoridade pessoal e ilimitada, reconhecido como elemento comum a Vargas e a Ademar de Barros, qualquer outra possível semelhança não foi considerada pelos ibespianos, provocando, assim, um esquecimento necessário para a não vinculação da prática populista à política varguista. Conquanto esses intelectuais assumam que o ademarismo foi “a consequência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30” (IBESP, 1954, p. 148), eles identificaram Vargas como o responsável pela introdução do nacional-desenvolvimentismo na política e economia brasileira. Nesse sentido, na avaliação ibespiana, o governo de Vargas caminharia na direção oposta do populismo de Ademar de Barros. Enquanto este último assumiu a forma do atraso, aquele primeiro foi inventado como o criador do Brasil moderno.

2.2.2. A reinvenção do conceito de populismo pela produção intelectual weffortiana

Conforme já dimensionado, ao tratar das reflexões ibespianas sobre populismo, observou-se que essas foram motivadas, especialmente, pela conjuntura política em torno do processo eleitoral organizado em São Paulo para escolha do governador do estado, no ano de 1954. Para esse pleito, estiveram em disputa, de um lado, Ademar de Barros, representando o PSP, e, de outro, Jânio Quadros, vinculado ao PDC (Partido Democrata Cristão)¹³⁴. Cabe lembrar que o interesse dos

¹³⁴ De acordo com Rogério Schmitt (2000, p. 19), “o Partido Democrata Cristão (PDC) credenciou-se como a sexta maior agremiação partidária na Câmara dos Deputados, experimentando um processo de crescimento ao longo dos anos. Nas eleições de 1962, passou a ter a quinta maior bancada de parlamentares federais. Foi pelo PDC que Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960, com 48,3% dos votos. Originalmente um partido vinculado à Igreja Católica, o PDC concentrava a sua

ibespianos, exposto no artigo “Que é o ademarismo?”, esteve voltado exclusivamente para a conduta política do primeiro candidato e para a sua bem sucedida capacidade de mobilização das massas populares. Afinal, esses intelectuais sustentaram como tese a construção do ademarismo como expressão brasileira do populismo.

Anos depois, as eleições para governador de São Paulo mais uma vez levaram o meio intelectual a indagar-se a respeito do fenômeno político relacionado à emergência de lideranças carismáticas. Trata-se das eleições ocorridas em 1962, que, tal e qual as eleições de 1954, foram caracterizadas pelo confronto político entre Ademar de Barros e Jânio Quadros¹³⁵. Todavia, ao contrário do que se assistiu no meio intelectual dos anos de 1950, nos anos posteriores a 1962, foram, sobretudo, os cientistas sociais de formação uspiana que se mostraram empenhados em investigar essa conjuntura política marcada pelo crescente poder de mobilização das massas por parte desses candidatos ao governo do Estado de São Paulo. Um desses cientistas sociais foi Francisco Weffort.

Em vista disso, cabe aqui deslindar a formulação weffortiana do conceito de populismo uma vez que Francisco Weffort teve sua elaboração marcada pela rejeição e pela revisão do conceito ibespiano sobre o mesmo fenômeno de massas. Esse cientista social destaca-se no meio acadêmico como sendo um dos primeiros intelectuais oriundo da USP a produzir estudos sistematizados sobre o populismo¹³⁶. A investigação de sua produção acadêmica centrada no conceito em questão levou ao encontro de dois de seus primeiros textos¹³⁷, ambos publicados no ano de 1965. São eles: “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, divulgado pela Revista

força eleitoral no Paraná (onde elegeu o governador Nei Braga em 1960), em Pernambuco e em São Paulo.”

¹³⁵ Após renunciar à presidência, Jânio Quadros filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Partido pelo qual disputou o governo paulista em 1962. Nesse pleito, ao contrário das eleições de 1954, Jânio Quadros foi derrotado por Ademar de Barros. (SCHMITT, 2000).

¹³⁶ Segundo João Marcelo Ehlert Maia (2001, p. 65), “Francisco Weffort e José Álvaro Moisés foram os dois principais intelectuais oriundos da escola paulista a fazerem uso sistemático do conceito de ‘populismo’ nos seus estudos sobre sindicatos e movimento operário.”

¹³⁷ Embora aqui sejam colocados em destaque os textos “Raízes sociais do populismo em São Paulo” (1965) e “Política de massas” (1965), para a elaboração desse artigo foram também tomados como fonte outros dois textos de Francisco Weffort: “Estado e massas no Brasil” (1965) e “O populismo na política brasileira” (1968).

Civilização Brasileira, e “Política de massas”, editado na coletânea organizada por Octávio Ianni, intitulada “Política e revolução social no Brasil”¹³⁸.

Chama a atenção o fato de esses dois textos construírem suas inferências em torno do fenômeno político do populismo apoiadas nas análises do pleito paulista de 1962. Neles, Francisco Weffort apresenta o janismo e o ademarismo como formas do populismo paulista, que, por sua vez, assumiam contornos de modelo para a análise da política de massas em outras partes do país uma vez que, para ele, “São Paulo [...] tem a discutível glória de ter projetado sobre o país as sombras de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, além de se ter constituído em base fundamental do getulismo, nas duas primeiras eleições presidenciais” (WEFFORT, 1965a, p. 179). Assim, de acordo com este cientista social,

[...] o janismo e o ademarismo são fatos estratégicos, pois exprimem, de maneira crua, elementos importantes da ideologia de certos setores populares que, infensos ao refinamento nacionalista, projetam claramente os limites da consciência pequeno burguesa que servem ao enquadramento do próprio nacionalismo. (WEFFORT, 1965a, p. 178).

Ao estabelecer uma relação entre essas formas de populismo e ideologia, Francisco Weffort localiza sua reflexão na contramão do “senso comum, para o qual o populismo aparece como um fenômeno não-ideológico e sem apoio em qualquer posição social particular” (WEFFORT, 1965b, p. 39). Dentre os representantes desse conceito de populismo que ele quer se contrapor estariam os ibespianos. E, diferentemente dos intelectuais ibespianos, Weffort, assim como outros intelectuais ligados às Ciências Sociais de tradição uspiana, caracterizou como populista, além do próprio Ademar de Barros, Jânio Quadros, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, entre outros líderes políticos que atuaram entre os anos de 1930 e 1964. Sobre esse aspecto, João Marcelo Ehlert Maia ressalta que o populismo em Weffort

¹³⁸ Em nota elaborada para a publicação de alguns de seus textos reunidos na obra “O populismo na política brasileira”, Francisco Weffort explica que o texto “Política de massas” foi escrito inicialmente na forma de capítulo, em setembro de 1963. Essa primeira versão foi revista e modificada para compor a coletânea organizada por Octávio Ianni, em 1965 – ano posterior ao “colapso” do populismo. Como anteriormente anunciado, embora exista menção a existência dessa primeira versão, não foi possível acessá-la, pois, tudo indica que esta não chegou a ser publicada antes de 1965.

[...] já não aparece associado apenas a fenômenos reacionários como o ademarismo, nem a uma “fase” em declínio da História brasileira. Ele tem limites precisos, mas ao mesmo tempo cobre ampla gama de fenômenos, permeando partidos e demais forças políticas com seu apelo ao Estado, mitificado e absolutizado. (MAIA, 2001, p. 54).

Defende-se que essa extensão da caracterização populista a outros políticos brasileiros deve-se a superação das análises ibespianas que resultaram na personificação da experiência populista no Brasil na figura de Ademar de Barros. Para a superação da personificação da experiência populista, Francisco Weffort tomou “o populismo como manifestação de uma situação de classes”, que, por sua vez, implicou em “considerá-lo como um modo determinado de conexão entre a massa e o Estado” (WEFFORT, 1965b, p. 54). Para tanto, as análises desse cientista social trazem para o centro da discussão o populismo como um fenômeno ligado ao processo de modernização engendrado pelo Estado no período pós-Revolução de 1930.¹³⁹ Nas palavras desse autor, “o populismo é fenômeno de um período de intensificação do processo de urbanização e estabelece suas mais fortes raízes nas regiões de mais intenso desenvolvimento industrial” (WEFFORT, 1965b, p. 55).

Como já anunciado, apoiado na teoria da modernização, Francisco Weffort ainda consagrou o populismo como noção explicativa para a história da política brasileira do período compreendido entre 1930 e 1964. Essa periodização foi sistematizada em seu texto “O populismo na política brasileira”, publicado em 1968 na coletânea “Brasil: tempos modernos”, organizada por Celso Furtado. Nas palavras desse estudioso paulista,

O populismo é produto da longa etapa de transformações por que passa a sociedade brasileira a partir de 1930. Como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, o populismo só pode ser compreendido no contexto do processo de

¹³⁹ Faz-se importante apontar para o fato de que os ibespianos, assim como posteriormente fará Francisco Weffort, relacionam a emergência do populismo ao processo histórico do pós-Revolução de 1930. Segundo esses intelectuais, “o ademarismo é a consequência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 30). Todavia, as análises ibespianas concentradas na surpreendente capacidade de mobilização das massas própria ao líder populista impediram que fosse elaborada ainda no artigo “Que é o ademarismo?” uma interpretação mais sistematizada a respeito do processo de modernização conservadora, iniciado após a crise política dos governos oligárquicos.

crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964). (WEFFORT, 1968, p. 49).

Embora Francisco Weffort traga para o debate a noção de massa para pensar o populismo, o sentido para esta foi construído relacionado a outro conceito: o de classe. Para ele, “o populismo, em qualquer de suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe” (WEFFORT, 1965a, p. 173). E, ainda que se admita que o populismo seja um fenômeno de massas, este o é “no sentido de que classes determinadas se manifestam como massa em dadas circunstâncias históricas” (WEFFORT, 1965b, p. 47)¹⁴⁰. Circunstâncias que criaram impeditivos para que essas classes encontrassem possibilidades de apresentar, com autonomia, suas perspectivas para o conjunto da sociedade.

No concernente a relação entre massa e Estado, Francisco Weffort (1965b, p. 55) considera que “o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público, é o modo pelo qual o Estado, através do líder, se põe em contacto direto com os indivíduos aglomerados na massa”. De acordo com Weffort, as massas populares urbanas encontraram no período que se seguiu a Revolução de 1930 as condições históricas favoráveis para emergirem como um novo personagem na história política brasileira. Para esse cientista social,

[...] a revolução de 1930 é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico-político cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado Oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária voltada para o mercado externo, e de formação de um Estado Democrático, apoiado principalmente nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização. (WEFFORT, 1966, p. 137).

¹⁴⁰ Para entender essa conexão entre massa e classe, Francisco Weffort recorreu a dois clássicos: Lukacs e Marx. Enquanto o primeiro permitiu a Weffort considerar a possibilidade da burguesia e do proletariado manifestarem-se, em determinadas circunstâncias históricas, como massa sem que isso implicasse no afastamento de suas respectivas marcas de classe; o segundo trouxe a pequena burguesia como massa por excelência, ou seja, como classe marginal ao sistema capitalista, destituída de uma perspectiva política própria diante deste sistema e, portanto, impossibilitada de gerar uma política autônoma (WEFFORT, 1965).

Ao tratar das condições em que se processou a Revolução de 1930, Francisco Weffort (1966, p. 142) sustentou que esta teria sido “levada avante por um tácito compromisso entre as classes médias sem autonomia política e setores tradicionais menos vinculados à exportação”. E ainda ressalta que, a despeito de terem sido capazes de viabilizar o movimento que resultou na queda de Washington Luís, nenhum desses dois grupos sociais revelou “condições reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado”. Afinal, apesar de terem conseguido “deslocar a representação política dos interesses cafeeiros”, não puderam negar a importância decisiva do café para a economia brasileira. Assim, seguindo o raciocínio do autor, na conjuntura histórica em questão:

[Encontrávamos], pois, diante da seguinte situação: os senhores do poder político não representam diretamente os grupos que dominam as esferas básicas da economia. Isto significa que a nova configuração do poder possui uma diferença fundamental em relação à antiga: já não é a expressão imediata da hierarquia do poder econômico. Introduce-se, assim, uma *decalage* entre o Estado e a economia. (WEFFORT, 1966, p. 142).

Diante do exposto, o autor conclui que o Estado que se organizou no pós-Revolução de 1930 foi marcado por uma espécie de vácuo de poder em que nenhum dos grupos sociais (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) deteve com exclusividade o poder político. Nessas circunstâncias, abriu-se a possibilidade de um Estado entendido como um órgão político que tendia a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. Com isso, o Estado tornou-se a solução de compromisso e de equilíbrio entre os grupos sociais (WEFFORT, 2003). E, assim, definiu-se um novo conceito na perspectiva werffortiana: o de Estado de compromisso, que foi também concebido como um Estado de massas¹⁴¹. Sobre esse conceito, Angela de Castro Gomes propõe a seguinte reflexão:

[...] a idéia de compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e suas

¹⁴¹ Para André Kaysel Velasco e Cruz (2014) e Felipe Demier (2012), a análise em torno do conceito de Estado de compromisso em Weffort é explicitamente tributário do conceito de bonapartismo, desenvolvido por Marx, em “O Dezoito Brumário”. Em um esforço de síntese do conceito de bonapartismo, Demier propõe que esse conceito “se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos em presença” (2012, p. 17).

potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. (GOMES, 2001, p. 33).

As reflexões de Francisco Weffort em torno do conceito de Estado de compromisso encaminharam-no na direção do debate de outro problema: a questão da manipulação. Pois bem,

[...] o poder conquistado pelos revolucionários nos quadros de um compromisso só encontraria condições de persistência na medida em que se tornasse receptivo às aspirações populares, e quando as pessoas que o exercessem, fossem capazes de conseguir uma liberdade relativa diante dos grupos dominantes e ampliassem a esfera de compromisso, introduzindo nele uma nova força passível de submeter-se à sua manipulação exclusiva. (WEFFORT, 2003, p. 54-55)

Todavia, o autor fez questão de ressaltar que:

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, seríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. (WEFFORT, 1968, p. 51).

Na perspectiva weffortiana, o populismo foi, ao mesmo tempo, manipulador das classes populares e um modo de expressão de suas insatisfações. Ele foi uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes, assim como uma forma de expressão política da emergência popular no processo de modernização brasileira. “Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado”. Por essa razão, pode-se concluir que esse estilo de governo e de comportamento político foi marcado por sua ambiguidade. Ambiguidade que se fez presente inclusive na liderança política que se viu “dividid[a] entre o amor ao povo e o amor às funções de governo” (WEFFORT, 1968, p. 51).

Cabe ainda destacar que Francisco Weffort construiu suas reflexões em torno do fenômeno político do populismo em oposição ao pensamento ibespiano/isebiano¹⁴² sobre o mesmo tema. Em seus textos, sobretudo os publicados no ano de 1965, Weffort rejeitou a formulação presente no ensaio dos anos de 1950 a respeito do ademarismo que entendeu o populismo como fruto do processo de massificação. “Isto é, um processo sócio-econômico que atomizou e enfraqueceu os vínculos de solidariedade da classe trabalhadora, despolitizando-a; esvaziando-a de sua força original” (GOMES, 2001, p. 34). Suas críticas ao pensamento ibespiano podem ser assim apresentadas:

[...] parece-nos de bom aviso lembrar que aceitar a “amorfização” como a dimensão decisiva do populismo significa receber como verdadeira uma perspectiva de análise (em última instância, uma teoria) que, ao invés da noção de classe, prefere fundar-se no conceito de massa, ou, como diriam os ideólogos nacionalistas, na idéia de povo. Ao que nos parece, ambas são demasiado gerais para tornarem compreensíveis todas as distinções que se observam entre as diversas formas populistas. São suficientes para uma caracterização formal do populismo, tal como poderemos encontrá-la em “Cadernos de Nosso Tempo” (1954, n. 2), que estabelece as seguintes condições gerais para aquele fenômeno político:

- a) “massificação”, provocada pela “proletarização” (de fato, mas não consciente) de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”, conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica;
- b) perda da “representatividade” da “classe dirigente” – e, em conseqüência, de sua exemplaridade – que, assim, se transforma em “dominante”, parasitária;
- c) aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma, teríamos todas as possibilidades de que o populismo venha a constituir-se e alcançar ampla significação social. (WEFFORT, 1965b, p. 46-47).

Para Francisco Weffort, a abordagem sobre o populismo proposta pelos ibespianos demonstrou ser insuficiente, sobretudo, por não ser capaz de distinguir entre o ademarismo e o getulismo, assim como entre o janismo e o janguismo. Esse tipo de distinção tornou-se cara à perspectiva weffortiana na medida em que esta

¹⁴² O uso aqui da expressão ibespianos/isebianos tenta amenizar um descuido de marcação histórico-institucional entre IBESP e ISEB próprio as análises de Francisco Weffort. Isto ocorre quando o cientista social em questão imputa aos isebianos e não aos ibespianos a escrita do artigo “Que é o ademarismo?”. Esse tipo de confusão é comum pelo fato do ISEB ter dado continuidade à publicação da revista Cadernos de Nosso Tempo, originalmente criada pelos intelectuais do IBESP.

assumiu a pluralidade do fenômeno político em questão. Deste modo, Weffort fala em “formas” de populismo, que se definem na relação direta com o seu respectivo líder político. Outro ponto importante a ser mencionado é o fato da crítica direcionada aos ibespianos ter resvalado nos nacionalistas em geral, os quais, segundo esse autor, teriam se deixado “contaminar não apenas pelo fascínio do Estado como tal, mas também pelos seus traços de tipo oligárquico” (WEFFORT, 1965a, p. 196). Conforme a perspectiva weffortiana,

Entre populismo e nacionalismo existem afinidades que não podem ser esquecidas. Opor estas duas formas políticas como o fariam os nacionalistas, de um lado uma política não-ideológica apoiada em interesses menores, e, de outro, uma política de princípios que se apoiaria nos interesses de todo o povo – significa não compreender que interesse e princípios se trocam um no outro, significa obscurecer o fato de que o nacionalismo propõe, em nível teórico, essencialmente as mesmas idéias que os populistas propõem, de maneira, concreta, na demagogia dos comícios; ambos têm seu núcleo na idéia de que o povo é uma comunidade, seja na forma refinada dos ideólogos do ISEB, seja no fato da liderança populista. A noção de povo é confusa e ambígua em ambos os casos, como é confusa e ambígua a situação de classe onde tem suas origens. (WEFFORT, 1965a, p. 187-188).

Interessante ressaltar que a crítica weffortiana direcionada à perspectiva analítica dos ibespianos/isebianos não esteve assentada apenas na questão da caracterização formal do populismo. Mas, sobretudo, naquilo que mobilizou esses cientistas sociais a elaborarem uma teorização sobre o fenômeno ademarista/populista: a afirmação do projeto nacionalista como alternativa ao populismo, bem como ao comunismo. Afinal, o IBESP e, depois, o ISEB destacaram-se por serem centros da formulação ideológica do nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, a crítica weffortiana assumiu contornos acadêmicos e, principalmente, políticos. Sendo assim, pode-se inferir que o que esteve na gênese dessa crítica foi também a oposição ao projeto nacionalista para o Brasil. Daí a explicação para o fato da apreciação negativa de Francisco Weffort à teoria ibespiana/isebiana sobre o populismo ter resultado na desconstrução do nacionalismo como alternativa a este fenômeno político.

Acredita-se que a conquista weffortiana do monopólio da hegemonia no campo de produção científica de sua teorização em torno do fenômeno político do populismo teria ocasionado o esvaziamento das formulações teóricas realizadas

pelos ibespianos acerca do mesmo tema. Esvaziamento esse que acabou por ocasionar o silenciamento na historiografia do debate proposto pelos intelectuais ibespianos no artigo “Que é o ademarismo?”. Silêncio esse quebrado em 1996 quando a pesquisadora Angela de Castro Gomes se propôs a perscrutar a trajetória do conceito de populismo nas Ciências Sociais¹⁴³.

¹⁴³ Faz-se referência ao texto “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, elaborado inicialmente para ser apresentado no XI Congresso Internacional da Associação de Historiadores Latino-americanistas Europeus (AHILA), realizado na Universidade de Liverpool.

CAPÍTULO III

A ESCRITA FAUSTIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1930: HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA E O TRABALHADOR URBANO E O CONFLITO SOCIAL NA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1890-1920)

No segundo capítulo, buscou-se por em evidência hipóteses que corroborassem a ideia de que a escrita de Boris Fausto sobre a história da Primeira República foi urdida, nos anos de 1960 e 1970, em diálogo com o campo das Ciências Sociais e, dentro deste, de maneira especial, com o cientista social Francisco Weffort. Este diálogo fora buscado por Boris Fausto quando de sua incursão na pesquisa histórica, principalmente, em razão de seu pioneirismo relacionado à investigação do período republicano em um tempo em que o interesse dos historiadores brasileiros se encontrava direcionado aos estudos do Brasil colonial e imperial.

Ao investigar as teses de doutoramento em História, defendidas na FFCL da USP, entre 1934 e 1973, José Roberto do Amaral Lapa (1976, p. 37) concluiu que “pesa[va]m de maneira sensível na orientação dos professores e dos seus orientandos o interesse pelo estudo da Colônia, que aparec[ia] com 43,5% do total de teses de doutoramento, vindo a seguir o Império com 32,6% e a República com 15,2%”¹⁴⁴. Ainda de acordo com esse historiador, “pode-se, portanto, concluir, em face desses dados, que a resistência aos estudos do Brasil Republicano foi [...] bastante pronunciada, aparecendo só em 1969 a primeira tese sobre tema republicano” (LAPA, 1976, p. 37). Sendo que, conforme anunciado no primeiro capítulo, o autor dessa primeira tese foi Boris Fausto.

¹⁴⁴ Cabe registrar que existem pequenas divergências entre os dados apontados por Lapa (1976) e pela pesquisa realizada para esta tese. Todavia, atenta-se para o fato de que essas divergências não alteram os resultados em sua essência, posto que o período colonial segue sendo em ambos os levantamentos o período preferencial de investigação dos historiadores brasileiros até meados da década de 1970. Acredita-se que essas divergências estejam diretamente relacionadas aos diferentes meios de consulta utilizados por Lapa e pela autora do presente trabalho para o levantamento das teses e dissertações defendidas na FFCL/FFLCH/USP. Enquanto Lapa consultou a relação de teses e dissertações defendidas na FFCL/FFLCH/USP por meio do artigo de Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1974), a autora deste trabalho procedeu ao mapeamento dessas pesquisas acadêmicas a partir do banco de dados disponibilizado pela FFLCH, através do link <<http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas>>.

Precursor dos estudos da Primeira República no campo de produção historiográfica acadêmico-universitária, Boris Fausto se construiu como pesquisador a partir da investigação de temáticas que pouco, ou nada, despertavam interesse, à época, nos historiadores brasileiros. E, embora o período republicano suscitasse frequentemente o interesse dos historiadores brasilianistas ao longo das décadas de 1960 e 1970, nem a crise dos anos de 1920 e o movimento revolucionário de 1930, nem a formação da classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram objetos investigados por esses pesquisadores, ao menos antes dos trabalhos de doutorado e livre-docência de Fausto. Contudo, cabe destacar que os brasilianistas empreenderam estudos de temáticas que, vez ou outra, estiveram contempladas nas análises faustianas de “1930: historiografia e história” e de “O trabalhador urbano e conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, como: a industrialização (Warren Dean, Stanley Stein), a imigração (Michael Hall, Sheldon Leslie Marram), o anarquismo (John W. F. Dulles).¹⁴⁵

Esse pioneirismo de Boris Fausto no concernente ao recorte temporal, bem como às temáticas selecionadas para o desenvolvimento de suas pesquisas nas décadas de 1960 e 1970, foi reconhecido pela indústria editorial. Reconhecimento que pode ser notado no fato dos resultados de suas teses de doutoramento e livre-docência não terem encontrado barreiras para serem publicadas imediatamente ao momento de suas defesas. Defendida em 1969, a tese de doutoramento de Fausto teve sua primeira edição, em 1970, pela Editora Brasiliense. Já o seu trabalho de livre-docência, defendido em 1975, foi publicado, em 1976, pela Difel – Difusão Europeia do Livro.

Publicados respectivamente com os títulos “A Revolução de 1930: historiografia e história” e “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)”, esses trabalhos que compõem a historiografia brasileira tiveram uma recepção expressiva entre o público acadêmico, e, no caso em particular de “A Revolução de 1930”, também entre leitores externos à academia, como os professores de História do ensino básico. Em entrevista a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, ao falar do impacto gerado pela publicação de sua tese de doutoramento entre os leitores de História, Boris Fausto avaliou que a divulgação do livro “A Revolução de

¹⁴⁵ Para saber mais sobre a produção desses e de outros historiadores brasilianistas, consultar: Gomes e Marieta (1989), Batalha (2010), Ramos (1972).

1930” fora “impulsionad[a] pelos professores de História que o indicaram para os colégios secundários, para as leituras nas universidades, nas faculdades novas que foram surgindo”, posto que “bateu de frente com as teses consagradas e [era] um livro pequeno que prop[unha] uma nova formulação” (FAUSTO, 2000, p. 107).

A recepção das obras faustianas em questão pode ser dimensionada por meio de suas inúmeras edições. Enquanto “A Revolução de 1930”, no momento, encontra-se em sua 16ª edição¹⁴⁶, sendo quinze realizadas pela Editora Brasiliense e uma pela Companhia das Letras com várias reimpressões; “Trabalho Urbano e conflito social” teve cinco edições¹⁴⁷, quatro pela Difel e a última pela Bertrand Brasil em 2000 – esta obra encontra-se esgotada. Ao comparar essas duas obras com as demais de autoria de Boris Fausto, observou-se que esse número considerável de edições só se repetiu em relação ao livro “História do Brasil”. Elaborado como livro didático, portanto, voltado para o público externo à universidade, “História do Brasil” encontra-se em sua 14ª edição pela EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo.

Outro exemplo de grande número de edições que envolve o nome de Boris Fausto, não como autor, mas sim como organizador de quatro dos onze volumes, é a coleção “História Geral da Civilização Brasileira”. Publicada inicialmente pela Difel, hoje sob responsabilidade editorial da Bertrand Brasil, essa coleção já ultrapassou a marca de dez edições. Diferentemente das obras publicadas em razão das pesquisas realizadas por Boris Fausto quando de seu doutorado e livre-docência, a coleção “História Geral da Civilização Brasileira” foi concebida com o intuito de alcançar um público composto por diferentes especialistas na área de História. Essa constatação coloca em evidência o grande número de leitores que “A Revolução de 1930” alcançou. Número esse que pode ser mensurado em razão das dezesseis edições e das várias reimpressões pelas quais vem passando esse livro nos últimos quarenta e cinco anos. O quantitativo de edições e reimpressões expõe o interesse comercial que a obra “A Revolução de 1930” gerou – e ainda gera – no mercado editorial.

¹⁴⁶ Dessas dezesseis edições, seis ocorreram ao longo da década de 1970, outras seis na de 1980 e as últimas quatro nos anos de 1990. A primeira reimpressão da 16ª edição, realizada pela Companhia das Letras, data de 2000.

¹⁴⁷ Dessas cinco edições, duas foram realizadas na década de 1970, outras duas na de 1980 e a última só foi publicada depois de passado um intervalo de quatorze anos da quarta edição.

A visibilidade alcançada por essa obra, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a tornou maior que seu autor ao ponto do público não especialista considerá-lo, em muitas ocasiões, um “autor de um livro só”. Ao ser entrevistado, Boris Fausto, mais de uma vez, deixou transparecer certo ressentimento por ser visto, não raramente, apenas como o autor de “A Revolução de 1930”.

[...] eu fiquei muito surpreso, sem nenhuma falsa modéstia, com o prestígio que o livro tem, a tal ponto que eu fico incomodado quando de vez em quando vem uma pessoa e diz: “Ah, Boris Fausto? Eu conheço o senhor. O senhor é aquele que escreveu *A Revolução de 1930*”. Eu escrevi em 1969. Parece que de lá para cá eu não fiz mais nada. (FAUSTO, 2010, p. 17).

A análise das entrevistas realizadas com Boris Fausto indicou que esse ressentimento tem sua origem não só relacionada ao fato de ser considerado pelo público não especialista como um “autor de um livro só”, como também pelo fato de ser conhecido por um trabalho que ele próprio reconhece como ensaístico na medida em que “se você pegar os cânones da história – o cuidado com as fontes, uma quantidade enorme de fontes e tal –, o livro carece disso” (FAUSTO, 2010, p. 18). Para este historiador, esse trabalho de fôlego com as fontes foi somente realizado em sua tese de livre-docência quando então pesquisou em arquivos, como o arquivo particular de Edgard Leuenroth (hoje localizado na Unicamp) e o Arquivo do Estado de São Paulo, e no acervo da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Todavia, na avaliação de Boris Fausto, a maturidade como historiador só ocorreu com a pesquisa sobre crime. Ao falar sobre a investigação que resultou na publicação de “Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)” (1984), Fausto declarou que: “eu fiz um trabalho de arquivo, realmente, eu fiz muito um trabalho de historiador, uma coisa que hoje eu não teria forças para fazer, realmente, porque eu me joguei na poeira do Arquivo do Estado” (FAUSTO, 2010, p. 26). E, ainda sobre esse trabalho, avaliou que:

[...] fui tomado por uma verdadeira maluquice porque me encantei totalmente com o arquivo: almoçava crime, jantava crime, e acho que a Cynira¹⁴⁸ não agüentava mais o meu mundo sangrento. Fiz amostragens, selecionei tipo de crime etc. [...] hoje tenho a impressão que produzi um livro menor do que o material que eu

¹⁴⁸ Cynira, já falecida, é o nome da esposa de Boris Fausto.

tinha. Poderia ter ido além, do ponto de vista da extensão, e talvez pudesse ter fechado com alguma conclusão mais geral. (FAUSTO, 2006, p. 204).

Interessante observar que, segundo Boris Fausto, antes do alcance de sua maturidade como historiador, a escolha temática tanto do doutorado quanto da livre-docência fora motivada por questões políticas. Ao relatar as razões que o levaram a estudar a crise de 1920 e o movimento revolucionário de 1930, Fausto afirmou que

A Revolução de 1930 nasceu de preocupações políticas, do inconformismo com aquela versão de “Revolução Burguesa”, na qual uma classe burguesa progressista levava o país avante. Uma interpretação principalmente do Nelson Werneck Sodré, que virou o meu alvo preferido. Achei que a Revolução de 30 era um bom caminho para discutir essa tese. (FAUSTO, 2006, p. 190).

Ainda sobre as razões de suas escolhas de pesquisa antes de “Crime e cotidiano”, ao comentar o trabalho que desenvolveu em sua livre-docência a respeito da formação da classe operária, Boris Fausto registrou que o seu interesse na época:

[...] se prend[eu], mais uma vez, à política. Havia um mito na esquerda, sob influência do marxismo, de que a classe operária, por definição, tinha uma missão revolucionária a cumprir, como portadora da história. Enquanto isso não ocorresse ela seria, por exemplo, o setor social básico capaz de derrubar o regime militar. Mas a classe operária estava tratando dela mesma, com muita dificuldade, coisa que eu acho normal... Se a classe média trata de si, se o individualismo cresceu, por que diabo a classe operária teria de transformar o mundo? Mas na época, em 1968, falando mais sério, a “apatia” da classe operária realmente causava estranheza, espanto, decepção e, ao mesmo tempo, surgia uma necessidade: “Vamos entender melhor essa história da tão decantada classe operária”. (FAUSTO, 2006, p. 199).

Neste trabalho, não se questiona a validade do argumento político apresentado por Boris Fausto para explicar suas escolhas temáticas nos anos de 1960 e 1970. Entretanto, acredita-se que a esse argumento deva ser somado outro de dimensão historiográfica: o da vantagem de se ocupar um espaço até então não priorizado pelos historiadores brasileiros de formação acadêmico-universitária. Afinal, a construção de Boris Fausto como historiador se deu associada à imagem

de precursor no campo historiográfico dos estudos de temáticas circunscritas à Primeira República. Associação que lhe rendeu imediata visibilidade dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Ao se lançar na investigação do período republicano, Boris Fausto se expôs no campo historiográfico a duas possibilidades de crítica: de um lado, seus trabalhos poderiam ser avaliados positivamente em razão da escassez de debate em torno dos objetos por ele pesquisado; de outro, eles poderiam sofrer críticas severas por conta da proximidade entre o tempo passado do objeto investigado e o tempo presente em que se processava a análise do historiador. Porém, infere-se que a segunda crítica não ganhou força uma vez que, concomitante à inserção de Fausto nas pesquisas históricas, crescia, no meio acadêmico, uma onda de defesa de reserva de mercado nas universidades e na indústria editorial para os pesquisadores brasileiros. Essa defesa de reserva de mercado esteve diretamente relacionada ao aumento da presença de pesquisadores norte-americanos no Brasil. Estes não apenas passaram a ter maior interesse em investigar as experiências sociais, políticas, econômicas e culturais do país¹⁴⁹, como também começaram a considerar o ensino universitário brasileiro como possibilidade de trabalho em um momento marcado pela carência de profissionais qualificados.

Em artigo publicado na Revista de História da USP, José Honório Rodrigues (1976) avalia os estudos realizados sobre a história do Brasil, dando ênfase ao interesse crescente por parte dos intelectuais estrangeiros em desenvolverem pesquisas sobre a realidade brasileira. Neste artigo, o referido autor

¹⁴⁹ De acordo com Astor Antônio Diehl (1999), o maior interesse por parte dos intelectuais norte-americanos em investigar as diferentes experiências sociais, políticas, econômicas e culturais brasileiras esteve diretamente relacionado aos generosos financiamentos que o governo de seu país passou a destinar às pesquisas sobre a América Latina e, em especial, sobre o Brasil. E esses generosos financiamentos estiveram, por sua vez, associados a questões políticas. Para este autor, “a década de 1960 foi marcada por um forte incremento dos estudos latino-americanos e da história em particular, motivado possivelmente por acontecimentos da política internacional. Como demonstra Lewis Hanke, em 1958, Fidel Castro subiu ao poder em Cuba, fato que teve como conseqüência, entre outras, o renascimento do interesse pelas pesquisas sociopolítico-culturais nos países latino-americanos num padrão até então desconhecido. Organismos de fomento oficiais e privados despenderam grandes somas para a pesquisa nessa região; abriram-se oportunidades para visitas de estudantes e professores à América Latina, aumentando as facilidades de pesquisas, o que incentivou os estudos e incrementou o número de estudantes de pós-graduação nas universidades norte-americanas. Como nunca, realizaram-se congressos com discussões sobre importantes teses; criaram-se e ampliaram-se bibliotecas com novas coleções sobre a América Latina, e as embaixadas passaram a dispor de historiadores e sociólogos, enfim, de pessoal técnico competente para trabalhar e auxiliar os *scholars* americanos.” (DIEHL, 1999, p. 191-192).

deixou transparecer certa reserva relacionada ao anúncio feito quando da realização, em 1975, da reunião anual da Conference on Latin American History sobre oportunidade de ensino no Brasil para historiadores americanos. Nas palavras desse historiador:

[...] As nossas Universidades, especialmente a chamada do Brasil (atual Federal do Rio de Janeiro) e as mais antigas federais, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e todas as demais em geral cuidaram somente da formação de professores para o nível secundário, e não formaram historiadores, pesquisadores, professores de nível superior. A exceção foi a Universidade de São Paulo, o que não bastou, não só porque a quantidade não corresponde à qualidade, mas porque dificilmente um professor de São Paulo aceita um posto federal, onde receberá três a quatro vezes menos. [...]

Por esta razão, o número de setembro de 1975 da *Conference* trazia uma informação dizendo que a Universidade de Minas Gerais, pretendendo expandir seu programa de graduação, oferecia emprego a professores americanos no campo da história, da sociologia, da antropologia, com salários na área de 15.000 dólares anuais, o que talvez não pague aos nacionais. [...].(RODRIGUES, 1976, p. 192)

A constatação de José Honório Rodrigues da abertura no espaço das universidades públicas brasileiras à incorporação de estrangeiros em seus quadros docentes veio acompanhada de uma responsabilização dos governos e das instituições de ensino superior pela falta de profissionais qualificados no Brasil que pudessem ocupar as vagas então disponibilizadas aos norte-americanos.

Foi culpa nossa, sobretudo dos vários governos e das Universidades, a deficiência dos nossos quadros. Além da insuficiência de professores de nível superior, grande parte do ensino superior federal está entregue a professores de nível médio e não superior. Vão, assim, professores americanos disputar os cargos, ocupá-los, este é o fato, e simplesmente porque não temos pessoal qualificado. Não temos, não só porque as Universidades se omitiram, mas porque os governos nestes últimos quinze anos nada fizeram, pelo contrário, não reconheceram a profissão de historiador e pesquisador de história, não criaram o mercado de trabalho, com a inexistência de posições públicas pelo menos nas Bibliotecas, Arquivos, Museus, e sobretudo em face da reforma desnacionalizadora do ensino que aboliu o estudo da História, incluindo-o nas Ciências Sociais. Quem quer especializar-se em história diante desta falta de perspectiva? Esqueceram-se os executores da política educacional que a língua e a história são as duas maiores forças espirituais que unem a nação e a projetam para o futuro. (RODRIGUES, 1976, p. 192-193).

Além de suas reservas relacionadas à ocupação estrangeira dos cargos disponíveis para professores no ensino superior brasileiro, José Honório Rodrigues registra seu receio quanto à disparidade existente no mercado editorial entre o número de publicações dos estudos brasileiros e daqueles realizados por brasilianistas. Para este autor, a divulgação dos resultados das pesquisas brasileiras perdia espaço no mercado editorial interno para os estudos brasilianistas em razão de estes últimos contarem não apenas com avultosos recursos investidos pelas agências de fomento norte-americanas em suas pesquisas, como também com incentivo à publicação de suas dissertações e teses acadêmicas. Deste modo, na avaliação de José Honório Rodrigues, o comércio no Brasil de livros especializados na área de História, bem como das humanidades em geral, estava, ao menos até 1975 – quando então ele analisa a produção historiográfica sobre o Brasil –, sob a predominância das obras publicadas por brasilianistas. Diante desse cenário, ele conclui que:

Estamos, assim, diante da ameaça de vermos nossa história multinacionalizada, ensinada e escrita por profissionais americanos e de outros países. [...]

A diferença essencial entre ontem e hoje é que antes eles escreviam e estavam ganhando a batalha da produção sobre estudos brasileiros, e agora eles se candidatam e são procurados para ensinar aos brasileiros problemas nacionais e a nossa história do Brasil. (RODRIGUES, 1976, p. 197).

Paralelamente a forte presença norte-americana no interior do campo acadêmico brasileiro, especialmente entre a segunda metade da década de 1960 e início da de 1970, os pesquisadores brasileiros experienciavam no Brasil inúmeras dificuldades que restringiam a sua atuação profissional. Dificuldades que decorriam das limitações político-ideológicas impostas pelo regime de exceção implantado em 1964. Além de sofrerem com as limitações políticas de incentivo e verbas para pesquisas, os pesquisadores brasileiros, e dentre eles destacam-se os historiadores, viram determinados temas da História do Brasil serem interditados – ainda que de forma velada – ao seu campo de investigação, fosse em razão da não liberação de alguns arquivos, fosse porque pairasse certo temor no meio acadêmico em lidar com temas ou períodos históricos que pudessem suscitar desconfiança do governo autoritário.

Importa ainda destacar que o que estava interdito como objeto de estudo aos historiadores brasileiros, por conta do cenário político vivenciado à época, não estava para os brasilianistas, posto que eles não se encontravam submetidos aos mesmos limites político-ideológicos do governo de exceção instalado em 1964 que os intelectuais brasileiros. Assim sendo, enquanto os historiadores brasileiros evitavam investigar o período republicano, os historiadores brasilianistas se constituíam em importantes referências acadêmico-universitárias nesse terreno. Deste modo, na segunda metade dos anos de 1960, ao perscrutar o período republicano, Fausto passou a trilhar um caminho antes dominado pela produção dos brasilianistas.

Com base no exposto, entende-se que escrever sobre a República brasileira em pleno regime autoritário se constituía em ato político de enfrentamento intelectual uma vez que o historiador não limitava suas escolhas de objetos de estudo apenas ao que se encontrava autorizado no campo de produção historiográfica. Neste trabalho, assume-se que Boris Fausto optou por esse enfrentamento quando escolheu pesquisar a Primeira República, tanto no doutorado quanto na livre-docência. E, infere-se que esse seu ato político fora reconhecido pelos seus pares, mesmo os mais críticos à pesquisa do período contemporâneo, na medida em que não censuraram a proximidade existente nas suas produções históricas entre o tempo do objeto investigado e o tempo do sujeito investigador.

Todavia, a inexistência desse tipo de crítica não resultou no encaminhamento de elogios às obras faustianas “A Revolução de 1930” e “Trabalho urbano e conflito social” por parte dos historiadores brasileiros. Ao contrário, o que se observou foi que, no momento imediato à publicação dessas suas obras, a comunidade de historiadores, ao que tudo indica, reservou-se ao silêncio, não sendo, por isso, possível detectar nenhuma resenha ou mesmo comentários feitos por profissionais da área da História sob o impacto da divulgação tanto de “A Revolução de 1930” quanto de “Trabalho urbano e conflito social”. Silêncio que não suscitou estranhamento visto que, pelo menos até o início da década de 1970, o campo de produção historiográfica priorizava a investigação dos períodos colonial e imperial da História do Brasil. Por fim, cabe destacar que esse silêncio será rompido

pelos historiadores no instante em que começarem tomar por objeto seja a crise de 1920 e o movimento revolucionário de 1930, seja a classe operária brasileira.

E, se os historiadores brasileiros reservaram-se ao silêncio na ocasião imediata à publicação de “A Revolução de 1930” e de “Trabalho urbano e conflito social”, os cientistas sociais foram os primeiros a se manifestarem sobre os resultados que essas obras faustianas apresentavam ao campo de produção acadêmico-científica. Ao ser indagado pelos entrevistadores Paulo Fontes e Ludmila Ribeiro sobre o alcance do impacto do livro “A Revolução de 1930” no campo de produção acadêmico-científica, Boris Fausto demonstrou ter tido consciência de que o seu livro, ao menos nos primeiros anos de 1970, despertara mais o interesse dos cientistas sociais do que dos historiadores. Nas palavras de Fausto (2010, p. 18), o impacto de seu livro “se deu mais no campo da sociologia do que no campo da história”.

Ainda a respeito do interesse que a obra faustiana “A Revolução de 1930” provocou entre os cientistas sociais na ocasião de sua publicação, cabe por em destaque dois textos produzidos sob o impacto das análises de Boris Fausto acerca do movimento revolucionário de 1930. O primeiro refere-se ao artigo intitulado “O contexto político na Revolução de Trinta”, de autoria das cientistas sociais Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime¹⁵⁰. Publicado, em 1970, pela Revista Dados, esse artigo colocou em discussão as teses de autores brasileiros que procuravam uma explicação para a Revolução de 1930. Para tanto, selecionaram: Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme, Virgínio Santa Rosa, Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, Barbosa Lima Sobrinho e Boris Fausto.

Dentro deste quadro de autores, ao longo do artigo, a tese de doutorado deste último fora apresentada como questionadora das teorias explicativas sobre 1930 elaboradas por aqueles cinco primeiros autores e, ao mesmo tempo, como parte integrante da mesma tradição interpretativa acerca do movimento de 1930 em que se encontrava localizada a obra de Barbosa Lima Sobrinho. Para as autoras Franco, Oliveira e Hime (1970), o texto de Boris Fausto não só criticou as teses que

¹⁵⁰ No momento de redação deste artigo, as autoras eram alunas de mestrado do Programa de Ciência Política e Sociologia, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

validavam a Revolução de 1930 como ascensão da burguesia industrial à dominação política (conforme Werneck Sodré e Wanderley Guilherme) ou como revolução das classes médias (segundo Virgínio Santa Rosa, Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe); como também aproximou-se de Lima Sobrinho por defender o movimento de 1930 como fruto das disputas empreendidas pelas oligarquias regionais pelo poder. Diante disso, ressalta-se que, mesmo antes de sua publicação, a tese de doutoramento de Fausto tivera seu espaço garantido na composição do estado da arte da escrita do processo revolucionário que resultou na deposição de Washington Luís.

Outro texto elaborado sob o impacto das análises de Boris Fausto a respeito do movimento revolucionário de 1930 encontra-se, à semelhança do primeiro, na Revista Dados de 1970. A autora Eli Diniz Cerqueira¹⁵¹ dedicou-se a escrita de uma resenha para divulgação da primeira obra faustiana “A Revolução de 1930: historiografia e história”. Em um pouco mais de duas páginas, Cerqueira (1970) busca construir o livro de Fausto como crítico dos modelos explicativos até então em vigência, especialmente aqueles que se pautavam nas teorias dualistas. Esta autora argumenta que, por um lado, “o livro de Boris Fausto representa importante contribuição no que se refere à revisão crítica dos modelos explicativos implícitos nas análises mais correntes acerca do significado da Revolução de 1930” (CERQUEIRA, 1970, p. 196). E, por outro, como alternativa às teses já consagradas, esse livro apresenta uma análise sobre 1930 fundada no princípio de que

[..] o movimento de trinta ganh[ou] amplitude a partir da formação de uma frente de oposição, englobando, além do setor militar, grupos oligárquicos dissidentes. Sua base de sustentação est[eve] representada pelo apoio não só do conjunto das forças sociais como também das classes médias dos grandes centros urbanos. (CERQUEIRA, 1970, p. 197-198)

Diante do exposto, conclui-se que tanto o artigo quanto a resenha considerou Boris Fausto como revisor crítico das interpretações até então conhecidas sobre a Revolução de 1930. Construída no ano de 1970 pelas Ciências Sociais, essa imagem de revisor ainda hoje confere identidade ao autor de “A

¹⁵¹ Assim como as autoras de “O contexto político na Revolução de Trinta”, Eli Diniz Cerqueira, no momento de redação desta resenha, era aluna de mestrado do Programa de Ciência Política e Sociologia, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

Revolução de 1930”. O que permite ponderar que foi a área das Ciências Sociais, e não a da História, que consagrou à posteridade a imagem que definiu e ainda define o historiador de “A Revolução de 1930”, Boris Fausto.

Seguindo a mesma trajetória da obra “A Revolução de 1930”, o livro “Trabalho urbano e conflito social” teve como seus primeiros comentadores os cientistas sociais. Embora não se tenha localizado resenhas desta obra na época de sua publicação, é possível mensurar a recepção da pesquisa de Boris Fausto sobre a classe operária entre os cientistas sociais a partir do artigo de Leôncio Martins Rodrigues e Fábio Antônio Munhoz. Intitulado “Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos”, esse artigo foi publicado, em 1974, na revista Estudos CEBRAP e teve por objetivo expor o levantamento bibliográfico realizado por seus autores em torno dos temas do sindicalismo e dos trabalhadores industriais no Brasil. Segundo Rodrigues e Munhoz (1974, p. 153), neste levantamento “foram incluídos trabalhos de reconstituição histórica, pesquisas referentes às atitudes operárias, estudos sobre o sindicalismo enquanto organização, ensaios sobre as orientações políticas do proletariado, etc.”.

Com base no levantamento bibliográfico, Rodrigues e Munhoz (1974) concluíram que as pesquisas sobre a classe operária apenas começaram a ser desenvolvidas a partir da segunda metade da década de 1950. Antes desta data, “os escritos existentes diziam respeito à legislação trabalhista e aos problemas da organização sindical considerados sempre do ângulo legal”. Para além desses trabalhos de perspectiva jurídica, “havia os trabalhos de cunho político-partidário, efetuados pelos diferentes grupos políticos de esquerda” (RODRIGUES; MUNHOZ, 1974, p. 164).

Apesar das pesquisas sobre classe operária e sindicato terem sido impulsionadas nos anos de 1950, de acordo com Rodrigues e Munhoz (1974), em nenhum outro momento se presenciou notável incremento nas investigações em torno dos trabalhadores e do sindicalismo como nos primeiros anos da década de 1970. E, em meio a este tão grande número de pesquisas, esses autores destacam o trabalho de Boris Fausto¹⁵². Publicado antes da defesa da tese de livre-docência

¹⁵² Para além da pesquisa de Boris Fausto, os autores Rodrigues e Munhoz (1974) citam outros doze trabalhos em curso nos primeiros anos de 1970: Márcia Mendes de Almeida, “Sindicato dos têxteis no

de Fausto, esse artigo registra a pesquisa deste historiador que, na ocasião, se encontrava em curso.

Boris Fausto, *Política e Movimento Operário no Brasil entre 1880-1935*. Pesquisa sobre os aspectos propriamente históricos do sindicalismo. O A. estuda o Estado oligárquico face ao movimento operário, assim como as orientações políticas e sindicais dominantes entre este último em relação ao Estado. (RODRIGUES; MUNHOZ, 1970, p. 165).

Ao comparar o resumo que os autores fizeram da proposta de pesquisa de Boris Fausto sobre a classe operária com a tese de livre-docência defendida por este historiador em 1975, percebe-se que, ao longo da investigação, a proposta inicial passou por algumas alterações, especialmente no concernente ao recorte temporal. No lugar de abarcar o período entre 1880 a 1935, o texto final apresentado por Fausto à banca de avaliação de sua tese concentrou-se na abordagem do movimento operário de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1890 a 1920. A despeito das mudanças sofridas no projeto inicial, o comentário realizado por Leôncio Martins Rodrigues e Fábio Antônio Munhoz a respeito do trabalho de Fausto interessa na medida em que este o expôs como o primeiro historiador brasileiro a integrar o campo dos estudos operários, até então, de domínio dos cientistas sociais.

Essa construção do pioneirismo de Boris Fausto nos estudos operários, assim como a que fora realizada em torno de “A Revolução de 1930”, é tão marcante no campo acadêmico que acabou sendo incorporada nas análises de quem se propôs a tratar a produção historiográfica do tema. Um caso emblemático disso está no texto de Claudio Batalha (2010, p. 151) que, ao identificar os anos de 1970 como a década inauguradora da entrada da história acadêmica no campo dos estudos operários, afirma ser Boris Fausto “o mais conhecido trabalho brasileiro

período populista”; Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicato em São Paulo”; Regis Stephan de Castro Andrade, “Organização e comportamento em conflitos trabalhistas no período 1960-64”; Carlos Alberto Antunes, “Atitudes operárias numa empresa automobilística”; Argelina Borges Cheibub, “Política governamental e funções sindicais”; José Amauri Ferraz, “Conflito industrial e estado: a greve da CNTI de 1963”; Ricardo F. A. Maranhão, “Movimento sindical e guerra fria: Brasil 1947-1950”; José Álvaro Moisés, “Participação e forma de consciência social entre as classes populares na região da grande São Paulo 1950-1970”; Fábio A. Munhoz, “Comportamento sindical durante o governo Kubitschek (1956-1961)”; Vera Maria Pereira, “Atitudes e aspirações do trabalhador têxtil na Guanabara”; Neyde Lopes de Souza, “Satisfação e ajustamento à estrutura urbana industrial de um grupo de trabalhadores do metropolitano de São Paulo”; Luiz Jorge Werneck Vianna, “Burocracia e mudança social: o caso do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço”.

nesse campo de estudos desses anos, a ter uma perspectiva historiográfica”. Deste modo, defende-se que Batalha, ao avaliar a obra de Fausto sobre classe operária, reafirma no campo de produção histórica o que havia sido anunciado anos antes pelos cientistas sociais. Com isso, têm-se, mais uma vez, a área das Ciências Sociais construindo a imagem que passaria a definir o lugar ocupado pelo historiador Boris Fausto e sua obra “Trabalho urbano e conflito social” dentro do campo de produção historiográfica.

Findada essas considerações prévias sobre a trajetória inicial das obras faustianas “A Revolução de 1930” e “Trabalho urbano e conflito social”, passa-se a apresentação do modo pelo qual está organizado o presente capítulo, que tem por objetivo colocar em discussão a escrita faustiana da Primeira República, empreendida entre os últimos anos de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Para o alcance de tal objetivo, o texto que se segue está dividido em quatro partes. Inicialmente, buscar-se-á apresentar a maneira pela qual Boris Fausto se apropriou de um debate já consolidado nas Ciências Sociais em torno da crítica às teses dualistas. Em seguida, procurar-se-á fazer as demarcações na obra faustiana da interlocução que este historiador estabelece com o pensamento weffortiano. O próximo passo será refletir sobre o diálogo entre História e Memória realizado por Boris Fausto em seus primeiros trabalhos de pesquisa acadêmica. E, por fim, propor-se-á discutir a forma com que as fontes históricas, em especial os jornais, foram mobilizadas por Fausto no processo de construção interpretativa da Primeira República.

3.1. Boris Fausto e a crítica à perspectiva dualista

A investigação em torno da produção histórica de Boris Fausto indicou que este historiador, quando da publicação de “A Revolução de 1930”, procurou se construir como importante crítico da visão dualista da sociedade brasileira, a qual afirmava a coexistência de dois setores: um representativo das forças do atraso (ligado ao meio rural) e outro das forças do moderno (vinculado ao espaço urbano). Entende-se que essa construção de crítico das teses dualistas realizada por Fausto

foi assumida pelo campo acadêmico-científico sem que houvesse questionamentos acerca das origens dessa crítica.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a crítica às teses dualistas já estavam postas pelas Ciências Sociais antes mesmo de Boris Fausto se vincular ao Departamento de História da FFCL da USP para dar sequência a sua pesquisa de doutoramento. E, em razão disso, buscar-se-á aqui apresentar o modo pelo qual Fausto se apropriou desse debate e se apoiou nele para se construir como um nome respeitável entre os críticos das teses dualistas. Para tanto, iniciar-se-á pela demarcação da origem do debate crítico à teoria dualista a partir dos escritos de Paula Beiguelman. Com base nessa demarcação, apontar-se-á o modo pelo qual esse debate aparece, ainda que indiretamente, na obra weffortiana que emergirá como referência à construção reflexiva de Boris Fausto. Em seguida, por-se-á em discussão o modo pelo qual Fausto empreendeu sua construção como crítico das teses dualistas e, ao mesmo tempo, procurar-se-á por em evidência a recepção dessa construção faustiana pelos seus pares. Por fim, tratar-se-á da atualização realizada por Fausto em torno de alguns dos aspectos argumentativos presentes na obra “A Revolução de 1930”.

O mapeamento dos textos críticos à perspectiva dualista da sociedade brasileiro levou ao artigo de Paula Beiguelman, que será aqui concebido como inaugurador desse debate. Intitulado “A propósito de uma interpretação da História da República”, o texto dessa autora, conforme anunciado no segundo capítulo, foi publicado em 1966, na Revista *Civilização Brasileira*¹⁵³. Logo no primeiro parágrafo desse artigo, Paula Beiguelman (1966, p. 247) expõe como objetivo precípua “fornecer subsídios para uma primeira discussão da obra de Nelson Werneck Sodré”. Pois, de acordo com essa cientista social, as análises empreendidas por esse autor sobre o primeiro período republicano brasileiro foram concebidas a partir da influência da teoria dualista. Essa influência justificaria um exame crítico de algumas hipóteses anunciadas por Werneck Sodré na medida em que, segundo Beiguelman, essa perspectiva dualista promoveria um olhar reducionista da

¹⁵³ A segunda edição deste texto se deu em setembro de 1971, pelo Caderno da História, editado pelo Centro de Estudos Históricos Alfredo d’Escagnolle Taunay, dos alunos do Departamento de História, da Universidade de São Paulo.

realidade brasileira, fundado na ideia de um confronto político direto entre o setor industrial e o agrário.

Cabe sublinhar que, em razão da importância que a obra de Werneck Sodré assumia entre os partidários das esquerdas nos anos de 1960, especialmente aqueles ligados ao PCB, Paula Beiguelman se vê obrigada a esclarecer aos seus leitores o porquê da validade do exame crítico de sua obra. Em nota de rodapé, a autora afirma que:

A importância da contribuição de Nelson Werneck Sodré e principalmente a repercussão que ela encontra entre o público estudantil, tornam indispensável a abertura do debate teórico em torno do procedimento metodológico desse Autor. É certo que as diversas medidas de repressão à atividade intelectual do escritor poderiam produzir, numa reação de natural solidariedade a êle, a tendência a postergar manifestações críticas. Entretanto, o próprio respeito que lhe tributamos, leva-nos a crer que o Autor desaconselharia tal comportamento como prejudicial ao diálogo científico, que êle não apenas não evita como certamente aprova e preconiza. (BEIGUELMAN, 1966, p. 247).

Assim, a nota em questão evidencia os desafios enfrentados por essa autora ao ser uma das pioneiras no debate de revisão das interpretações até então consagradas sobre a Primeira República. De maneira a proceder a esta revisão, Paula Beiguelman (1966) dividiu seu texto em duas partes. Na primeira, ela propôs a discussão de pontos que considerou fundamentais à crítica da polaridade entre os setores urbano e rural, tais como: a emergência da economia de mercado interno no Brasil; a posição do setor urbano dentro da economia inclusiva; o problema financeiro no início da República; e, a política do café no primeiro período republicano. O exame meticuloso desses pontos teve por objetivo deslocar o debate antes centrado na oposição dos setores urbano e rural para a focalização das exigências do sistema econômico em crescimento do primeiro período republicano. Para Paula Beiguelman, as exigências impostas pelo sistema econômico anterior a 1930 elucidariam o sentido do processo de industrialização, bem como o processo político dessa fase da História do Brasil República.

Findada a primeira parte em que Paula Beiguelman buscou demarcar o seu lugar de fala no debate ora referido, o próximo passo dessa cientista social foi discutir o esquema interpretativo proposto por Nelson Werneck Sodré. Segundo

Beiguelman (1966), o autor em questão buscou estabelecer em suas análises uma conexão entre a organização política da Primeira República e a presença dominante do latifúndio. Assim,

Como esquema geral, temos que a 1ª República é pensada em termos de um sistema de dominação do latifúndio, cuja dinâmica se configura em três fases principais: a da implantação, com a partilha provisória do poder com a classe média; a da consolidação, com o exclusivo controle do poder pelo latifúndio; a do declínio, quando a burguesia passa a disputar de forma mais vigorosa a participação do poder. (BEIGUELMAN, 1966, p. 256).

Em conformidade com esse esquema geral, Werneck Sodré defendia que o processo histórico que resultaria na Revolução de 1930 encontraria sua explicação na luta entre a burguesia e o setor agrário. “Nessa luta, ter[-se-ia] a seguinte disposição de forças: de um lado, a parte da alta burguesia vinculada ao setor exportador, em aliança com o latifúndio; de outro, a burguesia interessada no mercado interno, associada à classe média e ao proletariado” (BEIGUELMAN, 1966, p. 255). Todavia, Paula Beiguelman (1966) questiona essa explicação uma vez que, para ela, o interesse da indústria do pós-guerra estaria associado ao do setor agrário. Em suas palavras,

Construir, pois, tal antagonismo [entre os setores urbano e rural] – referido a uma época em que o interesse da nova indústria emergente ainda se associava num sentido profundo ao do setor agrário – apelando para o esquema de uma oposição básica entre a economia exportadora e a de mercado interno, significa apenas a projeção anacrônica de um conflito que, de fato, se estabelece só muito posteriormente. (BEIGUELMAN, 1966, p. 257).

Para Beiguelman (1966, p. 261), “até 1930, o crescimento da indústria, embora continuado, se opera num contexto em que o capital industrial se vê limitado por uma canalização altamente preferencial dos investimentos para o setor agrário”. E, em razão disso, é contundente ao afirmar que:

Não há, pois, como interpretar a agitação da década de 1920 ou a revolução de 1930 em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, ou, na expressão do Autor [Werneck Sodré], como uma luta entre burguesia e latifúndio. (BEIGUELMAN, 1966, p. 262).

Outro cientista social que se afastou da leitura dualista sobre a Primeira República proposta por Nelson Werneck Sodré foi Francisco Weffort. De acordo com

esse cientista social, ao contrário de expor um conflito aberto entre os setores urbanos aptos à industrialização e os setores tradicionais, a Revolução de 1930 denunciou, em vários aspectos, uma solução de compromisso entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes. Para ele,

[...] a natureza dêste compromisso est[eve] implícita na célebre frase de Antônio Carlos, chefe do gôverno do Estado de Minas, representante de um dos mais fortes setores agrários, e um dos chefes da revolução: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. Poder-se-ia dizer, com efeito, que em 30 certos setores agrários se anteciparam aos setores urbanos e definiram dêste modo os limites de ação dêstes últimos. (WEFFORT, 1966, p. 141).

E, embora a reflexão de Francisco Weffort sobre a Primeira República dê demonstrações de afastamento das hipóteses de Nelson Werneck Sodré para o mesmo período, não foi possível identificar em sua obra um exame crítico da perspectiva dualista própria aos trabalhos deste último. Sendo assim, apesar de não ser possível colocá-lo entre os cientistas sociais que empreenderam um exame crítico da obra sodreana, entende-se que ele não esteve alheio ao debate que levantou questionamentos em torno da validade explicativa das teorias dualista para a compreensão dos aspectos sócio-político-econômicos do primeiro período republicano brasileiro.

Esta afirmação encontra sustentação em uma das notas do artigo “Estado e massas no Brasil” (1966)¹⁵⁴, de Francisco Weffort. Nela o cientista social faz menção a um trabalho de Paula Beiguelman que se encontrava na época em desenvolvimento. O objeto de análise desta pesquisa de Beiguelman era a natureza das intervenções do Estado sobre a economia. Pesquisa que teria dado a esta cientista social subsídios ao exame crítico da obra de Werneck Sodré, realizado em seu artigo “A propósito de uma interpretação da História da República” (1966). Além disso, faz-se pertinente assinalar que Weffort, já em 1966, encontrava-se sob orientação de Paula Beiguelman no doutorado. Acredita-se que este vínculo, associado ao fato de ele ser professor na FFCL da USP desde 1961 e, portanto,

¹⁵⁴ Lembra-se que o artigo “Estado de massas no Brasil” de Francisco Weffort, embora tenha sido escrito em um primeiro momento no ano de 1964, só veio a ser publicado em 1965, na Revista Latinoamericana de Sociologia, vinculada ao Centro de Sociologia Comparada del Instituto Torcuato Di Tella. Tomada aqui como referência para a construção do debate conceitual que envolve o nome de Weffort, a versão em português deste texto foi publicada em 1966, na Revista Civilização Brasileira.

colega de trabalho de sua orientadora, teria criado ambiente oportuno para inseri-lo no debate revisionista das teses até então consagradas sobre a Revolução de 1930, antes mesmo que Beiguelman publicasse os resultados de suas reflexões.

Mesmo Francisco Weffort não sendo uma referência de crítico da obra Werneck Sodré à semelhança de Paula Beiguelman, seu afastamento em relação às teses desse historiador interessa em razão da análise que se empreende, neste trabalho, da tese de doutoramento de Boris Fausto. Ao se colocar como crítico das teses dualistas propugnadas por Werneck Sodré, Fausto, a princípio, não demonstra conhecer o texto de Paula Beiguelman (1966) que lhe antecede. Tal fato causa surpresa uma vez que essa cientista social teve seu texto publicado na então conhecida Revista Civilização Brasileira, que, na época, chegava a ultrapassar a marca dos 20.000 exemplares, atingindo, assim, todas as cidades brasileiras (PÉCAUT, 1990).

Mas, se ele silenciou-se quanto ao texto de Paula Beiguelman, o mesmo não ocorreu em relação à obra weffortiana. Com isso, em concordância com o que fora anunciado no segundo capítulo, parte-se do pressuposto que a crítica faustiana das teses dualistas foi elaborada em diálogo com Francisco Weffort, o qual, por sua vez, não se encontrava estranho aos debates propostos por Beiguelman mesmo não tendo por objetivo traçar um exame da obra sodreana. Para além de Weffort, outros autores forneceram argumentos fundamentais a Boris Fausto para a construção de sua crítica as teses dualistas em “1930: historiografia e história”. Foram eles: os brasileiros Octávio Ianni (citado no corpo do texto, mas não em suas referências), Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Caio Prado Junior; e, os brasilianistas Warren Dean, Werner Baer, Stanley Stein, Andrew Gunder Frank, Rodolfo Stavenhagen.

Contudo, quando se analisa a reflexão encaminhada por Boris Fausto sobre a Revolução de 1930, tendo por referência a tese em seu formato publicado, nota-se a incorporação de dois autores que não estavam contemplados no texto da tese original: Paula Beiguelman e Eduardo Kugelmas. Justamente autores que se propuseram nos anos de 1960 a revisarem as interpretações sobre a Primeira República realizadas sob a influência das teses dualistas. Interessante observar que, ainda que esses autores tenham antecedido às reflexões de Fausto, o diálogo com

suas obras em “A Revolução de 1930” ficou restrito a notas de rodapé. Sendo que, ao referenciar o artigo de Paula Beiguelman (1966), Fausto destacou que coube a esta cientista social a primeira tentativa em propor um esquema explicativo da Primeira República em oposição ao modelo dualista, no qual se defende:

[...] inexistência de contradições antagônicas entre setor capitalista exportador e de mercado interno; impossibilidade de se reduzir uma instituição como o Exército às classes médias; necessidade de relativizar a noção de que o setor agrário exportador está associado ao imperialismo. (FAUSTO, 1989, p. 9-10).

Seguindo as proposições lançadas no segundo capítulo, infere-se que essas incorporações realizadas na versão da tese para publicação tenham se dado em razão de comentários encaminhados pela banca avaliadora do texto de Boris Fausto para doutoramento. E que, embora essas incorporações sugiram o reconhecimento da pertinência da sugestão do examinador, em nada mudaram o encaminhamento de sua primeira reflexão. Ao contrário, o texto publicado segue com mínimas alterações quando comparado ao seu original. De posse dessa discussão, passa-se ao tratamento da forma pela qual Boris Fausto se construiu como crítico das teses dualistas em sua pesquisa de doutoramento.

Logo na introdução de sua tese, Fausto elucida que existem duas perspectivas analíticas sobre a Revolução de 1930 fundadas na caracterização desse episódio enquanto ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe. De um lado, têm-se as explicações de tipo meramente psicológico, nas quais defendem que “1930 seria o produto combinado da ‘teimosia de Washington Luiz, do despeito de Antonio Carlos, do caráter dúbio de Getúlio Vargas’” (FAUSTO, 1969, p. 1). Deste modo, as deformidades das instituições políticas passam a ser reduzidas à psicologia individual de cada um dos sujeitos envolvido no processo político que resultou na deposição de Washington Luiz.

E, de outro lado, Boris Fausto aponta duas linhas explicativas do episódio da Revolução de 1930 que se cristalizaram na historiografia brasileira entre os anos de 1950 e 1960: “uma, procurando sintetizar o episódio revolucionário em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial; outra, definindo 1930 como revolução das classes médias” (FAUSTO, 1969, p. 1-2). Findada a apresentação dessas perspectivas analíticas em torno do movimento revolucionário de 1930, o próximo

passo de Fausto foi construir o seu trabalho como crítico dessas concepções, tendo como objetivo

[...] reinterpretar as linhas essenciais do episódio e discutir algumas questões relativas às relações entre classes sociais e os movimentos políticos da década de 1920, pelo prisma da crítica historiográfica, contando para isso com o subsídio de algumas análises mais recentes. (FAUSTO, 1969, p. 2).

Essa autoconstrução de Boris Fausto como revisor das interpretações até então consagradas sobre 1930 segue contemplada na introdução de seu texto em formato de livro. Já no primeiro parágrafo do texto de abertura de “A Revolução de 1930”, esse historiador adverte que: “[e]ste livro nasceu da intenção de contribuir – através da análise de um episódio significativo – para o esforço de revisão histórica da Primeira República, que procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente” (FAUSTO, 1989, p. 9). O modelo explicativo ao qual Fausto fazia referência era o da teoria do dualismo das sociedades dependentes latino-americanas. Esta teoria se fundamentava no princípio de que:

[...] na formação social do país existiria uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno, representado pela “burguesia”. As disputas da Primeira República explicar-se-iam, em última análise, por essa oposição, com as classes médias, identificadas com os movimentos militares, assumindo o papel de vanguarda das reivindicações burguesas. (FAUSTO, 1989, p. 9).

De acordo com Boris Fausto (1989), quando da publicação de “A Revolução de 1930”, a crítica do que era subjacente ao modelo dualista já se encontrava contemplada, ao menos em alguns aspectos, em trabalhos como os de Andrew Gunder Frank, Caio Prado Junior, Rodolfo Stavenhagen e outros autores. Todavia, ele entendia que a tomada do movimento revolucionário de 1930 como objeto de análise se revelava

[...] estratégico no sentido de fornecer elementos para demonstrar a inconsistência do modelo consagrado e para se propor outro tipo de explicação. Isto, por duas razões essenciais: 1^a) Trata-se do episódio que põe fim à República Velha, e a oposição fundamental latifúndio-burguesia – se verdadeira – aí estaria presente, em toda sua extensão; 2) o tenentismo desempenha nele um papel importante e as insurreições tenentistas, mais do que qualquer outro movimento

militar, têm sido reduzidas à ação política das classes médias. (FAUSTO, 1989, p. 10).

Com base no exposto, observa-se que a introdução do livro guarda um diferencial em relação a que fora apresentada em sua tese. Esse diferencial está no fato de que a introdução do livro tem o cuidado não só de construir a obra “A Revolução de 1930” como revisora das teses dualistas sobre a Primeira República, como também de integrá-la ao conjunto de obras que passam a pertencer a um novo esquema explicativo do primeiro período da história republicana brasileira. Nesse sentido, os marcos da trajetória historiográfica em torno das revisões históricas do modelo dualista se encontram melhor demarcados no livro do que na tese de doutoramento.

Ainda sobre a teoria dualista, cabe registrar que Boris Fausto identificou no pensamento de esquerda o nascedouro dessa perspectiva analítica. De acordo com este historiador,

No interior do pensamento de esquerda, tem raízes profundas, hoje bastante abaladas, a caracterização da sociedade brasileira supondo-se a existência de dois setores básicos: o pré-capitalista, localizado no campo, onde predominariam relações de produção de tipo feudal ou semifeudal, cuja expressão típica seria o latifúndio; o capitalismo e urbano, que teria dado origem à formação de uma burguesia industrial nos grandes centros.

Como se sabe, uma alma gêmea mais recente desta caracterização, despida das categorias de modo de produção e oposições de classe, mas que resulta no mesmo tipo de análise, é a teoria do dualismo das sociedades latino-americanas “em vias de desenvolvimento”, pela qual se procura apreender a estrutura básica destas sociedades através de uma polaridade, com sinais opostos. (FAUSTO, 1969, p. 4).

Entre os representantes desse pensamento de esquerda, Boris Fausto destaca Nelson Werneck Sodré, que, segundo ele, teria se tornado “o mais conhecido defensor das teses dualistas, com conteúdo ‘paradialético’, como modelo explicativo da sociedade brasileira” (FAUSTO, 1969, p. 11). A crítica faustiana à obra sodreana recai, sobretudo, na leitura que esse historiador fez da Revolução de 1930 como sendo fruto do confronto latifúndio-burguesia. Contudo, o exame crítico de Boris Fausto não se restringiu a análise dualista sodreana do movimento revolucionário de 1930, sendo extensivo a todos os autores que, assim como

Werneck Sodré, avaliavam 1930 como golpe da burguesia. Dentre esses autores, citam-se: Wanderley Guilherme, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado.

E, apesar de suas críticas alcançarem outros autores, o olhar retrospectivo de Boris Fausto apenas encontra a obra de Werneck Sodré. A análise das entrevistas concedidas por Fausto permitiu evidenciar que, ao ser indagado sobre a conjuntura de produção de sua tese de doutoramento, a referência ao debate com Nelson Werneck Sodré se fez uma certeza. Nas palavras de Fausto,

Naquele momento havia a idéia de que a burguesia nacional tinha triunfado em 1930, concepção defendida principalmente por Nelson Werneck Sodré. Como disse um amigo meu à época, disparei contra ele uma metralhadora giratória; coisa de quem está começando. De qualquer modo, no Nelson Werneck Sodré é muito clara essa linha da burguesia nacional que vai construindo a história brasileira e o grande momento é 1930, o momento da chamada revolução democrático-burguesa. (FAUSTO, 2000, p. 103).

Na ocasião em que Boris Fausto desenvolveu sua pesquisa sobre a Revolução de 1930, portanto, em pleno regime de exceção, Nelson Werneck Sodré era um intelectual respeitado no campo de produção historiográfica e, ao mesmo tempo, exercia forte influência entre os partidários das esquerdas no Brasil. Como já mencionado, a preocupação de Paula Beiguelman (1966) em redigir uma nota que explicasse ao leitor a pertinência de se fazer um exame crítico da obra sodreana dá a dimensão do desafio que era, na década de 1960, confrontar os argumentos de Werneck Sodré. Na verdade, um desafio duplo posto que, além de se ter que construir argumentos que pusessem à prova as teses de Werneck Sodré, o examinador crítico da obra sodreana necessitava propor um novo esquema explicativo da experiência republicana brasileira, que tivesse sua validade reconhecida entre seus pares.

Assim, neste trabalho, entende-se que as representatividades política e historiográfica exercidas por esse intelectual nos anos de 1960, em parte, explicam o porquê de Boris Fausto construir no campo da memória a trajetória da escrita de “A Revolução de 1930” em confronto exclusivo com as teses de Werneck Sodré, levando, assim, ao silenciamento os nomes dos demais autores por ele criticados. Ademais, essa construção de crítico das teses de Werneck Sodré reforça o lugar que Boris Fausto almejava conquistar no campo historiográfico, qual seja: o de

pioneiro na revisão histórica da Primeira República assentada no modelo dualista. Lugar que é aceito e reafirmado pelos seus pares.

Atenta-se para o fato de que a representação de Boris Fausto como revisor das teses dualistas pelos seus pares não esteve dada apenas nos textos escritos sob o impacto da publicação de “A Revolução de 1930”, como foram os casos do artigo de Franco, Oliveira e Hime (1970) e da resenha de Cerqueira (1970), ambos já discutidos neste capítulo. Essa representação também está contemplada no texto de Angela de Castro Gomes, “História e historiografia de *A Revolução de 1930*”, publicado quase quarenta anos depois da primeira edição da obra que fez de Fausto um historiador conhecido dentro e fora do meio acadêmico. Ao fazer uma avaliação da importância da obra faustiana em questão, Angela de Castro Gomes assim se expressou:

[...] é bom remarcar que *A Revolução de 1930* se manteve como um clássico, não apenas por seu indiscutível papel pioneiro, mas principalmente pela força e permanência da interpretação que construiu sobre o evento que elegera como objeto. O livro se debruça sobre a Primeira República, mais particularmente sobre a “crise dos anos 1920”, revisando teses muito compartilhadas que explicavam a revolução como o “resultado final” de um confronto estrutural entre forças políticas do campo e da cidade, ou melhor, entre forças que representavam “o atraso e o progresso”. Nesse sentido, sua contribuição foi determinante. (GOMES, 2008, p. 15).

Nessas poucas linhas, Angela de Castro Gomes (2008) acaba por contemplar a representação que Boris Fausto buscou construir, especialmente, na introdução de “A Revolução de 1930” a partir de três aspectos: o da afirmação de sua obra como pioneira na produção histórica; o de revisor das teses dualistas; e, o de propositor de um novo esquema interpretativo da Primeira República. E, se, por um lado, esta historiadora contempla a forma pela qual Fausto queria ser (re)conhecido entre seus pares, por outro, ela destaca aspectos na obra faustiana que o próprio autor não avalia como definidores de seu trabalho. Conforme Angela de Castro Gomes,

Ele [Boris Fausto] rejeitou essa leitura [dualista] do processo histórico do país, que deitava raízes no próprio momento do episódio e, com documentação rigorosa, como reza a tradição do ofício do historiador, ofereceu uma interpretação alternativa. Dessa forma, o pioneirismo do tema e seu recorte foram sustentados pela solidez da argumentação teórica e da pesquisa empírica, passando a alicerçar

uma nova leitura do episódio revolucionário, que não mais abandonaria a produção de textos sobre o período republicano. (GOMES, 2008, p. 15-16).

Como anunciado anteriormente, Boris Fausto entende que sua pesquisa de doutorado careceu de um trabalho de fôlego com as fontes históricas, razão pela qual ele considera “A Revolução de 1930” um ensaio. Nesse sentido, para este historiador, a pesquisa empírica fica a desejar. Na contramão do olhar do próprio autor, Angela de Castro Gomes valoriza a obra faustiana pelo seu árduo trabalho com documentação rigorosa e pela solidez de sua pesquisa empírica. Dessa forma, conclui-se que a obra “A Revolução de 1930” se tornou maior que o autor na medida em que ela suscita representações de si que não são partilhadas pelo olhar de quem a elaborou.

Mas, diante do exposto, fica uma pergunta: o que Boris Fausto concluiu sobre a Revolução de 1930? Primeiro, ele concluiu que não havia indícios que confirmassem a existência de vínculos entre a burguesia industrial, com destaque para a paulista, e a Revolução de 1930. No lugar da vinculação, ele afirmou que a burguesia industrial não teria se envolvido diretamente com a revolução nem antes, nem durante e nem depois do episódio da deposição de Washington Luís. Afirma ainda que

Não se pode negar a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República, nem a hábil construção ideológica efetuada pelos grupos agrários que produziram a imagem dos industriais como elementos parasitários, operando indústrias artificiais graças ao protecionismo, responsáveis pela alta do custo de vida, imagem enraizada profundamente nas classes médias daquela época. (FAUSTO, 1969, p. 47-48; 1989, p. 45).

[...]

Não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica nos núcleos dominantes do país – São Paulo e Distrito Federal, em particular – entre os setores agrários e industriais, sob hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência. (FAUSTO, 1989, p. 46).

Uma segunda conclusão importante presente na obra “A Revolução de 1930” esteve relacionada à sua defesa de que o episódio de 1930 fora uma

revolução, apesar de não se poder admiti-la como sendo uma revolução burguesa. Pois, de acordo com Boris Fausto (1969, p. 54; 1989, p. 50), a Revolução de 1930 “não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política”. E conclui afirmando que “isto não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episódio revolucionário [...] pelos efeitos reflexos da ação do Estado [...]”. Para ele, embora se tenha mantido algumas linhas de continuidade, sobretudo no que diz respeito à atenção dada ao café, o período pós-1930 inaugurou transformações com desdobramentos importantes a curto, médio e longo prazo.

Quanto à aceitação da tese que define o movimento militar tenentista como representante das chamadas classes médias, Boris Fausto assumiu que tal relação não se fazia pertinente. Posto que

Como membros das Forças Armadas, os “tenentes” participam de uma categoria específica – parcela do aparelho do Estado – que não é diretamente determinada pelo critério de classe, dependendo do funcionamento concreto deste aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diversas classes e frações. [...]

As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma da efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como “potência governamental”. A aproximação entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena burguesia do tempo.

Do ponto de vista do episódio de 1930, esta incorrespondência não permite defini-lo como momento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo. (FAUSTO, 1969, p. 103-104; 1989, 81-82).

Por último, a análise da documentação consultada levou o historiador a defender que a Revolução de 1930 teria sido produto dos confrontos entre as oligarquias regionais, ao mesmo tempo em que teria posto fim à hegemonia política da cafeicultura. Nas palavras de Boris Fausto,

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil nos sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento,

voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.

A oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não provém, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno. Pelo contrário, dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperada pelas limitadas fricções. Ao momento de reajuste do sistema, por isso mesmo, não corresponde o ascenso ao poder do setor industrial [...].

[...] A disputa, no interior das classes dominantes, tem a forma de um embate regional, mitigado pelos próprios limites da contestação. (FAUSTO, 1989, p. 112).

Assim, em substituição as linhas interpretativas até então consagradas na historiografia brasileira sobre 1930, que ora assumia a revolução em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial, ora em termos de ascensão das classes médias, Boris Fausto a definiu como sendo fruto das disputas políticas regionais. E sob essa perspectiva emergia um “novo modelo” de explicação do episódio de 1930. Modelo este que teve sua validade defendida por seu autor quase trinta anos após a primeira edição de “A Revolução de 1930”. E esta defesa deu-se no ano de 1997, no momento em que Boris Fausto escreveu o prefácio à 16ª edição da obra “A Revolução de 1930”, realizada pela Companhia das Letras.

A escrita desse prefácio foi provocada pelas críticas que a obra faustiana em questão veio recebendo do campo científico ao longo das últimas décadas. Isto é tão marcante no prefácio que, logo em seu segundo parágrafo, Boris Fausto declara ter considerado a ocasião oportuna para escrever algumas linhas em torno de um tema básico, qual seja: “o da validade ou não das teses sustentadas pelo texto, no confronto com as críticas que lhes foram feitas e com o avanço das pesquisas no correr do tempo” (FAUSTO, 1997, p. 11). E, não obstante a legitimidade de algumas críticas endereçadas à sua obra, Fausto (1997, p. 12) acredita que o seu argumento de que “a Revolução de 1930 não fora desfechada para promover os interesses da burguesia industrial” continua se sustentando mesmo diante dos retoques sofridos pelos trabalhos subsequentes.

Dentro do quadro desses trabalhos subsequentes, Boris Fausto cita a tese de doutoramento de Maria Antonieta Leopoldi, “Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil” (1982), que encaminhou uma crítica ao fato de sua

argumentação ter se apoiado no comportamento da cúpula dos industriais paulistas, não estendendo sua análise a outras regiões, como o Rio de Janeiro. Fausto assumiu essa crítica na medida em que Leopoldi “demonstrou fartamente que os empresários do Rio de Janeiro, organizados no Centro Industrial do Brasil, tiveram atitude semelhante à dos de São Paulo, no tocante ao episódio de outubro de 1930” (FAUSTO, 1997, p. 12-13). Outros dois trabalhos mencionados por Fausto pela pertinência das críticas endereçadas à sua argumentação sobre o Partido Democrático de São Paulo (PD) foram: Joseph Love, “A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937” (1982), e Maurício Font, “Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil” (1990).

Segundo Boris Fausto (1997), Love teria apontado uma lacuna em seu trabalho surgida do fato de ele não ter discutido a posição antiindustrialista dos democráticos paulistas sob o ângulo geracional. Lacuna que fora admitida por este historiador em razão de Love ter demonstrado que

[...] as lideranças do PD eram, em regra, mais jovens que as do Partido Republicano Paulista (PRP), extraindo dessa constatação a observação de que, chegando à maturidade depois de 1910, o líder típico do PD perdera o *boom* inicial do café, a primeira expansão industrial, assim como a oportunidade de investir em ferrovias (FAUSTO, 1997, p. 14).

E, se Joseph Love apontou como lacuna a ausência do debate geracional no PD, Maurício Font tomou outro rumo ao concluir que, apesar de Boris Fausto ter vislumbrado a interpretação adequada sobre o PD, ele não teria chegado a formulá-la. Posto que, para Font,

[...] o PD não teria nada de inovador, sendo, pelo contrário, a expressão de uma aliança entre o velho setor cafeeiro e a classe média tradicional, com uma postura antiimigratória; o PRP, por sua vez, representaria uma aliança entre a burocracia estatal (no caso, estadual) e os novos setores sociais de imigrantes em ascensão, entre os quais se encontrava a maioria dos industriais. (FAUSTO, 1997, p. 14)

Por fim, Boris Fausto dá destaque ao trabalho de Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Vargas: o capitalismo em construção” (1987), em razão de este trazer à discussão “algumas características da elite que controlava o Partido Republicano Riograndense (PRR), compatíveis com a percepção e o manejo da conjuntura

vigente no país a partir dos anos 30” (FAUSTO, 1997, p. 14). O destaque dado por Fausto a este trabalho justifica-se menos por uma possível crítica encaminhada à sua obra e mais pela contribuição dada por Fonseca quando “referindo-se à chamada geração de 1907, da qual Getúlio fazia parte, demonstrou suas inclinações ideológicas pelo intervencionismo estatal acompanhado do controle do capital estrangeiro, bem como sua descrença na democracia liberal” (FAUSTO, 1997, p. 14-15).

Expostas essas críticas e contribuições historiográficas ao tema da Revolução de 1930, importa ressaltar que Boris Fausto, a todo instante, associa os limites evidenciados em sua argumentação com o estágio em que se encontravam os estudos sobre a Primeira República à época de sua pesquisa. Dessa forma, embora esse historiador diga estar de acordo com os argumentos expostos pelos autores ora mencionados, ele acaba por sugerir em seu prefácio de 1997 que os limites que se encontravam dados em sua obra teriam sido ocasionados mais por uma historiografia do tema ainda incipiente e menos por seu trabalho enquanto historiador. Nesse sentido, acredita-se que Boris Fausto compartilha com a literatura especializada a responsabilidade dos limites próprios a sua argumentação, identificados pelos estudos que o sucederam.

Quanto ao seu argumento que recusa a Revolução de 1930 em termos de ascensão ao poder das classes médias, Boris Fausto não aceita as críticas apresentadas por Edgar De Decca, em “O silêncio dos vencidos” (1982)¹⁵⁵. Nas palavras de Fausto (1997, p. 17), De Decca teria se equivocado ao defender que “os últimos anos da década de 20 teriam sido marcados por uma conjuntura revolucionária cuja expressão mais visível e ao menos contraditória seria o Bloco Operário e Camponês (BOC), frente legal do PCB”. Pois, para Fausto (1997, p. 17),

No Brasil da década de 20 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante. Quanto ao BOC, foi uma organização minúscula que interessa apenas à história da esquerda.

¹⁵⁵ Em 1988, Boris Fausto realizou um debate sobre a interpretação presente em Edgar de Decca em artigo publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP*, com o título “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão”.

Essa recusa à argumentação de Edgar De Decca também aparece em entrevista concedida por Boris Fausto mais de uma década após a escrita de seu prefácio à 16ª edição de “A Revolução de 1930”. Ao ser arguido sobre o que pensava da crítica que De Decca endereçara a sua obra, respondeu que:

[...] Alguns livros meus foram longamente debatidos, houve críticas grandes, e muitas delas eu aceitei. [...] Agora, o livro de De Decca ... Eu não sei o que o De Decca pensa hoje. Eu não tenho a menor ideia. [...] Aquilo é o fruto de um ultraesquerdismo desvairado. Aquilo vai contra os fatos, aquilo vai contra a realidade. (FAUSTO, 2010, p. 21).

Diferentemente da contestação a crítica de Edgar De Decca que se observou em Boris Fausto, têm-se a aceitação por parte deste historiador da revisão proposta por Eduardo Kugelmans, em “Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República” (1988), e por Winston Fritsch, em “Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República” (1985), acerca de sua “tese aparentemente incontestável do Estado como expressão dos interesses agrários e sobretudo da burguesia do café” (FAUSTO, 1997, p 18). Na avaliação de Fausto, Kugelmans estaria correto ao “acentuar as dificuldades de a elite paulista construir um poder hegemônico”, bem como Fritsch ao argumentar que “a opção dos sucessivos governos republicanos no sentido de manter baixa a taxa de câmbio não se devia ao objetivo de favorecer o setor cafeeiro estimulando as exportações, como se tem pensado a partir das análises de Celso Furtado” (FAUSTO, 1997, p. 18). Ainda sobre Fritsch, este pondera que

[...] a queda secular do mil-réis é totalmente explicada pelos colapsos cambiais do início da última década do século XIX e início do XX, que foram consequência de diversos choques externos cujos efeitos sobre o valor do mil-réis o governo não conseguiu evitar. (FAUSTO, 1997, p. 18).

A partir dessas considerações, Boris Fausto vê-se diante da necessária matização de seu argumento que outrora defendera a existência de uma hegemonia política e econômica da burguesia cafeeira nos tempos da Primeira República. Essa necessária matização levou esse historiador a também incorporar a tese de Amílcar Martins Filho, “The White Collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, Brazil, 1889-1930” (1986), na qual sustenta que a elite mineira “não

representava interesses de classe, sendo na realidade a expressão de si mesma, controlando o acesso aos cargos públicos e manipulando os diferentes e frágeis setores econômicos em proveito próprio” (FAUSTO, 1997, p. 19).

Assim, pautado pelas análises empreendidas por Kugelmas, por Fritsch e por Martins Filho, Boris Fausto admite em seu prefácio que o entendimento do que foi a Primeira República passa pela problematização das relações entre economia e política¹⁵⁶. Conforme palavras desse historiador, para proceder a essa problematização faz-se necessário “lembrar que não se podem pensar quarenta anos da história brasileira [...] como pertencentes a um ‘tempo imóvel’, ainda que, no confronto com o que veio a ocorrer após 1930, seja possível ter-se essa impressão” (FAUSTO, 1997, p. 20). Afinal,

O quadro que caracterizou os primeiros anos da República foi bem diverso daquele dos últimos anos da década de 20. Simplificando, podemos afirmar que a coincidência entre o pólo dinâmico da economia e o controle do poder político é uma constatação válida apenas para os primeiros anos do regime republicano. Nessa primeira fase, a fraqueza do PRR gaúcho, às voltas com um grave conflito regional, e as dificuldades do Partido Republicano Mineiro (PRM), até 1898, em estancar as dissidências, permitiram que o PRP desse as cartas, garantindo a afirmação de um modelo federativo que constituía uma opção doutrinária e ao mesmo tempo atendia aos interesses econômicos do setor agroexportador de São Paulo. A seqüência de presidências paulistas constituiu a expressão mais evidente da harmonização entre classe dominante e elite política.

Ao longo dos anos, por razões principalmente políticas, esse quadro foi se alterando. Resolvidas as dissensões internas, a elite política mineira, através do PRM, ganhou projeção no cenário nacional, com uma instrumentação da política diversa da realizada pelos paulistas. [...] Por sua parte, após ter se imposto no Rio Grande do Sul, o PRR rompeu seu isolamento a partir de 1910 e passou a participar ativamente da política nacional. (FAUSTO, 1997, p. 20-21).

Mediante o exposto, em seu prefácio, Boris Fausto passa a admitir que, no decurso da década de 1920, os paulistas se viram cada vez mais forçados a partilhar o controle da política federal com mineiros e gaúchos. Com isso, “fica mais fácil entender como um lance político desastroso – a insistência de Washington Luís na questão da escolha de seu sucessor – abriu caminho para a formação da Aliança

¹⁵⁶ Para o aprofundamento dessa discussão que traz como central a revisão que Boris Fausto realiza sobre alguns de seus argumentos presentes em “A Revolução de 1930”, consultar seu texto “Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República”, publicada na revista *Novos Estudos CEBRAP*.

Liberal e para a irrupção de um movimento revolucionário em outubro de 1930” (FAUSTO, 1997, p. 22).

A última crítica à obra faustiana tratada no prefácio de 1997 pelo autor de “A Revolução de 1930” esteve relacionada ao uso da expressão “Estado de compromisso”, de Francisco Weffort, para definir o Estado brasileiro no pós-1930. Boris Fausto adotou essa noção weffortiana quando de sua análise no período posterior ao episódio de 1930 por entender, assim como Francisco Weffort, que a ascensão de Getúlio Vargas ao poder se deu em

[...] uma conjuntura em que nenhum setor de classe tinha condições de construir sua hegemonia, dada a crise da burguesia cafeeira, a fraqueza dos demais setores agrários e a dependência das classes médias diante dos interesses tradicionais. (FAUSTO, 1997, p. 23).

Para Boris Fausto, a crítica mais significativa ao conceito weffortiano de Estado de compromisso foi formulada por Sônia Draibe, em “Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil” (1985).

Draibe sustenta que a noção de compromisso supõe implicitamente certo equilíbrio ou “empate social” entre setores agrários e industriais, e tende ainda a ser utilizada como sinônimo de aliança política, introduzindo dilemas para a compreensão de um período marcado pela instabilidade das coalizões políticas. (FAUSTO, 1997, p. 24).

No prefácio à 16ª edição da obra “A Revolução de 1930”, Boris Fausto admite reconhecer que a crítica de Draibe possui o mérito de sugerir uma leitura sobre o período conhecido como Era Vargas menos linear do que aquela realizada por Francisco Weffort. Até porque

Seria equivocado [...] imaginar a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato pós-30. Pelo contrário, o Governo Provisório teve de tatear em muitas medidas. Teve de enfrentar o descontentamento de velhos amigos pertencentes às oligarquias regionais, teve de enfrentar revoltas dos quadros inferiores, pressões tenentistas no âmbito das Forças Armadas e, sobretudo, a “guerra paulista”, desfechada em 1932. (FAUSTO, 1997, p. 22).

E, se, por um lado, Boris Fausto assume a validade de alguns aspectos da crítica de Draibe, por outro, ele recusa o argumento dessa autora que se baseia

na ideia de que Weffort teria associado a noção de compromisso ao pressuposto de estabilidade das alianças políticas. Associação que não seria possível de se realizar na medida em que Fausto reconhece que, para Weffort,

[...] o Estado de compromisso é, antes de tudo, “um Estado em crise que se forma e se reforma na busca de respostas à nova situação criada pela crise da economia agrária, pela crise local (e mundial) das instituições liberais, pelos esforços de industrialização autônoma de uma sociedade tradicionalmente agrária e dependente, pela dependência social dos setores médios e pela crescente pressão popular”. (WEFFORT, 1968 apud FAUSTO, 1997, p. 24).

Isto posto, infere-se que Boris Fausto, ao escrever o prefácio à edição de 1997 da obra “A Revolução de 1930”, teve por objetivo proceder a atualização de alguns de seus pressupostos a propósito da Primeira República e dos primeiros anos do governo Vargas, lançados à época da escrita de sua tese de doutoramento. Entende-se que essa atualização fez-se possível mediante o diálogo que esse historiador se propôs a traçar com os estudos que surgiram após a primeira publicação de “A Revolução de 1930”. A partir desse diálogo, Fausto não só buscou validar muitas das críticas endereçadas à sua argumentação, como também se utilizou delas para proceder a uma revisão de suas hipóteses mais vulneráveis historiograficamente. E, com isso, esse historiador acabou por renovar o potencial explicativo sobre a Primeira República presente em “A Revolução de 1930”.

3.2. A escrita faustiana e o pensamento weffortiano: a interlocução da História com as Ciências Sociais

Ao longo do primeiro e segundo capítulos deste trabalho, buscou-se apresentar o pioneirismo do debate proposto por Boris Fausto em suas teses de doutoramento e livre docência. Pioneirismo que se evidenciou, especialmente, no fato desse historiador ter elegido como recorte temporal de suas investigações o período republicano. Em conformidade com o que fora anunciado anteriormente, a escolha deste recorte temporal por Fausto faz-se digno de nota na medida em que ela foi feita em um contexto de produção historiográfica marcado pelo predomínio da pesquisa circunscrita aos períodos colonial e imperial da História do Brasil. Nas palavras de Angela de Castro Gomes,

É apenas no início dos anos de 1970 que trabalhos sobre a República surgem em maior número, havendo, até então, uma clara dominância de textos sobre a Colônia e o Império. Contudo, a despeito do florescimento dessa produção, trata-se de período sobre o qual ainda pairam desconfianças no interior do próprio campo da História, ainda marcado por uma tradição de “distanciamento cronológico” (e não metodológico) dos fatos estudados. (GOMES, 2008, p. 13).

Nesse sentido, os historiadores que, tal como Boris Fausto, se aventuraram pela investigação de temáticas republicanas, ao menos até o início da década de 1970, encontraram dois campos de interlocução: o das Ciências Sociais e o da memória. Quanto a este último, faz-se referência aos trabalhos realizados pelos observadores do próprio evento que tomam como desafio para análise e que, por isto, de modo geral, eram vistos com certa desconfiança pelos historiadores do período ora referido.

Assim, na incessante busca de afastar-se do tom memorialístico, os historiadores republicanos aproximavam-se dos cientistas sociais. Boris Fausto não renunciou à dinâmica própria desse processo. Pois, tanto a tese de doutoramento, “1930: historiografia e história”, quanto a tese de livre-docência, “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, registraram marcas precisas desse diálogo interdisciplinar. Diálogo que pode ser evidenciado na escolha do referencial teórico, no vocabulário utilizado, bem como na interlocução com a bibliografia.

Ainda em torno da questão que envolve o caráter interdisciplinar da obra faustiana, registra-se, mais uma vez, que, embora Boris Fausto tenha buscado dentro das Ciências Sociais o diálogo notadamente com a escola uspiana, suas teses de doutoramento e livre-docência encontraram em Francisco Weffort seu interlocutor preferencial. Assim sendo, a análise da produção histórica de Fausto indicou, por um lado, que, em “1930: historiografia e história”, a reflexão de Weffort sobre o movimento revolucionário de 1930 foi corroborada por esse historiador. E, por outro, que, em “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, Fausto tomou de empréstimo os aspectos metodológicos empreendidos por Weffort em “Sindicatos e política”. Deste modo, caberá a este tópico fazer as demarcações na obra faustiana dessa interlocução com o

pensamento weffortiano. Para tanto, iniciar-se-á o debate a partir de sua tese de doutoramento que, ao ser publicada em 1970, recebeu o título de “A Revolução de 1930: historiografia e história”.

Ao analisar a obra “A Revolução de 1930”, Angela de Castro Gomes põe em destaque o caráter interdisciplinar da obra faustiana aqui referido por intermédio do exame da bibliografia com que Boris Fausto trabalha. A autora ressalta que os referenciais bibliográficos foram compostos predominantemente por estudos de sociólogos, economistas e cientistas políticos. E, com isso, conclui que:

[...] o debate historiográfico [proposto pela obra faustiana] praticamente não envolvia uma produção de historiadores de ofício, certamente por escassez de textos. Ponto a ser ressaltado, não só para evidenciar, mais uma vez, o precário estado da arte dos estudos de história republicana, como para mencionar que Boris Fausto não se lamenta, nem reclama, dessa falta de pares para o debate que empreende. (GOMES, 2008, p. 28).

E nem poderia lamentar ou mesmo reclamar dessa falta. Afinal, a sua inserção no campo de produção histórica deve ser avaliada sob a compreensão das particularidades da produção acadêmica próprias ao tempo em que a mesma ocorreu. Isto quer dizer que ele, como sujeito histórico e pesquisador que almejava ser, sabia da precariedade do estado da arte dos estudos de história republicana. E essa ciência deve ser levada em consideração ao analisar tal inserção e escolha temática, bem como a sua apreciação da importância que as Ciências Sociais assumiam no período no concernente à produção de conhecimento.

Ao ser perguntado em entrevista sobre a importância que a Sociologia assumia nos anos de 1960 e 1970, Boris Fausto respondeu: “[...] a Sociologia era um charme, [...] era a menina dos olhos. Se uma pessoa tinha preocupações sociais e políticas, ia fazer Ciências Sociais” (FAUSTO, 2000, p. 102). Então, pode-se indagar porque não escolheu enveredar-se pelas Ciências Sociais. Ao ser questionado sobre o fato de ter proposto em seu doutorado o trabalho com um período ainda pouco investigado pela historiografia, porém bastante visitado pelas Ciências Sociais, respondeu que de fato havia se arriscado por uma zona árida, entretanto, com o benefício de se tornar pioneiro e referência no campo da História. Portanto, não só era sabedor de seu pioneirismo, como gostava de ocupar esse

lugar no campo historiográfico. Talvez por isso tenha escolhido a História e não as Ciências Sociais.

Voltando ao contexto de escrita e publicação da obra “A Revolução de 1930”, sabe-se, com base na discussão levantada no segundo capítulo desta tese, que Boris Fausto assumiu o desafio de tomar como objeto a Revolução de 1930 quando da efervescência do debate sociológico paulista fundado no fenômeno populismo. E o historiador em questão não ficou alheio a efervescência desse debate na medida em que incorporou em suas reflexões muitas das teorias explicativas formuladas pela escola paulista, em especial aquelas empreendidas pelo cientista social Francisco Weffort, para dar conta das experiências republicanas no pós-1930. Tal afirmativa encontra sustentação no fato de Boris Fausto compartilhar da tese de Weffort de que a Revolução de 1930 teria preparado o terreno para a ascensão do populismo na história política brasileira. Ascensão essa que estaria, por sua vez, associada ao estabelecimento do Estado de compromisso que emergiu no período posterior ao movimento revolucionário que depôs o governo de Washington Luís.

A construção do pensamento faustiano em diálogo com as teses de Francisco Weffort pode ser acompanhada na obra “A Revolução de 1930”, particularmente em seu tópico “O Estado de compromisso”, a partir de uma das principais assertivas apresentadas por Boris Fausto que se sustentou na seguinte ideia:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vácuo de poder por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. (FAUSTO, 1989, p. 113).

Essa assertiva foi fundamental para a consolidação da defesa desse historiador de que o episódio da Revolução de 1930 não foi nem uma revolução burguesa, nem uma revolução de classe média. Assumindo o diálogo com as Ciências Sociais, Boris Fausto anunciou que:

A formação de uma frente constituída por forças de natureza diversa não responde, por si só, à questão de que classe ou fração substituiu no poder a burguesia cafeeira. Francisco Weffort encontra a melhor resposta para o problema, caracterizando os anos posteriores a 1930

como o período em que “nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque diminuídos em sua força e representatividade política por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolonga por quase um decênio, os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilíbrio do conjunto da economia”. Em tais condições, instala-se um compromisso entre várias facções pelo qual “aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade”¹⁵⁷. (FAUSTO, 1969, p. 131-132; 1989, p. 104).

Ao problematizar o processo de emergência do Estado de compromisso, conforme a perspectiva weffortiana, Boris Fausto afirmou ainda que:

A possibilidade de concretização do Estado de compromisso é dada porém pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia; as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo entretanto uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável. (FAUSTO, 1969, p. 132; 1989, p. 104-105).

Ainda pautado pelas reflexões de Francisco Weffort, o historiador concluiu que:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas). (FAUSTO, 1969, p. 139-140; 1989, p. 109-110)

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao “antigo regime”, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do

¹⁵⁷ As citações realizadas por Boris Fausto, ao longo do fragmento posto em destaque, foram extraídas da tese de doutoramento de Francisco Weffort, intitulada “Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo” (1968).

controle direto dos governos dos estados, onde são instalados interventores federais. (FAUSTO, 1989, p. 109-110).

De acordo com Boris Fausto, essa alteração na forma político-administrativa marcada por uma maior centralização, impondo, com isso, uma nova composição na relação entre poder central e oligarquias, foi tida como necessária a um Estado que passava a se abrir para todas as pressões sem que isto resultasse em sua subordinação direta a nenhuma delas. Cabe ainda destacar que, na visão desse autor, a despeito do Estado de compromisso se abrir a toda espécie de pressão, a classe operária não seria plenamente atendida em suas demandas políticas. Além disso, essa classe não estaria livre das tentativas por parte desse Estado em manipulá-la. Essa é mais uma assertiva construída em diálogo com Weffort, que foi elaborada tomando por referência a experiência política do governo de Getúlio Vargas. Nas palavras de Boris Fausto,

O governo Vargas instituiu, pouco a pouco, uma série de medidas tendentes a dar tratamento específico à questão [a eclosão de inúmeras greves] – a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (novembro de 1930) – e a proteger a força de trabalho, promover sua limitada organização econômica, incentivar o aproveitamento do operário nacional. O anacrônico padrão de relações, sintetizado na frase tantas vezes citada, “a questão social é uma questão de polícia”, começou a ser substituído por outro que implicava o reconhecimento da existência da classe e visava a controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais, apolíticos e numericamente restritos. (FAUSTO, 1969, p. 138; 1989, p. 108).

Considerada pelo historiador uma forma de controle, a manipulação ideológica dos trabalhadores foi destaque em sua obra “A Revolução de 1930”. Para o tratamento dessa questão, Boris Fausto mencionou o esforço do Estado em limitar a entrada no país de imigrantes em busca de trabalho, alegando ter por prioridade a proteção dos trabalhadores brasileiros. Contudo, ainda segundo Fausto, o interesse do Estado em limitar a imigração no Brasil estava diretamente relacionado à tentativa de impedir a circulação das ideologias do proletariado de origem estrangeira. Afinal, ao governo varguista, tornava-se vital aos seus planos políticos a conquista do apoio e da confiança dos trabalhadores brasileiros. Daí a importância em coibir qualquer força capaz de desestabilizar a relação entre Estado e classe operária. Sobre isso, Boris Fausto pronunciou-se dizendo:

Um bom exemplo da habilidade de manipulação ideológica, por parte dos dirigentes do Estado, encontra-se na especulação com a origem dos trabalhadores, imediatamente após o movimento revolucionário. A gradativa preponderância quantitativa do operário brasileiro, como fruto da crescente migração interna, foi incentivada pela “lei de nacionalização do trabalho” (Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930), estabelecendo a exigência de dois terços de empregados nacionais nas empresas e limitando a entrada no país de passageiros de terceira classe, o que provocou sensível declínio das correntes imigratórias. A medida tinha, sem dúvida, um fundamento objetivo nas condições do mercado de trabalho, em face da crise, mas nos *consideranda* do Decreto, o Chefe do Executivo acentuava “que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e a insegurança social”¹⁵⁸. (FAUSTO, 1969, p. 138-139; 1989, p. 109).

Após destacar a tática do governo em responsabilizar o operário estrangeiro pela crescente taxa de desemprego no Brasil, Boris Fausto concluiu que:

O novo governo tinha consciência de que existia uma área aberta à penetração política, nas camadas mais recentes de trabalhadores, vindas do campo ou de pequenas cidades do interior, ainda não “contaminadas” pela ideologia do proletariado de origem estrangeira. Este, sob a influência das idéias socialistas e pela experiência de luta ao longo da República Velha, identificava no Estado “a cristalização política do inimigo de classe”. (FAUSTO, 1969, p. 139; 1989, p. 109).

Para esse historiador, assim como para Francisco Weffort, o populismo exigia “a mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária” (FAUSTO, 1989, p. 113). Mudança essa que se fazia sentir por intermédio do atendimento de demandas dos trabalhadores por parte do Estado no período pós-1930. Todavia, o atendimento dessas demandas não era realizado para o bem da classe operária, mas sim para a manutenção da ordem e do poder estatal.

Diante do exposto, fica evidenciado que a construção do pensamento faustiano se fez mediante o diálogo com a reflexão encaminhada por Francisco Weffort sobre a experiência republicana. Temas caros a este cientista social, como Estado de compromisso e manipulação das massas, tornaram-se fundamentais à arquitetura argumentativa de Boris Fausto em torno do período que se seguiu após a

¹⁵⁸ A citação realizada por Boris Fausto no fragmento em questão tem por fonte o jornal O Estado de São Paulo, edição de 25 de janeiro de 1931.

concretização da chamada Revolução de 1930. Embora a obra “A Revolução de 1930” concentre-se na relação das classes sociais com o movimento “revolucionário”, na crise dos anos de 1920 e na ocorrência do evento que impediu Júlio Prestes de tomar posse da cadeira de Presidente da República, em seu último capítulo, intitulado “A ‘derrubada’ das oligarquias”, Boris Fausto priorizou também a análise dos primeiros anos do governo Vargas.

Acredita-se que esse tratamento faustiano, ainda que não aprofundado, da experiência política de Getúlio Vargas esteja relacionado à incorporação do debate da escola paulista, promovido especialmente por Francisco Weffort, que fez de 1930 o inaugurador de um processo de modernização conservadora, liderado pelo Estado e não por uma classe. Essa hipótese ganha força quando se analisa um artigo de Fausto publicado no ano de 1995 na Revista de Occidente, com o título “El populismo en la vida política brasileña”.

Neste artigo, esse historiador reconhece a elasticidade do conceito de populismo, assumindo que o mesmo pode designar configurações políticas bem diferentes entre si, seja por seu conteúdo político, seja por sua diversidade cronológica. Pois, para ele, a experiência brasileira esteve marcada por dois tipos básicos de populismo: um vinculado a figura de Getúlio Vargas e outro relacionado a figuras populistas que vão de Jânio Quadros a Fernando Collor de Mello. Tipos esses que teriam em comum a construção de um líder carismático. De acordo com Fausto,

En ambos os casos podemos hablar de populismo debido a ciertas semejanzas em el estilo político: la construcción de una figura de líder carismático que, a la hora de gobernar el Estado, habla em nombre de los intereses generales de la nación. El liderazgo carismático implica un nuevo tipo de discurso, así como la utilización de técnicas modernas de comunicación que suponen un corte com el estilo de los “notables”, característicos del sistema político oligárquico. Por outra parte, también se diferencia de la práctica de un liderazgo democrático. (FAUSTO, 1995, p. 98).

Dentro desse quadro, segundo Boris Fausto, Getúlio Vargas emerge como sendo a primeira experiência política do populismo e, como tal, se caracterizou por ser

[...] una alianza entre el Estado, personificado en el jefe de la nación, los sectores populares urbanos organizados bajo el control estatal, y

la burguesía nacional, cuya base principal es la industria. En esta tríade el Estado representa la parte fundamental, la que promueve las iniciativas y se esfuerza por consolidar la alianza. Cuando se muestra incapaz de realizar tal designio, la tríade se desequilibra y el esquema populista entra en crisis. (FAUSTO, 1995, p. 97).

Dito isto, importa destacar que, passados duas décadas e meia da escrita da tese de doutoramento de Boris Fausto, esse historiador seguiu traçando uma relação entre o episódio revolucionário de 1930 e a emergência política do populismo. Sendo assim, cabe registrar que o interesse em torno da obra faustiana “A Revolução de 1930” vai para além do registro interdisciplinar. Assenta-se na perspectiva de que a mesma sedimenta no campo da investigação histórica uma versão sobre a História do Brasil República construída, inicialmente, pela tradição sociológica paulista, articulada em torno da revisão do conceito ibespiano de populismo.

Concluída a discussão que trata da interlocução realizada por Boris Fausto em “A Revolução de 1930” com o pensamento weffortiano, passa-se ao exame desse mesmo aspecto na tese de livre-docência desse historiador que, inicialmente, recebeu o título de “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”. Ao ser publicada em 1976, essa tese passou a ser conhecida pelo título “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). A análise dessa tese em diálogo com as entrevistas concedidas por Boris Fausto (2000; 2006; 2010) permite inferir que a interlocução desse historiador com Francisco Weffort deu-se de forma mais marcante quando da projeção da proposta de pesquisa sobre a classe operária que no momento da exposição dos resultados finais dessa investigação. Tanto que se acredita inclusive que a escolha de Fausto pelo tema da classe operária tenha surgido de sua aproximação com Weffort dentro do CEBRAP. Essa afirmativa foi construída com base nos testemunhos desse historiador em que recorrentemente menciona:

Eu tinha um diálogo bastante constante com o Weffort, e se formou um grupo no CEBRAP que se propunha a estudar a classe operária, e eu me lembro do Weffort se perguntando: “Afim de contas, se falou tanto em classe operária, por que essa classe operária que, se esperava, ia combater os golpistas, ia enfrentar o imperialismo, essa classe operária não fez isso? Então, que classe operária é essa?” E daí, no meio dessa discussão, desses encontros, nós resolvemos escrever uma coisa que fosse histórica. Eu disse: “Eu prefiro fazer

períodos antigos, passados”, porque eu já estava mordido pela curiosidade pelo anarquismo, que era uma coisa mitificada, mas que ninguém sabia o que era. [...] E o Weffort tinha uma preocupação mais política: fazer a crítica do PC nos anos 1945, a aliança com a burguesia e tal. Aí nós dividimos, recortamos esses períodos. (FAUSTO, 2010, p. 14-15).

Pautado nesse depoimento, acredita-se que o tema da classe operária fora motivado dentro do grupo cebrapiano do qual Boris Fausto participava pela análise que esses intelectuais traçavam da atuação desse sujeito histórico na ocasião do movimento político que resultou na deposição de João Goulart. Ao examinarem o movimento histórico que inaugurou um regime de exceção no Brasil, esses intelectuais observaram uma não correspondência entre as ações políticas empreendidas pela classe operária nos acontecimentos de 1964 e a imagem construída pelas esquerdas de uma classe operária pronta para cumprir sua missão revolucionária. Nas palavras de Boris Fausto,

O golpe militar de 1964 jogou um balde de água fria no nacional-desenvolvimentismo e nas ilusões ou ingenuidades a respeito do comportamento da classe operária. Como nunca me aproximei do nacional-desenvolvimentismo, a decepção no meu caso dizia respeito ao último aspecto. Daí formou-se um grupo [dentro do CEBRAP] para entender o que havia acontecido, para rever concepções. (FAUSTO, 2000, p. 114).

Com base no exposto, entende-se que a motivação de Boris Fausto para investigar o tema da classe operária, assim como ocorreu em relação ao recorte da crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930, esteve diretamente relacionada ao episódio político de 1964. Assim, o retorno ao passado em que se deu a primeira experiência republicana brasileira tinha por finalidade a compreensão do tempo presente. E se, por um lado, entender o presente estava no horizonte de intenções de Boris Fausto, por outro, esse historiador tinha objetivos historiográficos posto que voltar a esse passado lhe daria oportunidade de elaborar um exame crítico do que teria sido o movimento operário e, em especial, o anarquismo no Brasil antes de 1930.

[...] me convenci, diante da documentação e do que dela se poderia inferir, de que havia uma mitificação do movimento operário anterior a 1930, com essas idéias de uma forte corrente anarquista, de

grandes greves como a de 1917 em São Paulo¹⁵⁹. De fato, o anarquismo não foi muito importante em termos organizatórios e as grandes greves, sem dúvida fascinantes, foram episódios excepcionais. (FAUSTO, 2000, p. 114).

Ainda sobre a interlocução realizada por Boris Fausto com o pensamento weffortiano, cabe registrar que essa interlocução passou a concorrer com a historiografia marxista inglesa na medida em que esse historiador ia se aproximando das reflexões de E. P. Thompson. Aproximação que teria reorientado os objetivos iniciais da pesquisa sobre classe operária de Fausto ao ponto de ele relatar que: “no curso do meu trabalho fiquei muito atraído pela História Cultural e daí abri espaço para temas como a contracultura, o puritanismo dos anarquistas etc.” (FAUSTO, 2000, p. 114). Para Fausto, a escolha de seguir mais próximo da História Cultural faz-se digno de nota uma vez que Thompson à época do empreendimento de sua pesquisa era pouco conhecido entre os seus pares no Brasil. Além disso, a leitura de “The making of the english working class”¹⁶⁰ teria provocado nele um encantamento tal que: “Passei a me interessar menos pela qualificação de greves – que penso, porém, ter feito com cuidado – e mais pela temática cultural: os piqueniques nos bairros, o teatrinho etc.” (FAUSTO, 2000, p. 114).

A reorientação dos objetivos de Boris Fausto fez-se sentir em sua escrita ao ponto de um de seus arguidores na banca de defesa de sua livre-docência, o cientista social Cândido Procópio Ferreira de Camargo, mencionar que: “[Fausto] começou escrevendo uma tese sócio-histórica e depois enveredou com maior força pela História Cultural” (FAUSTO, 2000, p. 114). Na opinião de Fausto, esse cientista social, dentre todos os demais componentes de sua banca, foi o que melhor captou a mudança de rumo em sua tese. Pois, declara que:

De fato, comecei muito interessado em saber como era o movimento social do período e por que se esgotou. Mas acabei, ao longo da pesquisa, vendo que esse prisma não era o mais sugestivo. Lidando principalmente com o anarquismo, percebi que valia mais a pena ver as formas de socialização do movimento, sua visão de mundo, o puritanismo de um setor anarquista. Neste último aspecto, não se tratava de todas as correntes anarquistas, claro, porque o

¹⁵⁹ Antes de finalizar a sua tese de livre-docência, Boris Fausto publicou um artigo na revista Estudos CEBRAP no qual tinha por objeto central a greve ocorrida em São Paulo no ano de 1917. Para mais, consultar Fausto (1974).

¹⁶⁰ Publicada em 1963, essa obra de Thompson só teve sua versão em português editada em 1987 no Brasil com o título traduzido para “A formação da classe trabalhadora inglesa”.

anarquismo teve uma ala boêmia européia muito ostensiva, diferente do caso brasileiro. Esse lado me encantou e fui entrando por aí. (FAUSTO, 2006, p. 200-201).

Assim sendo, entende-se que, se a perspectiva cultural adotada por Boris Fausto, ao longo de seu trabalho, teve influência direta da leitura da obra thompsoniana, a dimensão do tratamento sociopolítico, inicialmente realizado na obra faustiana sobre classe operária, fora devedora do diálogo estabelecido com Francisco Weffort, bem como com os demais membros do grupo cebrapiano do qual fazia parte, como: Leôncio Martins Rodrigues, Fábio Antônio Munhoz, Juarez Brandão Lopes. A presença do diálogo com Weffort pode ser sentida no texto final da tese de livre-docência de Fausto através da metodologia utilizada por esse historiador especialmente para sistematizar os dados das greves ocorridas entre 1890 e 1920.

Metodologicamente, beneficiei-me bastante com o contato pessoal e os recentes trabalhos de Francisco C. Weffort: o meu interesse pela questão das orientações, o esforço por delimitar o espaço e o desfecho de uma conjuntura tem nele uma direta inspiração. (FAUSTO, 1975, p. 6; 1976, 9).

Assim como Francisco Weffort em sua tese “Sindicatos e política” (1972), Boris Fausto em “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” executou um levantamento das greves operárias, ocorridas dentro do recorte traçado para sua pesquisa, a partir da imprensa. Sobre o uso da imprensa nesses dois autores, apenas um aspecto a destacar: enquanto Weffort priorizou como fonte de informações os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, Fausto elegeu como fontes de seu trabalho tanto a imprensa diária (e dentro desta pesquisou também o jornal O Estado de São Paulo, além de outros títulos) quanto a imprensa operária.

O levantamento de dados realizado por ambos os pesquisadores resultou na organização de tabelas que foram anexadas ao final de seus textos. Para ambos os pesquisadores, a sistematização dos dados correspondentes aos movimentos grevistas ocorridos no Brasil tornava-se fundamental para o encaminhamento de uma reflexão centrada na qualificação das greves. Ainda acerca da organização dessas tabelas, evidenciou-se que Boris Fausto tomou por referência as tabelas

construídas por Francisco Weffort. Tanto que, em conformidade com o que foi projetado no trabalho desse cientista social, Fausto expôs como dados: a data de início e término do movimento grevista; o local de ocorrência da greve; os objetivos que orientaram a mobilização dos trabalhadores; o ramo/a categoria de vínculo dos trabalhadores grevistas. No concernente a essa sistematização dos dados, registra-se que, para além dos dados contemplados na proposta de Weffort, Fausto acrescentou outros, como: o número de participantes no movimento grevista; o nome da empresa de vínculo dos trabalhadores grevistas; resultado alcançado pelo movimento.

Ademais da escolha temática e do aspecto metodológico, outro ponto que reforça o diálogo de Boris Fausto com Francisco Weffort está na localização de seus trabalhos dentro de uma mesma tradição de estudos sobre a classe operária. Logo na introdução de “Sindicato e política”, tese defendida por Francisco Weffort três anos antes da tese de Boris Fausto, tem-se que esse cientista social manifesta o cuidado em declarar que:

Este é um estudo sobre as relações entre os sindicatos e a política durante o período que vai de 1945 a 1964. O caminho que toma é, em seus marcos gerais, o mesmo que foi aberto pelos trabalhos de Azis Simão e que vem sendo percorrido por outros depois dele, como Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues. (WEFFORT, 1972, p. ii).

À semelhança desse cientista social, Boris Fausto, em “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, assume seu trabalho dentro da mesma tradição de estudos que Francisco Weffort ao afirmar que:

O trabalho intelectual não é quase nunca exclusivamente um ponto de partida ou um ponto de chegada. Considero muito confortável não fugir à regra e inserir este livro na trilha dos estudos sobre a classe operária de Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues. (FAUSTO, 1975, p. 6; 1976, p. 9).

A despeito de investigarem períodos tão distintos, a inserção dos trabalhos de Francisco Weffort e Boris Fausto em uma mesma tradição de estudos no Brasil sobre a classe operária coloca-os diante de referenciais bibliográficos comuns. Com a intenção de exemplificar, em ambas as obras encontram-se citados

autores como Azis Simão, com seu livro “Sindicato e Estado”, e José Albertino Rodrigues, com “Sindicato e desenvolvimento no Brasil”.

E se Boris Fausto reconhece em seu texto a presença das reflexões propostas por Francisco Weffort, a recíproca também é verdadeira e pode ser observada nos agradecimentos que esse cientista social faz ao final da introdução de “Sindicato e política”. Agradecimentos que confirmam que ambos os pesquisadores dialogavam academicamente no momento em que Fausto empreendia sua investigação em torno das origens da classe operária de São Paulo e Rio de Janeiro.

Finalmente, algumas linhas para agradecer a quantos me ajudaram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho. São muitos mas eu não poderia deixar de mencionar pelo menos alguns: Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, **Boris Fausto**, Bolivar Lamounir, Emir Sader, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Cassiano Marcondes, Fátima Jordão, Elizabeth de Fiore, José Álvaro Moysés, Jorge Mattoso, Fábio Munhos e Regis Andrade. (WEFFORT, 1972, p. xxvi, *grifos nossos*).

Enfim, baseado na discussão ora realizada em torno da relação entre a escrita faustiana e o pensamento weffortiano, conclui-se que o encantamento exercido pela História Cultural nos estudos de Boris Fausto sobre classe operária não inviabilizou que alguns dos aspectos desse objeto fossem tratados a partir do que se definira inicialmente em termos metodológicos e bibliográficos no diálogo com Francisco Weffort. Ao contrário, é um trabalho que se constrói sob a busca de conciliar essas duas perspectivas. Pois, se, por um lado, propõe tratar a formação da classe operária a partir de seus aspectos estruturais, bem como elucidar dimensões próprias à dinâmica interna do movimento operário e discutir a relação entre política e sindicato. Por outro, ensaia a abordagem de valores e aspectos culturais definidores do anarquismo brasileiro.

Porém, isto não ocorre sem limites analíticos. Um desses limites pode ser sentido pelo uso que Boris Fausto faz do conceito de “subcultura”, e não cultura como sugerido em Thompson, ao tratar da busca dos anarquistas em “modelar um homem novo em contraposição ao sistema vigente, abrangendo aspectos tão amplos como a educação ou um código moral, com suas normas e sanções

implícitas” (FAUSTO, 1975, p. 98; 1976, p. 80-81). Ao refletir sobre esse limite, Sílvia Regina Ferraz Petersen afirma que:

[...] apesar da referência a Thompson tanto na Introdução como na citada entrevista que Fausto concedeu [a esta autora e a Angela de Castro Gomes], é fácil constatar que, ao caracterizar uma subcultura anarquista (e o vocabulário *subcultura* certamente não é casual), se distancia da dimensão que a cultura possui para o autor britânico no processo do fazer-se da classe que acontece quando alguns homens e mulheres, como resultado de suas experiências comuns (determinadas em grande medida pelas relações de produção), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (PETERSEN, 2008, p. 62-63).

Para essa autora, a explicação desse limite pode estar no fato de Boris Fausto ter sido um dos precursores da investigação da classe operária sob o prisma da cultura e conclui com base no texto “Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado”, de Cláudio Batalha, que:

Se hoje, como observa Batalha, os estudos sobre a classe “têm focado cada vez mais as características culturais peculiares por ela assumidas em diferentes contextos históricos, assim como os processos simbólicos que perpassam o próprio processo de sua formação e reconfiguração” e mesmo quando a cultura não é o centro da análise, ela “permeia a investigação de questões relativas à política, à organização do trabalho, empresa, vizinhança etc.”, tal não ocorria no momento em que Fausto escreveu, exatamente pela ênfase nas determinações estruturais que norteava as análises da classe. (PETERSEN, 2008, p. 63).

Neste trabalho, não se questiona a validade dessa explicação elaborada por Petersen (2008). Todavia, entende-se que a ela deva ser somada outra hipótese: a de que alguns dos limites analíticos presentes na obra “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” encontrem explicações no fato de Boris Fausto querer enquadrar o seu trabalho dentro de uma tradição de estudos sobre a classe operária que a define sob o ponto de vista de sua debilidade enquanto classe. Tradição que tem como representantes Francisco Weffort e outros também cientistas sociais ligados ao CEBRAP. Assim, embora o trabalho de Boris Fausto tenha ensaiado uma reorientação no sentido da História Cultural, a busca desse historiador pelo enquadramento de sua pesquisa aos

moldes dos estudos empreendidos pelos cebrapianos de sua época teria resultado em um texto marcado por perspectivas analíticas culturais por vezes míopes.

3.3. A memória nas teses de doutoramento e livre-docência defendidas por Boris Fausto nos anos de 1960 e 1970

Como já mencionado, sabe-se que Boris Fausto deu início a sua incursão pela História, mais precisamente pela História do Brasil republicano, na segunda metade dos anos de 1960. Nesse momento, de acordo com Noé Freire Sandes (2003, p. 154), ao dedicar-se à pesquisa em torno da Revolução de 1930, “Fausto abandonou a tradição memorialística que, apesar de incorporada à bibliografia indicada, não foi problematizada”. Com base nessa afirmativa, uma questão se coloca: qual a razão desse historiador não ter construído essa problematização? Para responder a essa questão, entende-se ser necessário levar em conta as circunstâncias do momento em que a tese faustiana “1930: historiografia e história”, publicada com o título “A Revolução de 1930”, fora escrita.

Assim, avaliada em seu tempo de produção, tem-se que, no momento da escrita de “1930: historiografia e história”, o campo historiográfico, que, à época, buscava fazer da universidade o espaço preferencial da produção histórica, demonstrava certa desconfiança das reflexões encaminhadas por uma escrita memorialística. Além disso, em fins da década de 1960, ainda não se colocava como problema para esse campo de produção historiográfica a crítica memorialística, bem como a relação entre História e memória.

Na historiografia brasileira, o diálogo entre História e memória tem como um de seus marcos de origem a criação do Programa de História Oral, em 1975, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC¹⁶¹. Isto porque, inicialmente, o debate sobre a relação entre História e memória foi suscitado na produção historiográfica empreendida no Brasil ao mesmo

¹⁶¹ O CPDOC foi criado em 1973, junto à Fundação Getúlio Vargas - FGV, no Rio de Janeiro. Conforme exposto na página de apresentação do CPDOC, o centro “tem como objetivo abrigar conjuntos documentais para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação”. Para mais consultar: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

tempo em que a História Oral¹⁶² foi conquistando espaço no campo da pesquisa da chamada História do Tempo Presente. Nesse sentido, defende-se que a abertura feita pela produção histórica à História Oral encaminhou igual abertura nesse campo para a reflexão em torno da memória¹⁶³.

A conquista de espaço por parte da História Oral ocorreu na medida em que os historiadores brasileiros passaram a considerar em suas abordagens as análises oriundas do movimento de aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na História. Segundo Marieta de Moraes Ferreira,

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser interpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história. Essas discussões estimularam o abandono de uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também de forma inequívoca que o passado é construído segundo as necessidades do presente, e que portanto se pode fazer usos políticos do passado. (FERREIRA, 1998, p. 22).

Os historiadores especialistas em oralidade assinalam a década de 1990¹⁶⁴ como o *boom* da História Oral. Ainda de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, até o começo dos anos 1990, “a história oral [no Brasil] não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios” (1998, p. 20). O mesmo pode-se estender à reflexão e crítica memorialista.

¹⁶² Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (2010, p. 18), “[...] a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. Objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiam pesquisas e/ou formam acervos de centros de documentação e de pesquisa. Não é a História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”.

¹⁶³ Cabe assinalar que as reflexões em torno da memória, bem como o trabalho com a história oral, mobilizaram, no Brasil, antropólogos e profissionais ligados à psicologia social. Como representativa desse grupo, cita-se a obra de Ecléa Bosi, intitulada “Memória e sociedade: lembranças dos velhos”, publicada pela primeira vez em 1979 – um clássico entre os estudos de psicologia da memória.

¹⁶⁴ Isto não significa afirmar que antes desse período não foram produzidos trabalhos no campo historiográfico envolvendo história oral e diálogo entre história e memória. Mas tão somente que a década de 1990 se destacou na historiografia brasileira como sendo um momento de crescente interesse dos historiadores por essas abordagens.

Para explicar as dificuldades próprias à legitimidade da História Oral no Brasil, Marieta de Moraes Ferreira (1998) aponta algumas ordens de fatores: 1) vigência de um regime ditatorial militar durante mais de duas décadas que acabou por funcionar como um forte elemento de inibição à abertura e consolidação de programas de entrevistas; 2) o domínio do paradigma estruturalista nas décadas anteriores a 1990 que promoveu a desvalorização do uso de relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias; 3) a existência de uma desconfiança em relação ao estudo dos períodos recentes, a chamada História do Tempo Presente, que, por sua vez, lida forçosamente com testemunhas vivas. Nesse sentido, para que o *boom* da História Oral se tornasse uma possibilidade, foi preciso ocorrer, de um lado, uma mudança no campo da História a partir do rompimento com o paradigma estruturalista e, de outro, uma transformação da sociedade brasileira no sentido de reforçar sua prática democrática.

Em um sentido outro que o da História Oral, referenciam-se os trabalhos dos historiadores Edgar De Decca, “As dimensões históricas do insucesso político”¹⁶⁵, e Carlos Alberto Vesentini, “A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica”¹⁶⁶, como também representativos da abertura do campo de produção historiográfica para o diálogo entre História e memória. Defendidas respectivamente nos anos de 1979 e 1982, ambas as teses de doutoramento caracterizam-se por trazer ao debate o movimento revolucionário de 1930 sob a perspectiva da construção de uma memória histórica. Em razão disso, essas pesquisas, associadas aos trabalhos com a História Oral, inauguraram o debate das problemáticas da memória e do esquecimento no interior do campo histórico, antecipando-se, assim, ao movimento observado nos anos de 1990 de expansão no campo de produção histórica dos estudos de memória no Brasil¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Esta tese foi publicada em 1981 com o título “1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução”.

¹⁶⁶ Esta tese foi publicada em 1997, conservando o título original.

¹⁶⁷ Destaca-se que esse ingresso da memória na historiografia, segundo Márcia Mansor D'Alessio (1998), modificou os objetos, as investigações, as abordagens, bem como a escrita da história. Modificações que encontram explicação no fato do trabalho com a memória introduzir a subjetividade no conhecimento, colocando as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica. Além disso, D'Alessio expõe que a intervenção da memória na historiografia igualmente provocou a relativização das totalidades ou estruturas, ao mesmo tempo em que transformou as bases da relação entre história e poder. Bases essas transformadas em razão dos estudos de memória terem aberto a possibilidade da historiografia tomar por objeto as lembranças de pessoas e grupos até então tidos como marginalizados e excluídos da escrita da História. Afinal, “a entrada em

Com base no exposto, conclui-se que, apesar dos registros de trabalhos com a memória realizados por historiadores brasileiros antes dos anos de 1990, foi só a partir dessa década que se viu emergir com significativa força e densidade os estudos de memória na historiografia. E, a despeito do presente trabalho não ter por objeto a problematização da relação entre História e memória, a demarcação da intervenção da memória na historiografia brasileira interessa na medida em que expõe que a memória no momento de produção da tese de doutoramento de Boris Fausto não se fazia matéria de interesse entre os historiadores no Brasil. Mas se esse historiador, conforme registrou Noé Freire Sandes (2009, p. 134), esteve “longe de qualquer compromisso com a memória da revolução”, qual a validade de se propor uma discussão em torno desse aspecto na obra faustiana se a mesma não conflita com o seu tempo de produção?

Ao tratar da relação entre História e memória na obra “A Revolução de 1930” de Boris Fausto, Angela de Castro Gomes afirma que:

[...] sob a ótica da escrita da história, algumas observações são interessantes, a começar pelo fato de que o autor [Boris Fausto] não distingue esses dois tipos de narrativas [história e memória], nem em função de seu momento de produção, nem da posição de seu autor no campo político e intelectual. Ele não incorpora essa questão e, de uma forma geral, usa tais textos [os memorialistas] para extrair dados e não para discutir a percepção/interpretação construída pelo autor da narrativa, tanto no próprio contexto dos anos 1930 como posteriormente, quando o trabalho da memória coloca sob novas lentes o relato elaborado. (GOMES, 2008, p. 33).

Conforme avaliação dessa historiadora, Boris Fausto faz uso em sua tese de doutoramento dos textos de caráter memorialístico sem que isso resulte em uma preocupação em distinguir a narrativa memorialista da narrativa histórica. Assim, embora no contexto de produção faustiana, analisado neste trabalho, não se colocasse como problema para o campo historiográfico a crítica memorialística, observou-se que a memória foi mobilizada por Fausto, ainda que não problematizada, ao construir suas interpretações acerca da Primeira República. Fato que acabou por suscitar o interesse do presente trabalho em tratar esse aspecto da obra faustiana. Deste modo, procurar-se-á, neste tópico, refletir sobre o lugar

conferido por Fausto à memória em seus primeiros trabalhos de pesquisa acadêmica. Para tanto, dar-se início a essa reflexão a partir da análise da tese de doutoramento desse historiador.

Ao concentrar-se na análise do texto “1930: historiografia e história”, verificou-se que, para além da extração de dados já apontada pela Angela de Castro Gomes, a memória fora utilizada por Boris Fausto para atender outros fins. Um dentre esses fins esteve relacionado ao fato de Fausto ter buscado o diálogo com os textos que guardavam alguma dimensão memorialística e/ou biográfica para compor debates até então não dimensionados pelas sínteses e abordagens acadêmicas ou mesmo não possíveis de serem compostos a partir das fontes que ele selecionou para sua pesquisa.

Para citar um exemplo, isto fica patente quando esse historiador propõe discutir o tenentismo. Ao compor o debate em torno dessa temática, Boris Fausto dialoga com obras de caráter memorialista e/ou biográfica, como: Jorge Amado, “Vida de Luís Carlos Prestes”; João Alberto Lins e Barros, “Memórias de um revolucionário”; Abgvar Bastos, “Prestes e a revolução social”; Antônio dos Santos Figueiredo, “1924: episódios da revolução de São Paulo”; Juarez Távora, “À guisa de depoimento”; Lourenço Moreira Lima, “A coluna Prestes – marchas e combates”; Virgínio Santa Rosa, “O sentido do tenentismo”. Esclarece-se que esse diálogo é realizado sem que Fausto proponha qualquer tipo de problematização da relação entre História e memória.

Ademais, a memória apresenta-se na tese de doutoramento de Boris Fausto a partir do exame crítico que esse historiador realiza em torno de alguns textos produzidos sob o impacto dos acontecimentos por eles abordados. Logo na introdução de sua tese, Fausto propõe que os textos produzidos imediatamente ao episódio de outubro de 1930 inauguraram a interpretação desse movimento revolucionário como ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe. Interpretação que os colocaram sob a mira da crítica faustiana. Nas palavras de Boris Fausto,

A tentativa de apreender o sentido mais profundo da Revolução de 1930, caracterizando-a como episódio da ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe, nasce de um esforço que surge já na época dos acontecimentos, com o objetivo de superar as análises

superficiais. Estas análises vão das explicações de tipo meramente psicológico à simples crítica das instituições políticas e dão o tom à grande maioria das crônicas imediatamente posteriores à revolução.¹⁶⁸ (FAUSTO, 1969, p. 1).

Ao longo do primeiro e segundo capítulos da tese “1930: historiografia e história”, Boris Fausto direciona a sua crítica a dois desses autores de época. São eles os já citados Abguar Bastos e Virgínio Santa Rosa. O primeiro ganhou a atenção de Boris Fausto por propor a intervenção da burguesia no episódio revolucionário de 1930, operada através de uma instrumentalização do movimento tenentista. Segundo esse historiador,

No caso brasileiro, na medida em que se definia a contradição principal através do antagonismo entre latifúndio, aliado do imperialismo, e as forças nacionais, constituídas por amplos setores da burguesia nacional, da pequena burguesia e as classes populares, os ideólogos do pensamento dominante nos anos de pós-guerra, no interior da esquerda brasileira, passaram a buscar nos cortes mais significativos da História do Brasil contemporâneo os traços da contradição principal. [...] Abguar Barros apresentou talvez a primeira versão neste sentido, vinculada à esquerda oficial. A intervenção da burguesia industrial no episódio revolucionário ter-se-ia operado através de uma instrumentalização do movimento tenentista, mas não é claro em sua análise, frequentemente contraditória, se a burguesia industrial pode ser considerada, em 1930, como fração autônoma de classe, ou como categoria social dependente dos grupos financeiros. (FAUSTO, 1969, p. 10; 1989, p. 16-17).

No concernente a Virgínio Santa Rosa, a crítica faustiana pesou sobre esse autor em razão de ele ter introduzido a corrente interpretativa que define a Revolução de 1930 como revolução das classes médias. Para Boris Fausto,

A corrente que define a Revolução de 1930 como “revolução das classes médias” tem como pioneiro Virgínio Santa Rosa. A inteligibilidade da Primeira República, para o autor do célebre *O Sentido do Tenentismo*, seria dada pelo choque entre a “pequena-burguesia e a burguesia nacional”. Após definir a burguesia nacional como categoria que engloba os industriais, os comerciantes, os fazendeiros de café, Santa Rosa faz uma enumeração dos setores componentes da pequena-burguesia pela qual se aproxima empiricamente das formulações que conceituam classe social em termos de agregado estatístico. Baseando-se em critérios de padrão de vida presumidamente semelhantes, engloba na pequena-

¹⁶⁸ Ao redigir a introdução quando da publicação de “A Revolução de 1930”, Boris Fausto retirou essa análise sobre os textos de época e priorizou o debate em torno da crítica à perspectiva dualista.

burguesia os funcionários, os empregados do comércio, o proletariado urbano e rural. Toda a sua análise, entretanto, tende a demonstrar como o campesinato constitui massa de manobra das oligarquias, a ponto de excluí-lo implicitamente do conjunto da pequena-burguesia. O choque de forças sociais seria redutível a uma oposição entre as classes médias urbanas, como insuficiente consciência política, e as oligarquias, que só pôde evoluir para a crise revolucionária de 1930, pela cisão das oligarquias e pelo fato das classes médias terem encontrado uma expressão política no movimento tenentista. (FAUSTO, 1969, p. 57; 1989, p. 51).

Baseado nessas duas últimas citações, observa-se que o exame crítico que Boris Fausto realiza acerca das interpretações de Abguar Bastos e Virgínio Santa Rosa não fora acompanhado de uma reflexão problematizadora do fato delas terem sido elaboradas sob o impacto dos acontecimentos. No muito, esse historiador situou o lugar de fala de Abguar Bastos vinculado ao discurso produzido pela esquerda brasileira. E isto, possivelmente, teria sido feito porque fazia parte do horizonte de interesse de Fausto questionar a validade do discurso elaborado por esse mesmo grupo.

No intuito de encerrar o tratamento do modo pelo qual Boris Fausto mobilizou a memória em “1930: historiografia e história”, propõe-se, por fim, refletir sobre o alcance das interpretações do episódio revolucionário de 1930 elaboradas pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho na obra faustiana. O interesse em torno desse jornalista justifica-se, de um lado, por ele ter escrito “A verdade sobre a Revolução de outubro”, livro publicado em 1933, em período imediatamente posterior aos acontecimentos – o que faz dessa obra um texto de época. De outro, por ele ter sido um pioneiro na discussão da Revolução de 1930 como fruto das disputas políticas empreendidas pelas oligarquias regionais, antecipando-se, assim, as análises propostas por Fausto em fins da década de 1960.

O ano de publicação da obra “A verdade sobre a Revolução de outubro” não deixa dúvida quanto à presença física do autor em seu tempo e em seu tema. Essa presença física faz com que essa obra passe a ocupar nas análises produzidas pelo campo historiográfico o lugar de obra memorialista. Para os que desconfiam da memória, o fato dessa obra ser identificada dentro da tradição memorialista a colocaria em oposição à História.

Embora se constate tal perspectiva, não é propósito deste trabalho traçar uma reflexão teórica em torno da contraposição entre memória e História, mas, tão somente, provocar o debate no sentido de se pensar nas aproximações interpretativas, elaboradas pela memória e pela História. Esta última entendida como fruto da operação historiográfica. Diante do exposto, é preciso registrar que não se partilha das leituras que afirmam serem as interpretações apresentadas pelos historiadores profissionais mais legítimas do que as avaliações conjunturais empreendidas a partir do exercício de autoconsciência dos sujeitos históricos.

Posto isso, concorda-se com Noé Freire Sandes (2003) e Angela de Castro Gomes (2008) quando esses chamam a atenção para o fato de Barbosa Lima Sobrinho (1933) promover um estudo do processo revolucionário, ainda que no “calor dos acontecimentos”, apoiado em fontes, consideradas por ele “confiáveis”. Foram elas: jornais, discursos parlamentares, livros, depoimentos dos homens que viveram a revolução. Por pautar-se nessas fontes, o jornalista acreditava assegurar a construção da “verdade sobre a revolução”, qual seja: a de que ela fora uma expressão puramente regionalista de conflitos oligárquicos.

Nesse sentido, ainda que fosse um jornalista espectador do processo tido como revolucionário e não um historiador, Barbosa Lima Sobrinho optou pelo caminho que fora anos depois percorrido por Boris Fausto: o da consulta de fontes históricas para a elaboração interpretativa dos acontecimentos. Ao contrário de Barbosa Lima Sobrinho, Fausto se restringiu a consulta de fontes impressas, sendo elas: alguns jornais, Coleção de Leis do Brasil e Anais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Para a análise crítica dessas fontes, ele recorreu ao diálogo com obras produzidas nos anos de 1950 e 1960, vinculadas à produção de sínteses históricas ou propriamente acadêmicas, ao mesmo tempo em que estabeleceu interlocuções com os textos de época e de abordagem memorialística, bem como com as biografias.

E, apesar de não anunciar em sua tese “1930: historiografia e história” a pretensão de revelar a “verdade sobre a revolução” como fez o contemporâneo do evento de 1930, evidencia-se que Boris Fausto buscou, por intermédio de uma vinculação teórico-metodológica, garantir objetividade e imparcialidade no processo

de construção do passado. E foi tomado por essa preocupação teórico-metodológica que ele construiu uma história da Revolução de 1930 que acabou por recolocar em pauta a tese anteriormente defendida pelo jornalista, espectador e sujeito histórico, Barbosa Lima Sobrinho. Segundo Angela de Castro Gomes,

[...] em contexto político e intelectual diverso e por caminho e motivações inteiramente distintas, Boris Fausto, em 1970, realizava uma espécie de movimento de “apropriação” da tese de Barbosa Lima Sobrinho, de 1933. Dizer isso, obviamente, não é dizer que Fausto repete interpretação veiculada desde os anos 1930. Ao contrário, é afirmar que Fausto reelabora uma interpretação, dotando-a de uma força e uma legitimidade que ela não possuía e, nessa mesma operação, “inventa” uma certa genealogia de trabalhos sobre o evento revolucionário que, a partir de 1970, passa a ter um “passado” e um “futuro” historiográfico. (GOMES, 2008, p. 34).

Cabe destacar que, ao recolocar a tese de Barbosa Lima Sobrinho, Boris Fausto a fez sem referenciar exaustivamente o jornalista. Como mencionado no segundo capítulo, a obra “A verdade sobre a Revolução de outubro”, a despeito de antecipar em mais de três décadas a reflexão contemplada na obra faustiana, não esteve referenciada na bibliografia que compôs o texto original da tese de doutoramento de Fausto. Diversamente ao que ocorreu no texto original da tese desse historiador, essa obra figurou entre as muitas citadas na bibliografia de sua versão publicada em 1970 sem que isso resultasse na promoção, por parte de Fausto, de um amplo e denso diálogo com as proposições de Barbosa Lima Sobrinho. Até porque esse historiador recolocou a tese do caráter regionalista do processo revolucionário não a partir da memória, mas sim por intermédio da crítica documental das fontes históricas que mobilizou em seu estudo.

Ainda sobre o diálogo de Boris Fausto com Barbosa Lima Sobrinho, registra-se que ele ficou restrito a um único apontamento no texto de “A Revolução de 1930”. Este apontamento ocorre no momento em que Fausto escreve sobre a ideologia da Aliança Liberal e se dá nos seguintes termos:

No curso da Primeira República, as camadas políticas fazem escasso apelo para atrair o voto popular – subordinado à fraude e ao mecanismo do reconhecimento de poderes. As manifestações ideológicas de tipo eleitoral são em regra indiferenciadas. Como disse Barbosa Lima Sobrinho, “em todas as nossas sucessões presidenciais, excetuada a de 1909, não apareceram divergências de doutrina, não se formaram interesses coletivos, ou reivindicações de classes. Apenas teses de amplitude e imprecisão inexcedíveis, para

não irritar ninguém, dentro dessa enorme região amorfa, em que se travam os debates partidários no Brasil”. Esta amorfia corresponde também à inexistência de uma oposição frontal entre frações nacionais de classe, no interior das classes dominantes. (FAUSTO, 1989, p. 44).

E se Boris Fausto não demonstrou interesse em por em evidência as possíveis aproximações e diferenças existentes entre as suas interpretações e aquelas realizadas por Barbosa Lima Sobrinho, o mesmo não se pode afirmar quando se avalia o artigo “O contexto político na Revolução de Trinta”, de autoria conjunta das cientistas sociais Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime. Publicado em 1970, esse artigo pode ser apontado como um dos primeiros a propor um levantamento bibliográfico da escrita da Revolução de 1930, bem como a análise de suas principais teses interpretativas sobre esse evento da história brasileira.

Ao referenciar os autores que defendem a Revolução de 1930 como disputa das oligarquias regionais pelo poder na condução do Estado, as cientistas sociais Franco, Oliveira e Hime (1970) citaram como representativos dessa interpretação tanto o jornalista Barbosa Lima Sobrinho quanto o historiador Boris Fausto. Essa nomeação veio acompanhada da exposição dos argumentos construídos por cada um dos autores para a defesa das oligarquias como principais agentes do processo revolucionário de 1930. Feito isso, essas autoras finalizaram a discussão em torno da marcação das diferenças próprias às interpretações de Barbosa Lima Sobrinho e de Boris Fausto. Sobre essa questão, concluíram que:

Ao contrário de Barbosa Lima que considera as “paixões regionalistas” de certa forma desvinculadas de seu aspecto econômico, manifestando-se apenas ao nível do poder, Boris Fausto verá a cisão em torno do problema do café – aglutinando-se as burguesias não diretamente a ele vinculadas, mas sem que tenham, necessariamente, um caráter industrializante. (FRANCO; OLIVEIRA; HIME, 1970, p. 125).

Assim, enquanto Boris Fausto esquivou-se de traçar qualquer relação entre as conclusões de seu trabalho e a tradição interpretativa inaugurada por Barbosa Lima Sobrinho, as analistas da literatura do tema da Revolução de 1930 procederam à análise da obra faustiana em diálogo com as teses defendidas em “A verdade sobre a Revolução de outubro”. E esta identificação entre as teses de Boris

Fausto e as de Barbosa Lima Sobrinho fora construída imediatamente à defesa de “1930: historiografia e história” a despeito do silenciamento daquele primeiro em relação à obra deste último.

Concluída essa primeira reflexão em torno da memória na obra faustiana, passa-se a análise dessa mesma questão na tese de livre-docência de Boris Fausto, intitulada “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”. A fim de se proceder a essa análise, julga-se necessário esclarecer que, no momento em que Boris Fausto empreendeu sua pesquisa sobre a classe operária, o campo de produção acadêmica encontrava-se distinto daquele em que se deu a realização de sua tese de doutoramento. Diferentemente do que se viu no final dos anos de 1960, quando ainda se fazia escassa a bibliografia acadêmica sobre a Revolução de 1930, no início dos anos de 1970, Boris Fausto deparou-se com um número considerável de estudos acadêmicos relacionados com a classe operária. Afinal, de acordo com Claudio Batalha,

Ao longo dos anos 60 teve início no Brasil uma tradição de estudos acadêmicos relacionados com a classe operária. Essa tradição abarcava sociólogos preocupados em elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Foi com ela que foram introduzidas e cristalizadas noções tais como: a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República. (BATALHA, 2010, p. 148).

Desse modo, ao iniciar seus estudos em torno da classe operária na Primeira República, Boris Fausto contou com as interpretações de cientistas sociais como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues, Aziz Simão. Fato que lhe permitiu afastar-se de qualquer dependência das obras memorialísticas. Por essa razão, ao contrário do que se viu na ocasião da escrita de “1930: historiografia e história”, a bibliografia da tese de livre-docência de Boris Fausto contempla poucos títulos de caráter memorialístico e, dentre esses, citam-se: “Memórias de um exilado: episódios de uma deportação, de Everardo Dias; “O anarquismo perante a organização sindical”, de Antonio Moutinho, José Elias da Silva e Manoel Campos; “Terra moça: impressões brasileiras”, de Manuel de Sousa Pinto.

Observa-se que, à época em que Boris Fausto empreendia suas pesquisas sobre a formação da classe operária em São Paulo e Rio de Janeiro, como destacado anteriormente, a incorporação da memória na produção historiográfica brasileira ainda era incipiente e se restringia, quase que exclusivamente, a historiadores vinculados ao CPDOC. E, apesar de Fausto não pertencer ao CPDOC, os efeitos dessa admissão da memória na historiografia podem ser sentidos na tese de livre-docência desse historiador quando ele, logo na introdução de seu trabalho, reconhece que os estudos do movimento operário também podem contar com as “possibilidades prementes e quase inexploradas da história oral, das memórias condenadas via de regra ao esquecimento” (FAUSTO 1975, p. 4; 1976, p. 7). Esse reconhecimento é declarado no instante em que Boris Fausto menciona o limite imposto pelas fontes que recortou para sua pesquisa, qual seja: o de ser apenas possível avaliar as ações coletivas do movimento operário, escapando, assim, à sua análise as atitudes individuais dos agentes desse mesmo movimento.

Além dessa menção que valoriza o possível uso da memória pela História, ao longo da construção narrativa de “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, vez ou outra, Boris Fausto buscou compor sua argumentação a partir de depoimentos de anarquistas. Depoimentos esses coletados por autores que compuseram sua bibliografia, como: Gilberto Freire, em “Ordem e progresso”; John W. F. Dulles, em “Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935”; Edgar Rodrigues, em “Nacionalismo e cultura social”. Apesar de expor trechos desses depoimentos, Fausto o fez sem a preocupação de proceder a uma análise problematizadora da relação entre a História e a memória – repetindo, assim, as escolhas realizadas em “1930: historiografia e história”.

Todavia, cabe destacar que, no sexto capítulo da tese, intitulado “Duas mobilizações”, ao avaliar as interpretações existentes sobre a greve de 1917 em São Paulo, Fausto concluiu que as análises sociológicas encontraram os depoimentos de memorialistas no instante em que ambos os discursos – o acadêmico e o de memória – reconheceram nesse movimento grevista o seu caráter espontâneo. Nas palavras desse historiador,

Desde o depoimento de memorialistas à análise sociológica [especialmente a formulada por Leôncio Martins Rodrigues], tem-se

ressaltado o caráter espontâneo da greve de 1917 e não há motivo para se rever o fundo desta qualificação. À ausência de um plano, de uma coordenação central, de objetivos pré-definidos é patente. Os sindicatos tem restrito significado; o Comitê de Defesa Proletária – expressão da liderança anarquista e em menor escala socialista – não só se forma no curso do movimento como procura apenas canalizar reivindicações. O padrão de agressividade da greve relaciona-se com o contexto sócio-cultural de São Paulo e com a fraqueza dos órgãos que poderiam exercer funções combinadas de representação e controle. (FAUSTO, 1975, p. 245-246; 1976, p. 202-203).

E, embora Boris Fausto construa no fragmento em destaque certa correspondência entre os discursos das testemunhas que viveram o movimento grevista de 1917 e os estudos acadêmicos que tomaram por objeto esse movimento, sua análise não prescindiu da hierarquização entre as narrativas memorialística e histórica, ao concluir que:

A espontaneidade “pura” só existe nos livros de contos de fadas acerca do movimento operário e não em sua verdadeira história. O conteúdo da atividade dos trabalhadores que deflagraram a greve nas maiores empresas, as várias formas de comunicação pelos bairros industriais talvez estejam perdidas para sempre. Há entretanto, um terreno mais sólido de observação a indicar que, se a greve de 1917 foi uma explosão, teve pouco a ver com uma “explosão repentina”. Os indícios de crescente tensão se acumulam nos meses que a antecedem, acompanhados de um visível esforço organizatório, apesar de todos os seus limites. (FAUSTO, 1975, p. 246; 1976, p. 202).

Sendo assim, a História, com seus aportes teórico-metodológicos, faria o que os estudos acadêmicos da área das Ciências Sociais não teriam sido capazes de fazer, ou seja: proceder à correção dos excessos próprios da memória a partir da análise do evento grevista de 1917 enquanto resultante do processo crescente de tensões políticas. Nesse sentido, ainda que não se verifique na obra faustiana uma preocupação em distinguir a narrativa memorialística da narrativa histórica, entende-se que Boris Fausto, ao promover o diálogo eventual com a memória para a composição de sua argumentação, não o faz motivado pela noção de equiparação entre as narrativas memorialística e histórica. Pois, para esse historiador, a memória, embora tenha o que dizer sobre o passado, não é capaz de expor a “verdadeira história”.

3.4. Boris Fausto e suas fontes

Entre a vinculação de Boris Fausto ao curso de doutorado em História da FFCL da USP, em 1967, e a defesa de sua tese de livre-docência no Departamento de Ciência Política, em 1975, transcorreram-se oito anos. Nesse intervalo, seguindo o que já fora tratado, Fausto dedicou-se a pesquisa de duas temáticas: a crise dos anos de 1920 e a ocorrência da Revolução de 1930 e a formação da classe operária em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em comum, essas pesquisas guardaram o interesse pelo mesmo recorte temporal: a Primeira República. Além desse interesse pelo período circunscrito à primeira experiência republicana no Brasil, as duas pesquisas em questão evidenciaram outro aspecto comum: a natureza das fontes selecionadas para o empreendimento de suas investigações. E é sobre o tratamento desse último aspecto em comum que reside o interesse do presente tópico.

No concernente à natureza das fontes utilizadas nas investigações de Boris Fausto realizadas entre o final da década de 1960 e a primeira metade dos anos de 1970, observou-se que esse historiador mobilizou o mesmo padrão de fontes históricas, sendo esse composto por dados estatísticos, legislação, anais e jornais. E, apesar das fontes selecionadas por Fausto para as teses de doutoramento e livre-docência guardarem o mesmo padrão, faz-se necessário destacar que suas seleções se deram pautadas pelo recorte temporal proposto por cada uma dessas pesquisas. Assim sendo, enquanto as fontes selecionadas para “1930: historiografia e história” cobriram os anos de 1920 a 1937, aquelas elegidas para “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)” abarcaram os anos de 1890 a 1921.

Registra-se ainda que Boris Fausto, no processo de seleção de suas fontes, revelou o cuidado em conjugar materiais que apenas admitiam a extração de dados e/ou de informações com outros que expressavam as tensões políticas e sociais próprias à dinâmica de toda e qualquer sociedade. Assim sendo, se, de um lado, a inclusão em sua pesquisa histórica de documentos legislativos possibilitou que esse historiador apreendesse as normas a que estavam sujeitas a sociedade por ele analisada; de outro, o trabalho com os anais da Assembleia Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal permitiu que ele conhecesse os

conflitos envolvidos no processo de criação das normas. O mesmo se aplica à tomada de dados estatísticos e de jornais como fontes históricas. Posto que, se, por um lado, os dados estatísticos informavam a Fausto números caracterizadores de determinados aspectos da sociedade investigada; por outro, os jornais apresentavam a esse historiador elementos para a construção das tensões que esses mesmos números geravam nas esferas sociopolíticas e econômicas em uma dada conjuntura.

Apresentadas as fontes selecionadas por Boris Fausto no decorrer de suas pesquisas de doutorado e livre-docência, um questionamento se impõe: à época dessas pesquisas, seriam essas fontes comumente recortadas pelos historiadores? Embora não se tenha material suficiente para afirmar terminantemente que sim ou que não, buscar-se-á formular uma resposta para essa indagação a partir da obra de José Honório Rodrigues, “A pesquisa histórica no Brasil”, publicada em 1969 pela Companhia Editora Nacional. Esse historiador e o modo como ele compreendia as fontes históricas no momento em que Fausto se fazia historiador interessam na medida em que José Honório Rodrigues foi um dos primeiros no Brasil a dedicar-se à produção de obras sobre o fazer histórico, destinadas a contribuir para a formação de historiadores. Ele também foi um pioneiro na defesa da incorporação de disciplinas de teoria e de metodologia da História nos currículos dos cursos de História. Desse modo, acredita-se que as obras desse historiador, ao colocarem em debate os aspectos próprios ao ofício do historiador, figuraram entre as leituras obrigatórias dos profissionais da História no Brasil.

Ao tratar das espécies de fontes em “A pesquisa histórica no Brasil”, José Honório Rodrigues afirma que:

[...] aos vários tipos de história correspondem várias espécies de fontes. Só a história geral se utiliza de tôdas elas; mas a história administrativa utiliza-se especialmente dos relatórios ministeriais e documentos parlamentares; a eclesiástica, das bulas pastorais, cartas, circulares, orações, sermões, atas, ânuas; a militar, de ordens do dia, boletins, diários, ofícios, proclamações, interrogatórios de prisioneiros; a constitucional, de instruções e legislação eleitorais, manifestos, editais, discursos e Falas, anais, etc.; a diplomática, de convenções, ajustes, tratados, atos e tréguas; a econômica, de relatórios, regulamentos, representações, memórias, legislação, dados estatísticos; a do ensino, de regulamentos, projetos, estatutos e programas; a artística tem sua mais genuína fonte nos livros de contas existentes nos arquivos de igrejas e órbita das diversas

irmandades, matrizes, ordens terceiras, arquivo episcopal, têmos e acórdãos dos arquivos religiosos e dos arquivos dos cartórios dos tabeliães mais antigos, recibos, contratos, atos e processos. (RODRIGUES, 1969, p. 144-145).

A despeito desse historiador admitir todas essas “espécies” de fontes, ele acabou por construir uma hierarquia entre as fontes em razão de sua autoridade e fidedignidade. Em suas palavras,

Os restos materiais de uma civilização são sempre superiores, como fontes históricas, às memórias, diários, biografias e crônicas, porque êstes variam grandemente no seu valor, e só depois do exame crítico é que podemos atribuir-lhes autoridade e fidedignidade. (RODRIGUES, 1969, p. 143).

Todavia, essa hierarquização entre as fontes não resultou em impeditivo para o trabalho do historiador com qualquer tipo de “espécie” de fonte, inclusive aquelas de teor memorialístico, como, por exemplo, os testemunhos. Ao contrário, sua função estaria relacionada a finalidades metodológicas, sendo, portanto, de responsabilidade do pesquisador a realização de um exame crítico mais apurado do material selecionado para a investigação histórica. Dito isso, cabe anotar que as fontes eleitas por Boris Fausto aparecem contempladas no debate de José Honório Rodrigues como sendo fontes da história moderna e contemporânea. Nesse sentido, mesmo não sendo possível dimensionar o uso dessas fontes no conjunto de trabalhos empreendidos ao longo dos anos de 1960 e 1970, a partir do texto de José Honório Rodrigues, infere-se que as fontes selecionadas por Boris Fausto foram ao encontro do que o campo de produção historiográfica reconhecia como sendo material de investigação do historiador.

Dentre as fontes utilizadas por Boris Fausto em suas teses de doutoramento e de livre-docência, os jornais destacam-se por serem fontes pouco mobilizadas pelos pesquisadores até o final da década de 1970. De acordo com Tania Regina de Luca,

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. Reconhecia-se,

portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa. (LUCA, 2011, p. 111).

Para essa historiadora, a explicação para tal situação esteve relacionada a vários fatores. Fatores esses que não se constituíram em particularidades do campo de produção historiográfica brasileira uma vez que estiveram vinculados a “certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante” (LUCA, 2011, p. 111-112). Para o alcance dessa pretensa verdade dos fatos, era preciso que o historiador, liberto de qualquer envolvimento com seu objeto de investigação e com domínio de métodos de crítica textual precisa, se valesse “de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. E, conquanto a Escola dos *Annales* tenha direcionado críticas a essa concepção de História, elas não implicaram no “reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo” (LUCA, 2011, p. 112). Condição que só fora rompida, décadas depois, quando os historiadores passaram a tomar os jornais como fontes e como objetos de estudo.

Importa destacar que a relutância do historiador em mobilizar especialmente os jornais encontra também explicação em texto de Jean Glénisson, publicado pela primeira vez em 1961 com o título “Iniciação aos estudos históricos”. Contemporâneo de José Honório Rodrigues e, provavelmente, também tido por seus pares como leitura obrigatória pelos que então se profissionalizavam na área da História, ao tratar do trabalho da crítica das fontes pelos historiadores, Glénisson observa que:

[...] para o historiador da época moderna, o importante problema da crítica da imprensa, guia ou reflexo – segundo o caso – da opinião pública. Nascida praticamente na primeira metade do século XVII, esta instituição atraiu, desde seus inícios, a atenção dos espíritos críticos, imediatamente escandalizados com os processos de propaganda, bem inocentes, entretanto, quando comparados com os métodos contemporâneos. A sinceridade dos jornais mede-se, *a priori*, tanto pelas omissões quanto pelo destaque deliberadamente concedido às notícias escolhidas: em certos casos, os procedimentos

tipográficos podem incluir-se no campo da crítica histórica. Mas, de fato, a crítica aplicada aos jornais é de uma complexidade desencorajadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas se exerciam num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo. “Determinar quais eram, em tal momento, as fontes de informação de um jornal, sua tiragem, sua área de difusão, suas relações com o governo, os partidos políticos, os grupos de interesses econômicos e financeiros, eis uma pesquisa de importância primordial. Ela se faz, por vezes, mas muito raramente. Lamenta-se, também, que os trabalhos concernentes à história da imprensa não concedam um lugar suficientemente amplo a esta crítica das fontes, procurando distinguir as etapas cronológicas, pois, evidentemente, as observações válidas para uma empresa de grande tiragem não o são para a do período anterior”. (GLÉNISSEON, 1977, p. 177-178).

E, embora essas preocupações metodológicas em torno do trato com os jornais já tenham sido, ao menos em parte, ultrapassadas pela historiografia atual, elas têm muito a dizer sobre como o campo de produção historiográfica lidava com esse tipo de material na década em que Boris Fausto escolheu elegê-lo como fonte. Até porque não só Glénisson expôs suas inquietações quanto ao trabalho com os jornais, como também José Honório Rodrigues em texto escrito oito anos depois da publicação de “Introdução aos estudos históricos”. Segundo esse historiador,

Tôda a pesquisa de jornais é extremamente difícil no Brasil, primeiro devido às próprias condições materiais de consulta e ao estado de ruína das coleções depositadas nas bibliotecas brasileiras, a começar pela Nacional; segundo, porque não há índices de nenhum jornal, o que amplia muito o campo da investigação, quando não se possuem os dados cronológicos essenciais. Há dois jornais no mundo que produzem seus índices, o *London Times*, desde 1900, e o *New York Times*, desde 1913, trimestralmente e mensalmente. Foi feito retrospectivamente o índice de *Le Temps*, e *Le Monde* mantém organizado um índice, embora não o publique. Os jornais brasileiros *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* estão elaborando seus índices, o primeiro desde 1956, e o segundo desde 1964. Quando a consulta é limitada a um só jornal, é mais fácil pesquisar nos arquivos do próprio jornal, que na coleção da Biblioteca Nacional. (RODRIGUES, 1969, p. 170).

E, mesmo em meio a tantos apontamentos em torno das dificuldades próprias ao trabalho com os jornais, Boris Fausto decidiu-se por tomar esse material como fonte de suas pesquisas de doutorado e livre-docência. Sobre essa eleição, destaca-se que, em seu primeiro trabalho, Fausto lidou com a imprensa diária

através dos jornais: Correio Paulistano, Diário Nacional e O Estado de São Paulo. Ao serem mobilizados para a escrita de “1930: historiografia e história”, esses jornais auxiliaram Boris Fausto tanto na composição do cenário político e econômico dos anos de 1920 e da ocasião da Revolução de 1930, quanto na construção de argumentos questionadores da existência de conexão entre o Partido Democrático e os setores industriais no período que antecede o processo revolucionário de outubro de 1930. A fim de questionar a hipótese até então consagrada de que “o PD teria surgido como representação política de setores novos, supostamente dinâmicos, onde estariam incluídos os industriais, ao lado de grupos financeiros e das classes médias” (FAUSTO, 1969, p. 28-29; 1989, p. 33), Fausto tomou a análise do jornal Diário Nacional, tido por ele como o jornal dos democráticos. Apoiado nas matérias publicadas por essa imprensa periódica entre os anos de 1928 a 1930, concluiu que:

Na realidade, o Partido Democrático não expressa o impulso de “áreas modernizantes”, supostamente identificadas com a indústria, mas uma aliança das classes médias de São Paulo com elementos descontentes do setor agrário. A Tônica anti-industrialista reflete porém muito mais a visão agrarista da sociedade brasileira, de que era portadora a classe média paulista. Sem comprometimentos ao nível econômico com setores industriais, esta categoria social, nas condições da época, assume com toda a conseqüência o ataque à indústria, representada como um grupo de exploradores estrangeiros, produtores de artigos de má qualidade, responsáveis pela elevação do custo de vida. (FAUSTO, 1969, p. 37; 1989, p. 38).

Já, quando da realização de sua pesquisa sobre classe operária, Boris Fausto não só trabalhou com a imprensa diária, tendo analisado um montante de dez jornais, como também selecionou para o seu empreendimento investigativo a imprensa operária a partir de dezessete publicações. No concernente à imprensa diária, foram selecionados os jornais: O Combate, O Comércio de São Paulo, Correio da Manhã, Correio Paulistano, Diário Popular, O Estado de São Paulo, Fanfulla, A Gazeta, A Platéia e A Razão. Quanto à imprensa operária, Fausto trabalhou com os jornais: O Amigo do Povo, Avanti, La Battaglia, O Chapeleiro, Dealbar, Gazeta Operária, O Gráfico, A Guerra Social, O Jacobino, A Lanterna, O Livre Pensador, A Nação, A Plebe, Spartacus, A Terra Livre, Voz do Povo e Voz do Trabalhador.

Relacionados os periódicos que se fizeram presentes na escrita de “O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica (1890-1920)”, importa

por em evidência que esses jornais possibilitaram a Boris Fausto o mapeamento dos movimentos grevistas ocorridos na Primeira República até o ano de 1920. Conforme destacado anteriormente, esse levantamento consistiu na coleta de dados sobre as greves, como: nome e ramo da empresa em que ocorreu a deflagração do movimento; objetivos do movimento grevista; número de funcionários paralisados; duração da greve; resultados atingidos pelo movimento. Além desse mapeamento, essas fontes foram mobilizadas por Fausto com o intuito de demarcar as tensões sociopolíticas e econômicas da Primeira República, contribuindo, assim, para o conhecimento da conjuntura histórica em que se deram os movimentos grevistas. Por fim, os jornais, especialmente os ligados a imprensa operária, foram fontes privilegiadas para a construção do movimento anarquistas, bem como para a apreensão das formas de socialização desse movimento, de sua visão de mundo e de seus valores culturais.

Ressalta-se que em fins da década de 1960, portanto no período em que Boris Fausto fazia-se historiador, é possível localizar discussões empreendidas no campo da historiografia brasileira que se somam às discussões apresentadas por Jean Glénisson e José Honório Rodrigues sobre as dificuldades da lida com os jornais como fontes históricas. Ana Maria de Almeida Camargo¹⁶⁹, quando de sua comunicação de trabalho no V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, concentrou-se em caracterizar os aspectos da imprensa periódica mobilizadores do interesse dos pesquisadores, ao mesmo tempo em que avaliou os desafios que impunham o trabalho com esse tipo de fonte.

Escrito em 1969, o texto de Ana Maria de Almeida Camargo, intitulado “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil”, destaca que a importância da imprensa como fonte histórica está no fato de

O jornal, principalmente quando formativo, [ser] um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas. (CAMARGO, 1971, p. 225).

¹⁶⁹ O interesse dessa historiadora pela imprensa periódica como fonte histórica resultou em tese de doutorado, defendida em 1977 na FFCL/USP, sob orientação de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. Considerado trabalho pioneiro nessa discussão, sua tese intitulou-se “A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

Afinal, para essa autora, o estudo da realidade inclui também o que se pensa sobre ela. E, por essa razão, defende que, ao historiador, interessa essa visão parcial e subjetiva da realidade encontrada na imprensa periódica uma vez que ela expressa não só a proximidade dos homens com os fatos, mas também, e principalmente, por seus comprometimentos social, político, econômico e cultural (CAMARGO, 1971). A fim de se demarcar essa visão parcial e subjetiva, Ana Maria de Almeida Camargo (1971) julga ser necessário que o historiador siga certos cuidados metodológicos, como: investigar no periódico os elementos que permitirão ao pesquisador realizar uma análise crítica; ter cuidado com as aspas, traduções, ilustrações, pois, as mesmas podem servir, em publicações diferentes, para justificar afirmações contrárias; confrontar o periódico estudado com outros competidores da região, adversários ou simpatizantes.

Findada a exposição que trata dos cuidados metodológicos que o historiador deve ter ao lidar com os jornais, a autora ainda adverte:

Se admitimos que a problemática não se reduz à busca da veracidade das informações, pode-se ir mais longe; o jornal é um documento a ser usado com o máximo cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os textos - onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são bem mais freqüentes, principalmente quando se trata de jornais do século XIX, em sua maioria formativos, doutrinários, apaixonados. Corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior. (CAMARGO, 1971, p. 226).

Apesar de não se poder afirmar categoricamente que Boris Fausto em nenhum momento de sua reflexão fez uso dos jornais para confirmar as suas hipóteses, com base no exposto, conclui-se que esse historiador manifestou o compromisso com os cuidados metodológicos apontados por Ana Maria de Almeida Camargo – sua também contemporânea. O que permite que se infira que Boris Fausto comungava da ideia que esteve contemplada por essa autora, qual seja: a de que a imprensa periódica expunha uma visão parcial e subjetiva da realidade. Pois, esse historiador não só confrontou os jornais com outros jornais, como também com outros tipos de fontes. No caso específico de sua tese de livre-docência, Fausto

inclusive teve a cautela de contrapor a imprensa operária com outras referências dela mesma, assim como essa imprensa com a imprensa diária.

Nesse sentido, ao eleger os jornais como fontes de seus trabalhos de doutorado e livre-docência, Boris Fausto teria correspondido satisfatoriamente ao que estava dado no campo historiográfico como método de análise crítica de periódicos. Por essa razão, assim como fora feito para se dimensionar as potencialidades do método de crítica para os periódicos aplicado por Fausto, os limites de sua análise devem ser avaliados a partir do seu tempo de produção, observando-se, para tanto, o que estava permitido e proibido dentro do campo de produção histórica, e não como meros desvios cometidos por uma ação profissional isolada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de Boris Fausto no campo de produção historiográfica brasileira deu-se em meio ao processo de profissionalização do trabalho intelectual de História. Essa conjuntura impôs a esse historiador, e a todos os outros que se decidiram pela História entre os anos de 1930 e início de 1970, o desafio de empreender pesquisa em um ambiente institucional que ainda buscava constituir-se como lugar preferencial da investigação histórica no Brasil. Esse ambiente era a universidade.

Mas, esse desafio não resultou em impeditivos para que Boris Fausto ganhasse notoriedade, dentro e fora dos meios acadêmicos, já com o seu primeiro trabalho produzido em âmbito universitário. Ao contrário, o caráter incipiente da produção histórica realizada no interior das universidades, associado ao interesse dos historiadores brasileiros pela investigação de objetos circunscritos aos períodos colonial e imperial, criou oportunidade para que Fausto se projetasse no campo historiográfico como pioneiro nos estudos de História do Brasil República. Nesse sentido, essa sua projeção no campo historiográfico explica-se, ao menos em parte, em razão da novidade que a sua tese de doutorado imprimiu em termos tanto de recorte temporal quanto temático, posto que foi a primeira vez que se assistiu no meio acadêmico universitário a proposição do debate em torno da Revolução de 1930.

A notoriedade alcançada pelo primeiro trabalho de Boris Fausto pode ser mensurada pelo quantitativo de edições e reimpressões que recebeu seu livro “A Revolução de 1930: historiografia e história” (1970) nesses últimos 45 anos. Conforme anunciado anteriormente, foram dezesseis edições e inúmeras reimpressões da edição de 1997, sendo que, só na década de 1970, foram realizadas seis edições – um feito que não deixa dúvidas quanto ao interesse que o livro despertou já em sua primeira década de existência. Com base nesses números, pode-se concluir que esse historiador conquistou o que raríssimos pesquisadores da área de História conseguiram ao longo de suas trajetórias profissionais: ter o valor

de seu primeiro trabalho de pesquisa reconhecido por seus pares e, concomitantemente, ver sua obra consagrada pelo mercado editorial.

Entende-se que a notoriedade alcançada pela obra “A Revolução de 1930” no período imediatamente posterior a sua publicação esteja não só relacionada ao ineditismo de seus recortes temporal e temático, como também guarde relação com o fato de propor reflexões que procuravam compreender as experiências de seu tempo a partir da retomada investigativa dos anos de 1930. Afinal, na ocasião em que Boris Fausto pesquisou e escreveu sua tese de doutorado, diversos intelectuais acadêmicos centravam seus esforços na busca de explicações sobre as razões do golpe de 1964, que frustrou a consolidação de uma democracia republicana no Brasil. Deste modo, ao propor perscrutar a Revolução de 1930, Fausto, além de mostrar-se em sintonia com os debates acadêmicos de seu tempo, respondeu às demandas do seu campo de atuação e produção.

Ainda sobre a questão que envolve a notoriedade da obra “A Revolução de 1930”, outro aspecto a ser considerado é a proposta que essa obra apresenta de revisão crítica das teses dualistas, que ora avaliaram o processo revolucionário de 1930 em termos de ascensão da burguesia industrial, ora definiram o episódio como revolução das classes médias. Entende-se que essa proposta conferiu visibilidade a obra de Boris Fausto na medida em que ela, ademais de promover uma crítica historiográfica que colocou em xeque interpretações do processo revolucionário de 1930 até então consagradas no campo científico, ofereceu ao seu leitor uma pretensa novidade em torno da perspectiva analítica sobre 1930, qual seja: a defesa de que a Revolução de 1930 teria sido produto dos confrontos entre as oligarquias regionais, motivados pela disputa da condução política do país em uma conjuntura marcada tanto pela crise de 1929 quanto por diversas manifestações de descontentamento político-econômico promovidas pelas camadas urbanas no Brasil. Tese essa semelhante em alguns aspectos àquela defendida décadas antes pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho, em “A verdade sobre a Revolução de outubro”.

Interessante observar que o subtítulo “historiografia e história”, que compôs o título do texto original da tese de doutoramento de Boris Fausto, seguiu sendo o mesmo quando da sua publicação em formato de livro. Em um primeiro momento, a presença desse subtítulo pode suscitar a expectativa de se tratar de um trabalho que traz para o centro do debate as diferentes proposições interpretativas

acerca da Revolução de 1930, que, porventura, teriam sido produzidas por historiadores e cientistas sociais ao longo dos quase quarenta anos que separavam o evento do instante da escrita faustiana. Longe disso, a leitura da obra expõe que a presença do termo “historiografia” no subtítulo remete às intenções desse historiador em promover uma reinterpretação das linhas essenciais que até então definiam o episódio político que depôs Washington Luís, tendo por instrumento prioritário a crítica historiográfica.

Diante do exposto, tem-se que a obra “A Revolução de 1930” fez de Boris Fausto um historiador lido e relido, dentro e fora da universidade, ao longo dessas quase cinco últimas décadas. Conforme ele próprio reconheceu, a obra se tornou maior que o autor, fazendo-o conhecido, inclusive, para além da comunidade de historiadores como aquele que escreveu “A Revolução de 1930”. Na contramão dessa imagem distorcida do autor de um livro só, apresenta-se uma trajetória intelectual reveladora de um historiador devotado à pesquisa de diferentes temas associados à História do Brasil República, especialmente, à Primeira República. Tanto que, no intervalo de oito anos – os oito primeiros anos de sua atuação como historiador –, Fausto empreendeu duas pesquisas de fôlego sobre temáticas completamente distintas uma das outras. Foram temas perscrutados por esse historiador no intervalo em questão: a Revolução de 1930 – já referida – e a formação da classe operária. Sendo que ambos os temas foram pesquisados sob a motivação da conquista dos títulos de Doutor e Livre-Docente, respectivamente. Daí o interesse em concentrar a análise deste trabalho em torno deles.

Seguindo um caminho ora parecido ora distinto daquele percorrido pela obra “A Revolução de 1930”, a tese de livre-docência de Boris Fausto foi publicada, no ano de 1976 – um ano após sua defesa –, com o título “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)” e teve, até o presente momento, o total de cinco edições impressas. A princípio, esse número de edições pode parecer pouco significativo quando comparado as dezesseis edições que marcaram o primeiro livro de Fausto. Todavia, é preciso considerar que as propostas que envolvem cada livro possuem naturezas bem diferentes. Enquanto o primeiro livro traz para o debate um tema de interesse tanto de especialistas como não especialistas, o segundo livro apresenta uma discussão voltada especialmente aos estudiosos do tema classe operária. Assim sendo, o número de cinco edições de “Trabalho urbano e conflito social

(1890-1920)” expõe, à semelhança de “A Revolução de 1930”, a notoriedade alcançada por essa obra no campo acadêmico.

Diferentemente do ambiente acadêmico de inserção da obra “A Revolução de 1930”, quando “Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)” foi publicado, Boris Fausto pode contar com redes de interlocução e de sociabilidade previamente construídas no interior do campo de produção historiográfica por intermédio do reconhecimento de seus pares do valor intelectual de seu primeiro trabalho de pesquisa histórica. Valor intelectual que se reafirmava a cada nova edição de “A Revolução de 1930”. E, em 1976, à época da publicação da tese de livre-docência de Fausto, seu primeiro trabalho batia a marca de sua quarta edição. Ressalta-se que a importância dessas redes de interlocução e sociabilidade reside na promoção da circularidade das ideias desse historiador, bem como de sua concepção de História, de suas críticas historiográficas, de suas obras.

O trabalho com as teses de doutorado e livre-docência de Boris Fausto indicou alguns aspectos em comum no ato de suas composições. Situação que se explica, sobretudo, em razão da proximidade que separa a primeira da segunda pesquisa, posto que se defende que Fausto estaria tomado pelas mesmas preocupações quando da escrita de ambas as teses. Sendo assim, são aspectos comuns partilhados por essas obras faustianas: o caráter interdisciplinar com o campo das Ciências Sociais e, dentro deste, com o cientista social Francisco Weffort; o recorte temporal circunscrito a Primeira República; o corpus documental organizado com base nos mesmos tipos de fontes; a motivação política de ver contestadas as interpretações promovidas pela esquerda, com raízes no PCB, tidas por Fausto como reducionistas.

Dentre esses aspectos, o caráter interdisciplinar ganha destaque nesta análise em razão de assumir contornos únicos na obra faustiana. Pois, apesar da interdisciplinaridade na produção histórica dos anos de 1960 e 1970 não figurar como exclusiva da escrita faustiana, a particularidade com que ela se apresentou nas teses de doutorado e livre-docência de Boris Fausto definiu o modo pelo qual esse historiador concebeu a Primeira República. Sabe-se que Fausto produziu seus dois primeiros trabalhos sob o impacto dos debates promovidos pelo meio acadêmico para explicar a experiência republicana entre os anos de 1930 e 1964 a partir do conceito de populismo. Tomado por essas discussões, ele acabou por filiar-

se às interpretações dos cientistas sociais de formação uspiana, especialmente as formuladas por Francisco Weffort, que, ao proporem a articulação entre o conceito de populismo e a teoria da modernização, acabaram por definir a experiência anterior a 1930 como exclusivamente o lugar de expressão da sociedade tradicional. O resultado dessa filiação na obra faustiana pode ser sentido na representação que Fausto construiu sobre a Primeira República como sendo o espaço de domínio político e econômico da burguesia cafeeira e, à vista disso, de inibição da participação política e da inclusão sócio-econômica dos demais segmentos da sociedade.

Como fruto dessa interdisciplinaridade do campo da História com o das Ciências Sociais, destaca-se ainda que as interlocuções estabelecidas por Boris Fausto com o pensamento weffortiano podem ser observadas por meio da adoção de alguns dos conceitos e referenciais metodológicos propostos por Francisco Weffort. A análise das obras de Fausto indicou, por um lado, que, em "A Revolução de 1930", a reflexão de Weffort sobre o movimento revolucionário de 1930 foi corroborada por esse historiador a partir da adoção do conceito weffortiano de Estado de compromisso. E, por outro, que, em "Trabalho urbano e conflito social", Fausto tomou de empréstimo os aspectos metodológicos empreendidos por Weffort em "Sindicatos e política". Faz-se também necessário mencionar que foi no diálogo de Fausto com Weffort que esse historiador se interessou pelo tema da classe operária.

Apontados os aspectos avaliados como comuns aos projetos escriturários das teses de doutorado e livre-docência de Boris Fausto, julga-se pertinente por em evidência dimensões do trabalho que sinalizam para possíveis diferenças. Ademais da obviedade que envolve a diferença entre as propostas de objeto dessas duas pesquisas, sendo um a Revolução de 1930 e o outro a classe operária, expõe-se a distinção com que o trabalho com as fontes foi realizado em cada uma dessas produções históricas. O exame das teses de Fausto levou à conclusão de que "Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)" apresentou uma análise mais densa, graças ao cuidado maior com a crítica das fontes selecionadas para o empreendimento da pesquisa, quando comparado à obra "A Revolução de 1930". Esse menor rigor no trato das fontes evidenciado em seu primeiro trabalho é

admitido por seu autor em entrevistas e inclusive essa admissão o levou a avaliar a obra “A Revolução de 1930” como sendo um ensaio acadêmico.

Por fim, é preciso sublinhar que a eleição da produção intelectual de Boris Fausto, empreendida entre o fim da década de 1960 e a primeira metade dos anos de 1970, como objeto deste trabalho encaminhou uma reflexão que ultrapassou os limites da análise da escrita faustiana, impondo a necessidade de se tratar o campo historiográfico no qual esse historiador passava a ser partícipe. Nesse sentido, a fim de demarcar a inserção de Fausto no campo historiográfico como precursor dos estudos do Brasil República empreendidos no meio universitário, buscou-se delinear esse espaço de atuação dos historiadores brasileiros a partir dos aspectos que o definiam. Para tanto, fez-se imprescindível destacar que, à época dos primeiros trabalhos de Fausto, o campo de produção histórica se caracterizava pela priorização dos estudos voltados para os períodos colonial e imperial da História do Brasil. Priorização essa evidenciada tanto na área do ensino quanto da pesquisa em História, na FFCL da USP.

Todas as questões discutidas nesta tese advieram de uma preocupação particular: compreender o projeto de construção escriturária de Boris Fausto vinculado ao espaço institucional da universidade. Projeto esse que em razão de se apresentar atrelado a esta instituição esteve inscrito em um complexo que lhe permitiu um tipo de produção ao mesmo tempo em que lhe proibiu outros (CERTEAU, 2006). Portanto, refletir sobre os desafios, os limites e as possibilidades do “fazer história” no período aqui recortado forneceu pistas fundamentais para compor-se a interpretação da escrita pioneira de um historiador que emergiu no campo historiográfico brasileiro como um “estranho no ninho”.

FONTES

Leis e Decretos:

BRASIL. *Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL. *Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955*. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 16 jun. 2014.

SÃO PAULO. *Decreto 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40346-07.07.1962.html>> Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 12.038, de 1º de julho de 1941*. Aprova o Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1941/decreto-12038-01.07.1941.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 21.780, de 15 de outubro de 1952*. Aprova o Regimento de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1952/decreto-21780-15.10.1952.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 25.701, de 4 de abril de 1956*. Regulamenta, na Universidade de São Paulo, a Lei Federal n. 2.594, de 8 de setembro de 1955. que dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1956/decreto-25701-04.04.1956.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 39.558, de 26 de dezembro de 1961*. Estrutura o processo de doutoramento na Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-39558-26.12.1961.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40346-07.07.1962.html>>. Acesso em: 12 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969*. Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52326-16.12.1969.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934*. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34>>. Acesso em: 12 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 6.533, de 4 de julho de 1934*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6533-04.07.1934.html>> Acesso em: 12 maio 2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 7.069, de 6 de abril de 1935*. Aprova o Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7069-06.04.1935.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

Documentos da FFCL da USP:

Guias

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Guia*. Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Gráfica da USP, 1965. (Material sob guarda do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” - CAPH, da FFLCH, da USP).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Guia*. Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Gráfica da USP, 1966. (Material sob guarda do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” - CAPH, da FFLCH, da USP).

Programas de Curso

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Programas para 1963*. [Processo nº 1604/62, de 10 de dezembro de 1962 – Boneco para impressão na Seção de Publicações da FFCL da USP]. São Paulo, 1962. Datilografado. (Material sob guarda da Coordenação do Serviço de Graduação, da FFLCH, da USP).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Programas para 1964 aprovados pela congregação*. São Paulo: FFCL/Seção de Publicações, 1964.

FONTES

(Material sob guarda da Coordenação do Serviço de Graduação, da FFLCH, da USP).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Programas para 1965 aprovados pela congregação*. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1965. (Material sob guarda da Coordenação do Serviço de Graduação, da FFLCH, da USP).

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Programas para 1966 aprovados pela congregação*. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1966. (Material sob guarda da Coordenação do Serviço de Graduação, da FFLCH, da USP).

Histórico Escolar

SERVIÇO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO. *Resumo de disciplinas cursadas por Boris Fausto no curso de História da FFCL da USP, entre os anos de 1963 a 1968*. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. (Documento oficial não publicado).

Portarias

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Portaria GR nº 189, de 14 de setembro de 1965*. Aprova o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação da FFCL. In: *Cursos de Pós-Graduação: regulamentos e regimento*. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1966.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Portaria nº 1, de 11 de fevereiro de 1966*. Dispõe sobre os regimentos especiais dos Cursos de Pós-Graduação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. In: *Cursos de Pós-Graduação: regulamentos e regimento*. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1966.

UNIVERSIDADE SÃO PAULO. *Portaria GR nº 885, de 25 de agosto de 1969*. Dispõe sobre o regime de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFCL/Secção de Publicações, 1970.

Banco de dados:

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. *Banco de dados de dissertações e teses da FFLCH*. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas>>.

Produção de Boris Fausto:

FAUSTO, Boris. *1930: historiografia e história*. 1969. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

FONTES

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. *O trabalhador urbano e o conflito social na República Oligárquica (1890-1920)*. 1975. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo Santos de. Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930. In: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil republicano*. Ouro Preto: EDUFOP; PPGHIS, 2012. p. 39-49.
- ABUD, Katia M.; GLEZER, Raquel. Pesquisa de História do Brasil: trabalhos em realização. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 88, p. 369-371, 4º trimestre de 1971.
- ADORNO, Sérgio. Uma história social do crime e da punição. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 81-108.
- AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: _____; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX*. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003. p. 137-164.
- _____; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 53-65.
- ALMEIDA, Cândido Mendes. Helio Jaguaribe e o nosso humanismo crítico. In: VENANCIO FILHO, Alberto; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 57-66.
- ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. *Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre sua trajetória*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.
- ARIÈS, Philippe. *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BARIANI, Edison. Uma *intelligentsia* nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 249-256, maio./ago. 2005.
- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 145-158.
- BEIGUELMAN, Paula. A propósito de uma interpretação da História da República. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº. 9/10, p. 247-263, set./nov. 1966.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense; CEDEC, 1989.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: T.A Editor, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971. (V. II). p. 225-239.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 183-213.
- _____; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lucia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez. 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CRUZ, André Kaysel Velasco. *Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 7-20, set./out./Nov./dez 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- D'ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, nov. 1998.
- _____. Os Annales no Brasil. Algumas reflexões. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, p. 127-142, maio/1994.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 61-71, 1995.
- _____. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 125-145, 2009.
- _____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945*

REFERÊNCIAS

ao golpe civil-militar de 1964. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (v. 3). p. 127-154.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

FALCON, Francisco José Calazans. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 15-32, abr. 2013. Disponível em: <www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/596/343>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ – um ensaio de história e memória. *Topoi*, v. 13, n. 25, p. 7-19, jul./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi25/TOPOI25_2012_D01.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2014.

FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Período Republicano, 1889-1964. São Paulo: Difel, 1975-1984. (4 volumes).

_____. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.

_____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Resenha de: CERQUEIRA, Eli Diniz. A revolução de 1930: historiografia e história. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p.196-198, 1970.

_____. *Boris Fausto*. [ago. 2010]. Entrevistadores: Paulo Fontes e Ludmila Ribeiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. [Roteiro de edição]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/borisfausto#Roteiro>>. Acesso em: 13 out. 2013.

_____. Boris Fausto. [mar. 2000]. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 94-117.

_____. Conflito social na República oligárquica: a greve de 1917. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, p. 80-109, 1974.

_____. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. El populismo en la vida política brasileña. *Revista de Occidente*, Madrid, n. 174, p. 97-112, nov. 1995.

_____. Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, p., jul. 1990.

_____. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 20, p. 6-37, mar. 1988.

REFERÊNCIAS

- _____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. *Historiografia da imigração para o Estado de São Paulo*. São Paulo: Sumaré; IDESP, 1992.
- _____. *Imigração e participação política na Primeira República: o caso de São Paulo*. In: FAUSTO, Boris et al. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995. p. 7-26.
- _____. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005.
- _____. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Negócios e ócios: histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *O brilho do bronze [um diário]*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- _____. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Prefácio à edição de 1997. In: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. Um historiador republicano. [jun. 2006]. Entrevistadores: Angela de Castro Gomes e Keyla Grinberg. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 133-227.
- _____; DEVOTO, Fernando J. *Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERREIRA, Antonio Celso. O historiador sem tempo. In: _____; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008. p. 11-25.
- FERREIRA, Jorge. Introdução; O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 7-16; p. 59-124.
- _____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (V. 3). p. 343-404.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- _____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História oral*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.

REFERÊNCIAS

- _____. História do tempo presente: desafios. *Cultura vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.
- _____. *Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1141.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- _____; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 451-495.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 189-208.
- _____; _____. Teses e dissertações de História defendidas em 1995. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 167-176, 1996.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto M.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; HIME, Maria Aparecida Alves. O contexto político da Revolução de Trinta. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p.118-136, 1970.
- FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: Rachel Soihet et al. (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiadores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.
- GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./abr. 2009.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4.
- _____. História e historiografia de *A Revolução de 1930*. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 13-48.
- _____. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.
- _____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- GRINBERG, Keila. Pelo prazer de uma boa história: Negócios e ócios na obra de Boris Fausto. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris*

REFERÊNCIAS

- Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 109-131.
- GUIMARÃES, Juarez. A trajetória de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 15-34.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pachoa. Circulação de saberes, sociabilidade e linhagens historiográficas: dois Congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 162-181.
- _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Os *Cadernos do Nosso Tempo* e o interesse nacional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 607-640, 2012.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 88, p. 373-415, 4º trimestre de 1971.
- _____. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG; IPEA, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Para uma política nacional de desenvolvimento. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 47-188, jan./mar. 1956. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 171-195.
- _____. Que é o ademarismo? *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954.
- _____. Três etapas do comunismo brasileiro. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 123-138, jan./jun. 1954.
- KARVART, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programa* histórico. *Revista de História Regional*, Paraná, v. 10, n. 2, p. 47-70, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2215/1696>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. *Textos de História*, v 15, n. ½, 2007, p. 49-61.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. P. 97-118.

REFERÊNCIAS

- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- LIMA, Hermes. Significado do nacionalismo. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 85-100, abr./ago. 1955. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 71-82.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Ed. Dos Tribunais; IDESP, 1989. p. 111-187.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (Org.). *Fontes históricas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- MARCILIO, Daniel. O historiador e o jornalista: a história imediata entre o ofício historiográfico e a atividade jornalística. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 12, p. 42-63, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/36941/26769>>. Acesso em: 12 set. 2014.
- MARTINS, Éder Luiz. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o “Seminário Marx” (1958-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, SP, 2008.
- MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismo, ‘brazilianists’ e discursos brasileiros. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 29-44, 1990.
- MESGRAVIS, Laima. O curso de pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 87-118, mar. 1983.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (Orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Neify, 2009.
- NOVAIS, Fernando Antônio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Revisitando os intérpretes do Brasil. In: _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 265-267.
- OLIVEIRA, Fabiane Costa. Ademarismo: a construção ibespiana do conceito populismo. In: VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa; ARANTES JUNIOR, Edson; SOARES, Ana Lorym (Orgs.). *Novos caminhos em velhos mapas: cultura, política e historiografia*. São Leopoldo: Oikos; Anápolis: UEG, 2014. P. 113-125.
- _____. Ademarismo: a primeira formulação do conceito populismo nas ciências sociais. In: PASSOS, Aruanã Antonio dos; RESENDE, Leandro Rocha (Orgs.). *Para além da teoria: simples ensaios de teoria da história e historiografia*. Brasília: Kiron, 2011. p. 55-70.

REFERÊNCIAS

- _____. *Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2004.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [V. 2]. p. 13-37.
- PARDIM, Carlos de Souza; SOUZA, Luzia Aparecida de. *O movimento da Escola Nova no Brasil da década de 1930*. Disponível em: <http://www.uems.br/eventos/semana2012/arquivos/49_2012-09-28_15-35-43.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.
- PAULA, Eurípedes Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 88, p.425-451, 4º trimestre de 1971.
- PAULA, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de. Teses defendidas no departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 100, p. 821-856, 4º trimestre de 1974.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920): economia e Estado nas origens do movimento operário brasileiro. In: In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 49-80.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 73-96, jul. 1999.
- RAMOS, Dulce Helena Alvares Pessoa. *Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil 1960-1970 (levantamento global e crítico)*. 1972. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- REIS, José Carlos. A “dialética do reconhecimento” em Paul Ricoeur: memória, história, esquecimento. In: _____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 29-62.
- REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 1950 – Semestral. (n. 1, 1950 – n. 104, 1975).
- RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 119-126.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2.ed. revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

REFERÊNCIAS

- _____. Os estudos brasileiros e os “brazilianists”. *Revista de História*, São Paulo, n. 107, p. 189-219, 3º trimestre de 1976.
- RODRIGUES, Leôncio Martins; MUNHOZ, Fábio Antônio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 7, p. 152-171, 1974.
- ROIZ, Diogo da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007.
- _____. *A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934 - 1956*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2004.
- _____. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.
- ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 17, p. 141-160, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/111551/mod_resource/content/2/aula%2015.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.
- SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 143-160, jan./dez. 2003.
- _____. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 43, p. 125-140, jan./jun. 2009.
- _____. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-1937)*. Goiânia: Editora UFG, 2012.
- SAWAYA, Paulo. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1969)*. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1979.
- SAZ, Ismael. Século das massas, século da democracia. AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX*. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003. p. 69-90.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: _____. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 3-6.
- SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História e Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242/10010>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro (1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

REFERÊNCIAS

- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUSA, Carolina Soares. *Política, a arte de lembrar e de esquecer: os projetos políticos paulistas (1933-1934)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- TAUIL, Rafael Marchesan. Das críticas ao populismo à busca pela tradição: intelectualidade e política em Francisco Weffort. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38º, 2014, Caxambu, MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/porta1/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9012&Itemid=456>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2004.
- _____. Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, Silva (Org.). *Concepções e formação do estado brasileiro*. 2 ed. São Paulo: A. Garibaldi; Goiânia: UCG, 2004.
- _____. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.
- VENANCIO FILHO, Alberto. Helio Jaguaribe e os Cadernos do Nosso Tempo. In: _____; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-12.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre memória histórica*. São Paulo: Hucitc, 1997.
- WEFFORT, Francisco C. *Classes populares e política: contribuições ao estudo do "populismo"*. 1968. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.
- _____. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-158, maio/1966.
- _____. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 49-75.
- _____. Política de massas. In: IANNI, Octávio et. al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a. p. 159-198.
- _____. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, maio/1965b.
- _____. *Sindicato e política*. 1972. Tese (Livre-Docência em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. Prefácio. O triunfo da memória: uma contribuição à História da historiografia brasileira. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Pachcoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 9-14.

REFERÊNCIAS

WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. Mesa redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH). *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 88, p. 353-368, 4^o trimestre de 1971.